

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**EMPENHAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ACTIVIDADES DE
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS – AVALIAÇÃO E
FUNÇÕES: O CASO DE MÉRTOLA**

Dissertação para o Grau de Mestre em Ciências da Educação: Educação e
Formação de Adultos

MARIA ISABEL BRANCO PARDAL

FARO
2011

MARIA ISABEL BRANCO PARDAL

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Orientador: Prof.^a Doutora Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas

Data: 28 de Julho de 2011

**EMPENHAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
NAS ACTIVIDADES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS –
AVALIAÇÃO E FUNÇÕES: O CASO DE MÉRTOLA**

Júri:

Presidente do Júri: Doutora Teresa Pires Carreira

Vogais do Júri: Doutora Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas

Doutora Helena Luísa Martins Quintas

Dedicatória

Para o meu Gonça

ÍNDICE GERAL¹

	Página
Índice de Figuras	vii
Índice de Tabelas	viii
Lista de Abreviaturas	x
Agradecimentos	xii
Resumo	xiii
Abstract	xiv
INTRODUÇÃO GERAL	15
Capítulo 1. BREVE SINTESE SOBRE A HISTÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	25
Introdução	26
1.1. Associativismo: Conceitos e Tipologias	26
1.2. Associativismo, Economia Social e Terceiro Sector	31
1.3. Associativismo em Portugal: Breve Perspectiva Histórica	36
1.4. Associações de Desenvolvimento Local – Associativismo e Desenvolvimento Local	44
Conclusão	49
Capítulo 2. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E O SEU EMPENHAMENTO NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS	52
Introdução	53
2.1. Educação e Formação de Adultos - Breve Evolução Histórico-Política (Dimensão Internacional)	55
2.2. Participação das Associações de Desenvolvimento Local nas actividades de Educação e Formação de Adultos: O caso português, da Carta Constitucional de 1826 ao final do século XX	61
2.3. Participação das Associações de Desenvolvimento Local nas actividades de Educação e Formação de Adultos no início do Milénio	74
2.4. Caracterização das Actividades de Educação e Formação de Adultos desenvolvidas pelas ADL	83
Conclusão	86
Capítulo 3. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E O SEU EMPENHAMENTO NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA (ADPM)	89
Introdução	90
3.1. Breve Caracterização do Concelho de Mértola	91
3.2. O Projecto Integrado de Mértola	97
3.3. Breve Caracterização das Actividades das ADL do Concelho de Mértola	100
3.4. Caracterização das Actividades de EFA Promovidas pela ADPM no Concelho de Mértola	105
Conclusão	109

¹ O presente trabalho não foi redigido segundo as normas do actual acordo ortográfico.

Capítulo 4. EMPENHAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ACTIVIDADES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS - AVALIAÇÃO E FUNÇÕES: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA - ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	111
Introdução	112
4.1.Delineamento Metodológico Geral	112
4.2.Questões Orientadoras	117
4.3. População e Amostra	119
4.3.1.População	119
4.3.2. Constituição e Caracterização da Amostra	120
4.4.Recolha de Dados	121
4.4.1.Análise Documental	122
4.4.2. As entrevistas Exploratórias	122
4.4.3. As Entrevistas	124
4.5.Procedimentos para a Análise dos Dados	124
Conclusão	128
 Capítulo 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	 130
Introdução	131
5.1. Análise do Trabalho Desenvolvido pela ADPM enquanto Associação de Desenvolvimento Local	132
5.2.Análise do Trabalho Desenvolvido pela ADPM enquanto Entidade Formadora	142
5.2.1.Concepção das Actividades	142
5.2.2.Implementação	144
5.2.3.Avaliação das Actividades	146
5.2.4.Impacto Socioeconómico	146
5.3.Comparação da Actividade Formativa Desenvolvida pela ADPM e Outros Operadores	155
5.4.Contributos da actividade formativa desenvolvida pelas ADL	159
5.4.1. Desenvolvimento teórico do conceito	160
5.4.2.Contribuição para a criação de comunidades aprendentes – Impactos directos	161
5.4.3.Contribuição para a criação de comunidades aprendentes – Impactos indirectos	162
Conclusão	166
 CONCLUSÃO GERAL	 169
 Anexo A - Breve Cronologia das Políticas de EFA em Portugal	 184
Anexo B - A Nova Economia do Conhecimento	192
Anexo C - Envelhecimento da População	196
Anexo D - Plano de Qualificação (Eixo Estratégico Um do Plano Tecnológico)	198
Anexo E - Possíveis Percursos de Qualificação para Adultos em Portugal (em vigor a partir de 2005)	204
Anexo F - Avaliação da Iniciativa Novas Oportunidades	208
 Referências Bibliográficas	 211

Apêndice A - Contributo da Educação e Formação de Adultos para o Cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's)	226
Apêndice B - CONFINTEA's – Conferências Internacionais de Educação de Adultos	228
Apêndice C - O <i>Continuum</i> da Aprendizagem	235
Apêndice D - Movimento Associativo do Concelho de Mértola	238
Apêndice E - Indicadores de Formação – ADPM – Janeiro de 2000/Dezembro de 2006	243
Apêndice F - Guião da Entrevista Exploratória	248
Apêndice G - Guião de Entrevista Aplicado ao Dirigente da ADPM	250
Apêndice H - Guião de Entrevista	255
Apêndice I - Modelo de Análise	260
Apêndice J - Infra-estruturas - ADPM	289

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1.1. Evolução Comparativa das Taxas de Actividade em Portugal e na União Europeia 27 (HM), entre 1998 e 2008	71
Figura 1.2. Evolução Comparativa das Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia 27, (HM), entre 1998 e 2008	71
Figura 2.3. Evolução do nº de Centros Novas Oportunidades em Funcionamento em Portugal entre 2000 e 2009	76
Figura 2.4. Distribuição nacional dos Centros Novas Oportunidades (2010)	77
Figura 3.1. Localização Geográfica da Área de Intervenção da ADPM	92
Figura 4.1. Modelo de Análise	125
Figura 5.1. Escola Construída pela ADPM em Moçambique	133
Figura 5.2. Furo para Captação de Água Potável (Moçambique)	133
Figura 5.3. Organograma da ADPM (2006)	134
Figura 5.4. Monte do Vento	136
Figura 5.5. Tecelagem Tradicional	136
Figura 5.6. Ecoteca Fluvial	136
Figura 5.7. Ecoteca Terrestre	136
Figura 5.8. Centro de Recursos em Conhecimento	137
Figura 5.9. Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra	137
Figura 5.10. Mestrado ERD	137
Figura 5.11. Formação e Capacitação	137
Figura 5.12. Feira Tradicional do Vale de Açor	137
Figura 5.13. Sarau Cultural (ED)	137
Figura 5.14. Organograma de ADPM (2010)	138
Figura 5.15. Evolução das Temáticas de Trabalho da ADPM (2000-2007)	138
Figura 5.16. Evolução do Nº de Projectos Promovidos pela ADPM, por Área de Trabalho (2000-2007)	139
Figura B.1. Investimento em Tecnologias da Informação (% do PIB), na UE (27), para o Ano 2009	193
Figura B.2. Competências ao Nível dos Computadores (%), para Indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos, (2007)	194
Figura B. 3. Competências ao Nível da Internet (%), na UE (27), para Indivíduos com Idades Compreendidas Entre os 16 e os 74 anos que Realizam 1 ou 2 Actividades com a Internet (2007)	195
Figura C.1. População com Idade Superior a 65 anos (%), Relativamente a Alguns Países da UE, para 2000 e 2005	197
Figura C.2. Estrutura da População na Europa 2050	197

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1.1. Algumas Diferenças Conceptuais entre Empresas e Associações	30
Tabela 1.2. Síntese Estatística do Terceiro Sector em Portugal (2002-2005)	42
Tabela 1.3. Número de Associações em que a População Adulta está Envolvida (%), por País (UE), Segundo Inquérito de 2001	42
Tabela 1.4. População Adulta com Envolvimento nos Diversos Tipos de Associações (%), por País (UE), Segundo Inquérito de 2001	43
Tabela 1.5. População Adulta com Envolvimento Activo nos Diversos Tipos de Associações (%), por País (UE), Segundo Inquérito de 2001	44
Tabela 2.1. População Adulta Portuguesa Inscrita no Ensino Formal entre 1952 e 1955	61
Tabela 2.2. Caracterização da População Portuguesa, por Sexos, Segundo os Níveis de Alfabetização em Vários Anos (1879-1930)	62
Tabela 2.3. Indicadores da Evolução das Qualificações da População em Portugal (%), (HM), em vários anos (1890-2001)	64
Tabela 2.4. Taxas de Abandono Escolar e de Saídas Antecipadas e Precoce (%), em Portugal (HM), em 1991 e 2001	70
Tabela 2.5. Evolução das Taxas de Retenção e Desistência (%), em Portugal (HM), nos Vários Níveis de Ensino, em Vários Anos (de 1995 a 2003)	70
Tabela 2.6. População Activa Portuguesa (%), Segundo o Grupo Etário, por Níveis de Instrução (2001)	78
Tabela 2.7. Média de Anos de Escolarização da População Adulta, em Vários Países (2001)	79
Tabela 2.8. Nº de Centros Novas Oportunidades em Funcionamento, em Portugal, por Entidade Promotora (2009)	82
Tabela 3.1. Distância, em Kms, entre as Sedes de Freguesia e a Sede do Concelho de Mértola	92
Tabela 3.2. População Residente, por Sexo, no Concelho de Mértola (2001)	93
Tabela 3.3. População Residente no Concelho de Mértola, (H/M), por Freguesia (2001)	93
Tabela 3.4. População Residente, por Grupos Etários, no Concelho de Mértola, em 1991 e 2001	94
Tabela 3.5. Indicadores Demográficos do Concelho de Mértola, em 2001	94
Tabela 3.6. Evolução Comparativa das Taxas de Analfabetismo no Concelho de Mértola (H/M), em 1991 e 2001	94
Tabela 3.7. População Residente no Concelho de Mértola, Segundo o Nível de Escolaridade Atingido (H/M), em 2001	95
Tabela 3.8. Diagnósticos de Necessidades Formativas, Produzidos pela ADPM, durante o QCA III	106
Tabela 3.9. Workshops Concebidos e Realizados pela ADPM (2005/2006)	107
Tabela 3.10. Outros Projectos Emblemáticos na Área da Educação e Formação de Adultos, Concebidos e Implementados pela ADPM (2000-2006)	107
Tabela 4.1. Dimensões e Indicadores (Eixo I)	127
Tabela 4.2. Modelo de Análise (Eixo II)	128
Tabela 5.1. Evolução do Nº de Colaboradores Directos da ADPM, por Habilitações Literárias (H/M), (2006/2010)	134
Tabela 5.2. Análise Comparativa entre os Impactos, no concelho de Mértola, da Actividade Desenvolvida pela ADPM enquanto ADL e seu Contributo indirecto para as Questões Orientadoras	141

Tabela 5.3. Formandos Adultos que Concluíram com Aproveitamento Acções de Qualificação escolar promovidas pela ADPM (2000 – 2006)	147
Tabela 5.4. Análise Comparativa entre o Total da Actividade Formativa e a Actividade Formativa com Progressão Escolar, Desenvolvida pela ADPM (Nº), (2000-2006)	147
Tabela 5.5. Análise Comparativa entre o Total da Actividade Formativa e a Actividade Formativa com Progressão Escolar, Desenvolvidas pela ADPM (Nº), (2000-2006)	148
Tabela 5.6. Análise Comparativa entre o Total da Actividade Formativa e a Actividade Formativa com Qualificação Profissional, Desenvolvidas pela ADPM (Nº), (2000/2006)	149
Tabela 5.7. Análise Comparativa entre o Total da Actividade Formativa e a Actividade Formativa com vista à Progressão na Carreira, Desenvolvida pela ADPM (Nº), (2000-2006)	150
Tabela 5.8. Análise Comparativa, Relativamente aos Impactos, no Concelho de Mértola, das Actividades Desenvolvidas pela ADPM, enquanto Entidade Formadora e seu Contributo para as Questões Orientadoras	153
Tabela 5.9. Análise Comparativa Relativa às Actividades de Carácter Formativo Desenvolvidas pela ADPM e as Actividades Formativas Desenvolvidas por Outros Operadores e seu Contributo para as Questões Orientadoras	158
Tabela 5.10. Análise Comparativa entre o Contributo das Actividades de Carácter Formativo Desenvolvidas pela ADPM para a Construção de Comunidades Aprender e seu Contributo Indirecto para as Questões Orientadoras	164
Tabela 6.1. Identificação das Funções Desempenhadas pelas Actividades Formativas desenvolvidas pela ADPM, face às Características da Entidade e Observações dos Entrevistados	174
Tabela D.1. Programação da oferta de formação de adultos de dupla certificação de Nível Secundário (Programa Novas Oportunidades)	199
Tabela D.2. Programação da oferta de formação de adultos de dupla certificação ao Nível da Escolaridade Obrigatória (Programa Novas Oportunidades)	199
Tabela D.3. Evolução do nº de Centros RVCC	200
Tabela D.4. Nº de abrangidos (Programa Novas Oportunidades)	201
Tabela F.1. Avaliação da Iniciativa Novas Oportunidades	209
Tabela AP-A-1-Contributo da Educação e Formação de Adultos para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM'S)	227
Tabela AP-D-1. Nº de associações no concelho de Mértola	239
Tabela AP-D-2. Associações Culturais e Recreativas	239
Tabela AP-D-3. Clubes Desportivos	240
Tabela AP-D-4. Associações de Caça e Pesca	240
Tabela AP-D-5. Fábricas da Igreja Paroquial	241
Tabela AP-D-6. Associações de Reformados	241
Tabela AP-D-7. Grupos Corais e Instrumentais	241
Tabela AP-D-8. Instituições de Solidariedade Social	241
Tabela AP-D-9. Associações de Desenvolvimento Local e Outras	242
Tabela AP-D-10. Tipo de associações e actividades de maior destaque desenvolvidas	242
Tabela AP-E-1. Indicadores de Formação ADPM (De Janeiro de 2000 a Dezembro de 2006)	244
AP-I-1. Modelo de Análise	261

LISTA DE ABREVIATURAS

ADL – Associação de Desenvolvimento Local
ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola
ANEFA – Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos
CAM – Campo Arqueológico de Mértola
CNFM - Formação de Monitores
CNO- Centro Novas Oportunidades
CONFINTEA- Conferência Internacional de Educação de Adultos
DGEA – Direcção Geral da Educação de Adultos
DGEP – Direcção Geral de Educação Permanente
DL – Desenvolvimento Local
EA – Educação de Adultos
ED – Educação para o Desenvolvimento
EFA – Educação e Formação de Adultos
EP – Educação Permanente
ERDL – Economia Regional e Desenvolvimento Local
FDMO – Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra
FNAT - Federação Nacional para a Alegria no Trabalho
FSE – Fundo Social Europeu
I&D – Investigação e Desenvolvimento
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFPA – Instituto de Formação Profissional Acelerada
INOFOR – Instituto para a Inovação na Formação
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo
MTS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade
NMS - novos movimentos sociais
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG - Organizações Não Governamentais
PIB – Produto Interno Bruto
PIM – Projecto Integrado de Mértola
PNACE – Programa Nacional de Crescimento e Emprego

PNAEBA – Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos
PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QEQ – Quadro Europeu de Qualificações
RVCC – Reconhecimento, Validação, Certificação de Competências
SFP – Serviço de Formação Profissional
SNE – Serviço Nacional de Emprego
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UE – União Europeia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WWF – World Wildlife Fund

AGRADECIMENTOS

Apesar de pessoal, este projecto jamais seria realizável sem a participação e apoio de um conjunto de pessoas que, de diversas formas, contribuíram para a sua realização.

Desde logo, um agradecimento muito especial à Sr.^a Prof. ^a Doutora Maria das Mercês Covas, não só pelo facto de ter acedido orientar este trabalho, mas especialmente pelo incentivo, pelas críticas/sugestões, pelo esclarecimento e por toda a paciência. A sua colaboração foi preciosa e indispensável e sem ela, efectivamente, a realização deste trabalho não teria sido possível.

A todos os que participaram nas entrevistas, também o meu agradecimento, pois desde o primeiro momento se disponibilizaram para colaborar.

Gostaria de agradecer à Direcção da ADPM pelo apoio e acesso a dados e documentos, assim como, e em particular, aos colegas e amigos que sempre demonstraram o seu apoio e incentivo. Ao Rui Mateus, por tudo, o meu muito obrigado.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento muito especial à minha família e ao Gonçalo Pardal, que sempre me apoiou, incentivou e me deu coragem para continuar.

RESUMO

A presente dissertação aborda o papel e funções desempenhados pelas actividades de Educação e Formação de Adultos desenvolvidas pelas Associações de Desenvolvimento Local, tomando como caso concreto a actividade formativa desenvolvida pela ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, ao longo do período 2000-2006. Esta investigação teve como objectivos: 1. Identificar as motivações da ADPM para trabalhar no domínio da Educação e Formação de Adultos; 2. Caracterizar as actividades de carácter formativo promovidas pela ADPM; 3. Compreender a que necessidades procuram estas actividades dar resposta; 4. Determinar quais os contributos das actividades de carácter formativo para os seus intervenientes directos; 5. Identificar quais os contributos das actividades de carácter formativo para a comunidade local; 6. Estabelecer uma relação entre estas iniciativas e o processo de desenvolvimento do território.

Procurando alcançar estes objectivos, efectuou-se uma análise avaliativa da realidade existente, com recurso a análise documental e entrevistas exploratórias, sendo, numa segunda fase, concebidas e aplicadas entrevistas a elementos chave da comunidade. A análise dos dados foi efectuada com recurso à técnica de análise de conteúdo e permitiu perceber que a ADPM, através da implementação de acções de formação profissional e escolar, procura responder às necessidades da comunidade local. Esta apresenta um contexto característico das comunidades de baixa densidade: interioridade, desemprego, baixas qualificações escolares, envelhecimento da população, além do referido despovoamento.

As conclusões apresentadas permitem perceber que a actividade formativa da ADPM representa um forte contributo para o desenvolvimento local, especialmente porque, através das aquisições técnicas proporcionadas pela frequência das acções, contribui fortemente para a alteração de comportamentos da população: participação, cidadania, procura e construção activa de emprego.

Palavras-chave: Oferta formativa; capacitação; satisfação de necessidades; empregabilidade, desenvolvimento pessoal e social; desenvolvimento local.

ABSTRACT

This thesis addresses the role and functions performed by Adult Education and Training activities developed by Local Development Associations, taking as study case the ADPM - Heritage Protection Association of Mértola, training activities developed through the period 2000 – 2006. This research aims to: 1. Identify the motivations of ADPM while working in Education and Training for Adults; 2. Characterize the nature of the training activities promoted; 3. Identify the needs that sustain them; 4. Determine the contributions for those actively involved; 5. Identify these initiatives contributions to the local community; 6. Establish a relationship between these initiatives and development planning.

In the purged for achieving these objectives, a evaluation analysis of reality, was done with the help of documentary analysis and exploratory interviews, and at a second stage, with interviews designed and implemented to some of the community key elements. Data analysis was performed using content analysis techniques, which allowed to realize that ADPM, through the implementation of vocational training, seeks to answer the local community needs. This community provides a characteristic low-density context: high unemployment, low educational qualifications, an aging population and the referred depopulation.

The conclusions reached lead us to realize that the ADPM training activities represents a strong contribution to local development, especially because through the acquisition of techniques provided by the frequency of operations, contributes strongly to a behavioral change among the population: participation, citizenship, and search and active employment building.

Keywords: Training offer; empowerment; needs satisfaction; employability; personal and social development; local development

INTRODUÇÃO GERAL

Este estudo, realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação: Educação e Formação de Adultos, é o resultado de uma investigação que procura analisar o empenhamento das Associações de Desenvolvimento Local nas actividades de Educação e Formação de Adultos, nomeadamente o caso do concelho de Mértola, durante o período 2000-2006 (III Quadro Comunitário de Apoio).

É inegável que a educação e formação de adultos tem vindo a assumir, internacionalmente, uma crescente importância, em particular após a II Guerra Mundial, como o comprovam as inúmeras Conferências Internacionais efectuadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): Elsinore em 1949, Montreal em 1960, Tóquio em 1972, Nairobi em 1976, Paris em 1985 e Hamburgo em 1997.

A sua prática traduz-se numa multiplicidade de actividades (alfabetização, formação profissional, animação sociocultural, etc.), de instituições (sector estatal, sector privado e Organizações sem Fins Lucrativos) e agentes (formadores, educadores de adultos, animadores, gestores da formação, mediadores, engenheiros da formação, animadores de balanço de competências, técnicos de recursos humanos, avaliadores da formação, orientadores de círculos de estudos, entre outros), sendo esta temática, também, o objecto de diversos cursos e disciplinas universitárias, e o foco central de diversas associações internacionais (*European Society for Research on the Education of Adults, American Association for Adult and Continuing Education, European Bureau of Adult Education, International Council of Adult Education* e Associação Mediterrânica de Educação de Adultos, entre outras), e o tema central de várias de revistas científicas (*Studies in Adult Education, Adult Education Quarterly, Perspectives in Education, Aprender Mais*, etc.).

Em Portugal, e apesar de um atraso estrutural de décadas, o período em análise apresentou-se como um dos momentos-chave na evolução da educação e formação de adultos, nele se destacando dois movimentos complementares e interdependentes. Por um lado, vários tipos de instituições da sociedade civil começam a assumir-se como espaços de educação formal e não formal (associações, cooperativas, centros de educação e formação, etc.), nos quais as práticas de educação de adultos ocupam um lugar importante. Por outro, verifica-se um forte investimento político nessa área, facto

que contribui para o incremento da educação de adultos fora do sistema de ensino “escola”, sendo criadas estruturas e desenvolvidos programas que pretendem o envolvimento de diversos tipos de agentes educativos em distintos contextos. Antes de compreender, através da avaliação dos seus impactos, as funções das actividades de educação e formação de adultos desenvolvidas pelas Associações de Desenvolvimento Local, importa, de imediato, clarificar o conceito associado a esta tipologia de organizações, caracterizando-as e contextualizando-as, bem como ao conceito de educação e formação de adultos que está na base da sua dinâmica.

Este estudo teve por base a análise da oferta formativa para adultos² da ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola (a escolha pela ADPM prende-se com o facto desta ser, no concelho de Mértola, a única ADL que desenvolveu actividades de carácter formativo, no período em causa), realizada num período de 6 anos, e foi estruturado em 7 componentes, a saber:

Introdução: Em que são abordadas as questões gerais do objecto de estudo, nomeadamente o contexto em que se realiza, os objectivos, as questões de investigação e a importância da mesma.

Capítulo 1: No primeiro ponto do trabalho, apresentamos o enquadramento teórico que envolve o conceito de Associação de Desenvolvimento Local, o seu enquadramento no movimento associativo e a sua relação com o conceito de desenvolvimento local.

Capítulo 2: No segundo ponto desta investigação, apresenta-se e contextualiza-se o conceito de Educação e Formação de Adultos, destacando-se as actividades deste âmbito praticadas pelas Associações de Desenvolvimento Local.

Capítulo 3: Neste capítulo apresentam-se as actividades de Educação e Formação de Adultos promovidas pelas Associações de Desenvolvimento Local, abordando-se com particular incidência o caso de Mértola e da ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, pelos motivos já referidos anteriormente.

² Por oferta formativa entendemos o conjunto de acções de formação profissional (com ou sem certificação escolar), desenvolvida pela entidade.

Capítulo 4: Neste ponto do estudo, apresentam-se os passos metodológicos do trabalho, e analisa-se, em termos de recolha e tratamento, a informação disponibilizada.

Capítulo 5: Neste tópico, apresentam-se os dados, a sua análise e os resultados obtidos.

Conclusão: onde são apresentadas as conclusões gerais deste estudo, incluindo algumas propostas, e efectuadas algumas recomendações a serem abordadas futuramente no desenvolvimento desta área de intervenção.

Enquadramento do Tema

No limiar do século XXI, as questões que se colocam no quadro da educação e da formação têm vindo a ganhar uma nova dimensão, deixando de ser percepcionadas como um momento na vida de cada um, para passarem a ser um desafio permanente, individual e colectivo, um factor de solidariedade cívica.

A educação para todos, ao longo da vida e com a vida, é assumida, actualmente, como um dos eixos essenciais de uma realidade social que pretende reconstruir a educação e a formação como projecto de cidadania e de efectiva igualdade de oportunidades para todos.

Neste contexto, novas exigências se configuram e a “educação e formação para todos” exige uma peculiar atenção aos percursos individuais e à compreensão dos valores comuns (sociais, culturais, ...), bem como veicula uma nova relação com o saber e o tempo, de forma a poder abarcar a complexidade de integrar e inovar.

As mudanças muito rápidas introduzidas pela globalização, pela multiculturalidade e pelos avanços científicos e técnicos, são responsáveis pela coexistência de sinais contraditórios. Se é verdade que constituem novos saberes e novas formas de agir, se é verdade que os sentimentos de pertença se diversificam, não é menos certo que o consumismo e o imediatismo tendem a harmonizar padrões de comportamento, enquanto os novos saberes criam novos modos de exclusão. “Estamos a passar por um profundo processo de transformação social” (Tedesco, 2000:18).

São várias as características que reflectem esta “nova sociedade”. Entre os múltiplos critérios possíveis para descrever as transformações já observáveis, poderemos destacar três: o modo de produção, as tecnologias da informação e a democracia política. Relativamente à primeira, foi possível, nos últimos anos, observar uma mudança no modo de produção, passando o conhecimento e, mais recentemente, a aprendizagem, a serem entendidos como factores de produção. O conhecimento é, aliás, para Tedesco (2000), a principal variável na explicação das novas formas de organização social e económica. No que concerne às tecnologias, quer seja devido à velocidade de transmissão da informação, ou à sobreposição dos instrumentos funcionais que a servem, elas “têm um impacto significativo não só na produção de bens e serviços como

também no conjunto das relações sociais” (Tedesco; 2000:22). Finalmente, quanto à questão da democracia, a introdução das TIC exerce um impacto directo sobre a vida política. “As fronteiras nacionais diluem-se e os espaços onde se exerce a cidadania tendem, ora a ampliar-se para uma cidadania sem fronteiras, ora a reduzir-se ao âmbito local” (Tedesco, 2000:23).

Neste cenário, a educação adquire, nas suas vertentes não formal e informal, um novo papel e importância, sendo também as possibilidades de qualificação formal alargadas a entidades às quais tradicionalmente se encontravam vedadas, nomeadamente as associações de desenvolvimento local:

“Ao longo de mais de 20 anos de intervenção, foram organizadas pelas organizações de desenvolvimento local as mais variadas actividades educativas para pessoas adultas. Podem distinguir-se aqui a formação de animadores, quer para enquadrar centros de animação infantil, quer para apoiar localmente as iniciativas de indivíduos, grupos ou microempresas, ajudando a transformar boas ideias em projectos viáveis (...). Da experiência de vários anos na concepção e realização destas actividades, resultaram ensinamentos muito significativos, com grandes potencialidades de aplicação no sector da Educação de Adultos em Portugal (Esdime, 2007).

Surgidas em grande número no período que sucedeu o 25 de Abril de 1974, as Associações de Desenvolvimento Local foram, numa maioria significativa, acompanhando o processo económico e social do país. Os objectivos e os propósitos com que foram criadas são muito idênticos: promover o desenvolvimento das comunidades nos seus territórios de intervenção (definido no seu estatuto/pacto social), recorrendo para tal à concepção, implementação e execução de actividades que procuram a dinamização cultural, social e económica, promovendo a qualificação dos recursos humanos, a criação de emprego, o apoio social e mais recentemente a ajuda humanitária e a cooperação transnacional.

A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, concretizada em 1986, e a consequente disponibilização de verbas financeiras para a promoção do objectivo de coesão económico-social obrigou o Estado, nas últimas duas décadas, a delegar competências no denominado Terceiro Sector e, consequentemente, nas Associações (Lima, 2005).

No domínio da qualificação e capacitação dos recursos humanos, as Associações de Desenvolvimento Local desde cedo iniciaram programas de actividades, recorrendo ao Fundo Social Europeu como meio de financiamento para diversas Acções de Formação Profissional (fossem estas de carácter inicial ou contínuo), dirigidas a diversos públicos: Desempregados à Procura do Primeiro Emprego, Desempregados à Procura de Novo Emprego, Desempregados de Longa Duração, Activos Empregados, Activos Desempregados, Profissionais do Sistema de Educação e Formação, entre outros.

Com o objectivo de regular, certificar e credibilizar a actividade exercida por estas entidades, o Estado delegou estas competências no INOFOR³ – Instituto para a Inovação na Formação. Através de um processo de registo e demonstração de requisitos de qualidade, as Associações de Desenvolvimento Local passaram a denominar-se também de “Entidades Formadoras”.

É hoje comum o reconhecimento de que o paradigma económico da educação tem sido dominante até aos nossos dias, privilegiando-se, portanto, a vertente técnico-funcional da formação e educação. E se é verdade que o modelo de sociedade que tem influenciado os sistemas educativos e formativos modernos começa a dar sinais de ruptura, também estes começam a apresentar alterações significativas, de fundo e de estrutura. O afastamento em relação a percursos formativos racionalistas e lineares, que pretendiam preparar o indivíduo para a fase produtiva/activa da sua vida, surge como resposta à constante e inevitável mudança, fomentada e impulsionada pela globalização, pelas alterações na natureza do trabalho e das profissões, pelo impacto e massificação das novas tecnologias.

A “formação para a inserção profissional” foi progressivamente substituída pela “Formação ao Longo da Vida”, que requer um novo conceito de formação e capacitação, e que admite, valoriza e certifica a aquisição de conhecimentos escolares e profissionais por vias exteriores aos sistemas clássicos e comuns de aprendizagem, aos designados sistemas formais. Em simultâneo, pretende-se efectuar uma associação de saberes, em toda a dimensão do ser humano (saber-ser, saber-estar, saber-saber), aliando

³ Actualmente, o INOFOR encontra-se extinto, sendo as suas principais funções da responsabilidade do DGERT – Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

as competências de cidadania e participação, com as competências transversais da profissionalidade (Duarte, 2008).

Esta postura obriga inevitavelmente, a uma forte articulação por parte de todos os operadores, e à alteração profunda nas competências que tinham sido atribuídas às Associações de Desenvolvimento Local. Actualmente, estas deixaram de ser meros executores de acções concebidas em função de levantamentos empíricos da realidade. Passaram a ser certificadores de competências escolares e profissionais, no quadro dos quais os diagnósticos e as avaliações têm necessariamente que ser ponderados e sustentados em critérios científicos, (ao invés do que por vezes acontecia). Desempenham, em muitas valências, funções paralelas às desenvolvidas pelas escolas ou pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, devendo possuir um conjunto de recursos humanos que, para além de dominar as questões formativas/educativas, deve conhecer profundamente os territórios em que opera, permitindo, em muitos casos, que as acções que oferece correspondam a processos verdadeiramente participados, no que às populações dos mesmos diz respeito.

É neste âmbito que surge a problemática desta investigação, cujo caso de estudo se reporta à avaliação dos impactos e definição de funções das actividades formativas promovidas pela ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, durante o período do 3º Quadro Comunitário de Apoio, que decorreu entre os anos de 2000 a 2006.

Definido o enquadramento deste projecto, importa indicar quais as questões que a investigação coloca. Os seus objectivos foram definidos tendo por base a problemática de partida, o apuramento conceptual decorrente da revisão bibliográfica e os dados recolhidos na primeira fase do trabalho empírico:

- Caracterizar, de forma sintética, a ADPM enquanto ADL;
- Identificar as motivações da ADPM para trabalhar no domínio da Educação e Formação de Adultos;
- Compreender a que necessidades procuram estas actividades dar resposta;
- Caracterizar as actividades de carácter formativo promovidas pela ADPM;

- Caracterizar e avaliar as diversas fases do ciclo formativo das actividades formativas desenvolvidas pela ADPM;
- Avaliar o impacto pessoal, social e económico das diversas actividades promovidas pela ADPM, para os seus intervenientes directos;
- Avaliar o impacto social, económico e territorial das diversas actividades promovidas pela ADPM, para a Comunidade local;
- Analisar, comparativamente com outros operadores, os procedimentos utilizados pela ADPM nas diferentes fases do ciclo formativo;
- Avaliar os contributos da actividade formativa da ADPM para a construção de comunidades aprendentes e cidades educadoras;
- Identificar os contributos da actividade formativa promovida pela ADPM, para a construção do conceito de *educação e formação de adultos* e para a alteração de políticas e práticas;
- Estabelecer uma relação entre estas iniciativas e o processo de desenvolvimento do território;
- Estabelecer uma relação entre os impactos (individuais e colectivos), da actividade formativa da ADPM, e as funções que a mesma desempenha no concelho de Mértola.

A problemática da investigação surge e justifica-se uma vez que Mértola foi palco de um dos mais emblemáticos processos nacionais de desenvolvimento local, concretizados na sequência das transformações sociopolíticas geradas pelo 25 de Abril de 1974.

Formalmente constituída em 1980, e tendo desde logo iniciado um conjunto vasto de actividades de carácter formativo, a ADPM tornou-se ao longo dos anos, uma entidade formadora privada de base associativa reconhecida e acreditada a nível nacional. Desde 1980 até à actualidade, centenas de adultos participaram directamente em acções de formação profissional, escolar ou de desenvolvimento pessoal, gerando uma dinâmica multiplicadora junto da comunidade local, num concelho que continua a apresentar indicadores preocupantes de desenvolvimento humano sustentável. Perante este contexto, procura esta investigação avaliar os impactos, de forma a compreender a (s) função (ões) da actividade formativa da ADPM, delineando-se a seguinte questão como

ponto de partida para este trabalho: ***“Que funções tem a oferta formativa de uma Associação de Desenvolvimento Local junto da comunidade a que se destina?”***

A maior dificuldade e limitação na realização deste trabalho foram, efectivamente, a dimensão e complexidade do trabalho da ADPM, que por ser tão vasto e diversificado, conduziu por vezes a alguma dispersão no estudo. Esperamos, no entanto, ter conseguido uma resposta estruturada e cabal, às principais problemáticas desta investigação, e que este trabalho possa contribuir, pela sua análise crítica e base científica, para o desenvolvimento futuro desta área, já que continua a ser, como sempre foi, vital para a sustentabilidade e viabilidade do concelho de Mértola.

**Capítulo 1. BREVE SÍNTESE SOBRE A HISTÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Introdução

A história do movimento associativo em Portugal remonta ao séc. XIX (Martins, 2004) caracterizando-se, nestes cerca de 100 anos, por uma enorme diversidade revelada não só no tipo de actividades desenvolvidas pelas associações, mas também através da metodologia de funcionamento (recursos humanos, meios financeiros, ...).

Tendo passado por períodos de franca expansão como sucedeu na década que sucedeu ao 25 de Abril de 1974, e por períodos de maior dificuldade (como durante as etapas iniciais do Estado Novo), a realidade é que, nos últimos anos, e na sequência da definição, em 1989, de novas directrizes pela Comissão Europeia, o debate em Portugal, em torno do conceito de Economia Social ou Terceiro Sector (de que as cooperativas, IPSS, associações mutualistas, misericórdias e demais associações sem finalidades lucrativas, são membros activos), tem sido acesso e bastante controverso (Lavado e Barata, 2008).

Apesar da actual conjuntura económica e social de globalização, em que os movimentos individualistas são privilegiados em detrimento da defesa dos interesses comuns, a verdade é que o movimento associativo tem vindo a impor-se, pelo menos ao nível do número de associações (Martins, 2001) e, inclusive, substituindo nalguns casos, um conjunto de missões e actividades tradicionalmente asseguradas por outras entidades.

Ao longo do presente capítulo, tentaremos efectuar uma breve análise do conceito de *associativismo*, contextualizando-o historicamente enquanto expressão da economia social e do Terceiro Sector, elaborando uma breve caracterização das associações de desenvolvimento local em Portugal, em função da qual relacionamos o conceito de associativismo com o de desenvolvimento local.

1.1. Associativismo: conceitos e tipologias

Como já foi referido anteriormente, o movimento associativo não sofreu, ao longo dos anos, uma evolução constante e regular. Contudo, nas últimas décadas, o mesmo tem ganho expansão, sendo considerado uma mais-valia social e representando, segundo Artur Martins (2004):

- Uma forma de contrariar alguns dos efeitos negativos da globalização;
- Um instrumento que fomenta a expressão da solidariedade;

- Um espaço onde é possível conceber, experimentar e experienciar novas respostas, com vista à transformação e inovação social;
- Um espaço onde é possível elaborar e concretizar um projecto comum, de carácter colectivo e raiz social;
- Um meio de participação pública, exercício democrático e cívico;
- Um espaço onde é possível exprimir a identidade local e cultural individual e colectiva.

Face à complexidade que, aparentemente, se encontra associada a esta expressão, torna-se importante definir “*associativismo*”, tarefa dificultada uma vez que o conceito não se apresenta uniforme e linear nas diferentes abordagens que lhe são feitas, o que se deve às múltiplas formas que assume:

“ (...) A grande diversidade que caracteriza o associativismo e as formas de organização associativa tem, eventualmente, dificultado o seu estudo. Recorde-se que sob a designação genérica de associativismo surgem tipos de associações muito diversas – associações culturais e recreativas; associações desportivas; associações de tipo mutualista; associações sindicais; associações de actividade económica; associações profissionais; associações de pais; associações de estudantes, etc.” (Lima e Sancho, 1989: 78).

Apesar das primeiras referências ao associativismo surgirem na Antiguidade, no mundo greco-romano, onde as associações “desempenharam um papel considerável na vida social” (Serrão 1989:236, cit. Fernandes, 2003:66), é com Tocqueville, na sua obra “Da Democracia na América” (cit. Fernandes, 2003), que os primeiros estudos mais detalhados sobre a sua natureza e funções são efectuados.

Tocqueville refere-se ao associativismo como garante da liberdade e dos princípios democráticos, estabelecendo aquilo que se poderá denominar como a primeira tipologia de associações: as associações não formalizadas e as formalizadas.

Também Meister (1974:26, cit. Fernandes, 2003) trabalhou esta temática, distinguindo as associações em função dos vários tipos de participação: a participação de acto, a participação organizada ou voluntária, a participação espontânea, a participação suscitada ou provocada e, por último, a participação imposta, tendo Boudon (1990:21, cit. Fernandes:67) definido associação como:

“ (...) Associação: em sentido restrito o termo designa um agrupamento de duas ou várias pessoas que põem em comum, de maneira permanente, os seus conhecimentos e a sua actividade numa finalidade que não seja a de partilhar lucros (...). O fenómeno associativo que responde à propensão dos homens para se agruparem para a defesa dos seus direitos, a propagação das suas ideias e a realização em comum de um objectivo colectivo, desempenha um papel importante nas sociedades modernas, ao mesmo tempo complexas e fragmentadas (...)” (Boudon, 1990:21, cit. Fernandes:67).

Nas modernas sociedades democráticas, as associações são definidas, num plano jurídico, como um “agrupamento de várias pessoas com o objectivo de alcançar resultados que excedam aqueles que conseguirem com as suas actividades individuais; ou então, como o resultado de um consenso entre indivíduos que se propõem conjugar esforços para a prossecução em comum de determinados fins” (Serrão, 1989:236, cit. Fernandes, 2003:67), pressupondo-se que a existência de uma associação decorre do cumprimento de alguns requisitos, nomeadamente o seu “reconhecimento” (concretizado através de escritura pública notarial, obtendo assim personalidade jurídica), a respectiva publicação de extracto em Diário da República e a elaboração de estatutos próprios.

Para autores como Estêvão e Janela Afonso (1995b:6, cit. Fernandes, 2003:78), existe “uma relativa ambiguidade nas definições disponíveis, ou alguma dispersão na focalização do que entendem ser as características mais definidoras das associações”.

Já Horton e Hunt (1981:188, cit. Fernandes, 2003:79) incluem as “associações” no grupo das organizações formais, dando relevo ao facto de uma pessoa ingressar por decisão voluntária. Igualmente destacam algumas das suas características como organizações:

“ (...) Há muitas organizações locais voluntárias – organizações eclesíásticas, clubes recreativos, associações de bairros e outras – que têm dirigentes voluntários, um estatuto mínimo (se é que alguém o pode encontrar), regulamentos ou procedimentos altamente «flexíveis» às vezes esquecidos ou ignorados. Nessas organizações, os aspectos informais obscurecem muitos aspectos de «organização formal» já que a associação opera vaga e livremente, de acordo com as necessidades do momento (...)” (Fernandes, 2003:80).

Uma perspectiva idêntica é apresentada por Brinkerhoff e White (1991:127, cit. Fernandes, 2003:80), que definem as associações como “organizações não lucrativas

criadas para permitir que os indivíduos persigam os seus interesses partilhados colectivamente”. Esta acepção reforça uma vez mais a origem da palavra, já que, etimologicamente, a palavra “*Associativismo*” deriva do latim “*associare*”, utilizada para caracterizar o sistema daqueles que se encontram unidos por um ideal comum, daqueles que pertencem a uma associação (Casteleiro, 2001). Este conceito de “*ideal comum*” representa um objectivo com o qual o colectivo se identifica e que partilha entre todos os seus membros.

Como é referido por Pinho (2007), o Associativismo é uma forma de expressão organizada da sociedade, que apela à responsabilização e à intervenção activa dos cidadãos, ao exercício activo da cidadania em todos os domínios da vida em sociedade. A sua maior valia reside, precisamente, no facto de ser um movimento de origem popular, que é gerado pela própria comunidade e que se “alimenta” da participação de cada um.

Neste contexto, é fácil compreender que o movimento associativo represente um produto da sociedade, que se transforma com a evolução social, acompanhando e participando activamente nessa transformação. O conteúdo fundamental da sua acção, o seu projecto próprio e o projecto de sociedade para que está orientado, terão tanto mais sucesso quanto mais claros forem, assim como os seus objectivos.

O associativismo, enquanto movimento de união e desinteresse económico, é um acto de liberdade e de opção para qualquer pessoa que pode, de livre vontade, formar a sua própria associação (Elo Associativo n.º 17, 2001:16, citado por Pinho, 2007), estando este direito inclusive previsto e salvaguardado na Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo n.º 20, que refere que “toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacífica”, o que significa que, efectivamente, o movimento associativo e as diversas formas através das quais os cidadãos podem criar instituições ou movimentos colectivos se encontram previstas e consagradas na Legislação Base nacional.

Procurando clarificar a noção de associação, diferenciando-a do conceito de empresa, procedeu-se à elaboração do seguinte quadro síntese:

Tabela 1.1. Algumas Diferenças Conceptuais entre Empresas e Associações

	Empresa	Associação
Objectivo	Produzir e/ou vender um produto, fazer lucro e distribuí-lo.	Prestar um serviço, resolver problemas sociais, desenvolver potencialidades, valorizar os seus associados, reinvestir socialmente eventuais receitas e proveitos realizados em prol de todos os associados e da população.
Representatividade	Força económica e o investimento do sócio.	Cada associado tem um voto.
Constituição	É constituída e permanece enquanto desenvolve uma actividade economicamente rentável.	É uma emanção da vontade popular que traz benefícios sociais aos seus associados, vive e renasce permanentemente pela vontade de sucessivas gerações de associados anónimos, cuja força motora é a resposta a problemas locais, à melhoria da qualidade de vida, a participação popular, o exercício profundo da democracia, etc.
Estatuto de Utilidade Pública	Não têm acesso ao estatuto de utilidade pública.	Têm acesso ao estatuto de utilidade pública que assegura um conjunto de benefícios fiscais às associações. Podiam alinhar-se outros exemplos, mas o que interessa realçar é que pela sua natureza e fins, associações e empresas são entidades diferentes.

Fonte: Pinho⁴, 2007

Como é possível observar, “associação é a reunião de duas ou mais pessoas que põem em comum, de uma maneira permanente, os seus conhecimentos ou a sua actividade para um fim que não é o de partilhar os benefícios” (Bastos, 1950 cit. Pinho, 2007).

Toda a gestão é orientada para a organização de actividades que conduzem à satisfação

⁴ *O Associativismo: Conceitos, Princípios e Tipologias* [Online], disponível em <http://adcbbrasil.blogspot.com/2009/09/associativismo-conceitosprincípios.html>, [último acesso em Dezembro de 2010].

das necessidades expressas pelos associados, diversificadas e ampliadas à medida que os anos passam. Enquanto forma privilegiada de intervenção da sociedade civil, o associativismo rege-se por três princípios (ANIMAR, 2001):

- Liberdade – A adesão a uma associação é livre, tal como a saída do movimento associativo;
- Democracia – O funcionamento de uma associação baseia-se na equidade entre os seus membros, traduzida na expressão «um associado, um voto»;
- Solidariedade – As associações resultam sempre de uma congregação de esforços, em primeiro lugar dos fundadores e depois de todos os associados.

Uma associação tem uma missão, que no fundo representa o bem ou os interesses comuns dos seus associados, sendo que o seu fim, o seu objectivo, pode ser diversificado, levando a que existam as mais variadas associações (Culturais, Recreativas, Desportivas, Defesa do Ambiente e Património, Desenvolvimento Local, Moradores, Estudantes, Pais, Profissionais...).

1.2.Associativismo, Economia Social e Terceiro Sector

De acordo com Giddens (2001), o paradigma da modernidade⁵ decorre das alterações de um mundo caracterizado por constantes mutações de cariz tecnológico, que influenciam significativamente as relações entre os indivíduos, originando tensões e conflitos. Os indivíduos são convocados a, por um lado, orientarem de forma mais “controlada” os seus percursos individuais, mas, por outro, é-lhes proporcionada a construção de percursos de vida partilhados com outros, sustentados em actividades e finalidades colectivas.

Partindo desta noção da modernidade proposta por Giddens, o contexto social e a necessidade do indivíduo se envolver num colectivo mais vasto, em torno de um objectivo comum, surge quase de uma forma natural, intensificando-se no mundo pós-revolução industrial, traduzindo-se no “movimento das classes trabalhadoras em luta pelos direitos de liberdade e igualdade” (Duarte, 2008:4).

⁵ Por modernidade entende-se o “mundo industrializado” (Giddens, 2001).

Como já foi referido, todo o período que se seguiu à revolução industrial, e às condições de vida e empregabilidade associadas, originou uma sociedade com graves problemas de qualidade de vida e emprego, conduzindo a tensões e conflitos. A resposta sociopolítica a este contexto passou pela organização de um conjunto de “dispositivos” com vista à melhoria das condições de inserção profissional, visando a manutenção das condições de trabalho. Tal como refere Ferreira (2009:2),

“(...) o pauperismo e ausência de políticas sociais por parte do Estado em relação às classes laboriosas obrigou estas a procurarem soluções associativas de diferente tipo, com o intuito explícito de atenuarem ou ultrapassarem as suas condições socioeconómicas e culturais de pobreza e analfabetismo (...).”

Esta iniciativa é também sustentada ao longo deste período, e até à década de sessenta do séc. XX (época dos grandes movimentos operários do pós-guerra), por associações de diversa tipologia, nomeadamente: mutualidades, cooperativas de produção e consumo, colectividades de cultura e recreio, sindicatos e partidos de classe (Duarte, 2008), ou, como refere novamente Ferreira (2009:4):

“(...) Desde meados do século XIX até princípios do século XX, a realidade socioeconómica, política e cultural do factor de produção trabalho no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo, permite-nos visualizar quatro (4) tipos de acção colectiva que podemos correlacionar com o associativismo do movimento operário nesse período histórico: a) reivindicações salariais e greves; b) associativismo cultural; c) cooperativismo e associações privadas sem fins lucrativos; d) sindicalismo e actividade partidária (...).”

A partir da década de sessenta, surgem na Europa os novos movimentos sociais (NMS), associados à defesa dos direitos culturais ou de autonomia, proliferando as associações anti-colonialistas, anti-racistas, pro-igualdade de género, de defesa do Ambiente, de cooperação com os países do Terceiro Mundo, apenas para citar algumas (Fernandes, 2003, citado por Duarte, 2008).

Surgem novas preocupações, associadas ao contexto do final da 2ª Guerra Mundial e aos movimentos de descolonização. O “bem comum”, o objectivo colectivo, assume o carácter de justiça, de defesa de direitos básicos como o da preservação da vida humana e do ambiente. É também a partir dos finais da década de setenta, que “começamos a observar o início das contingências das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), e da globalização, (...) mudanças que afectam sobremaneira todas as

estruturas e funções do capitalismo e do Estado-Nação das sociedades contemporâneas”
(Ferreira, 2009:8):

“ (...) É a partir deste período que se verifica um conjunto de “mudanças ao nível do crescimento acelerado do número de associações, da diversificação das necessidades e interesses”, associados aos problemas que preocupam a sociedade civil, bem como ainda ao “nível da organização e funcionamento visando poder possibilitar a intersubjectividade e a participação no seio das associações (...)”
(Fernandes, 2003:169, citado por Duarte, 2008:5).

Ao longo das décadas seguintes, evidenciou-se um crescente aumento do número de associações, elementos integrantes da denominada *economia social*⁶, o que segundo Silva (2008:1) é justificável uma vez que, estas entidades direccionam a sua intervenção directamente para respostas que vão ao “encontro das dificuldades, disfunções e crises com que a economia capitalista contemporânea se depara, nomeadamente o desemprego, as desigualdades sociais e as necessidades que o mercado deixa por satisfazer em largos estratos de população”. Por outro lado, porque através da sua actividade, proporcionam meios e formas alternativas para:

“(...) Fazer face às actuais debilidades dos sistemas de segurança social e à manifesta impotência do estado providência para sobreviver num contexto de globalização da economia, urbanização crescente e desindustrialização, a que acrescem novos fenómenos demográficos, como sejam o envelhecimento da população, a baixa natalidade ou os fluxos migratórios de grande amplitude (...)”
(Silva, 2008:1).

Neste contexto, desde meados de 1990, tem-se expandido a convicção de que a economia social pode contribuir activamente para o aumento do valor acrescentado das economias nacionais e para a criação de formas harmoniosas de compatibilizar o

⁶ Economia Social (Comissão Europeia, 2007, citada por Silva, 2008:2): “Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão directamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles. A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de “não-mercado” a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.” Esta definição da Comissão tem em consideração os critérios incluídos na Carta de Princípios da Economia Social, estabelecida pela CEP-CMAF (Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Associações e Fundações) e abrange portanto os dois subsectores:

- a) O subsector que actua no mercado e tem carácter empresarial;
- b) O subsector do não mercado.”

crescimento económico com objectivos de desenvolvimento sustentado e inclusão social que são, cada vez mais, uma exigência das sociedades democráticas.

De acordo com Arzeni (cit. por Silva, 2008), a economia social desempenha um papel crescente nos países da OCDE relativamente ao combate da pobreza, à promoção de uma cidadania activa, ao desenvolvimento da solidariedade e da participação, sendo certo que sem “empreendedorismo social” as sociedades não alcançarão novos patamares de inovação e competitividade.

Tal como refere Silva (2007:6, cit. Boaventura, 1998:7) a economia social, caracteriza-se pela

“(…) Emergência de organizações que, dentro do Terceiro Sector, prosseguem a sua missão social de forma mais empreendedora e estratégica, capitalizando recursos e assumindo-se enquanto projecto alternativo de providencia social, de forma a comprovar as suas vantagens comparativas em relação ao princípio do mercado e ao princípio do Estado (…).”

Neste contexto, importa definir o termo “*Terceiro Sector*”, conceito utilizado pela primeira vez num texto intitulado “*Pour la création d'un troisième secteur, comment créer des emplois*”, (Paris, Centre de Recherche Travail et Société, Université de Paris IX Dauphine, Mars), por J. Delors e J. Gaudin (www.animar.pt), não sendo o seu reconhecimento consensual, nem do ponto de vista da sua concepção teórica, nem do ponto de vista político, nem mesmo internamente entre os agentes protagonistas das actividades desenvolvidas nas organizações, tendo-se expandido nas décadas de 80 e 90, “a partir supostamente da necessidade de superação da dualidade pública/privada e da crença de que este novo sector possa dar as respostas que o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar” (www.animar.pt).

As organizações que compõem o Terceiro Sector procuram defender os interesses colectivos, introduzindo mecanismos de solidariedade, intervindo no mercado oferecendo bens e gerindo serviços, o que segundo Donati (1978, cit. em www.animar.pt), “pode ser interpretado como o resultado da incapacidade do mercado em responder onde a procura não é solvente ou onde exista crise relativa ao Estado de Bem-Estar, o qual tem tendência para delegar as suas funções no sector “privado social devido ao seu menor custo e maior versatilidade.”

Assim, poderemos considerar que o Terceiro Sector representa o conjunto de pessoas singulares e colectivas que intervêm na sociedade com preocupações de justiça social e equidade na distribuição da riqueza, regendo-se fundamentalmente por “preocupações éticas, reconhecendo o papel regulador dos mercados e não contestando a procura do lucro – não lhe conferem é um papel primordial” (Lavado e Barata, 2008), colocando acima dos interesses economicistas as necessidades e o bem-estar da humanidade. A sua estratégia de actuação passa por uma intervenção “ao nível local, territorializada, numa lógica descentralizada do poder, aliada a uma forte participação das populações, com vista a fazer delas as protagonistas na resolução dos seus problemas” (Lavado e Barata, 2008).

O Terceiro Sector representa, no fundo, “todas as actividades económicas que escapam aos constrangimentos estruturais e institucionais de regulação e de controlo do Estado e do mercado” (Billiard, Debordeaux e Lurol, 2000, cit. por Ferreira, 2009:13), sendo que as suas actividades se alargam aos domínios sociais, culturais e políticos, não sendo “lícito integrá-las nas actividades que decorrem da economia informal ou da economia subterrânea” (Billiard, Debordeaux e Lurol, 2000, cit. por Ferreira, 2009:13).

As organizações de economia social tendem a mobilizar sobretudo recursos de âmbito local e a privilegiar a satisfação de necessidades sentidas localmente, tendo como funções (www.animar.pt):

- Promover a coesão social, combatendo todas as formas de exclusão social, estimulando a criação de emprego (através de medidas activas de emprego) e melhorando as condições de empregabilidade;
- Promover a coesão económica, combatendo a marginalidade económica e promovendo o estímulo à criação de riqueza;
- Promover uma cultura de participação cívica e exercício activo da democracia.

É neste contexto que, actualmente, o associativismo e os movimentos de mobilização colectiva da sociedade civil se desenvolvem, assumindo uma função reconhecida de resposta a necessidades não satisfeitas pelo Estado Providência ou pelo Mercado, referindo Laville (2000, cit. por Ferreira, 2009:14), que “hoje, como já referimos, em função da natureza da crise do Estado e do mercado, o Terceiro Sector tem-se

desenvolvido com alguma expressividade, visualizando-se inclusive no futuro a sua expansão”, tendo como fundamentos:

- A situação estrutural de desemprego e de precariedade contratual, que conduz muitos profissionais, especialmente qualificados, à procura de emprego e estabilidade junto das entidades da economia social (França, Bélgica, Portugal, Espanha), ou Organizações sem Fins Lucrativos ou de Trabalho Social (Grã-Bretanha, EUA e países Escandinavos), uma vez que estas entidades “se inscrevem numa lógica de arranjar ou manter o trabalho e o emprego de uma forma estável. É uma opção que soluciona a crise do Estado-Providência e do mercado nas suas articulações com a economia formal ou informal” (Ferreira, 2009:15);

- O afastamento do Estado relativamente aos problemas que afectam a vida quotidiana das famílias e das comunidades locais, bem como o crescente surgimento de comportamentais sociais desviantes, sustentados na pobreza e na exclusão, como a violência, o crime, a insegurança, às quais os serviços de proximidade procuram responder;

- Ao sustentar-se numa lógica não concorrencial e de não maximização do lucro, participação democrática na tomada de decisão e redução da oposição entre produtores e consumidores, o Terceiro Sector assume-se também como uma alternativa aos modelos vigentes de sociedade.

1.3. Associativismo em Portugal: Breve perspectiva histórica

No que respeita ao movimento associativo em Portugal, a sua origem remonta ao século XIX (Goodolphim, 1974, cit. por Lima, 2005), sob a forte e fundamental influência de duas alterações substanciais: a Revolução Industrial (iniciada em Inglaterra, ainda no séc. XVII) e a Revolução Francesa (1789-1793), de acordo com os ideais “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” (Martins, 2001).

Estas alterações conduziram a novas formas de pensar e agir, revolucionando todo o Mundo, e também Portugal, conduzindo à Revolução Liberal (1820). É preciso não esquecer que no início do século XIX, Portugal apresentava indícios de uma profunda crise e factores de grande instabilidade, resultantes da(s):

- Invasões francesas, de 1807 a 1811;

- Retirada da Corte, gentes e cabedais para o Brasil (a 29 de Novembro de 1807);
- Ocupação militar inglesa iniciada em Agosto de 1808, com grandes custos para a autonomia económica da Nação.

Estas circunstâncias, devidamente associadas, conduziram a uma incipiente industrialização e a um elevado atraso em relação à restante Europa, à pobreza generalizada da população, à inexistência de um sistema de apoio social e a altas taxas de analfabetismo (Martins, 2004).

Neste contexto, a que acresce a abolição das corporações em 1834, as populações iniciam um processo de organização conjunta, procurando solidariamente minimizar as dificuldades por que passavam (Martins, 2004), e gerando respostas. Daí surgirem, segundo o mesmo autor, as “associações de socorros mútuos na doença, as sociedades cooperativas de consumo e produção, as caixas de crédito e as associações de instrução popular”, todas elas formas sociais de entre ajuda e/ou de busca de condições de progresso.

De facto, já anteriormente, e no rescaldo da Revolução Liberal, foram constituídas algumas associações de socorros mútuos, nomeadamente a Associação Montepio do Senhor Jesus do Bonfim (1807), a Associação de Ourives da Prata Lisbonenses e a Associação Montepio Jesus Maria José (1822). A primeira associação popular foi constituída em 1838, denominando-se Sociedade dos Artistas Lisbonenses (a designação de associação popular engloba uma grande diversidade de associações, como as de socorros, os bancos populares, as associações profissionais, entre outras).

Susana da Cruz Martins (2001), refere que as primeiras associações a ganhar, cronologicamente, estatuto institucional e visibilidade social em Portugal, foram as “colectividades” e as “associações culturais e recreativas”, cujas principais actividades se orientavam para aspectos lúdicos como a música, o desporto, as festas e convívios.

A primeira associação desportiva da Península Ibérica também nasceu em Portugal: a Real Associação Naval de Lisboa, fundada em 1856.

A evolução do Movimento Associativo Popular está intrinsecamente ligada à evolução sociopolítica da própria sociedade portuguesa (Duarte, 2008), pelo que as rupturas políticas influenciam fortemente a vida das colectividades, clubes e outras associações. Tendo em conta este enquadramento, é possível analisar o movimento associativo de acordo com os seguintes períodos temporais:

a) Monarquia Constitucional

Na segunda metade do século XIX, especialmente no período da Regeneração, verificou-se um importante entusiasmo na constituição de associações de vários tipos: associações de instrução e recreio; associações de classe; associações de bombeiros; cooperativas, etc., seguindo um modelo que genericamente poderemos designar por associativismo popular (Lima, 2005).

O associativismo e as suas instituições assumem, nesta altura, um papel relevante, referindo Edgar Rodrigues que “em 1856-1857, o que valeu aos portugueses para não serem dizimados pela febre-amarela foram as 85 Mutualidades Autónomas de Assistência Social, que haviam de crescer para 586 até 1903⁷.”

b) 1.ª República (1910/1926)

As associações colaboraram de forma importante na Instrução Popular Primária, um dos objectivos nacionais (Martins, 2004). O associativismo popular viria a ser alargado a grupos cénicos, bibliotecas e universidades populares, orfeões e bandas de música, sociedades de instrução e recreio, algumas das quais bastante activas nos domínios da instrução popular, da alfabetização e das aulas nocturnas (Lima, 2005).

c) Estado Novo

Apesar de em Portugal o movimento associativo se afirmar desde meados do século XIX, como já foi referido, e se desenvolver com a República, o mesmo sofre um retrocesso aquando da instauração do Estado Novo, que “vai promover a ilegalização de partidos e sindicatos” (Duarte, 2008) e encerrar associações e colectividades que se dedicavam a actividades de educação cívica, assistindo-se neste período à

⁷ Rodrigues, Edgar, História do Movimento Anarquista em Portugal, in Arquivo de História Social, www.galeon.hispavista.com, citado por Artur Martins (2004).

sobrevalorização das “actividades recreativas e desportistas” (Fernandes, 2003:169, citado por Duarte, 2008).

Lima (1986) aponta com exemplo dessa situação, a dissolução, logo em 1927, dos centros políticos e associações que tinham tido alguma participação de forma directa ou indirecta no movimento de Fevereiro desse mesmo ano (através do Decreto n.º 13322, de 25 de Março de 1927). O mesmo autor faz também referência à regulação do direito de reunião (Decreto-Lei n.º 22468, de 11 de Abril de 1933), e à publicação de diversas disposições acerca das associações consideradas secretas, como por exemplo, a Maçonaria, que deveriam ser dissolvidas pelo Ministro do Interior, como outros exemplos das fortes restrições do Estado ao movimento associativo.

Em contra ponto, salienta Lima (1986:13):

“(…) o regime apostava na fórmula corporativa e eram criadas as «casas do povo» (1933) e as «casas dos pescadores» (1937), consideradas organismos corporativos primários, promotores de assistência e enformadores de uma intervenção política afectada ao regime, de uma participação de tipo predominantemente orgânico (…).”

O mesmo autor afirma ainda:

“(…) o corporativismo português, que tem sido caracterizado como um «corporativismo de Estado» e não como um «corporativismo de associação», foi sempre conduzido e impulsionado pelo poder central, sem que os cidadãos tenham autonomamente assumido iniciativas próprias de substância, o que de resto caracteriza outras iniciativas do regime, como por exemplo, os centros de recreio da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) (…).” (Lima, 1986:13).

Apesar das restrições e dificuldades impostas durante o período do Estado Novo, algumas associações permanecem em funcionamento.

d) Pós 25 de Abril de 1974

A partir do 25 de Abril, a existência de um estado democrático possibilitou a emergência da sociedade civil, enquanto movimento organizado de um colectivo com consciência crítica (Duarte, 2008), sendo possível observar um aumento na participação social, fruto do fim do regime ditatorial, embora Cruz, (1995, cit. por Coelho, 2008:10), refira que “este incremento participativo relaciona-se (...) mais com um processo

transitório democrático do que especificamente com questões mais direccionadas com a mudança de valores, atitudes e comportamentos”.

Tal como refere Lima (1986:13-14):

“(…) Com o 25 de Abril de 1974 volta a abrir-se uma nova página na história do associativismo. Até à fase constitucional iniciada em 1976, a situação caracterizou-se pela criação de numerosas associações e por uma intervenção baseada em formas de democracia directa e de participação muito activa. A par das colectividades de cultura e recreio, dos grupos cénicos, dos ranchos folclóricos, das bandas de música, etc., surgiram novas associações de moradores, as comissões de trabalhadores, novos sindicatos, cooperativas, etc. (…).”

Cerca de metade das associações que hoje temos em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974 (Martins, 2004). A par do substancial aumento do número de associações, mais dois factos se verificaram: as colectividades mais “clássicas” diversificaram em muito as suas actividades e por outro lado, emergiram ou reforçaram-se outros tipos de associativismo: de defesa (património, consumidores, à vítima, etc.); movimento de moradores; juvenil e estudantes; ambiente e ecologia; de pais e da família, pessoa com deficiência, etc.

Contudo, à fase posterior ao 25 de Abril de 1974, de expansão do movimento associativo e diversificação das associações, de criatividade social ao nível da expressão e exercício da cidadania activa, numa perspectiva de mudança social, seguiu-se um conturbado período para as associações e colectividades, que sofreram, por um lado, uma instrumentalização partidária e, por outro, uma hostilidade desde cedo demonstrada pelos primeiros governos democraticamente eleitos, tendo acabado por conduzir estes movimentos de cidadãos a uma grave crise e a uma travagem naquilo que poderia ter sido “o arranque para a efectiva construção de uma sociedade civil organizada em Portugal” (Melo, 2003).

Seguiu-se, portanto, aquilo que Lima (1986:16) designou por uma espécie de “reorganização” e de “reordenamento” do espaço associativo, tendo várias associações encerrado a sua actividade. Outras, por outro lado, conseguiram reforçar as suas

actividades, adaptar-se às novas circunstâncias, reformulando ou reavaliando os seus objectivos e as suas práticas, à luz do novo enquadramento “político-constitucional”.

Em 1979, como “reminiscência da criatividade social e organizacional” evidenciada anos antes, criou-se, por legislação, o estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), organizações privadas sem fins lucrativos e reconhecidas como “parceiros privilegiados do Estado para assuntos sociais” (Melo, 2003).

Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, passaram a estar disponíveis verbas provenientes dos Fundos Estruturais, tendo alguns desses fundos sido canalizados para as organizações de intervenção social (Melo, 2003).

Apesar da dependência financeira relativamente ao Estado, a mecenas ou a fundos comunitários, que caracteriza a maior parte das associações, grande parte delas tem também conseguindo manter “o vínculo popular inicial, quer pela condição ou origens das massas associativas e dos dirigentes, quer pelos objectivos perseguidos” ou actividades praticadas (Malheiro, 1996). Para este autor:

“(…) as associações contribuem para o desenvolvimento integral e harmonioso dos associados, de todos e de cada um, atendendo aos aspectos intelectual, físico, moral, estético, profissional e cívico. Para tal consecução, desempenham – através de actividades culturais, recreativas, gimno-desportivas e de solidariedade – um papel complementar e supletivo no âmbito da educação, da cultura, da segurança social, da saúde, da defesa do ambiente e da protecção do património. Por outro lado, no propósito de reforçarem a intervenção sociocultural, cooperam não só entre si, mas também com todas as instituições que se proponham atingir fins comuns ou exercer idênticas actividades (...)” (Malheiro, 1996:84).

Apesar de no período compreendido entre 1986 e 2000, o número de Organizações sem fins lucrativos ter triplicado (Martins, 2001), a participação dos portugueses nas actividades de carácter associativo é bastante reduzida: a maior parte dos portugueses não pertence a nenhuma associação e Portugal detém o mais baixo índice de associativismo por habitante de toda a Europa (Coelho, 2008).

Como é possível observar, através da leitura da Tabela 1.2, as Instituições Particulares de Segurança Social assumem uma posição destacada ao nível do número de

associações existentes, por oposição às ADL, que não só em número de entidades, como também relativamente ao pessoal em serviço, apresentam valores bastante inferiores.

Tabela 1.2. Síntese Estatística do Terceiro Sector em Portugal (2002-2005)

	<i>Nº de Entidades</i>	<i>Nº de Pessoal ao Serviço</i>	<i>Corpos Sociais</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ano</i>
Cooperativas (Crédito, habitação, consumo, produção, distribuição)	3.184	127.360	28.656	INSCOOP	2005
Mutualidades	72	2.880	648	União das Mutualidades	2006
IPSS	4.298	171.920	38.682	ICS	2002
Associações	2.271	90.840	20.439	ICS	2002
Centros Sociais Paroquiais e Institutos Religiosos	1.372	54.880	12.348	ICS	2002
Misericórdias	400	16.000	3.600	União das Misericórdias Portuguesas	2002
Fundações	162	6.480	1458	ICS	2002
Cooperativas de Solidariedade Social	93	3720	837	ICS	2002
Sociais não IPSS (Bombeiros, Associações Juvenis, Casas do Povo, Associações da Área da Saúde, Associações de Imigrantes)	2.428	97.120	21.852	ICS	2002
ADL	69	2.760	621	ICS	2002
Bombeiros	471	18.840	4.239	ICS	2002
ONG	97	3.880	873	ICS	2002
TOTAL	10.619	424.760	95.571		

Fonte: ANIMAR⁸, 2008

Através da análise da Tabela 1.3., desde logo se constata que o envolvimento associativo em Portugal é análogo ao de Espanha, superior ao dos Países de Leste seleccionados (Moldávia e Roménia) e inferior a todos os outros, muito especialmente os Países Nórdicos.

Tabela 1.3. Número de Associações em que a População Adulta está Envolvida (%), por País (UE), Segundo Inquérito de 2001

<i>Número de Associações</i>	<i>Países</i>							
	<i>Alemanha</i>	<i>Dinamarca</i>	<i>Espanha</i>	<i>Holanda</i>	<i>Moldávia</i>	<i>Noruega</i>	<i>Portugal</i>	<i>Roménia</i>
>=3	21,7	57,4	12,8	62,0	2,5	72,8	11,0	2,1
2	21,0	19,8	11,6	15,6	2,8	13,1	12,7	4,0
1	27,1	14,9	23,9	11,5	14,4	9,5	29,7	13,6
0	30,2	7,9	51,6	10,9	80,2	4,6	46,6	80,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Viegas⁹ (2004:41)

Perto de metade dos inquiridos não se encontra associado a nenhuma instituição desta tipologia e apenas cerca de 10% da população é membro de 3 ou mais associações, valor que contrasta fortemente com os 57,4% da Dinamarca ou os 62% da Holanda.

⁸ ANIMAR, (2008) *Manual de e-Col@boração e e-Aprendiz@gem: e-Qu@lifificação para o Terceiro Sector* [Online], disponível em http://www.3sector.net/equalificacao/src_cdroms/gestao_financeira/manual/manual_colaboracao.pdf.

⁹ Viegas, J. M. L. (2004) Implicações Democráticas das Associações Voluntárias – O Caso Português Numa Perspectiva Comparativa Europeia, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, 33-50.

A Tabela 1.4. apresenta as percentagens de envolvimento nos diferentes tipos de associações em Portugal e em mais sete países europeus escolhidos para a comparação, sendo possível observar que em Portugal, cerca de metade da população participa em pelo menos uma associação, sendo de destacar as organizações desportivas, culturais e recreativas, como as que movem um maior número de associados, logo seguidas pelas de solidariedade social.

Tabela 1.4. População Adulta com Envolvimento nos Diversos Tipos de Associações (%), por País (UE), Segundo Inquérito de 2001

<i>Tipos de Associações</i>	<i>Países</i>								
	<i>Alemanha</i>	<i>Dinamarca</i>	<i>Espanha</i>	<i>Holanda</i>	<i>Moldávia</i>	<i>Noruega</i>	<i>Portugal</i>	<i>Roménia</i>	
Consumidores	0,5	3,4	1,0	13,2	0,8	13,8	1,9	0,2	
Defesa de direitos de cidadania e valores	10,5	26,0	10,9	42,6	2,5	61,6	4,5	1,3	
Interesses empresariais ou financeiros	3,5	11,9	3,2	9,5	3,9	11,3	2,4	1,6	
Pais e moradores	4,9	41,6	10,1	27,9	3,2	39,1	4,8	5,2	
Pensionistas e ex-combatentes	4,1	18,3	6,1	11	1,7	10,0	1,6	1,9	
Solidariedade Social e Religiosas	20,6	35,6	19,5	46,2	4,0	46,7	25,6	3,6	
Desportivas, culturais e recreativas	49,3	59,0	21,7	59,4	5,2	73,9	28,0	2,9	
Sindicais e socioprofissionais	11,4	60,0	7,7	28,7	5,6	53,0	7,6	6,4	
Partidos políticos	3,9	8,2	2,8	8,4	2,5	12,8	2,8	4,1	
Em pelo menos uma associação ¹⁰	69,8	92,1	48,4	89,2	19,8	95,4	53,4	19,6	

Fonte: Viegas¹¹ (2004:41)

Mais uma vez podemos observar a tendência de participação muito mais elevada verificada nos países do Norte da Europa, comparativamente com Portugal e até mesmo Espanha.

A Tabela 1.5., referente ao envolvimento activo, dá-nos resultados semelhantes à tabela anterior, ao evidenciar que o envolvimento activo dos portugueses assume valores mais elevados nas IPSS e nas associações desportivas, culturais e recreativas, registando valores substancialmente menores em todas as outras tipologias.

Efectuando uma análise comparativa com outros países, especialmente os do Norte da Europa, constatamos o reduzido envolvimento dos Portugueses, o que reflecte a sua frágil participação activa enquanto cidadãos.

¹⁰ Este valor considera alguns tipos de associações que não foram contemplados em qualquer das categorias anteriores.

¹¹Viegas, J. M. L. (2004) Implicações Democráticas das Associações Voluntárias – O Caso Português Numa Perspectiva Comparativa Europeia, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, 33-50.

Tabela 1.5. População Adulta com Envolvimento *Activo* nos Diversos Tipos de Associações (%), por País (UE), Segundo Inquérito de 2001

<i>Tipos de Associações</i>	<i>Países</i>							
	<i>Alemanha</i>	<i>Dinamarca</i>	<i>Espanha</i>	<i>Holanda</i>	<i>Moldávia</i>	<i>Noruega</i>	<i>Portugal</i>	<i>Roméia</i>
Consumidores	0,0	0,5	0,4	0,7	0,2	1,0	0,3	0,2
Defesa de direitos de cidadania e valores	6,1	6,8	5,4	7,8	1,6	10,3	1,8	1,0
Interesses empresariais ou financeiros	2,0	4,9	1,9	3,9	2,9	4,5	1,4	1,2
Pais e moradores	4,4	21,9	6,2	10,8	2,0	17,5	2,8	3,5
Pensionistas e ex-combatentes	3,3	8,8	4,3	4,3	0,8	3,4	1,1	0,9
Solidariedade Social e Religiosas	15,6	10,6	8,6	19,0	3,2	13,3	20,6	3,2
Desportivas, culturais e recreativas	45,0	50,5	15,7	39,2	3,5	50,2	19,0	2,7
Sindicais e socioprofissionais	5,8	17,9	3,8	6,0	3,6	15,5	3,3	4,8
Partidos políticos	3,0	5,2	2,2	3,0	1,6	5,0	2,2	2,7

Fonte: Viegas¹² (2004:43)

As preocupações e os desafios que se colocam à sociedade actual não são apenas de natureza económica, mas também de índole cultural, ambiental, social e identitária, conduzindo a sociedade civil a acções de carácter reflexivo, de interrogações face ao futuro, onde é necessário “refazer percursos e tomar em suas mãos o poder de agir” (Couvaneiro, 2009:2).

1.4. Associações de Desenvolvimento Local – Associativismo e Desenvolvimento Local

A noção de desenvolvimento começa por estar associada, desde a emergência das teorias liberais clássicas, sobretudo à ideia de desenvolvimento económico, extremamente conectada e muitas vezes até confundida com a ideia de crescimento acelerado que as sociedades europeias viviam após a Revolução Industrial. O progresso tecnológico, o aumento da produção, o crescimento da riqueza a nível mundial, o maior consumo, produziam uma sensação de aumento permanente dos recursos que era identificada com o desenvolvimento. Esta noção perdurou até à década de 70, partindo do pressuposto de que o mundo caminharia para “um crescente progresso e consumo em que a lei da oferta e da procura encarregar-se-ia de proporcionar um relativo equilíbrio económico e social” (Cardoso, 2007:1).

¹²Viegas, J. M. L. (2004) Implicações Democráticas das Associações Voluntárias – O Caso Português Numa Perspectiva Comparativa Europeia, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, 33-50.

Contudo, a crise de 1973 veio alterar profundamente a economia e a sociedade, mantendo-se sem resposta as assimetrias económicas e sociais entre um conjunto bastante diferente de países (os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento), apesar do esforço efectuado desde a década de 50 até ao final dos anos 70, por diversas correntes económicas e diversos autores, nomeadamente Rostow (1964) e Hoselitz (1982), Seers (1969) e Myrdal (1974) que procuravam justificar as diferenças de crescimento e desenvolvimento entre os países, bem como encontrar propostas para inverter estas condições.

Assim, embora envolto por alguma indefinição e ambiguidade, vários autores têm apresentado propostas onde o modelo territorialista ou de desenvolvimento local (DL) (Cardoso, 2007), pode afirmar-se como “um modelo alternativo aos modelos acima referidos” (Cardoso, 2007: 4), sustentando que o desenvolvimento e a satisfação das necessidades da população passam pela “*participação*” da comunidade local, sendo a mesma entendida como um processo que visa “o envolvimento das pessoas na resolução dos seus problemas, deixando de as ver como um “público-alvo” ou destinatários de uma intervenção, para as encarar como sujeitos de um processo, que tem que ser seu, e não o que os técnicos definiram para elas” (Associação In Loco, 2001:16), apelando a um desenvolvimento de base local, com o empenhamento das pessoas e das associações locais para o desenvolvimento (Cardoso, 2007).

Face a esta noção, poderemos então dizer que o desenvolvimento local é um processo que se caracteriza por diversos factores, de entre os quais destacamos:

- Valorização dos recursos localmente disponíveis;
- Participação activa da comunidade enquanto agentes individuais e colectivos de desenvolvimento;
- Concertação entre as estratégias locais e as regionais/nacionais;
- “Lentidão” temporal;
- Criação de redes de cooperação entre os diversos agentes (individuais e colectivas);
- Capacidade de atrair ao *local* outras pessoas;
- Capacitação dos residentes;

- Definição de *local* tendo em consideração as características culturais, ambientais, sociais e económicas do espaço.

Segundo Melo (1998:62), “o DL é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro”, ou, tal como refere Mortágua¹³ (1999), o DL é:

“(…) um processo complexo, eminentemente cultural e sociopolítico, resultante da evolução democrática das lideranças locais, evolução que se traduz também pela adopção de métodos e práticas de planificação motivadoras da participação activa das pessoas e respeitadoras do princípio - “de baixo para cima”, da base para o topo (…).”

Nesta perspectiva, o *local* assume uma dimensão “duplamente relacional” (Amaro 1991, cit. por Cardoso, 2007), e para que o processo de desenvolvimento seja possível e eficaz há que obter (Reis (1994), Pérez *et al.* (1994), citados por Cardoso, 2007), um determinado limiar de densidade demográfica, uma certa dimensão técnico-económica, institucional e humana, para as quais poderão contribuir vários tipos de entidades (desde as oficiais, como autarquias, até às cooperativas e associações locais).

É também neste contexto que autores como Giménez (1996), Hoven *et al.* (1996), Lowe *et al.* (1997) têm destacado a importância da formação de redes, defendendo Cardoso (2007:5) que a construção de “redes locais, aliada às facilidades de transportes e telecomunicações e demais tecnologias da informação (...) tal como o demonstram algumas experiências nomeadamente na Itália e na França”, contribuem significativamente para “aumentar o emprego não agrícola em áreas rurais: respectivamente 63% e 52%” (cf. OCDE, 1988 *in* Lowe *et al.* 1997, cit. por Cardoso, 2007:5).

Em Portugal, e perante uma realidade fortemente marcada pela pobreza, pelo desemprego e pela exclusão, muitas associações foram criadas em torno de novos problemas sociais, representando expressões de solidariedade quotidiana, traduzidos em

¹³ Mortágua, C. (1998) “Reflexões sobre as práticas do desenvolvimento local em Portugal: existem ou não práticas de desenvolvimento local no nosso país?” [Online], disponível em, <http://www.inloco.pt/site/index.php?name=ContentExpress&func=display&ceid=82>.

movimentos “cívicos estáveis e resistentes à dissolução uma vez que possuem estruturas, um conjunto diversificado de recursos humanos, materiais e institucionais” (Duarte, 2008:7). Como refere Silva (2008:5),

“ (...) À medida que cresce a globalização (...), mais se sente a necessidade de reforçar o desenvolvimento local, para prevenir e enfrentar as eventuais consequências negativas da globalização. São necessárias comunidades territoriais fortes e providas de instrumentos de coesão social eficientes que permitam assegurar o desenvolvimento do seu território e o bem-estar das respectivas populações. No dizer de Xavier Greffe, *o desenvolvimento local é assunto cuja relevância é agora claramente reconhecida pela maioria dos actores locais, nacionais e internacionais (...).*”

Em torno destas problemáticas, mas também da nova perspectiva de encarar o desenvolvimento como um processo de base popular/local, surgem no pós-25 de Abril, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL's), actores essenciais desta tipologia de acção.

A participação dos indivíduos e o seu envolvimento nos processos de desenvolvimento, tornam-se uma condição para o trabalho a desenvolver pelas ADL's, procurando produzir resultados a dois níveis: 1) respostas aos problemas detectados; 2) crescimento pessoal dos que participam no processo (*empowerment*).

Assim, poderemos dizer que o principal objectivo de uma ADL será “agrupar pessoas e entidades” (Lavado e Barata, 2008), com objectivos, interesses e motivações comuns para agir de forma concertada na busca de alternativas, respostas e soluções para os problemas genericamente sentidos, sendo “organizações não estatais e privadas que produzem bens e serviços de interesse geral e não têm como objectivo principal o lucro” (Lavado e Barata, 2008), tendo como “finalidade produzir dado bem ou serviço, mas não existindo uma intenção explícita de enriquecimento ou de distribuição de lucros para quem integra esses tipos de associações” (Ferreira, 2009:14).

As entidades do Terceiro Sector partilham muitos dos princípios e da visão estratégica associada ao desenvolvimento local, intervindo em territórios deprimidos, despovoados, marcados por problemas sociais e económicos, valorizando recursos endógenos e mobilizando-os, criando e reforçando parcerias, fomentando a participação individual e

colectiva, capacitando e qualificando, sustentando-se no enraizamento territorial e numa constante avaliação, numa lógica de investigação/acção (Lavado e Barata, 2008).

Nas Associações de Desenvolvimento Local, apesar da sua diversidade, poderemos identificar algumas áreas de trabalho que, de uma forma mais ou menos intensa, são desenvolvidas:

- Apoio a grupos sociais com necessidades específicas (crianças, jovens em risco, idosos, pessoas com deficiência, entre outros);
- Actividades de voluntariado (de proximidade ou de cooperação para o desenvolvimento);
- Defesa, preservação e valorização do Meio Ambiente;
- Gestão, manutenção e inovação de espaços urbanos colectivos;
- Projectos de Desenvolvimento Local ou Comunitário;
- Turismo social;
- Serviços de proximidade de natureza social.

Dada a sua intervenção, as ADL's têm, nos últimos anos, vindo a ganhar um corpo técnico qualificado e relativamente estável, recorrendo e mobilizando diversos recursos:

- Financiamentos públicos e benefícios fiscais;
- Donativos;
- Venda de bens e prestação de serviços;
- Constituição de parcerias;
- Trabalho voluntário.

Contudo, a sustentabilidade financeira da maioria das organizações do Terceiro Sector, em Portugal encontra-se em causa, tanto em termos económicos como sociais, apesar de persistirem inúmeras necessidades de intervenção e de, continuamente, serem criarem outras tantas (ANIMAR, 2007).

Nos últimos anos, as ADL's têm ganho bastante importância no plano económico uma vez que, desse ponto de vista, produzem bens e serviços em novas áreas de actividade (como resposta a necessidades identificadas, procuras não satisfeitas), e em novos mercados (que, em alguns casos, não são atractivos para os demais sectores, em termos de retorno do investimento). Do ponto de vista da empregabilidade, estima-se que este

sector (na definição de Terceiro Sistema da Comissão Europeia) reúna aproximadamente 9 milhões de empregos (www.animar.pt).

“(…) Este maior protagonismo do Terceiro Sector não está isento de ambiguidades e contradições realçadas por muitos autores (…) Por um lado, destaca-se a sua crescente dependência financeira e institucional da administração pública, a sua concomitância e possíveis manipulações políticas, as dificuldades em articular os interesses particulares com o interesse geral, a verificação da sua representação, etc., e, por outro lado, assinalam-se as precárias condições de trabalho, o "sequestro" da voz dos pobres nas mãos de uma crescente profissionalização, a irrupção de critérios de gestão empresarial, mais hierárquicos e menos participativos, a crescente concorrência inter-associativa, o risco de abandonar a lógica da doação e a reciprocidade pela procura de benefícios, etc. (…).”
(www.animar.pt)

Conclusão

Surgidas em Portugal durante o séc. XIX, as associações apresentam-se como expressões organizadas de pessoas que, de forma individual ou colectiva, procuram intervir activamente nos mais variados domínios da vida social, económica e cultural.

Ao longo dos anos, o interesse e a mobilização em torno do associativismo e das associações não tem sido constante, embora, mais recentemente, se tenha verificado uma verdadeira expansão deste sector, que passou a ser encarado como uma via para a cidadania, para o exercício activo da democracia, e como o modelo mais eficaz para a implementação de projectos individuais e colectivos inovadores.

Como resposta ao mundo global, o movimento associativo tem vindo a desenvolver-se e a crescer de forma bastante positiva, não só em quantidade mas também, e sobretudo, ao nível da qualidade, sendo um elemento importante ao nível do Terceiro Sector e da Economia Social¹⁴:

“(…) A economia social não é de modo nenhum um fenómeno novo, mas ganhou novo vigor nas últimas décadas. Para isso contribuiu o declínio do estado de bem-estar e outros factores, incluindo mudanças nas economias locais, a exclusão de alguns grupos vulneráveis e uma evolução gradual das concepções tradicionais das organizações da sociedade civil no sentido de uma maior dinâmica e orientação para fins específicos. As organizações de economia social voltaram-se para o preenchimento dos vazios deixados pelo mercado e pelo estado e revelaram-se ser inovadoras, adaptáveis e capazes de responder às necessidades locais, desde que

¹⁴ Segundo Manuela Silva (2008), o conceito “**Economia Social**”, é também muitas vezes conhecido por outras designações, como sejam a de Terceiro Sector, economia sem fim lucrativo, economia solidária ou cooperativa, designações estas que pretendem salientar alguma característica particular e por isso não são sinónimos no sentido rigoroso do termo.

sejam criadas a oportunidade e o ambiente que lhes permita realizar todo o seu potencial (...)” (*The social economy. Building inclusive economies, Executive summary*, 2007, citado por Silva, 2008:1)

Em Portugal, podemos traçar a evolução histórica do associativismo em quatro pontos-chave:

- 1- Monarquia Constitucional, que marcou o surgimento das primeiras associações, enquadráveis no campo do associativismo popular;
- 2- 1ª República, durante a qual o associativismo popular é alargado às temáticas da educação (nomeadamente à alfabetização) e a algumas actividades de carácter cultural;
- 3- Estado Novo, que assinala um período de forte repressão sobre o movimento associativo;
- 4- Pós-25 de Abril de 1974, período bastante fértil ao nível do movimento associativo, tendo sido criadas algumas das associações ainda hoje existentes.

A expressão clara do movimento associativo é a figura da associação que, constituindo uma das expressões de maior vitalidade nas sociedades, é, por regra geral, caracterizada por se distinguir de outras que surgem independentemente da vontade dos indivíduos, tais como a família ou a classe social. Na esteira de alguns sociólogos clássicos como Weber (1978), a associação é, em regra, apresentada como (i) organização de um grupo de pessoas com objectivos comuns, ainda que de diversa natureza (económica, social, política, cultural, recreativa); (ii) que opera de modo independente ou autónomo perante o Estado; e (iii) na qual cada um dos membros adere numa base voluntária (Viegas, 2004).

O que distingue os diferentes tipos de associações é, no fundo, o seu objectivo, fim ou missão, podendo estes ser os mais variados, dando origem também aos mais diferenciados tipos de associações: associações de pais, associações de estudantes, associações relacionadas com grupos profissionais, associações de moradores, associações recreativas, associações culturais, associações desportivas, associações de desenvolvimento local, entre outras.

No que a estas últimas concerne, o seu leque de intervenção temático é variado e muito dinâmico e, tal como é referido por Susana da Cruz Martins (2001:96) “também as

associações mais centradas no local/regional, nomeadamente as de desenvolvimento local, podem ser portadoras de novas dinâmicas e motivações culturais”.

O movimento associativo, a mobilização de um colectivo, contribui para a construção da ordem social, uma vez que tem como objectivo minimizar os constrangimentos associados à mesma (Duarte, 2008).

Nesta linha de análise, os movimentos associativos correspondem a mecanismos, emergentes da sociedade civil, tendentes ao reforço da inclusão e da coesão social, uma vez que funcionam como um factor gerador de oportunidades, um instrumento facilitador da integração, podendo a sua acção ser fruto de princípios reguladores emanados do Estado, dando origem a novas formas de regulação.

Como refere Sandra Lima Coelho (2008), o movimento associativo e as suas instituições poderão constituir-se como um eixo fundamental das políticas de desenvolvimento, apresentando-se como pilares na construção de solidariedades, expressando uma forma de vida em comunidade, favorecendo o exercício activo da cidadania e da democracia.

As ADL's são no fundo, uma expressão associativa, cujo objectivo é a promoção do desenvolvimento dos locais/territórios onde intervêm, assim como a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

Estas associações representam “espaços de formação, facilitadores da expressão e capacitação para a cidadania” (Duarte, 2008:7) e, como tal, exercem um papel fundamental que o País deseja ver multiplicado – facto que seria, seguramente, um indicador do nosso progresso enquanto Nação.

**Capítulo 2. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
E O SEU EMPENHAMENTO NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS**

Introdução

Nas últimas décadas, verificou-se em Portugal um conjunto profundo de transformações que atingiram todos os sectores da vida económica, social e cultural, sendo o sector educativo talvez o que mais e melhor reflecta essas transformações (Carneiro, 2002).

Na realidade, sob o impulso da Estratégia de Lisboa (2000 e 2005), verificou-se um esforço na educação em geral (crianças, jovens e adultos). Contudo, e comparativamente com os outros países da União Europeia, constatamos que permanecem, em Portugal, traços de baixa escolarização. Da faixa etária situada entre os 15 e os 64 anos, 71% possui apenas o ensino pré-escolar e/ou básico, 17% o ensino secundário ou pós-secundário e somente 12% o ensino superior (CEDEFOP, 2007), valores a que há que acrescentar uma ponderação que nos recorda a existência de um hiato entre estes níveis escolares e os efectivos conhecimentos de que estas pessoas são portadoras.

Relativamente a este último ponto, coloca-se a questão da educação e formação de adultos. No contexto nacional, o termo é extremamente jovem, enquanto expressão que associa os vocábulos “*educação*” e “*formação*” como elementos de uma mesma realidade e contexto, sendo muito mais corrente e vulgar a utilização dos mesmos de forma individualizada. Tradicionalmente, *educação de adultos* implica uma associação ao sentido mais restrito da expressão, ou seja, à alfabetização (Canário, 1999) e ao ensino recorrente, relação motivada pelas ofertas formativas destinadas a adultos com fracos recursos económicos e pouco ou nada escolarizados (Canário, 1999), centralizadas essencialmente na promoção da alfabetização, e que ocorreram durante a segunda metade do séc. XIX.

Esta associação, ainda válida em diversos contextos, nomeadamente em Países em Desenvolvimento, continua de certa forma a ser efectuada em Portugal, sendo a educação de adultos ainda um “sector diminuído” (Pires, 1988, cit. por Lima, 1994), encontrando-se bem longe do que são as práticas e o modo de ver esta temática a nível europeu (Melo, 1977, cit. por Canário, 1999).

Contudo, o século XXI apresenta-se, para muitos, como um tempo e um contexto ainda de incertezas, e “perante tanta indeterminação e até sintomatologia de crise, a Educação

pode fazer a diferença” (Unesco, 1996:10), surgindo como “um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social” (UNESCO, 1996:11):

“ (...) A aprendizagem emancipa os adultos, dando-lhes conhecimentos e competências para melhorar as suas vidas (...) beneficia as suas famílias, comunidades e sociedades (...) desempenha um papel crucial na redução da pobreza, na melhoria da saúde e da nutrição e na promoção de práticas ambientais sustentáveis. Assim sendo, a consecução de todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio¹⁵ exige programas de educação de adultos relevantes e de qualidade (...)” (Unesco, 2010:8).

Neste sentido, a educação deverá ser encarada como um processo permanente e contínuo de enriquecimento dos diversos saberes (UNESCO, 1996), representando uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações, sendo a base da construção de uma sociedade em constante aprendizagem, educativa e educadora.

O novo paradigma do “*lifelong learning*” transporta para a ordem do dia a necessidade de considerar outros contextos de formação, conceito ao qual se associa o “*life-wide learning*”, ou seja, a aprendizagem ao longo de diversos momentos da vida e a par da educação formal; e no qual se reconhece “também a importância da aprendizagem experiencial, a qual acontece todos os dias, em todos os contextos da vida (*life-wide*), ao longo da vida (*lifelong*) e com a vida!” (ANEFA, 2002:46)

A educação e a formação enquanto indústria, forma e meio de qualificar recursos humanos para o mercado de trabalho (Carneiro, 2002), deverá dar lugar à educação e à formação enquanto serviço, colocando a acentuação nos aprendentes.

Neste contexto, e apesar de em Portugal, ao nível formal, os actores mais significativos serem tradicionalmente o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Educação (ANEFA, 2002), a realidade é que verificamos a intervenção de outros agentes nas actividades de EFA, nomeadamente por parte das ADL’s.

¹⁵ Apêndice A.

Ao longo deste capítulo, procurar-se-á efectuar uma pequena evolução histórica da EFA na sua dimensão internacional e em Portugal, com particular relevo para o papel desempenhado pelas ADL's, analisando alguns dos conceitos mais pertinentes ao nível da educação e formação de adultos, bem como compreender de que forma estas entidades iniciaram e executam as suas actividades.

2.1. Educação e Formação de Adultos - Breve evolução Histórico-Política (Dimensão Internacional)

Contrariamente à economia ou à psicologia, a educação e formação de adultos¹⁶, não pode ser considerada como uma disciplina científica, mas sim como um conjunto de movimentos sociais, tais como a alfabetização, os movimentos operários e sindicais ou a inclusão social (Finger, 2005), que em meados do séc. XX conduziram a uma profunda reflexão sobre um conjunto de intervenções e práticas de carácter educativo realizadas pela sociedade, que ultrapassam o contexto escolar (Osório, 1993).

Nesta mesma perspectiva apresentada por Finger, que considera a EFA enquanto uma ideia, um conceito, encontramos já, em épocas anteriores à nossa, algumas referências à sua importância. Por exemplo, no séc. XVII, Comenius¹⁷, referia já que a aprendizagem deve ser efectuada em todas as idades (Osório, 1993).

No entanto, foi no séc. XVIII, particularmente durante a Revolução Francesa e com o “*Relatório de Condorcet*”, que começam a surgir as maiores referências à EA, que nesta época se desenrolou em torno de 4 planos distintos: o nascimento e a emergência do conceito, as iniciativas do Estado que visavam a alfabetização dos iletrados, as iniciativas ligadas à formação profissional, e, por fim, as iniciativas ligadas “à educação política visando o exercício do sufrágio universal” (Canário, 1999:11).

¹⁶ Segundo a UNESCO (1998), o conceito de adulto é o de “pessoas (assim) consideradas (...) pela sociedade a que pertencem”, definição que remete para o contexto de cada sociedade, sua legislação, cultura e forma de estar, acarretando um conjunto de definições diferentes para cada contexto civilizacional. Em Portugal, a Constituição da República estabelece que se acede ao direito de voto aos 18 anos de idade, quando os cidadãos adquirirem a capacidade de escolha livre e em consciência (ANEFA, 2002:17).

¹⁷ Jan Amos Komenský (em latim, Comenius; em português, Comênio) (28/03/1592-15/11/1670). Professor, cientista e escritor checo, considerado o fundador da didáctica moderna, ao propor um sistema articulado de ensino, reconhecendo o igual direito de todos os homens ao saber. É considerado o maior educador e pedagogo do século XVII e produziu obra fecunda e sistemática, cujo principal livro é a DIDÁTICA MAGNA. São suas propostas: a educação realista e permanente; o método pedagógico rápido, económico e sem fadiga; o ensinamento a partir de experiências quotidianas; o conhecimento de todas as ciências e de todas as artes e o ensino unificado (<http://pt.wikipedia.org>).

O final do séc. XVIII representou um período de consolidação para a EA, sustentada sobretudo em iniciativas de origem não estatal, populares, de carácter sindical e associativo. É, no entanto, no decorrer do séc. XIX, enquadrada pelo “desenvolvimento de movimentos sociais de massas” (Silva, 1990:12) e pela criação dos sistemas escolares nacionais, que a educação de adultos começou a desenvolver-se de forma mais efectiva. Relativamente aos primeiros, Canário (1999) considera-os de cariz liberal ou socialista constituindo as fundações da educação popular. Quanto aos sistemas escolares nacionais, ainda segundo o mesmo autor, tornaram mais visível o problema do acesso à instrução, levando ao surgimento de ofertas de ensino de segunda oportunidade numa lógica de escolarização da educação de adultos.

Foi sustentada na concepção de educação de segunda oportunidade, baseada na escola tradicional, que a educação de adultos se constituiu, ao longo das décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, num campo específico, em conjunto com três novas “perspectivas programáticas, diferentes entre si, mas não necessariamente antagónicas” (Silva, 1990:12-13):

- a) A perspectiva que promove as questões da qualificação e formação profissional, fortemente implicadas no aumento da produtividade da mão-de-obra, defendidas fortemente pela OCDE;
- b) Uma perspectiva contrária às orientações da OCDE, em que vários autores defendem que não existe uma relação directa e linear entre o mundo da formação e o mundo do trabalho (Boudon, 1973; Tanguy, 1986; cit. Canário (Org), 1997);
- c) Uma outra perspectiva que se prende com a educação permanente e partilha com a perspectiva anterior a importância atribuída à auto-aprendizagem.

A pertinência internacional conferida à educação de adultos neste período, e a forma ampla como a mesma é encarada, pode ser exemplificada com a realização, em 1949, na Dinamarca, da primeira de um conjunto de conferências internacionais (CONFINTEA), sob a égide da UNESCO, subordinadas à temática da educação de adultos (Elsinore, 1949; Montreal 1960; Tóquio 1972; Paris, 1985; Hamburgo, 1997 e Belém, 2010)¹⁸.

¹⁸ Apêndice B.

Em Elsinore, a EA é já concebida de uma forma ampla, procurando “encorajar a tolerância entre as nações, promover a democracia nos países, criar uma cultura comum englobando a elite e as massas, trazer esperança aos jovens, dar às populações um sentimento de pertença” (Bhola, 1989:14, cit. Canário, 1999:12), numa clara associação entre a EA e democracia, ou numa perspectiva da EA enquanto “veículo de mudança e transformação social” (UNESCO, 2010:22).

Esta perspectiva de encarar a EA mantém-se como muito forte até à década de 60, do século XX, momento em que a EA também começou a ser encarada como um “investimento económico e financeiro” e não apenas como um bem de consumo, dicotomia que se reflecte na segunda CONFINTEA, onde é apresentado o conceito de “educação ao longo da vida”, “*éducation permanente*” (em francês), “*lifelong education*”, em inglês, ou “educação permanente¹⁹”, em português. Contrariamente à dimensão “educação para a vida” (perspectiva vigente até então) é definido que a EA é um elemento específico da educação, não podendo continuar a ser um “apêndice” dos sistemas nacionais de educação (Osório, 2005).

É também na Conferência de Montreal que é assumido o forte papel da educação de adultos nos processos de desenvolvimento económico (Canário, 1999). Tal como é referido por Cabrito (2002), embora o esforço por encontrar uma relação entre educação e desenvolvimento já antecedesse a Adam Smith²⁰ (1776), é no contexto da sociedade industrial moderna que a educação/formação passam a ser encaradas como um instrumento fundamental para o desenvolvimento e para o crescimento económico,

¹⁹ A educação permanente (EP) ou aprendizagem ao longo da vida ganha relevância a partir da década de 70, valorizando-se as diferentes etapas da vida adulta e compreendendo toda a actividade na qual as pessoas se implicam. A EP contribuiu para colocar em causa o paradigma escolar, centrado numa concepção pedagógica positivista de heteroformação e na clara separação entre os tempos e os espaços de formação e da acção. A educação começará a ser vista de acordo com a perspectiva de que a aprendizagem é efectuada em todos os contextos, com todos os seus intervenientes. Desta forma, a EP é um processo que dura a vida toda e que não se limita à educação escolar, compreendendo os modelos de educação formal, não formal e informal. Será portanto, no âmbito da EP que inserimos a educação de adultos (Osório, 2005).

²⁰ Adam Smith (05/06/1723-17/07/ 1790). Economista e filósofo escocês, considerado o pai da economia moderna e o mais importante teórico do liberalismo económico. Autor de "Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações", a sua obra mais conhecida, que continua sendo uma referência para gerações de economistas, na qual procurou demonstrar que a riqueza das nações resultava da actuação de indivíduos que, movidos apenas pelo seu próprio interesse (*self-interest*), promoviam o crescimento económico e a inovação tecnológica (<http://pt.wikipedia.org>).

assumindo-se como uma preocupação, uma necessidade e uma variável extremamente importante²¹.

Simultaneamente a este contexto surge, nos Estados Unidos, o conceito de “andragogia²²”. Rapidamente a utilização da palavra intensificou-se, bem como a sua filosofia de base, marcando fortemente a EA, sendo que “as concepções da educação de adultos estão a partir dessa época indelevelmente marcadas pelas perspectivas andragógicas” (Canário, 1999:131):

“ (...) A diferenciação entre a pedagogia (marcada por modalidades directivas, tal como habitualmente propostas às crianças) e a andragogia (preocupada em respeitar e desenvolver a autonomia dos adultos) fundamentar-se-ia menos em razões de natureza teórica ou praxeológica e mais em razões de natureza social (...) ” (Canário, 1999: 134).

Esta forma de encarar a EFA foi reforçada, em 1972, na Conferência sobre Educação de Adultos realizada em Tóquio, e através do Relatório Faure²³, que aponta “para a necessidade de uma cultura de aprendizagem aberta a todos e que engloba um *continuum* de aprendizagem que vai desde a educação formal e passa pela educação não formal e informal²⁴” (Unesco, 2010:22); assim como na Conferência de Nairobi, ao consagrar “o compromisso dos governos em promover a educação de adultos como parte integrante do sistema educacional, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida” (Unesco, 2010:8).

Em 1985, na IV Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, a EFA já se encontrava indubitavelmente conectada com uma enorme diversidade de conceitos, tendo sido discutidos temas como a alfabetização de adultos, pós-alfabetização,

²¹ Ver a este propósito diversas Teorias, nomeadamente a Teoria do Capital Humano. A expressão “capital humano” foi originalmente apresentada por Adam Smith em 1776, e aprofundada em 1960 por Theodor Schulz e Gary Becker. Esta teoria defende que o investimento na educação e na formação de competências é tão significativo para o crescimento económico quanto o investimento em recursos físicos. Para uma discussão mais ampla, solicita-se a consulta de Schuller e Field (1998).

²² A andragogia (expressão utilizada pela primeira vez em 1968, por Malcom Knowles), representa um conjunto metodológico que contrasta com a pedagogia (arte de ensinar crianças e jovens), considerando que formar e qualificar adultos, não é exactamente o mesmo que formar crianças e jovens, uma vez que a “formação dos adultos coloca questões substancialmente diferentes da formação das crianças e dos jovens” (Goguelin 1991:57, citado por Canário 1999:131). No período após a II Guerra, a EFA, operacionalizada através da educação básica e da formação profissional, reflectia fielmente o modelo escolar, estendendo-o aos adultos. A emergência do conceito e das práticas da andragogia, apesar das fortes críticas que seguidamente lhe foram efectuadas, representa uma procura de identidade e de especificidade por parte da educação de adultos, que passava por um afastamento e uma crítica ao sistema escolar.

²³ Relatório Faure: Relatório da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação (*Learning to Be: The World of Education Today and Tomorrow*, 1972).

²⁴ Apêndice C.

educação rural, educação familiar, educação da mulher, educação em saúde e nutrição, educação cooperativa, educação vocacional, educação técnica.

É, aliás, durante as décadas de 80 e 90, que a associação entre aprendizagem ao longo da vida e EFA se reforça, quando o Relatório Delors²⁵ (Delors et al., 1996) põe em destaque a necessidade de incluir no processo de aprendizagem as aprendizagens não formais e as informais. Seguindo a mesma abordagem do Relatório Faure, o Relatório Delors também marcou a mudança do uso do termo “educação ao longo da vida”²⁶, expressão usada no primeiro documento, para “aprendizagem ao longo da vida”²⁷, que é actualmente mais usado²⁸.

Essa mudança também influenciou os resultados da CONFINTEA V (1997), que ofereceu mais destaque à discussão da aprendizagem de adultos do que as Conferências anteriores, representando um marco importante para a EA, ao afirmar a educação como direito humano básico, para jovens e adultos de todas as idades, sendo a chave para o século XXI e para a sociedade da informação, assim como processo que acompanha a vida²⁹.

²⁵ Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, *Learning: The Treasure Within*.

²⁶ De acordo com a Unesco (2010), a perspectiva de Faure pode resumir-se no seguinte: “Agora, finalmente, o conceito de educação ao longo da vida abrange todo o processo educacional, do ponto de vista do indivíduo e da sociedade. Primeiramente, ele diz respeito à educação das crianças, e, embora ajude a criança a viver a sua própria vida como ela merece, a missão essencial da educação ao longo da vida é preparar o adulto futuro para as várias formas de autonomia e autoaprendizagem. Esta aprendizagem futura exige um amplo leque de estruturas educacionais e actividades culturais a serem desenvolvidas para adultos. Tais estruturas e actividades, embora existam para seus próprios fins, são também uma pré-condição para uma reforma da educação inicial. A educação ao longo da vida, assim, torna-se o instrumento e a expressão de uma relação circular que inclui todas as formas, expressões e momentos do acto educativo...” (Faure, 1972:143).

²⁷ Para Delors, este termo significa: “Isso levou-nos a ...repensar e actualizar o conceito de educação ao longo da vida, de modo a conciliar três forças: a concorrência, que fornece incentivos, a cooperação, que confere força, e a solidariedade, que une” (Delors, 1996:18) “...recursos humanos em todos os países devem ser mobilizados para criar novas actividades que tornem possível afastar o mal do desemprego tecnológico” [(Delors, 1996:80) cit. por Unesco, 2010].

²⁸ A alteração na terminologia representou um desenvolvimento substancial na área da EFA. Ao conceito de educação ao longo da vida apresentado por Faure, foi associado “o objectivo mais abrangente e integrado de desenvolvimento de indivíduos e comunidades mais humanas face às rápidas mudanças sociais” (Unesco, 2010:22), relacionando directamente a reciclagem e aprendizagem de novas competências com a forma como os indivíduos lidam com as rápidas mudanças no local de trabalho, atribuindo-se um maior protagonismo aos indivíduos, em detrimento das instituições.

²⁹ Temas dos 10 Painéis da Declaração de Hamburgo: Aprendizagem de adultos e democracia: os desafios do século XXI; Melhoria das condições e da qualidade da aprendizagem de adultos; Assegurar o direito universal à alfabetização e à educação básica; A aprendizagem de adultos, igualdade e paridade de género e o empoderamento das mulheres; Aprendizagem de adultos e o mundo do trabalho em constante evolução; Aprendizagem de adultos em relação ao meio ambiente, à saúde e à população; Aprendizagem de adultos, cultura, média e as novas tecnologias de informação; Aprendizagem de adultos para todos: os direitos e as aspirações dos diferentes grupos; A economia da aprendizagem de adultos; Reforçar a cooperação internacional e a solidariedade.

As novas procuras da sociedade e as expectativas de crescimento profissional requerem, durante toda a vida do indivíduo, uma constante actualização dos seus conhecimentos e das suas habilidades, implicando também um alargamento e um envolvimento de “novos” actores nos processos de EFA, nomeadamente sindicatos, universidades, empresas, organizações não-governamentais, professores, formadores e os próprios adultos.

O novo conceito de EFA implica maior relacionamento entre os sistemas formais e os não-formais, apresentando novos desafios às práticas existentes, que devem ser encarados dentro do contexto da aprendizagem ao longo da vida, tendo esta noção sido reforçada no contexto Europeu, através das recomendações da Estratégia de Lisboa³⁰ (2000), do debate lançado em 2002 pela Comissão das Comunidades Europeias com o “Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida”; no Conselho de Decisão Educacional – “Objectivos Concretos para o Futuro do Sistema Educativo Europeu de Educação e Formação”; e no Livro Branco sobre políticas da juventude e na Declaração de Copenhaga (2002).

Em 2010, sob a denominação “Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem e da educação de adultos”, teve lugar a CONFITEA VI, que procurou ressaltar a relação e a contribuição da educação e da aprendizagem de adultos para o desenvolvimento sustentável, nas suas dimensões cultural, ecológica, económica e social, apelando aos governos para que “avancem, com urgência e num ritmo acelerado, com a agenda da educação e aprendizagem de adultos” (www.direitodeaprender.com), e redobrem os seus esforços para atingir as metas da literacia de adultos.

Uma consciência generalizada de que “o mundo enfrenta hoje vários tipos de crises” (www.direitodeaprender.com), dominou a Conferência, o que suscitou debates sobre a forma como a educação e aprendizagem de adultos pode ajudar as pessoas e as sociedades a superá-las, indicando que “a educação e aprendizagem de adultos têm um papel crucial nas respostas aos desafios contemporâneos de natureza cultural, económica, política e social” (www.direitodeaprender.com) e afirmando o direito a uma educação que corresponda às necessidades das pessoas e às das sociedades.

³⁰ Para mais informações sobre a Estratégia de Lisboa: www.estrategiadelisboa.com.

Contudo, e apesar de todos estes importantes progressos, ainda hoje a educação de adultos é apresentada como uma área algo complexa, com grande diversidade de campos e muitas vezes menosprezada. Complexidade que lhe advém do seu objecto – a humanidade, que não pode ser desligada do seu constante processo de mutação.

2.2. Participação das Associações de Desenvolvimento Local nas actividades de Educação e Formação de Adultos³¹: O caso português, da Carta Constitucional de 1826 ao final do século XX

Durante a Monarquia, e tal como refere D. António da Costa (Carneiro, 2009), apesar de algumas iniciativas em torno da alfabetização, “no ponto especial da educação popular não existia ainda nenhum dos elementos que viriam a fundar a constituição do ensino” (Carneiro, 2009:17), sendo o mesmo assegurado pelos mosteiros e “todos os outros tipos de escolas mais modestas (que) continuaram a sua acção meritória de ensinar a ler, a escrever e a contar” (Carneiro, 2009:17), sendo a aprendizagem acompanhada de alguns manuais pedagógicos³².

E apesar de, em muitos países, a educação de adultos assumir importância social a partir do século XIX, no caso português, a única referência é a que consta da Carta Constitucional de 1826, que garantia a instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Contudo, em 1829, o número de escolas é reduzido de 900 estabelecimentos para 600, sendo em 1835, e face aos elevados valores do analfabetismo e do reduzido número de inscritos no sistema de ensino (tal como referido na Tabela 2.1), reformado o ensino público, através de legislação que se assumia como capaz de lançar “uma época notável na educação nacional”³³, embora não incluísse “a instrução do sexo feminino” (Carneiro, 2009:17), preocupando-se também com a preparação profissional.

Tabela 2.1. População Adulta Portuguesa Inscrita no Ensino Formal entre 1952 e 1955

Anos Lectivos	Adultos Inscritos
1952-53	155 160
1953-54	258 041
1954-55	227 468

Fonte: Carneiro³⁴ (2009:20)

³¹ Para mais informações sobre a cronologia da EFA em Portugal, consultar o Anexo A.

³² De entre os manuais pedagógicos utilizados na época, podemos destacar: as gramáticas latinas (primeiros livros impressos usados nas escolas), as cartilhas para o ensino das primeiras letras (sendo a de João de Barros, editada em 1539 a mais conhecida) e, posteriormente, as cartilhas aritméticas.

³³ Costa, D.A, citado por Carneiro, (2010:18).

³⁴ Carneiro, R. (Org.) (2009) *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como acção de política pública educativa*,

Em 1870³⁵, após a criação do Ministério da Instrução Pública, procedeu-se à publicação de um conjunto de reformas, nomeadamente a da educação e instrução popular, que, no entanto, foi posta de parte pouco depois. Apesar destes esforços, estas iniciativas, contudo, não surtiram efeitos consideráveis no que concerne à inversão dos dados do analfabetismo, que assumiu valores crescentes ao longo deste período, como é possível constatar através da leitura tabela 2.2.

Tabela 2.2.- Caracterização da População Portuguesa, por Sexos, Segundo os Níveis de Alfabetização em Vários Anos (1879-1930)

Data	População Total	População Masculina	População Feminina	Sabem Ler		Analfabetos	
				Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1878	4 550 699	2 175 829	2 374 870	544 556	254 369	1 631 273	2 120 501
1890	5 049 729	2 430 339	2 619 390	667 497	381 275	1 762 842	2 238 115
1900	5 423 132	2 591 600	2 831 532	736 509	425 287	1 855 091	2 406 245
1911	5 960 056	2 828 691	3 131 365	-----	-----	1 936 131	2 541 947
1930	6 825 883	3 255 876	3 570 007	-----	-----	1 974 448	2 653 540

Fonte: Fonte: Carneiro³⁶ (2009:20)

Tal como refere Stoer (1982), foi apenas durante a 1ª República que teve lugar o “grande incremento da reforma do ensino português” (Keith, 1973 cit. por Stoer, 1982), tendo a EA, entendida como educação de segunda oportunidade que procurava combater o analfabetismo, representado uma bandeira ideológica importante para os responsáveis governativos do Novo Regime. Neste período, surgem frequentemente os cursos públicos e livres, associados a outras manifestações de cultura popular, predominantemente implementados por associações culturais e outras, de que são exemplos as Universidades Livres, fundadas em 1912, e as Universidades Populares, em 1913, representativas das preocupações desta época e da denominada “educação popular”.

Lisboa, Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

³⁵ Relativamente a bibliografias/manuais, para os adultos como para as crianças, “o Método português para o ensino da leitura” (da autoria de António Feliciano de Castilho) provocou um movimento no país sobre a questão da instrução popular, tendo sido publicada 6 anos depois a Cartilha Maternal, de João de Deus, utilizada por crianças e adultos nas “escolas móveis”.

³⁶Carneiro, R. (Org.) (2009) *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como acção de política pública educativa*, Lisboa, Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

Contudo, apesar da elevada produção legislativa e do esforço governativo efectuado, “o panorama educativo da população adulta pouco se altera” (Melo, *et al.*, 1998:68), continuando a não existir um verdadeiro enquadramento para a EFA:

“ (...) Apesar das iniciativas desenvolvidas, nos finais do século passado³⁷, quer dos decisores políticos quer do movimento associativo, na criação de “cursos nocturnos e dominicais para adultos” e nas “escolas móveis” (Reforma da Instrução Pública de D. António da Costa em 1870 e posteriormente retomados na Reforma de 1911 pela Criação da Liga Nacional de Instrução, da Liga Popular contra o Analfabetismo e Universidades Populares que vêm a ser extintas nos anos 30), não existe um enquadramento desta problemática (...)” (Melo, *et al.*, 1998b: 33).

Nas décadas de 20 e 30, com o Golpe de Estado de Maio de 1926, o sector educativo, tal como outras áreas, foi fortemente vigiado e controlado, retrocedendo relativamente a momentos anteriores, referindo-se a este propósito que “no período de vigência do Estado Novo, assiste-se à destruição do modelo republicano³⁸ que assentava no desenvolvimento do ensino primário tendo por “bandeira” a instrução popular” (Melo *et al.*, 1998:34). Mas, apesar da elevada taxa de analfabetismo, que se situava na faixa dos 70%, “o poder político questionava a pertinência de alfabetizar a população adulta” (Melo, *et al.*, 1998:68), referindo o Deputado Pinto da Costa, em 1938, que “deformar o espírito de quem aprende é a maior das desgraças; é melhor deixá-los analfabetos do que com o espírito deformado (...). Se nós queremos entregar esses 1.600.000 analfabetos nas mãos de qualquer professor, esses homens podem vir a transformar-se em inimigos da sociedade” (Melo e Benavente, 1979:87).

Durante o Estado Novo, todo o movimento associativo que impulsionava e sustentava a EFA sofreu um retrocesso. Muitas das associações populares foram proibidas ou dissolvidas e as que permaneceram, passaram por um período de estagnação, controladas e vigiadas (Lima, 1994).

A partir dos anos 50, um relativo crescimento tornou o analfabetismo de certa forma “incómodo”, uma vez que a comunidade internacional não aceitava com facilidade o

³⁷ O autor refere-se ao séc. XIX.

³⁸ Um exemplo da política educativa do governo salazarista e da forma como a educação era entendida, foi o encerramento das escolas que asseguravam a formação de professores primários, sendo os docentes substituídos por “regentes” (que apenas possuíam o ensino primário e nenhuma formação pedagógica). Paralelamente, a escolaridade obrigatória, “aumentada para seis anos sob a República” (Melo, A. e Benavente, A., 1979a) é progressivamente reduzida para 4 anos e posteriormente para 3 e “fecham-se todas as escolas primárias com menos de 45 alunos” (Melo e Benavente, 1979) o que num país de demografia rural, apresenta graves consequências para o mundo rural e suas comunidades.

atraso estrutural de Portugal neste domínio, ao que se aliava a urgente requalificação de uma mão-de-obra até então agro-rural, para o desempenho de tarefas nas fábricas recentemente instaladas e lideradas por investimentos estrangeiros. Como resposta, é criada a “Campanha Nacional de Educação de Adultos³⁹”, integrando “valências inovadoras para a época, (...) nomeadamente as bibliotecas fixas junto de escolas rurais e bibliotecas móveis para circulação pelas fábricas” (Carneiro, 2009:20).

Apesar do número elevado de inscritos, estas campanhas, contudo, não contribuem de forma significativa para a minimização do problema do analfabetismo, nem para a redução do número de analfabetos, tal como pode ser observado pela análise da Tabela 2.3., referindo Silva (1990:18) que “a esta Campanha, conduzida entre 1953 e 1956, sob direcção autoritária, e em obediência ao modelo da extensão escolar, nada mais sucederá de inovador no contexto do Estado Novo”.

Tabela 2.3. Indicadores da Evolução das Qualificações da População em Portugal (%), (HM), em vários anos (1890-2001)

	1890	1911	1930	1950	1961	1971	1981	1991	2001
Taxa de analfabetismo	76,2	68,9	60,0	41,5	33	26	19	11	9
Alunos do ensino superior/população entre os 18 e os 22 anos					4	7	11	23	53
% da população com nível de instrução médio ou superior					0,8	1,6	3,6	6,3	10
Taxa de escolarização aos 18 anos					-	-	30	45	62

Fontes: Carneiro⁴⁰ (2009); <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>.

Estas afirmações são bem evidentes, especialmente se analisarmos a situação do analfabetismo em Portugal, em 1960. De uma população activa de 3.316.000 adultos, 1.377.000 (31,3%) não sabem ler, sendo que 27,2% afirma saber ler, sem, no entanto,

³⁹ A “Campanha Nacional de Educação de Adultos” integrava o “Plano Nacional de Educação Popular”, criado pelo Ministro da Educação Pires de Lima e promulgado a 27 de Outubro de 1952, com o objectivo prioritário de eliminar o analfabetismo. A “Campanha” estava orientada prioritariamente para os analfabetos dos 14 aos 35 anos, integrando valências inovadoras para a época (como exemplo, as bibliotecas fixas junto de escolas rurais e bibliotecas móveis para circulação pelas fábricas) e alcançou resultados quantitativamente significativos nos primeiros anos de execução. Como medidas afins, o diploma da instrução primária passou a ser exigido em situações expressas na lei e a falta às aulas levava à aplicação de penalidades.

⁴⁰ Carneiro, R. (Org.) (2009) *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como acção de política pública educativa*, Lisboa, Agência Nacional para a Qualificação, I.P; <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>.

terem frequentado qualquer tipo de curso (Melo e Benavente, 1979:29). Mas, apesar destes números, a desertificação das zonas rurais atraídas pelas emigrações para África e para a Europa, bem como o endurecimento da guerra colonial, remeteram o analfabetismo e o seu combate para o quase esquecimento, não obstante terem prosseguido iniciativas públicas e privadas de alfabetização.

Se no domínio da EA a década de 60 não representou grandes progressos, no que concerne à formação profissional⁴¹, as primeiras referências encontram-se precisamente neste período. A criação do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra⁴² (FDMO) e o Instituto de Formação Profissional Acelerada⁴³ (IFPA), em 1962, destinados a adultos (Carneiro, 2009) e do primeiro Centro de Formação Profissional Acelerada, em 1963, marcam a existência de um conjunto de institutos e instituições ministeriais que tinham como objectivo “qualificar a população adulta a fim de satisfazer novas exigências, sobretudo do sector industrial (Carneiro, 2009:21), respondendo “às necessidades decorrentes de um período de desenvolvimento económico, assente na crescente urbanização e industrialização, que mobilizava (e deslocava) dezenas de milhares de trabalhadores rurais que urgia qualificar profissionalmente” (ANEFA, 2002:23).

No início da década de 70, com a “entrada” em Portugal do conceito de educação permanente, é criada a DGEP⁴⁴, “autonomizando então a educação de adultos em relação às Direcções Gerais que tutelavam o ensino escolar” (Carneiro, 2009).

Contudo, tal como na década de 60, os anos 70 não representam um importante avanço para a EA em Portugal, centrando-se a política educativa no aumento da escolaridade obrigatória e também na implementação de medidas de educação de segunda oportunidade, especialmente motivadas pela procura social, emergindo neste período “também acções educativas desenvolvidas por associações populares com o objectivo

⁴¹ Para mais informações sobre a cronologia das políticas de Formação Profissional em Portugal, recomenda-se a consulta do Anexo A.

⁴² Decreto-lei nº 44 506, de 10 de Agosto.

⁴³ Decreto-lei nº 44 538, de 23 de Agosto.

⁴⁴ A Direcção Geral da Educação Permanente foi criada através da lei orgânica do Ministério da Educação Nacional (Decreto-lei nº 408/71, de 27 de Setembro). Apesar de nunca ter sido dotada de lei orgânica, a DGEP promoveu diversas actividades e iniciativas, nomeadamente actividades de alfabetização e Cursos Supletivos de Ensino Primário para Adultos, implementou bibliotecas populares fixas e itinerantes e colaborou activamente na difusão de obras literárias e artísticas.

de dar resposta aos problemas educativos e sociais das classes trabalhadoras” (Melo *et al.*, 1998:33).

Será apenas após a Revolução de Abril de 1974 que, em Portugal, a EA inicia um verdadeiro processo de expansão (Canário e Cabrito (Org.), 2005), seguindo a dinâmica da sociedade e as alterações que tiveram lugar. As transformações sociais e os movimentos sociais populares conduziram a população portuguesa a organizar-se em milhares de pequenos movimentos colectivos, com o objectivo de dar solução imediata e total aos problemas quotidianos (Melo e Benavente, 1979). Ao nível da EA, segundo os mesmos autores, observamos, no período pós-25 de Abril, dois tipos novos de “fenómenos na alfabetização”, e conseqüentemente, na educação popular: por um lado, as políticas educativas, levadas a cabo a nível estatal; por outro, as múltiplas e diversas iniciativas de base local concebidas, implementadas e dinamizadas pelas diversas associações de moradores, pelas comissões de trabalhadores e pelos grupos culturais ou de educação popular que proliferaram pelo país.

Neste contexto, os conceitos até então tidos como aceites tornaram-se desadequados, bem como as instituições públicas existentes. No que concerne aos conceitos, assistisse a uma alteração de percurso ao nível da conceptualização (ou inexistência da mesma) da EA, verificando-se que, nas primeiras tentativas de enquadramento deste domínio da educação, foi privilegiada a perspectiva da “educação popular”: “a aposta centra-se fundamentalmente no desenvolvimento de dimensões educativas das práticas sociais, privilegiando-se as condições e os recursos para a capacitação, para aquisição de competências para agir, nas oportunidades e virtualidades formativas e comunitárias dos momentos e práticas lúdicas” (Melo *et al.*, 1998:34).

No que se refere às entidades com responsabilidades ao nível da EA, a DGEP⁴⁵, que era a responsável pela implementação das acções de alfabetização e pela realização de cursos de EA, e em função da dimensão do problema⁴⁶, considerou ser necessário

⁴⁵ No Plano de Actividades da DGEP para 1976, explicita-se a missão assumida por este organismo de acordo com o seguinte: “A actual população adulta em Portugal foi vítima da má qualidade de ensino, das atitudes autoritárias de que a escola era reflexo e, sobretudo, do carácter elitista de todo o sistema, (...) libertadora que é, a educação permanente tem de ser totalizante, cobrindo todos os aspectos da vida económica, social, cultural e política dos adultos. Pressupondo sempre, porém, um conceito de educação em que os homens são os autores ou construtores dos seus próprios conhecimentos e uma metodologia de interacção permanente entre centro e periferia, individuo e sociedade, teoria e prática, reflexão e acção” (Esdime, 2007).

⁴⁶ Em Abril de 1974 mais de 30% da população adulta encontrava-se recensada como analfabeta (Esdime, 2007).

“reinventar um serviço público capaz de dar um apoio às iniciativas de base”, uma vez que se vivia um período de cooperação e de “união de todos à volta de problemas que todos sentiam” (Melo e Benavente, 1979:10).

A DGEP passou então, a funcionar como organismo de coordenação e suporte das iniciativas de cariz popular, passando a alfabetização e a EA a ser concebidos pelos próprios adultos, uma vez que “este modelo representava o primado dos métodos de animação sociocultural, sobre os da dinamização por via escolarizante e “bancária”, de fora para dentro, dos grupos sociais da população portuguesa”. (Melo *et al.*, 1998:35).

Representando uma experiência inovadora e muito mais do que um “Plano de Alfabetização” (Melo *et al.*, 1978:11), o seu principal objectivo era o de apoiar, técnica e financeiramente, grupos organizados que procurassem satisfazer necessidades educativas ou culturais (Melo e Benavente, 1978). Procurando cumprir este objectivo, foram concebidos e testados alguns instrumentos⁴⁷, tendo sido definido o estatuto de “Associação de Educação Popular⁴⁸”; consolidando o papel das organizações associativas enquanto elementos-chave dos processos educativos e reconhecendo-as como interlocutores privilegiados da administração pública (Esdime, 2007).

O modelo de actuação da DGEP é, como sublinha Santos Silva (1990), um forte e inédito alargamento do campo da EA, mas também da animação, na perspectiva da «educação popular», assim como da abertura da administração pública às iniciativas sociais, ao que se alia a publicação, em 1976, da Portaria nº 419, de 13 de Julho, que altera fortemente o modo de avaliação dos adultos ao nível do ensino básico integrado, incluindo, nas competências a alcançar para a obtenção de aproveitamento, o contexto vivencial do aluno.

Após este período, seguiu-se uma fase de aproximadamente dois anos (entre meados de 1976 e 1978) que, nas palavras de Melo e Benavente (1978), representam uma “travessia do deserto”, verificando-se um desinvestimento financeiro nas actividades ligadas à EA. Esta fase foi alterada com a elaboração do PNAEBA⁴⁹, cujo objectivo

⁴⁷ Nomeadamente a concessão de subsídios ou “bolsas de actividade”, uma forma de reconhecimento público e de apoio aos organizadores e animadores.

⁴⁸ Decreto-lei nº 387/76, de 20 de Maio de 1976.

⁴⁹ Lei nº 3/79, aprovada na Assembleia da República 10 de Janeiro de 1979 - Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos.

principal era a «eliminação do analfabetismo» e que, segundo Licínio Lima (Canário, R. e B. Cabrito. (Org.), 2005), simboliza a:

“ (...) Transição da mobilização socioeducativa para a tentativa de construir um sistema e uma organização governamental de educação de adultos, (...) procurando lançar as bases de uma política pública de desenvolvimento do sector, já de características mais “sociais-democratas” em termos de modelos de políticas sociais (...) atribuindo relevo ao conceito e ao papel de “Estado-Providência” na educação, designadamente através da provisão da educação de adultos, da criação de uma rede pública, de produção de legislação e de outros instrumentos e de metas a atingir, em boa medida inspirados nas recomendações da UNESCO (...) ” (Canário, R. e B. Cabrito. (Org.), 2005: 39).

Nesse ano, a DGEP viria a dar lugar à Direcção Geral da Educação de Adultos⁵⁰ (DGEA), tendo como funções a execução e coordenação do PNAEBA. A DGEA “vem igualmente materializar o reforço político e administrativo da intervenção do estado na educação de adultos, em particular com outras entidades públicas e privadas” (ANEFA, 2002:21).

Ainda relativamente ao PNAEBA, o mesmo foi aprovado em 1981-82 (apesar de estar em execução experimental desde 1980), e, embora inicialmente estivesse previsto para vigorar entre 1980-1990, em 1985, de uma forma precoce, foi abandonado (Canário, R. e B. Cabrito. (Org.), 2005) sendo contudo, como refere Silva (1990:28) “no âmbito do seu quadro que se lançou e consolidou em Portugal, um subsistema (por fragmentário e enviesado que seja) de educação de adultos, no conjunto da administração pública portuguesa”, o que demonstra a sua pertinência enquanto instrumento de consolidação da EA em Portugal (Canário, 2000), representando, segundo Márcia Trigo (ANEFA, 2002), a afirmação da liderança do Estado no domínio da EA, numa perspectiva abrangente, de articulação com outras entidades públicas e privadas.

Num contexto de aprofundamento da cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Emprego, o Instituto de Emprego e Formação Profissional-IEFP, (organismo criado em 1982), a partir de 1985, passa a ser uma entidade de gestão tripartida (a administração é composta por diversos ministérios, entre os quais o da Educação e do Trabalho e também por parceiros sociais, representando confederações patronais e sindicatos), intensificando-se o processo de desconcentração, através dos

⁵⁰ Decreto-Lei nº 537/79, de 31 de Dezembro.

Centros de Emprego e dos Centros de Formação Profissional, já existentes desde a década de 70.

Em 1986, assiste-se novamente a um retrocesso na conceptualização e afirmação da EA em Portugal, através da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo⁵¹ (LBSE), que integra a formação profissional na educação de adultos e remete a mesma para “uma concepção escolarizante” (Melo *et al.*, 1998:36) ao considerá-la como uma modalidade da educação escolar. A esta visão regressiva alia-se a extinção, em 1987, da DGEA, sendo as competências respeitantes à educação de adultos, dispersas e, segundo Canário e Cabrito (2005:40), “as questões relativas à alfabetização, à educação de base e à educação popular da população adulta passaram a ser representadas, do ponto de vista das políticas públicas, como matérias genericamente incompatíveis com o lugar idealizado e com o estatuto almejado por um país da Europa Comunitária”.

Segundo Lima (Canário, R. e B. Cabrito. (Org.), 2005), a “lógica político-educativa da educação popular sobreviverá, a partir de então, nas margens do sistema educativo e, frequentemente, para além da definição oficial e jurídica daquele universo”, sendo dinamizada através de associações de desenvolvimento local, universidades ou instituições particulares de solidariedade social.

O final da década de 80 é acompanhado por elevadas taxas de analfabetismo e de insucesso escolar (tal como pode ser observado pelas Tabelas 2.4. e 2.5), e, em 1993, quando a Direcção Geral de Extensão Educativa também é extinta, sendo substituída pelo Núcleo do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar do Departamento do Ensino Básico, coordenada pelo Departamento do Ensino Secundário, a EA parece esgotar-se no ensino recorrente, que remete para uma escolarização de segunda oportunidade, “predominantemente em escolas do ensino regular e através de cursos nocturnos, frequentados por um público em que predominam os jovens insuportados no ensino regular diurno” (Canário, R. e B. Cabrito. (Org.), 2005:46), e na formação profissional, que procura qualificar para a profissionalização, a empregabilidade e a modernização dos sectores económicos.

⁵¹ Lei nº 46/86, de 14 de Outubro.

Tabela 2.4. Taxas de Abandono Escolar e de Saídas Antecipadas e Precoce (%), em Portugal (HM), em 1991 e 2001

	1991	2001
Abandono Escolar 10-15 anos - Sem 3.º Ciclo Ensino Básico	13	3
Saída Antecipada 18-24 anos - Sem 3.º Ciclo Ensino Básico	54	25
Saída Precoce 18-24 anos - Sem Ensino Secundário	64	45

Fonte: <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>

Tabela 2.5. Evolução das Taxas de Retenção e Desistência (%), em Portugal (HM), nos Vários Níveis de Ensino, em Vários Anos (de 1995 a 2003)

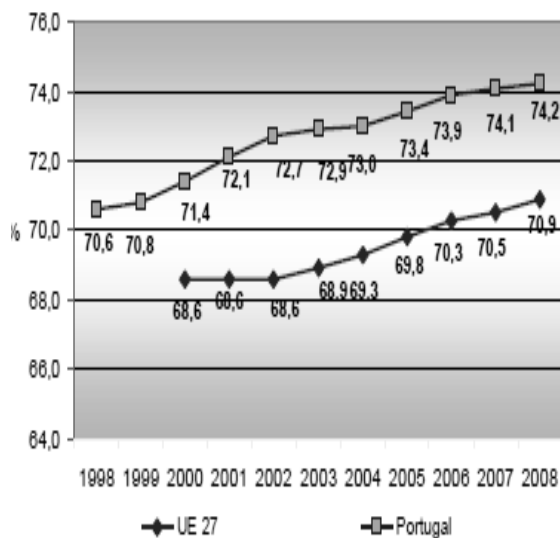
	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03
Ensino Básico	13,8	15,2	13,8	13,2	12,6	12,7	13,6	13,0
Ensino Secundário	33,1	35,7	35,6	36,0	36,8	39,4	37,4	33,7

Fonte: <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>

Contudo, o investimento na qualificação, desde que Portugal começa a beneficiar de fundos estruturais, possibilita o desenvolvimento da EA para além do paradigma escolar, verificando-se através destes financiamentos, nomeadamente o Fundo Social Europeu (FSE), o alargamento da oferta formativa e o investimento em infra-estruturas, bem como o acesso à concepção e implementação de acções por parte de entidades privadas, nomeadamente ADL's, que encontraram nestas ajudas possibilidades de financiamento das suas actividades de formação profissional e de animação comunitária.

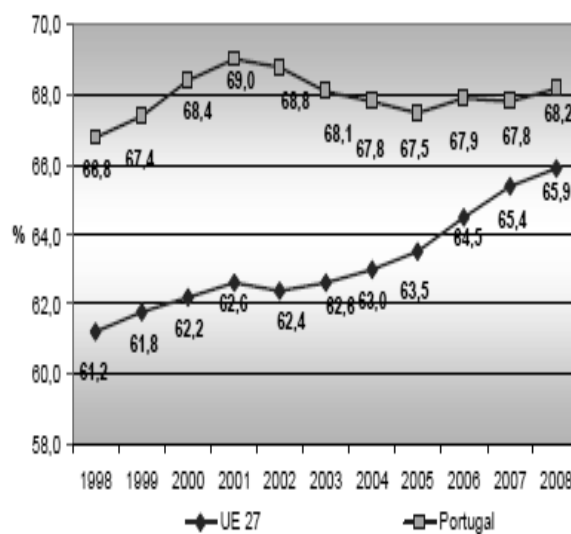
Neste sentido, os desafios que Portugal enfrentava no final do século XX, tendo ainda em conta as taxas de desemprego (Figuras 2.1. e 2.2) e a necessidade urgente de recursos humanos qualificados, continuavam a exigir uma articulação entre a educação e a formação.

Figura 1.1. Evolução Comparativa das Taxas de Actividade (%), em Portugal e na UE 27 (HM), entre 1998 e 2008



Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional⁵².

Figura 1.2. Evolução Comparativa das Taxas de Emprego (%), em Portugal e na UE27 (HM), entre 1998 e 2008



Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional⁵³.

Perante este contexto, em 1996, através do Programa de Governo e do Pacto Educativo para o Futuro, a EA é novamente inscrita no discurso político (Canário, R. e B. Cabrito. (Org.) 2005):

“ (...) Menos de dois meses após a 5ª Conferência Mundial de Educação de Adultos, promovida pela UNESCO, em Hamburgo, Julho de 1997, o Ministério da Educação e Inovação nomeou um grupo de trabalho⁵⁴ para a elaboração de um

⁵² http://opbpl.cies.iscte.pt/content/statistics/estudo%20nacional%20oefp_2010.pdf.

⁵³ http://opbpl.cies.iscte.pt/content/statistics/estudo%20nacional%20oefp_2010.pdf.

⁵⁴ O grupo de trabalho criado pelo ministério da Educação e coordenado por Alberto Melo, elaboraria um relatório intitulado “Uma Aposta Educativa na Participação de Todos”, publicado em 1998 (Lima, 2001), onde é reconhecida a urgência de proceder ao desenvolvimento de uma política pública de EA, criticando-se a falta de enquadramento conceptual, o retrocesso verificado durante os anos anteriores, a predominância de perspectivas escolarizantes, o desprezo pela formação cultural e cívica e a inexistência de uma perspectiva mais ampla de EA, aceite e reconhecida a nível internacional e reafirmada pela Declaração de Hamburgo. Neste documento, são também reconhecidos e valorizados os diversificados movimentos de educação de adultos promovidos pelos agentes da sociedade civil, nomeadamente pelas associações (Melo *et al.*, 1998). A educação de adultos torna-se um “sistema educativo e de intervenção cívica essencialmente vocacionado para a parceria” (Melo *et al.*, 1998), pelo que a estratégia a recomendar deveria ser sustentada numa “lógica de serviço público”, cabendo ao Estado oferecer uma oferta educativa de qualidade, que proporcionasse a certificação escolar, e uma “lógica de programa – disponibilização, através de concurso, de apoios financeiros e outros para as iniciativas da sociedade civil de melhor qualidade e maior impacto na construção do sistema de EA” (Melo *et al.*, 1998). Propõe-se que o Estado assumia outras responsabilidades, que seja criada uma oferta educativa pública, fortemente descentralizada e para as pessoas adultas; que seja lançado um programa de desenvolvimento da EA, sustentado num fundo próprio e gerido por um instituto a criar (ANEFA). Este documento aborda também já a constituição e definição de um sistema nacional de balanço de competências pessoais e de valorização de adquiridos em aprendizagens anteriores, adquiridos por via formal ou informal, propondo-se a criação de um estabelecimento de educação que, tendo como missão específica a aprendizagem dos adultos, assente em modalidades de ensino à distância e de assistência de proximidade (a TELEA ou TELE-Educação de Adultos), entre outras medidas destinadas à promoção e divulgação da EA.

documento de estratégia para o desenvolvimento da educação de adultos em Portugal (...)” (Esdime, 2007: 15).

A importância da EA é reconhecida pelo governo, através do Despacho nº 10534/97, de 16 de Outubro, bem como o estado em que a mesma se encontrava, em Portugal, sendo considerada uma condição fundamental para o desenvolvimento económico e social, “razão pela qual a educação de adultos, na perspectiva da educação e formação ao longo da vida, faz parte das prioridades de acção do governo, constituindo, por outro lado, motivo de preocupação o progressivo apagamento que a Educação de Adultos sofreu” (Despacho nº 10534/97, de 16 de Outubro).

Em 1998 é lançado o Programa para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos, com vista a relançar a educação de adultos em Portugal. Sendo uma iniciativa do Ministério da Educação, é igualmente homologada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, reafirmando um novo conceito, relativamente à EA, mais abrangente, que considerava de forma integrada diferentes dimensões, nomeadamente o desenvolvimento pessoal, social e profissional (Esdime, 2007).

Contudo, nesse mesmo ano, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 92/98, de 25 de Junho, alguns recuos relativamente ao estudo são visíveis, fazendo-se, no entanto, intenção de criar uma Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), bem como manter uma estreita colaboração com os diversos actores da sociedade civil (autarquias, estabelecimentos de ensino e formação profissional, parceiros sociais e entidades privadas, nomeadamente associações e empresas), com o objectivo de criar planos e unidades territoriais de educação e formação de adultos. Também aqui se anuncia a “construção experimental e gradual de um sistema abrangente de validação formal dos saberes e competências informalmente adquiridos”.

Este programa ficaria a cargo de um Grupo de Missão, tendo como funções lançar o Projecto de *Sociedade S@BER* + e preparar de forma participativa e com o envolvimento da sociedade civil, a criação da futura ANEFA⁵⁵ (Esdime, 2007), que

⁵⁵ A ANEFA foi criada em 28 de Setembro de 1999, através do Decreto-Lei nº 387/99, sujeito à tutela dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, constando dos seus objectivos: construir um Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação Escolar e Profissional de Competências e Conhecimentos, adquiridos pelos adultos com idade igual ou superior a 18 anos em situações de aprendizagem não formal ou informal; desenvolver e divulgar novos currículos, modelos, metodologias e materiais de intervenção específicos para a EFA,

viria a ser concebida como uma estrutura de competência ao nível da concepção, de metodologias de intervenção, da promoção de programas e projectos e do apoio a iniciativas da sociedade civil, no domínio da educação de adultos (Preâmbulo do Decreto Lei nº 387/99), surgindo “não para substituir outros actores, entidades ou intervenções, mas para intervir em novos domínios, designadamente no reconhecimento, validação e certificação de competências e ainda, para alargar, diversificar, integrar e flexibilizar a oferta, estimulando a procura” (ANEFA, 2002:30).

Para alcançar os seus objectivos, a ANEFA devolveu uma estratégia (ANEFA, 2002) sustentada: na co-responsabilização da sociedade civil e na motivação da população adulta (em especial os menos escolarizados), de forma a incutir uma nova atitude que valorize a aprendizagem ao longo da vida; na promoção da articulação entre a formação profissional e o emprego, no sentido de uma qualificação crescente das pessoas e das comunidades; na promoção do diálogo social, reforço da concertação e da criação de parcerias a vários níveis, privilegiando a dimensão regional e local; no desenvolvimento de programas e projectos, numa lógica de experimentação, com vista à valorização e disseminação de boas práticas de educação e formação de adultos; no lançamento de concursos nacionais para dar reconhecimento e visibilidade a práticas inovadoras de educação e formação de adultos em Portugal.

Assim, a acção da ANEFA organizou-se em torno de quatro áreas de actividade centrais: o reconhecimento, validação e certificação de competências; a oferta de educação e formação de adultos⁵⁶; a consolidação e mobilização da procura, mediante o reforço de parcerias com as diferentes entidades públicas e privadas, que localmente

com dupla certificação escolar e profissional; apoiar projectos e iniciativas de educação e formação de adultos, designadamente as modalidades de ensino aberto e à distância; apoiar a formação especializada de formadores, designadamente, de profissionais de reconhecimento, validação e certificação de competências; adquirir uma cultura de iniciativa, empreendedorismo e de abertura ao novo nos domínios de EFA; realizar estudos e promover a investigação no domínio da educação e formação de adultos e a sua disseminação.

⁵⁶ Os cursos de educação e formação de adultos (EFA) visam a formação de adultos com mais de 18 anos de idade, que abandonaram prematuramente o sistema educativo sem concluir a escolaridade obrigatória e na situação de candidatos ao 1º emprego, activos empregados ou em risco de desemprego ou ainda inseridos em grupos desfavorecidos, constituindo também uma resposta articulada dos Ministérios da Educação e do Trabalho. Destaca-se, pelo seu significado, a acção desenvolvida junto dos públicos desfavorecidos que, de forma crescente, tem aderido a esta modalidade formativa, atingindo em 2002, 1 747 formandos (www.fse.pt). Nos cursos EFA são aplicados modelos inovadores “assentes em percursos flexíveis e modulares”, através de: um referencial de competências-chave para a formação de base e um referencial de formação para a formação profissionalizante, assente em itinerários de qualificação organizados em unidades capitalizáveis; processos estruturados para reconhecimento e validação de competências adquiridas ao longo da vida por via formal ou informal. A ANEFA promove e autoriza a criação de cursos de EFA, “organizados por iniciativa de entidades formadoras acreditadas pelo INOFOR – autarquias, empresas, sindicatos, associações, e também estabelecimentos de ensino, IPSS e centros de formação profissional” (Carneiro, 2009: 31).

dinamizam intervenções de educação e formação de adultos; a produção e gestão de informação e conhecimento.

2.3. Participação das Associações de Desenvolvimento Local nas actividades de Educação e Formação de Adultos no início do Milénio

Em Março de 2000, a UE considerou que, apesar dos “sucessos inegáveis” (António e Fernandes, 2007) verificados ao longo do processo de integração, é exigida uma estratégia de intervenção conjunta, como resposta a diversos desafios que se colocam, nomeadamente: a globalização e a emergência de novas potências económicas⁵⁷, a nova economia do conhecimento⁵⁸, o envelhecimento da população europeia⁵⁹ e o alargamento da UE, estabelecendo um novo objectivo estratégico, assim como uma estratégia global para o alcançar. Pode ler-se nas conclusões do Conselho Europeu de Lisboa⁶⁰ que “à União atribui-se hoje um novo objectivo estratégico para a próxima década: tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (www.estrategiadelisboa.pt).

Alcançar este objectivo pressupõe uma estratégia global que vise preparar a transição para uma economia e uma sociedade baseadas no conhecimento, através da aplicação de melhores políticas no domínio da sociedade da informação e da I&D, fomentando a competitividade e a inovação; modernizar o modelo social europeu, investindo nas pessoas e combatendo a exclusão social; sustentar as previsões de crescimento, aplicando uma adequada combinação de políticas macroeconómicas.

Através do Memorando resultante do Conselho Europeu de Lisboa, o debate sobre a aprendizagem ao longo da vida recebeu um forte impulso:

“ (...) Esta situação justifica que, a par do reforço da oferta de educação e formação de adultos e, conseqüentemente, das oportunidades de obtenção de certificação escolar e qualificação profissional por via formal, deva também ser dada a oportunidade a todos os cidadãos, e em particular aos adultos menos escolarizados e aos activos empregados e desempregados, de verem reconhecidos, validados e

⁵⁷ No comércio internacional e na economia global estão a emergir um conjunto de novos e dinâmicos actores, nomeadamente os BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China). São de salientar os casos especiais da Índia e da China. Mantendo-se as actuais taxas de crescimento, em 2041 a China ultrapassaria os EUA, tornando-se na 1ª economia mundial e a Índia ultrapassaria o Japão em 2032.

⁵⁸ Anexo B.

⁵⁹ Anexo C.

⁶⁰ Para mais informações sobre a Estratégia de Lisboa: www.estrategiadelisboa.pt.

certificados os conhecimentos e as competências que foram adquirindo por via não formal ou informal, em diferentes contextos de vida e de trabalho, e, ainda em inúmeras acções de formação realizadas nos mais diversos domínios e com as mais diversas durações (...)” (UNESCO, 1996: 156).

A educação ao longo da vida e a aprendizagem ao longo da vida⁶¹ (ALV), tornam-se uma constante em diplomas legais e a abordagem destas temáticas é encarada de uma forma ampla. “Esta sociedade do conhecimento, globalizada e digital, impôs uma nova dinâmica das políticas europeias num evidente investimento no capital humano pela aposta na ALV” (Araújo e Coutinho, 2009:2), que pressupõe, a longo prazo, o aumento da competitividade económica mas sobretudo que a ALV se torne a componente básica do modelo social europeu (Comissão das Comunidades Europeias, 2001) para superar a desigualdade e exclusão social.

Neste quadro de actuação, defende-se uma valorização de todas as aprendizagens numa perspectiva *lifelong* e *lifewide*, que proporcione “a integração social, a empregabilidade, o desenvolvimento e a utilização dos recursos humanos em contextos cívicos, sociais e económicos” (Conselho da União Europeia, 2004:4), fomentando um novo conceito de aprendizagem, “característico de uma sociedade em mudança na qual a educação básica e a formação profissional inicial se tornam insuficientes e requerem um esforço constante para enfrentar todas as transformações” (Carneiro, 2009:28).

Apesar deste contexto europeu, em Portugal, e para além da criação da ANEFA que filosoficamente correspondia às tendências internacionais, a realidade é que a implementação da mesma não decorreu da forma que se encontrava planeada (Canário, R. e B. Cabrito. (Org.), 2005), especialmente no que concerne às suas competências e recursos. Lima (2001) destaca uma série de ausências de atribuições, nomeadamente em domínios como a concepção, estudo e proposta de definição de políticas ou da responsabilidade de construir, coordenar e animar uma rede nacional de organizadores locais ou ainda, a ausência completa de referências à constituição e gestão de um fundo financeiro de desenvolvimento e apoio a acções de educação e formação de adultos.

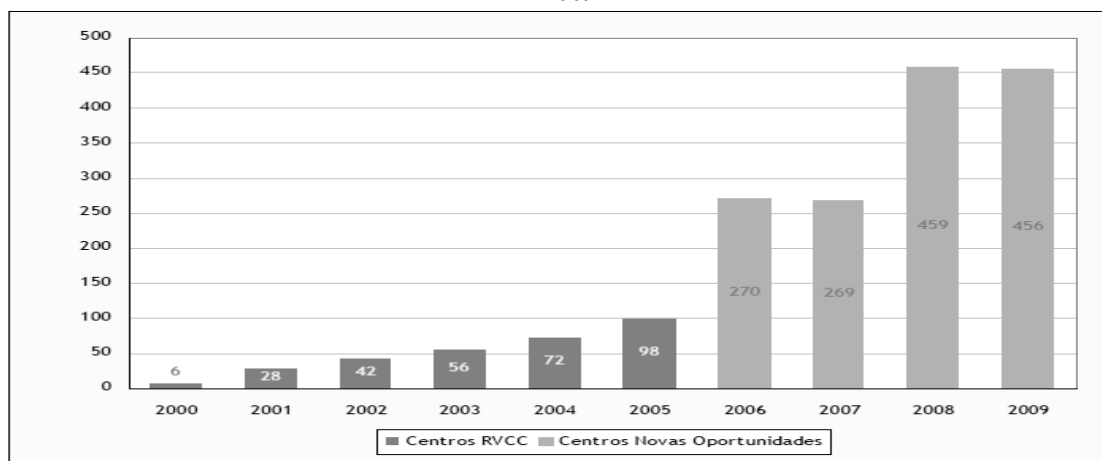
⁶¹ A Aprendizagem ao Longo da Vida pode ser definida como “toda a actividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objectivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego” (Comissão das Comunidades Europeias, 2001:10).

Embora com as limitações já apontadas, a ANEFA desenvolveu uma acção de grande importância, principalmente nas áreas do reconhecimento, validação e certificação de competências e no desenvolvimento de “cursos EFA”, mas ficando muito aquém de cobrir todas as áreas e domínios da educação de adultos, que continuam “dispersos e fragmentados, sem uma política clara e sem apoios, mesmo quando subsistindo no terreno por acção de outras instâncias, estruturas, movimentos e vontades” (Lima, 2001), numa alusão clara ao trabalho desenvolvido pelas ADL’s.

Em 2002, a ANEFA é extinta e “definitivamente transformada num conjunto limitado de valências inscritas incoerentemente no âmbito mais global da “formação vocacional” e de uma direcção Geral⁶² com essa designação” (Canário e Cabrito, 2005:49), dando as referências legislativas da EA lugar à qualificação dos recursos humanos e à qualificação ao longo da vida.

Através dos Fundos Comunitários, e do Despacho conjunto n°919 – A/ 2001, os Cursos EFA e os centros RVCC, instalam-se definitivamente no terreno (Figura 2.3), efectuando-se a criação da rede nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Figura 2.3. Evolução do nº de Centros Novas Oportunidades em Funcionamento em Portugal entre 2000 e 2009

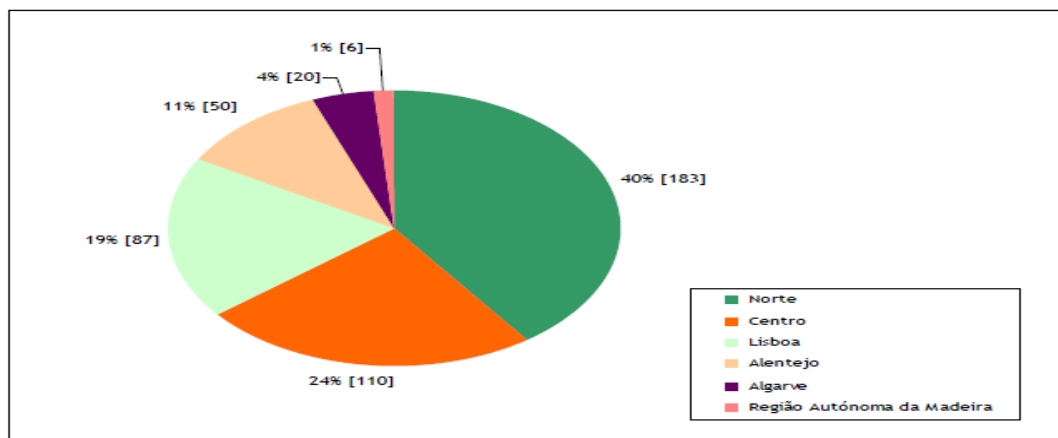


Fonte: <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/estatistica>

⁶² A DGFV foi constituída através do DL 208/2002, de 17 de Outubro.

Neste período, as ADL's já desenvolviam, sob a apreciação e controlo do INOFOR⁶³, um vasto conjunto de actividades de EFA de carácter formal, sendo promotoras activas de Cursos EFA e de Centros RVCC (Figura 2.4).

Figura 2.4. Distribuição Nacional dos Centros Novas Oportunidades (2010)



Fonte: <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/estatistica>

Em 2005, o Conselho Europeu aprovou as Orientações Integradas para o Crescimento e Emprego 2005-2008, recentrando, em 2006, as prioridades no emprego e no crescimento em conformidade com a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, fazendo do conhecimento e da inovação os motores do crescimento sustentável europeu, tornando a Europa mais atraente para investir e para trabalhar e reforçando o modelo social europeu baseado no pleno emprego e numa maior coesão social.

Para cumprir este objectivo, é criado o programa de trabalho “Educação e Formação 2010⁶⁴”, que constitui o referencial estratégico para o desenvolvimento das políticas de

⁶³Em 1997 é criado o INOFOR, inserindo-se no âmbito da consolidação das infra-estruturas de apoio ao sistema de formação profissional tutelado pelo MTS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade e a partir de uma reflexão sobre dinâmicas das políticas formativas e o enquadramento dos diversos intervenientes no sistema. Tendo como objectivo transversal a todas as suas actividades a promoção da qualidade da formação/oferta formativa, o INOFOR apresenta como estratégia um grande envolvimento com as entidades formadoras e os profissionais, especialmente visível ao nível das seguintes intervenções: Acreditação; Centro de Recursos em Conhecimento; Metodologias de formação para públicos com necessidades educativas especiais; Metodologias de avaliação de formação. Durante a sua vivência funcional, o INOFOR levou a cabo também uma série de diagnósticos e avaliações da oferta e dos sistemas formativos existentes, e, em parceria com o Ministério da Educação, instituiu o sistema de diplomados do Ensino Superior, um projecto de investigação sobre a adequação da oferta de cursos ao mercado de trabalho.

⁶⁴ Este programa, definido pela UE, tem como finalidade reduzir em 2 milhões o número de jovens que abandonam o sistema educativo, aumentar em 2 milhões o número de formandos no pro-secundário, melhorar a literacia em 200.000 jovens com menos de 15 anos, garantir que no término da escola duas línguas estrangeiras sejam dominadas e inserir 4 milhões de adultos na aprendizagem ao longo da vida. No quadro dos seus instrumentos destacamos, pela sua relevância: o quadro coerente de indicadores e valores de referência para avaliar a realização dos objectivos de Lisboa; a recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, que define um quadro de referência de competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida e que apoia e complementa a acção dos Estados-membros.

educação e formação a nível comunitário, contribuindo para tornar os sistemas de educação e de formação na Europa uma referência mundial de qualidade até 2010, de acordo com os objectivos estratégicos definidos e no quadro da Estratégia de Lisboa.

Em Portugal, a situação nacional apresenta-se, em 2005, com algumas dificuldades, tal como pode ser observado pela Tabela 2.6), sendo assumido que “a fraca competitividade e a baixa produtividade estão na raiz do baixo crescimento da economia portuguesa. O atraso do desenvolvimento do País é também, e especialmente, um défice de qualificações⁶⁵” (Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009:11):

Tabela 2.6. População Activa Portuguesa (%), Segundo o Grupo Etário, por Níveis de Instrução (2001)

	24 anos ou	25-34 anos	35-44 anos	45 anos ou	Total	%
Sem grau de ensino	16 258	42 896	62 691	194 610	316 455	6
1º Ciclo	68 190	211 494	407 492	786 536	1 473 712	30
2º Ciclo	185 730	327 055	242 983	131 917	887 685	18
3º Ciclo	261 123	274 517	205 757	154 868	896 265	18
Ensino Secundário	161 735	300 839	196 717	140 780	800 071	16
Ensino Superior	37 192	239 628	165 645	173 555	616 020	12
Total	730 228	1 396 429	1 281 285	1 582 266	4 990 208	100

Fonte: <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>

Efectivamente, o estado do país ao nível das qualificações apresenta-se extremamente débil⁶⁶, indicando-se que o crescimento do PIB poderia ter sido em média mais elevado, entre os anos 70 e 90, se os níveis de escolaridade estivessem equiparados à média da OCDE, afirmando-se que “Portugal é um dos países onde os níveis de ensino e qualificação são mais baixos” (Grandes Opções do Plano 2005-2009⁶⁷), tal como pode ser observado pela Tabela 2.7, sendo condição para um país “moderno e tecnologicamente inovador, assente no conhecimento e na qualificação, (para) a

⁶⁵ Relativamente à média de anos de escolarização da população adulta, em Portugal, a mesma é de 8,2 anos, enquanto a da OCDE é de 12 anos, o que é extremamente representativo se tivermos em consideração que, a nível da OCDE, estima-se que mais um ano de escolaridade contribui para aumentar a taxa de crescimento anual do PIB entre 0,3 e 0,5 pontos percentuais. Segundo a OCDE (2005), Portugal é um dos países em que ter qualificação é mais compensador.

⁶⁶ Um trabalhador com o ensino secundário ganha, em média, mais 60% do que um trabalhador que não tenha obtido essa escolaridade. Paralelamente, mais escolaridade está associada também a uma menor taxa de desemprego e a menor duração do desemprego: em 2006, a taxa de desemprego para o nível de habilitação até ao básico foi de 7,7%, enquanto para o nível de habilitação superior foi 6,3%. Também para este ano, apenas 21% dos licenciados demoram mais de um ano a voltar ao emprego, em comparação com 35% para os que têm habilitação de 9º ano e 56% dos que não têm qualquer habilitação.

⁶⁷ Lei nº 52/2005, de 31 de Agosto.

consolidação e melhoria do sistema de ensino, de formação e de qualificação ao longo da vida” (Grandes Opções do Plano 2005-2009).

Tabela 2.7. Média de Anos de Escolarização da População Adulta, em Vários Países (2001)

Países	Média
Noruega	13,8
Dinamarca	13,6
Alemanha	13,4
Luxemburgo	13,4
Finlândia	12,1
França	11,5
Grécia	10,5
Espanha	10,5
Turquia	9,6
México	8,7
Portugal	8,2
Total	12,0

Fonte: <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>

Esta realidade é ainda reconhecida governamentalmente, ao afirmar-se que “em matéria de educação de adultos, é necessário recuperar o impulso perdido desde a liquidação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, de modo a aumentar o investimento público e induzir a participação da sociedade civil na formação académica e profissional” (Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009:48).

No quadro do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego⁶⁸, que marca a aplicação em Portugal da Estratégia de Lisboa⁶⁹, surge o Plano

⁶⁸ Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/05, de 28 de Novembro). O PNACE pretende ser “um guia para a concretização de uma estratégia nacional de reformas e modernização concebida no quadro das referências e prioridades da Estratégia de Lisboa, assumindo-se como uma resposta global às linhas de orientação aprovadas pelo Conselho Europeu” (PNACE 2005-2008).

⁶⁹ O Conselho Europeu da Primavera de 2005 endossou a revisão da Estratégia de Lisboa proposta pela Comissão, tendo aprovado o dispositivo simplificado de governação, com base no chamado Relatório Kok, -Enfrentar o Desafio da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego.

Tecnológico⁷⁰ como medida política que visa fomentar o crescimento e competitividade do país.

A Iniciativa Novas Oportunidades⁷¹, prevista no Eixo Estratégico Um⁷² do Plano Tecnológico, tem como objectivo fomentar a Aprendizagem ao Longo da Vida através de um plano de qualificação⁷³ da população portuguesa, definindo o décimo segundo ano como patamar mínimo de qualificação, sustentando-se na “ elevação da formação de base da população activa adulta pela disponibilização de ofertas de qualificação flexíveis e, em particular, estruturadas a partir das competências adquiridas e reconhecidas⁷⁴” (Plano Tecnológico, 2008), pretendendo-se aumentar a oferta de formação profissionalizante nas redes do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e na rede de operadores privados (Carneiro, 2009).

Tais objectivos, exigem a expansão da oferta de cursos e do número de pessoas abrangidas pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências que é alargado em 2008 para o reconhecimento de competências profissionais da população adulta, tendo como documento de referência o Catálogo Nacional de Qualificações⁷⁵ que define as competências-chave para diversas áreas profissionais.

Durante este período, e tendo como base a avaliação do QCA III e a reflexão sobre os resultados da aplicação do FSE, o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN)

⁷⁰ Resolução do Conselho de Ministros nº 190/05, de 16 de Dezembro.

⁷¹ A Iniciativa Novas Oportunidades, da responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, apresentada publicamente no dia 14 de Dezembro de 2005, surgiu como resposta à necessidade de Portugal vencer o ciclo longo de atraso nacional face aos outros países desenvolvidos, investindo conjuntamente na melhoria contínua das condições de escolarização das crianças e jovens, por um lado, e na reversão da atávica desqualificação da população adulta (que se viu privada do direito a uma adequada educação-formação inicial na idade própria). O segundo eixo de intervenção da Iniciativa Novas Oportunidades tem como principal objectivo a elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta. As acções que aqui se acolhem dirigem-se a pessoas com mais de 18 anos que não concluíram o 9º ano de escolaridade ou o ensino secundário, tendo em vista aumentar as suas qualificações de base. Destacam-se em particular o reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas (que deverá constituir a ‘porta de entrada’ para a formação de adultos), e a oferta de formação profissionalizante dirigida a adultos pouco escolarizados.

⁷² No Eixo nº1 – “Qualificar os Portugueses para a sociedade do conhecimento”, refere-se o desafio que “obriga a estruturar uma oferta de cursos de educação e formação susceptível de proporcionar o envolvimento de um número crescente de pessoas em percursos qualificantes em fases diferenciadas das suas vidas” (Carneiro, 2009).

⁷³ Anexo D.

⁷⁴ Anexo E.

⁷⁵ A criação do Catálogo Nacional de Qualificações vem no seguimento de orientações a nível da Comissão Europeia para a aplicação do Quadro Europeu de Qualificações (QE) para a aprendizagem ao longo da vida, que cria um quadro de referência de qualificações comum em termos europeus para garantir a transparência das qualificações. Com esta medida pretende-se aumentar a participação da população activa em iniciativas de aprendizagem ao longo da vida e promover a mobilidade dos cidadãos entre países. A partir do QE, os estados membros poderiam desenvolver Quadros Nacionais de Qualificações adequados à realidade dos contextos (Comissão Europeia, 2008).

– 2007/2013, define, no âmbito das políticas de educação, formação e emprego, o POPH – Programa Operacional do Potencial Humano, que enquanto instrumento de operacionalização financeira, possibilita a diversos operadores, nomeadamente as ADL's, os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento das suas actividades ao nível da EFA.

Contudo, apesar dos avanços registados, a crise que se regista em 2010 coloca a UE e o mundo numa posição bastante delicada, afirmando Barroso (2010:6), que “a crise veio revelar questões fundamentais e tendências insustentáveis que não podemos continuar a ignorar. A Europa regista um défice de crescimento que compromete o nosso futuro”.

Efectivamente, a crise anulou os progressos obtidos na UE, o que se repercute no crescimento do PIB, que regista em 2009 o pior resultado desde os anos 30 (-4%); na produção industrial, que assume valores ao nível dos registados nos anos 90 (-20%) e nos níveis de desemprego⁷⁶, registando-se cerca de 23 milhões de pessoas nesta condição em 2009, e prevendo-se que atinja 10,3% em 2010 (regresso ao nível dos anos 90). A pobreza começa a aumentar e a crise financeira alastra ao social:

“O envelhecimento da população está a acelerar: a população activa vai diminuir em cerca de 2 milhões até 2020 e o número de pessoas com mais de 60 anos está a aumentar duas vezes mais rapidamente do que até 2007 (...) Os níveis de produtividade estão a perder terreno: dois terços do diferencial do nosso rendimento face aos Estados Unidos deve-se a uma menor produtividade (...) A crise reduziu o nosso potencial de crescimento para metade: se nada fizermos, terminaremos a década com um crescimento económico muito fraco” Barroso (2010:6).

Perante este cenário, novas exigências são efectuadas à UE, sendo lançada a *Estratégia 2020*, que “representa uma visão da economia social de mercado para a UE do século 20” (Rainha, 2010), estabelecendo como prioridades: crescimento inteligente (desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação), crescimento sustentável (promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva), crescimento inclusivo (fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial).

⁷⁶ No caso Português, em 2007, 2008 e 2009, a taxa de desemprego portuguesa situou-se acima da taxa média europeia, tendo ambas sofrido um acréscimo de 1,9 p.p. entre 2008 e 2009. Assim, em 2009, 9,6% da população activa portuguesa encontrava-se numa situação de desemprego, quase o dobro do valor observado em 1998, enquanto para a média da UE 27 essa percentagem era de 8,9%.

Para cumprir estes objectivos, a qualificação e a capacitação são novamente considerados instrumentos fundamentais, ao serem definidas como metas a redução da taxa de abandono escolar (que deve ser inferior a 10%), a certificação ao nível do ensino superior de cerca de 40% dos jovens, e a empregabilidade de cerca de 75% da população com idades entre 20 e 64 anos.

A importância concedida à EFA é novamente retratada na *Agenda para as novas qualificações e novos empregos* (uma das sete iniciativas definidas pela Estratégia), com o objectivo de capacitar as pessoas, desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho, e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e procura de mão-de-obra.

No que concerne às ADL's, e apesar dos financiamentos proporcionados através do POPH, a realidade é que a maioria debate-se com dificuldades, face à crescente “escolarização” da educação de adultos formal, induzida pelo programa Novas Oportunidades, sendo que a sua participação não se pode considerar acentuada, verificando-se que apenas 6% dos Centros Novas Oportunidades pertencem a estas entidades (Tabela 2.8).

Tabela 2.8. Nº de Centros Novas Oportunidades em Funcionamento, em Portugal, por Entidade Promotora (2009)

Tipo da entidade promotora	N.º	%
Centro de Formação Profissional	88	19,3
Escola Básica e/ou Secundária	195	42,8
Escola Profissional	42	9,2
Associação Empresarial	28	6,1
Associação de Desenvolvimento Local	25	5,5
Empresa de Formação	16	3,5
Instituição de Solidariedade Social/Reabilitação	14	3,1
Instituição do Ensino Superior	8	1,8
Autarquia, Empresa Municipal ou Associação de Municípios	8	1,8
Empresas	6	1,3
Estabelecimento de Ensino Particular ou Cooperativo	6	1,3
Escola tutelada por outros Ministérios	5	1,1
Escola tutelada pelo Turismo de Portugal	3	0,7
Outra entidade	12	2,6
Total	456	100

Fonte: <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/estatistica>

2.4. Caracterização das Actividades de Educação e Formação de Adultos desenvolvidas pelas ADL's

A intervenção das ADL's nas actividades de EFA surge de uma forma quase natural, fruto do seu objecto de intervenção, da sua missão e do seu objectivo geral, que genericamente poderá ser traduzido na promoção do desenvolvimento local (DL) dos territórios onde desenvolvem a sua actividade, procurando a melhoria da qualidade de vida das comunidades que nelas residem. Tradicionalmente associado às zonas rurais, onde encontramos uma paisagem humanizada e a terra ainda se constitui como um factor produtivo, cultural e social determinante, o DL poderá, a par de referências já abordadas ao longo deste trabalho, ser conceptualmente definido da seguinte forma:

“ (...) O reforço de uma prática que renove e fortaleça os valores da cidadania, justiça e solidariedade, incentivando o diálogo intergeracional essencial a um porvir sustentável, na perspectiva de que utopia e o futuro se alicerçam numa identificação cada vez mais forte com a cultura de um território, que envolva os sentimentos de proximidade e de pertença a uma comunidade e, ao mesmo tempo, virtualize os seus saberes e a inovação (...) ” (Revez, 2008).

Estamos assim perante um processo plural que integra as componentes económica, social e cultural, ambiental e política, e que só poderá materializar-se através de uma actuação ao nível de cada território, onde vivem actores e destinatários do desenvolvimento, estimulando as suas capacidades criadoras e empreendedoras.

Neste contexto, o aprofundamento da democracia é não só objectivo mas também requisito do desenvolvimento, que só se realiza plenamente quando contempla a participação activa das pessoas e organizações, em torno dos seus problemas específicos e do conjunto de valores onde radica a sua identidade, co-responsabilizando-os na construção do futuro dos seus territórios, normalmente assegurando condições para reforçar o trabalho das ONG's – cada vez mais entendidas como “escolas de cidadania e de associativismo local” (Cruz, 2001) e potenciando as suas capacidades de empreender e de cooperar a nível local e regional.

Para os defensores do *desenvolvimento local* enquanto prática e processo, o futuro das áreas rurais passa necessariamente, por criar projectos de desenvolvimento sustentados nos seus recursos endógenos, formalizados por comunidades locais criativas,

participativas, diversificadas e com capacidade de serem apoiadas pela sociedade em geral (Lima, 1994).

A participação, neste contexto, deve ser entendida como um processo que visa o envolvimento da comunidade na resolução dos seus problemas, deixando estas de ser “público-alvo” ou destinatários de uma intervenção, e assumindo-se como sujeitos de um processo que é seu, e não o que os técnicos ou outros elementos conceberam para si (In Loco, 2001). No DL a participação deve ser assumida com a dupla função de objectivo e instrumento. Promover a participação das pessoas no processo implica, necessariamente, valorizá-las como sendo os recursos locais mais importantes. Implicando a comunidade, esta é levada a conhecer-se, a conhecer a realidade e a transformá-la (Canário, 2000).

Contudo, implicar a comunidade de forma activa nos processos de desenvolvimento local pressupõe que a mesma, de forma individual e colectiva, se encontre em condições de participar, de opinar, de agir, pelo que intervir na comunidade e conduzir as pessoas a participar na transformação de si próprias e dos territórios em que vivem pressupõe a educação e formação de adultos enquanto educação permanente. Neste contexto, a educação é vista como um processo que, através da diversidade de experiências, contextos e vivências, vai construindo e aperfeiçoando ao longo da vida um conjunto de saberes, incentivando cada um a tornar-se sujeito activo na construção do seu próprio processo educativo.

A educação é perspectivada não enquanto acesso a um património cultural universalmente definido, mas como o desenvolvimento do indivíduo/cidadão através da sua participação. Tal implica, entre outros aspectos, a afirmação de um determinado olhar sobre o mundo e de um modo de vida a ele associado; o fortalecimento da auto-estima individual e colectiva, associado à valorização de uma cultura de pertença; a valorização da experiência enquanto fonte de aprendizagem.

As ADL's, enquanto entidades cuja principal missão é promover o desenvolvimento local, têm como principais actores as comunidades dos territórios onde intervêm; nas intervenções que desenvolvem, devem, tendo em conta o contexto do desenvolvimento local, promover iniciativas que terão que ir ao encontro e valorizar os conhecimentos e

competências da comunidade, evitando o risco de surgir desfasado das suas vidas, necessidades e interesses, respondendo às mesmas.

É enquadrado nesta perspectiva ampla de encarar o desenvolvimento local e o trabalho das ADL's que se compreende que o desenvolvimento local é, em si mesmo, um processo educativo representando,

“ (...) uma vontade comum de melhorar o quotidiano: essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro. É aquilo que se chama frequentemente a cultura de desenvolvimento: a situação atingida por uma população ao sentir-se e ao capacitar-se para analisar os problemas actuais, para pôr em equação necessidades e recursos, para conceber projectos de melhoria integrando as dimensões de espaço e de tempo e para, enfim, abranger com esses projectos finalidades de desenvolvimento global-pessoal como colectivo económico, cultural, sociopolítico (...) ” (Melo e Soares, 1994: 13)

Face a estas constatações, a educação e formação de adultos tem procurando de forma geral integrar, numa mesma acção, de âmbito comunitário, as vertentes de intervenção socioeducativa, cultural e económica. Correndo o risco de simplificar, podemos afirmar que o processo de DL se caracteriza através de acções de animação, de formação e de organização. No fundo, todas estas acções, incluindo as de animação e de organização, são formativas “na medida em que constituem formas de participação, responsável e eficaz, num processo de DL” (Associação In Loco, 2001). Canário (2000) considera inclusive que o desenvolvimento local “designa práticas de articulação entre a educação de adultos e o desenvolvimento de uma escola local, com uma forte valorização da participação directa dos interessados” e a animação sociocultural contribui fortemente para colocar em evidência a dimensão não formal dos fenómenos educativos, contribuindo para ultrapassar a dicotomia entre “instituições educativas e instituições não educativas”.

De forma paralela, é usualmente aceite que o conceito de formação deve estar intimamente associado ao conceito de inserção profissional e se esta associação é sempre desejável, “no contexto de um processo de DL constitui uma necessidade incontornável”, surgindo como uma resposta a um problema local. (Associação In Loco, 2001). A educação e formação de adultos deverão ser consideradas respostas dentro do

processo de Desenvolvimento Local, instrumentos, componentes, trabalhando em conjunto com o trabalho de animação e a investigação participada (Lima, 1994).

Equacionar a Formação e a inserção profissional no DL tem múltiplas vantagens: favorece a valorização dos recursos naturais e culturais, numa perspectiva de sustentabilidade; suscita a criação de postos de trabalho e a melhoria de qualidade dos serviços; contribui para a promoção da coesão social.

Para tal, os temas/programas de formação a desenvolver nas localidades, e/ou nos territórios de referência, devem ser “capazes de colocar o enfoque nos processos de aprendizagem, valorizando os conhecimentos experienciais, a interacção colectiva na resolução de problemas locais” (Canário, 2000:66) e tornarem-se promotores de desenvolvimento local.

Para esta forma de encarar o Local, enquanto ponto de partida do desenvolvimento, é crucial a participação das pessoas nos seus próprios processos de desenvolvimento, inserida numa contextualização regional, nacional e internacional, Isto se quisermos, de facto, a procura de um desenvolvimento local numa contextualização global onde emergem novas territorialidades, constituindo o desenvolvimento das sociedades um processo eficaz de satisfação das necessidades humanas em equilíbrio com o território e sem comprometer as gerações vindouras.

No mundo rural, o desenvolvimento local sustentado constitui a via mais duradoura, integrada e digna do progresso social. O desenvolvimento local apresenta-se, e cada vez mais, como um contraponto indispensável ao crescimento global, acelerado, tipificador e desumano da sociedade actual. As organizações de desenvolvimento local são os catalisadores que valorizam as nossas riquezas particulares, tais como a capacidade de imaginação, a formulação de projectos pelas colectividades, a solidariedade, a capacidade de empreender, o partenariado e a criatividade.

Conclusão

Enquanto conceito, a EFA tem evoluído lentamente, tanto a nível nacional, como internacionalmente. Impulsionada pelas diversas CONFINTEA's, no plano internacional, e pela *Estratégia de Lisboa (2000 e 2005)*, no plano nacional, a EFA tem vindo a ganhar

relevância, apresentando-se actualmente, através da *Estratégia Europa 2020*, como um instrumento fundamental para uma sociedade que se quer do conhecimento e que tenta ultrapassar, com custos mínimos, a actual crise.

Paralelamente a este contexto internacional e europeu, em Portugal, a EFA ganhou um novo impulso com a implementação da Iniciativa Novas Oportunidades⁷⁷, que através dos Cursos EFA e dos Centros Novas Oportunidades⁷⁸, incluiu definitivamente na abordagem da EFA não só as aprendizagens formais, mas também as não formais e informais.

Neste contexto, tal como referido por Susana da Cruz, “também as associações mais centradas no local/regional, nomeadamente as de desenvolvimento local, podem ser portadoras de novas dinâmicas e motivações” (Cruz, 2001: 96), carecendo a sociedade portuguesa destes compromissos (nomeadamente os realizados entre a administração e os parceiros sociais) para evoluir (Vários, 1998).

Caracterizada por uma fraca cultura de participação, alimentada por uma cultura governativa secular centralista, que tem condicionado e fomentado a pertinência de um fraco sentido cívico e um limitado envolvimento activo da sociedade civil na tomada de decisões (Oliveira e Baptista, 1999) é com dificuldade que a população portuguesa se organiza colectivamente em torno de causas e valores, sendo esta tendência contrariada ao nível da dimensão local, nomeadamente através de processos e iniciativas de desenvolvimento local, promovidas e implementadas por Associações de Desenvolvimento Local.

Inicialmente centradas no desenvolvimento económico do território, orientadas predominantemente para a implementação de iniciativas com vista à criação de emprego, as estratégias e iniciativas de desenvolvimento local foram ampliando o seu campo de acção, começando a actuar cada vez mais a partir de uma perspectiva integrada do desenvolvimento que vai para além do quadro puramente económico para constituir um desenvolvimento "humano" e social, que implica a participação de todos

⁷⁷ Anexo F.

⁷⁸ Denominação actual para os Centros RVCC.

os actores da sociedade civil e do tecido socioeconómico local como condição indispensável para a sustentabilidade do desenvolvimento.

O desenvolvimento local torna-se assim num instrumento de concertação e diálogo social que coloca nas mãos dos seus beneficiários, os actores locais, a responsabilidade de desenhar e pôr em marcha estratégias sustentáveis de desenvolvimento. Nessas, a sociedade civil está a adquirir protagonismo, e a conseguir progressivamente obter uma maior capacidade de negociação face às instituições políticas no que à escolha de uma via de desenvolvimento participado e sustentável diz respeito.

O nível local encontra-se muitas vezes isolado geograficamente e afastado dos principais canais de informação. Esta situação dificulta a disponibilidade de recursos humanos capacitados e o acesso a conhecimentos e informação especializada, requisitos fundamentais para impulsionar o desenvolvimento, surgindo desta forma a E.F.A. como instrumento primordial para colmatar este problema e, conseqüentemente, como promotora de desenvolvimento local.

**Capítulo 3. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
E O SEU EMPENHAMENTO NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS.
O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
(ADPM)**

Introdução

Como já referido anteriormente, as Associações de Desenvolvimento Local, por terem como objectivo a melhoria das condições de vida da população, levam a cabo, nesse âmbito, diversas actividades de intervenção comunitária, social e cultural, integrando um número diversificado de iniciativas que procuram incentivar a valorização pessoal e social, individual e colectiva, das comunidades locais, bem como a sua integração social e profissional. Parte integrante deste processo, as actividades de EFA parecem estar naturalmente associadas aos processos de desenvolvimento local e, por inerência, aos movimentos colectivos da sociedade civil que os encabeçam e protagonizam.

Cenário de um dos mais emblemáticos processos de desenvolvimento local, o concelho de Mértola, perante um contexto adverso de desertificação, envelhecimento populacional, desemprego e difíceis condições de vida, criou um modelo, inicialmente sustentado na recuperação e valorização dos patrimónios endógenos (naturais e culturais), que mobilizou meios, que, ao longo dos últimos 30 anos, geraram dinâmicas sustentáveis de desenvolvimento local.

Ao longo das últimas décadas, existiram em Mértola vários movimentos associativos, de diversas tipologias⁷⁹, nomeadamente cerca de 50 Associações Culturais e Recreativas, 4 Clubes desportivos, 16 Associações de Caça e Pesca, 9 Fábricas da Igreja Paroquial, 4 Associações de Reformados, 5 Grupos Corais e Instrumentais, 4 Instituições de Solidariedade Social e 9 Associações de Desenvolvimento Local (Rede Social do Concelho de Mértola, 2003).

Contudo, e apesar de um total de 101 organizações, a realidade é que a maior parte destas entidades luta com dificuldades financeiras e de mobilização da população, o que as torna pouco dinâmicas, limitando-se a desenvolver um conjunto de actividades muito sustentadas no voluntariado dos seus associados.

Neste contexto, a grande excepção surge-nos por parte da ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, que constituída formalmente há 30 anos, representa uma das maiores entidades empregadoras do concelho. Não apenas conta com cerca de

⁷⁹ Apêndice D.

40 colaboradores permanentes, dos quais 30 possuem habilitações de nível superior, (dados de 2010), como também possui um conjunto de infra-estruturas físicas que a tornam, para alguns, a este nível, também uma das maiores ADL's do país.

A ADPM é também, de entre as ADL's do concelho de Mértola, a única reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros como ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (2003), possuindo uma intervenção transnacional, que inclui actividades de carácter permanente em África, nomeadamente em Marrocos, Moçambique e Cabo Verde.

Com uma intervenção transversal na comunidade, local/regional, a ADPM efectua projectos e actividades que lhe conferem um estatuto e uma credibilidade nacional.

Ao longo deste capítulo, iremos descrever o papel e intervenção das ADL's do concelho de Mértola ao nível das actividades de EFA, caracterizando para isso o concelho e as actividades de EFA desenvolvidas por estas entidades.

3.1. Breve caracterização do concelho de Mértola

Localização geográfica

Localizado no extremo SE da Região Alentejo e inserido no distrito de Beja, o Concelho de Mértola é um dos maiores concelhos de Portugal, com uma área de 1279 Km², tendo como limites os concelhos de Beja e de Serpa, a Norte, Castro Verde e Almodôvar, a Oeste, Alcoutim a Sul e a Este a província Andaluza de Huelva.

A vila de Mértola, sede do município, encontra-se a cerca de 249 km de Lisboa e a cerca de 50 km de Beja, mantendo uma distância às sedes dos concelhos circundantes que varia entre 38 e 51 km (respectivamente Castro Verde e Serpa).

Figura 3.1. Localização Geográfica da Área de Intervenção da ADPM



Fonte: ADPM⁸⁰

Administrativamente, o concelho divide-se em nove freguesias: Alcaria Ruiva, Corte do Pinto, Espírito Santo, Mértola, Santana de Cambas, S. João dos Caldeireiros, S. Miguel do Pinheiro, S. Pedro de Sólis e S. Sebastião dos Carros.

Tabela 3.1. Distância, em Kms, entre as Sedes de Freguesia e a Sede do Concelho de Mértola

<i>Sede de Freguesia</i>	<i>N.º km</i>
Alcaria Ruiva	12 Km
Corte do Pinto	21 Km
Espírito Santo	12 Km
Santana de Cambas	15 Km
S. João dos Caldeireiros	10 Km
S. Miguel do Pinheiro	27 Km
S. Pedro de Sólis	36 Km
S. Sebastião dos Carros	18 Km

Fonte: ADPM (Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora)

⁸⁰ Informação facultada pela entidade aquando da realização de deslocação à entidade.

Caracterização sócio-demográfica

Segundo os Censos de 2001, a população total do concelho de Mértola cifrava-se em 8.712 habitantes que se distribuíam por lugares e inúmeras habitações isoladas, habitando a população, na sua grande maioria, em pequenos aglomerados.

Tabela 3.2. População Residente, por Sexo, no Concelho de Mértola (2001)

Sexo	População Residente		
	Homens	Mulheres	TOTAL
TOTAL	4.344	4.379	8.712

Fonte: ADPM (Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora)

O êxodo massivo verificado nas décadas de 60 e 70 e o desaparecimento fisiológico da vasta população envelhecida explicam parcialmente a contínua diminuição da densidade populacional, que em 1960, atingia o valor de 20,9hab/km², sendo este indicador 7,7hab/km² em 1991, atingindo em 2001 o valor de 6,8hab/ km².

Tabela 3.3. População Residente no Concelho de Mértola, (H/M), por Freguesia (2001)

Freguesias	População Residente		TOTAL
	Homens	Mulheres	
Alcaria Ruiva	504	509	1.013
Corte do Pinto	534	546	1.080
Espírito Santo	228	209	437
Mértola	1.518	1.575	3.093
S. João dos Caldeireiros	359	369	728
S. Miguel do Pinheiro	458	422	880
S. Pedro de Sólis	152	166	318
S. Sebastião dos Carros	140	160	300
Santana de Cambas	441	422	863
TOTAL	4334	4.378	8.712

Fonte: ADPM (Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora)

Como pode ser observado pela Tabela 3.3, existem Freguesias onde o nº total de habitantes cifra-se entre os 300 e os 450 habitantes, o que demonstra bem a reduzida população residente.

Através da observação da tabela seguinte, verificamos que a população do concelho de Mértola tem vindo a diminuir fortemente, sendo extremamente envelhecida.

Tabela 3.4. População Residente, por Grupos Etários, no Concelho de Mértola, em 1991 e 2001

<i>Grupos etários</i>	<i>1991</i>	<i>2001</i>	<i>Varição 91/2001 (%)</i>
0-14 Anos	1.497	1.005	-32,9
15-24 Anos	1.254	949	-24,3
25-64 Anos	4.423	3.938	-11,0
65 ou mais Anos	2.631	2.820	-7,2
TOTAL	9.805	8.712	-11,1

Fonte: ADPM (Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora)

As Taxas de Mortalidade são substancialmente superiores às Taxas de Natalidade, não existindo capacidade de regeneração da população.

Tabela 3.5. Indicadores Demográficos do Concelho de Mértola, em 2001

Concelho	Taxa Natalidade	Taxa Mortalidade	Taxa Fecundidade	Índice de Envelhecimento
Mértola	5,4	18,5	27,1	273,1

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2002

Educação e ensino

O concelho também se caracteriza pela existência de uma elevada taxa de analfabetismo, abandono escolar precoce e desemprego de longa duração (especialmente feminino).

Tabela 3.6. Evolução Comparativa das Taxas de Analfabetismo no Concelho de Mértola (H/M), em 1991 e 2001

Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo (%)	
H	M	1991	2001
778	1045	29,6	22,4

Fonte: ADPM (Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora)

Como pode ser observado, o número de analfabetos com idade superior a 10 anos é extremamente elevado, o que demonstra bem o *deficit* de competências escolares da população.

Tabela 3.7. População Residente no Concelho de Mértola, Segundo o Nível de Escolaridade Atingido (H/M), em 2001

Nível de ensino atingido	Mértola			
	%	N.º	H	M
Nenhum nível de ensino	24,6	2145	962	1183
1º Ciclo do ensino básico	40,3	3514	1797	1717
2º Ciclo do ensino básico	11,4	995	562	433
3º Ciclo do ensino básico	10,8	939	525	414
Ensino secundário	9,0	783	359	424
Ensino médio	0,3	24	7	17
Ensino superior	3,6	312	122	190
Total	100	8712	4334	4378

Fonte: ADPM (Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora)

Cerca de 40% da população possui o 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo que cerca de apenas 4% possui certificação de nível superior, o que poderá ser justificado pela existência de Estabelecimentos de Ensino Superior somente em Beja ou em Faro, mas também pela dispersão demográfica que, aliada às deficientes estruturas de suporte rodoviário e às carências económicas da população, dificultam o acesso à educação e ao ensino.

População activa e desemprego

Os sectores de actividade em 2001 distribuía-se no concelho da seguinte forma: I – 18,9%, II – 23,5%, e III – 57,6%, tendo o sector I decrescido substancialmente em termos absolutos e relativos, face aos valores de 1991.

As actividades do sector primário são predominantemente a agricultura e a pecuária, ambas exploradas em sistemas extensivos e com recurso a pouca mão-de-obra. O sector secundário restringe-se a actividades transformadoras, tendo um peso baixo no conjunto da economia local, sendo as mesmas demasiado frágeis para que o sector se dinamize por si. Pelo sector terciário, distribui-se mais de metade da população activa do concelho, sendo que muitos se encontram concentrados nos serviços públicos, entre os quais se destaca a própria autarquia. As actividades efectivamente dinâmicas e que contribuem para o crescimento económico local no sector terciário são o pequeno comércio, a restauração e a hotelaria.

Toda esta conjuntura – arcaísmo da agricultura, inexistência de indústria e fraca dinâmica do terciário produtivo, levam a que o emprego seja escasso, dificultando o aumento da qualidade de vida dos residentes e, conseqüentemente, constituindo-se como um impedimento à fixação da população jovem.

O desemprego atinge tradicionalmente valores elevados, e, embora se manifeste em todos os grupos etários, é mais evidente na faixa etária dos 25-54 anos, representando este intervalo mais de 50% do total do desemprego verificado no concelho.

Saneamento e infra-estruturas

No concelho de Mértola, e embora esteja em expansão, a rede de esgotos abrange apenas algumas localidades de maior dimensão, reflectindo a deficiente cobertura ao nível do saneamento básico.

Em relação à rede de abastecimento de água e à distribuição de energia eléctrica, as mesmas encontram-se em quase todos os lugares do concelho. Nos lugares mais isolados e com um reduzido número de habitantes, o fornecimento de energia é feito com base em energias alternativas, nomeadamente a solar.

Acessibilidades e transportes

Através da rede viária, todas as localidades do concelho estão ligadas entre si e aos concelhos circundantes, podendo o estado de conservação das estradas ser considerado razoável, exceptuando pequenos percursos. Em relação à rede de transportes, esta é insuficiente e não serve todas as localidades, agravando-se a situação nos períodos de férias escolares, em consequência, nesta altura do ano, da diminuição do número de carreiras efectuadas pela transportadora rodoviária. As localidades do concelho que não possuem este tipo de serviço são servidas por transportes da autarquia (carreiras municipais).

Associativismo, cultura e desporto

A vida cultural e recreativa do concelho é muito reduzida, embora exista um elevado número de associações do mais diverso tipo. As iniciativas culturais são escassas e pouco variadas, os equipamentos existentes limitam-se praticamente às colectividades, cuja actividade é quase nula, e as acções recreativas relacionam-se sobretudo com o

desporto, com realce para o futebol e desportos náuticos, quase todas concentradas na sede de concelho.

Deste conjunto de instituições, destacam-se três entidades: o Clube Náutico de Mértola, o Campo Arqueológico de Mértola e a Associação de Defesa do Património de Mértola. Estas são, de todas, as mais dinâmicas e aquelas que têm uma estrutura de maior dimensão e que, de uma forma mais assídua e duradoura, desenvolvem projectos de maior relevância comunitária.

Caracterização do património cultural

O Concelho de Mértola é possuidor de um importante acervo de património cultural, na sequência da presença contínua de importantes civilizações desde o século VIII a.C. Entre o espólio arqueológico já recenseado e um conjunto importante de construções rurais e silvopastoris de morfologia e função tradicionais, há que destacar os seguintes elementos, entre outros: Casco Histórico (Vila Velha) com diversos monumentos e um notável conjunto de espaços museológicos; Anta das Pias; Anta do Vale das Antas; troço da antiga via romana estrada romana entre Mértola/Myrtilis e Beja/Pax Julia; necrópole romana da Corte de Gafo de Cima; espaço basilical paleocristão do Mosteiro, do século VI; vestígios de fortificações medievais no Mosteiro; fortificações do século XVI do Vau do Lucas; complexo do Moinho dos Canais, envolvendo moinho de água, “caniço” de pesca, açude e casa do moleiro; complexo do Moinho da Brava, incluindo moinho de água, vestígios de caniço, açude e casa do moleiro; Moinho do Escalda; conjunto vasto de edifícios em taipa nos diversos aglomerados do concelho; moinhos de vento nas coroas dos aglomerados populacionais; presença de estruturas comunitárias tradicionais (fontanários; fornos de pão em taipa e pedra; etc.); antigas construções de abrigo de pastores, temporárias, no Monte do Vento (corveiros), entre outros.

3.2. O Projecto Integrado de Mértola

O Projecto Integrado de Mértola (PIM), denominação pela qual ficou conhecido o processo de desenvolvimento registado neste concelho, pretendeu em simultâneo, salvaguardar o património local, usando-o como um recurso para o desenvolvimento, e conduzir a população da época e as vindouras, a padrões de qualidade de vida mais

elevados. Se na década de 70 do século passado o mesmo se mostrava inovador⁸¹, actualmente é reconhecido como um exemplo das possibilidades existentes em termos de desenvolvimento local para estratégias baseadas na herança cultural.

Segundo Rui Mateus (Mateus, 2002) é possível estabelecer uma síntese cronológica da evolução do Projecto Mértola, cujas “ quatro etapas completadas, aliás, nos colocam numa espécie de ponto de recomeço”:

Primeira Etapa (1978-1986). Sob a iniciativa do então Presidente da Câmara Serrão Martins, e com a direcção científica de Cláudio Torres, contextualizado no ambiente revolucionário pós-25 de Abril de 1974, cria-se em Mértola uma dinâmica em torno da animação cultural, da recuperação e valorização patrimonial. Estas temáticas registaram, na altura, um grande progresso, sendo bastante comum, por todo o país, as deslocações de estudantes universitários para regiões do interior com o objectivo de trabalhar em projectos científicos, o que também se verificou em Mértola, onde as “gentes locais” partilhavam com “outros” o entusiasmo e conhecimentos. Esta troca de experiências foi de tal ordem frutuosa que conduziu, em 1980, à criação da ADPM. Dadas as dificuldades financeiras, este período não permitiu mais do que um trabalho sistemático de recolha de dados científicos, na área da arqueologia, da história local e da arte, antropologia, geografia, biologia, entre outros, lançando-se as bases para os projectos que lhes sucederam.

Segunda Etapa (1987-1991). Durante este período, registam-se alguns acontecimentos que viriam a influenciar todo o projecto. Serrão Martins morre em 1984 e Cláudio Torres passa a residir permanentemente em Mértola. Portugal torna-se membro da União Europeia e o Campo Arqueológico de Mértola é encarregue, pelos seus parceiros científicos da área do Mediterrâneo Ocidental, de organizar o IV Congresso Internacional de Arqueologia Medieval do Mediterrâneo Ocidental, o que trouxe a necessidade de uma nova sede para os departamentos de investigação, sendo a mesma disponibilizada pela Autarquia. A adequação das infra-estruturas, associada a uma maior capacidade financeira resultante de projectos apoiados pelos Fundos Estruturais

⁸¹ O facto de associar a salvaguarda cultural ao desenvolvimento local tornou o processo de desenvolvimento local inovador, pois há 30 anos, em Portugal, este modelo era bastante invulgar, não havendo praticamente exemplos de situações semelhantes.

Europeus e pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, permitiram o crescimento e estabilização da equipa de investigação, bem como a aquisição de um vasto conjunto de equipamento científico. Uma gestão mais especializada tornou-se também uma necessidade, e por isso o CAM, inicialmente uma secção da ADPM, foi formalmente estabelecido em 1988, dando origem a duas entidades distintas, o que veio permitir a especialização em “áreas de trabalho”: o CAM passou a ocupar-se principalmente da arqueologia e do património edificado, enquanto os interesses da ADPM se centravam mais nas áreas do património natural e nos projectos de intervenção social, com destaque para a formação profissional e o apoio a actividades artesanais.

Terceira Etapa (1992-1995). A complicada transição entre o 1º e o 2º Quadro Comunitário de Apoio representa elevadas dificuldades para o CAM, não só ao nível da atribuição de financiamentos mas também ao nível do número de projectos apoiados. A ADPM, contudo, durante este período, devido essencialmente ao desenvolvimento de projectos científicos de índole ambiental, apoiados pelo Ministério do Ambiente e por instituições internacionais, como o WWF, e através dos Fundos de Desenvolvimento Regional oriundos da União Europeia, regista alguma estabilidade e crescimento, tendo inclusive os impactos resultantes destes estudos estado na base da classificação de uma zona da bacia hidrográfica do rio Guadiana como Reserva Natural, objectivo que foi concretizado em 1996 (o Parque Natural do Vale do Guadiana).

Durante este período, foi constituída uma delegação da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, sedeadada em Lisboa, da qual se encarregaram alguns elementos do corpo de investigadores do CAM, que veio a tornar-se num dos pilares estruturadores do Projecto, não só pela afluência de jovens que registava, mas também porque permitia a capacitação de recursos humanos para o mesmo.

Quarta Etapa (1996-2001). Representa, segundo Mateus (2002), “provavelmente, a finalização da ideia inicial, a estruturação de uma “vila museu””. Um considerável apoio foi dado, em 1996, pelo Fundo de Turismo, permitindo ter um grande conjunto de novos espaços museológicos (e infra-estruturas associadas) a serem concluídos até 2001, concretizando o conjunto museológico e apoiando e originando actividades

económicas locais associadas ao turismo cultural, representando “seguramente, do ponto de vista social e económico, o mais positivo resultado que é possível apresentar após tantos anos de trabalho” (Mateus, 2002a).

O PIM representou um verdadeiro processo de desenvolvimento local, onde a cultura era o factor de sustentação, impulsionando o turismo de índole cultural e as actividades económicas a ele associadas, e onde os actores principais eram os locais e não os visitantes. Tratava-se de um processo de e para os locais, onde “os visitantes devem sentir que são privilegiados em participar num processo cultural que existe, que é concreto e que está vivo, e ajudando, com a sua presença, com a sua apreciação, a salientar a riqueza cultural de qualquer localidade ou território” (Mateus, 2002b).

O grande objectivo era aumentar o valor do património local junto da sua população, torná-los mais orgulhosos do seu passado e dos seus testemunhos materiais, aumentar a sua confiança e alternativas face aos desafios do futuro. Junto dos visitantes, contribuir para os enriquecer com o conhecimento relativo a um local de grande valor histórico e patrimonial, fazê-los sentir que, desse contacto, alguma coisa mais levam consigo quando terminam a visita, não só em termos de conhecimentos, mas nas suas memórias, nos seus afectos.

3.3. Breve caracterização das actividades das ADL do concelho de Mértola

No concelho de Mértola, e como já referido anteriormente, verificamos a existência de 9 ADL's, que na sua maioria se dedicam à promoção de actividades de animação comunitária, directamente relacionadas com os interesses dos seus associados, nomeadamente apoio/assessoria e a organização de encontros e visitas.

Não se pretende efectuar, na presente investigação, uma caracterização exaustiva de cada uma delas ou das suas actividades, pelo que optámos por, ao longo deste tópico, caracterizar as actividades promovidas por três das entidades que, pelas suas características, nos merecem maior relevo: o Campo Arqueológico de Mértola, um dos protagonistas iniciais do projecto de desenvolvimento do concelho de Mértola, a Raia do Chança – Associação de Desenvolvimento Local, que, embora cronologicamente mais recente, estatutariamente assume “por objecto promover, dinamizar e apoiar o desenvolvimento local” (Estatutos da Associação, art. 3º), e por fim a ADPM –

Associação de Defesa do Património de Mértola, que se assume claramente como a maior ADL do concelho, sendo o objecto deste estudo, pelo que será alvo de uma análise mais detalhada.

Campo Arqueológico de Mértola

Em 1988, foi criado formalmente o CAM, que até então funcionava como uma “secção” (de arqueologia) da ADPM. O CAM é uma associação cultural e científica sem fins lucrativos de utilidade pública, tendo como objectivos “fomentar o levantamento, estudo e pesquisa do património da região de Mértola e a sua conservação e salvaguarda” (www.camertola.pt), dedicando-se ao desenvolvimento de actividades de investigação nas áreas da história e arqueologia, antropologia física, história local, património histórico etnográfico e artístico e museologia.

Através dos seus trabalhos de investigação (muitos deles publicados) e dos projectos relacionados com as escavações arqueológicas, o CAM tem contribuído para o reforço das qualificações técnicas e profissionais de um corpo técnico especializado⁸² (alunos, docentes e técnicos que apresentam especial interesse profissional nestas temáticas), para o enriquecimento dos conhecimentos de todos os que, por via das aprendizagens não formais ou informais, contactam com as suas descobertas e elações, e para o desenvolvimento das capacidades dos recursos humanos locais, nomeadamente através de toda uma “cultura de investigação e descoberta” que, de certa forma, surge como natural e espontânea em Mértola.

Raia do Chança – Associação de Desenvolvimento Local

Considerada Associação privada sem fins lucrativos, a Raia do Chança – Associação de Desenvolvimento Local, foi constituída em 1997 e encontra-se sedeadada em Santana de Cambas, tendo por objecto “promover, dinamizar e apoiar o desenvolvimento local, a criação de postos de trabalho, a fixação das populações e o combate à desertificação no Concelho de Mértola” (Estatutos, art. 3º).

⁸² A maior parte dos investigadores residentes avançaram para a elaboração de teses de mestrado ou de doutoramento, o que, para além do que representa em termos da exaustão do conhecimento científico disponível, contribui também para mudar, em muito, a composição da equipa, que passou, nestes anos, de um conjunto de jovens estudantes universitários para um grupo qualificado de académicos.

Das actividades desenvolvidas destacam-se a realização de encontros, passeios e convívios, procurando a “dinamização a animação Comunitária e associativa” (Estatutos, art. 4º, Ponto1).

ADPM – Associação de defesa do Património de Mértola

Desde a sua criação, a ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, tem como objectivo contribuir de forma activa para o desenvolvimento harmonioso do concelho de Mértola, sustentado a sua intervenção na conservação, dinamização e valorização dos recursos endógenos locais, privilegiando o envolvimento efectivo da população local no processo de melhoria da sua qualidade de vida.

Integrado num trabalho de desenvolvimento em curso desde os anos 70 e numa estratégia mais alargada de intervenção protagonizada por diversas entidades locais (conhecida como Projecto Integrado de Mértola (PIM), como já foi referido), com vista à reconversão do mundo rural a partir do aproveitamento e rentabilização das potencialidades locais, a ADPM concentrou os seus esforços, nos últimos 30 anos, fundamentalmente na prossecução dos seguintes objectivos:

- Estudo, salvaguarda e valorização dos valores ambientais através da implementação de projectos demonstrativos de uma gestão sustentável dos recursos naturais e da realização de estudos científicos e acções práticas de conservação da natureza;
- Promoção da educação ambiental como um meio privilegiado de educar as populações locais, especialmente os mais jovens, na importância de participar activamente na melhoria das condições ambientais existentes, promovendo uma relação mais equilibrada entre o potencial natural presente e as comunidades locais;
- Implementação de um processo de desenvolvimento integrado que envolva diferentes agentes públicos e privados, individuais e colectivos, numa lógica de intervenção multisectorial que incentive o incremento e fortalecimento de um conjunto diversificado de actividades, respeitando a tradição e cultura secular da

região (revitalização e valorização das actividades tradicionais e outras de carácter inovador adaptadas às condições e recursos existentes);

- Valorização dos recursos humanos locais e incentivo à constituição de um tecido económico diversificado e empreendedor através da concretização de gabinetes técnicos de apoio e consultadoria, formação profissional e gestão empresarial (ADPM, 2001).

Tendo por base uma forte cultura de parcerias, a missão da ADPM sustenta-se no desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios onde intervém, envolvendo sistematicamente neste processo as comunidades locais.

A ADPM trabalha activamente com diversas entidades locais, nacionais e internacionais, sendo possível destacar:

- Câmara Municipal de Mértola;
- Campo Arqueológico de Mértola;
- Comissão de Coordenação da Região Alentejo;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Centro de Emprego de Beja;
- Centro Regional de Segurança Social de Beja;
- Região de Turismo de Évora;
- Região de Turismo Planície Dourada;
- Associação de Municípios do Distrito de Beja;
- Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana;
- Instituto Nacional do Ambiente;
- Instituto de Conservação da Natureza;
- Secretaria de Estado da Cultura;
- Instituto da Juventude;
- Fundação Calouste Gulbenkian;
- Faculdade de ciências de Lisboa;
- Universidade Nova de Lisboa;
- ADL's – nomeadamente IN LOCO, Rota do Guadiana, Esdime;
- IPDT (Instituto Português da Droga e da Toxicodependência);
- IRS /Instituto de Reinserção Social);

- Universidade do Algarve;
- Diversos Centros Novas Oportunidades.

É igualmente membro fundador da Ideia Alentejo (pertencendo aos órgãos locais – Conselho de Administração) e Confederação das Associações de Defesa do Ambiente, pertencendo e colaborando com Associações, Redes e Plataformas Internacionais, em particular nas áreas da Cooperação e Educação para o Desenvolvimento, Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Desenvolvimento Sustentável e Apoio a Países Terceiros. Pertenceu aos órgãos da ANIMAR (Assembleia Geral), encontrando-se representada na Confederação das Associações de Defesa do Ambiente no Conselho Cinegético de Mértola, Conselho Cinegético de Serpa; Conselho da Bacia do Guadiana, Conselho Consultivo do Parque Natural do Guadiana.

Paralelamente, a ADPM foi também membro dos Núcleos Concelhios do Projecto Vida e Rendimento Mínimo Garantido, pertencendo ainda ao Conselho consultivo do Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Beja e Agrupamento Escola 1º Ciclo – Mértola.

Ao nível do trabalho em rede, a ADPM faz parte da rede Europeia de Centros *Europe Direct*, enquanto, ao nível nacional, possui na sua sede o CRC (Centro de Reconhecimento em Conhecimento).

Localmente, a colaboração com diferentes entidades como é o caso da Cooperativa Agrícola do Guadiana, o Clube Náutico de Mértola, as Escolas EB 2,3/ES S. Sebastião de Mértola e AISud, as Sociedades Recreativas e as Juntas de Freguesia, têm permitido a multiplicidade de acções que reforçam o Projecto Integrado de Mértola contribuindo, simultaneamente, para o seu enriquecimento constante.

Internacionalmente, é de salientar o apoio e envolvência do WWF (World Wildlife Fund) nas diferentes componentes ligadas à conservação e educação ambiental do

projecto integrado de Mértola, para além das diferentes parcerias que estabelece com outras entidades para a concretização de projectos específicos.

3.4. Caracterização das actividades de EFA promovidas pela ADPM no concelho de Mértola

Desde 1986, a ADPM está acreditada na qualidade de entidade formadora, apresentando uma longa e vasta experiencia no diagnóstico, concepção, implementação e avaliação de actividades de Educação e Formação de Adultos.

Por excelência, a ADPM tem como área de intervenção o concelho de Mértola, desenvolvendo de forma pontual a sua actividade formativa noutros concelhos, nomeadamente Beja e Castro-Verde.

Num território que abrange todo o Alentejo e o Baixo Guadiana, marcado por uma elevada e estrutural taxa de desemprego, em que o sector público terciário assume a função de principal empregador e os movimentos emigratórios são usuais, verificando-se que uma percentagem elevada da população não possui a escolaridade obrigatória, sendo o abandono precoce do ensino escolar uma realidade⁸³, o Gabinete de Educação/Formação, sustentado em diagnósticos de situação desenvolvidos internamente e com recurso a outras entidades⁸⁴, tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas, tendo estas como objectivos específicos:

- Qualificar escolar e profissionalmente uma numerosa comunidade juvenil, para quem o sistema escolar parece não ser a resposta adequada, e uma não menos relevante comunidade feminina, que a escassez de oportunidades do território arrastou para as tarefas domésticas ou os trabalhos agrícolas;
- Recuperar saberes seculares, há muito perdidos no tempo, mas que se mostram nichos potenciais de auto-emprego;
- Combater o desemprego através da disponibilização de um conjunto de recursos técnicos e humanos de apoio à divulgação de mecanismos de inserção profissional;

⁸³ Texto retirado de www.adpm.pt, mas escrito pela autora da presente investigação.

⁸⁴ A ADPM recorre também a trabalhos realizados por outras entidades, nomeadamente: Ministério do Trabalho, Agência Nacional para a Qualificação, Instituto de Emprego e Formação Profissional, sindicatos e representantes das entidades empregadoras.

- Favorecer a aquisição de novas competências, que possibilitem a progressão na carreira de activos empregados;
- Contribuir para a qualificação da comunidade educativa;
- Educar para a cidadania, para a participação e para a construção de uma comunidade aprendente.

Tabela 3.8. Diagnósticos de Necessidades Formativas, Produzidos pela ADPM, durante o QCA III

Designação do Trabalho	Domínio de Intervenção	Parceria	Ano de Realização
Diagnóstico das Necessidades Formativas e do Potencial do Emprego no Sector do Ambiente na Margem Esquerda do Guadiana	Concepção	Associação Rota do Guadiana	2005/2006
Diagnóstico das Necessidades de Formação Profissional no Sector da Animação Sociocultural no Distrito de Beja	Concepção		2005/2006
Percurso Tipo de Inclusão em DLD no Distrito de Beja	Concepção		2006/2007
Diagnóstico das Necessidades Formativas no Sector da Agricultura no Concelho de Mértola	Concepção		2006
Diagnóstico Social dos Deficientes do Concelho de Mértola	Concepção		2005/2006

Fonte: ADPM (Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora)

Para a ADPM, a Educação e Formação de Adultos é encarada de uma forma lata, não se restringindo à implementação de acções de formação profissional ou de dupla certificação escolar e profissional (Pardal, 2009), passando também por todas as outras fases do ciclo formativo:

- a) A montante (diagnóstico de necessidades formativas junto das entidades patronais (Tabela 3.8), orientação profissional e vocacional⁸⁵ junto de jovens e adultos):
- b) A jusante (inserção profissional dos formandos⁸⁶, estudos de avaliação do impacto da formação), bem como, de uma forma mais lata, acções de animação (Tabela 3.9) da comunidade local e de sensibilização, para os mais variados temas.

⁸⁵ Em 2005, a ADPM criou o Gabinete de Intervenção Social, que presta apoio à comunidade e aos formandos da ADPM: apoio psicossocial, avaliação e acompanhamento psicopedagógico, orientação profissional e apoio ao acesso ao ensino superior.

⁸⁶ Através dos Gabinetes de Intervenção Social e Educação/Formação, a ADPM apoia a inserção profissional dos seus formandos: efectuando contactos com as entidades empregadoras, logo na fase de concepção das acções a desenvolver; realizando Componentes Práticas em Contexto de Trabalho em todas as acções de formação profissional, apoiando a elaboração de candidaturas das entidades empregadoras a iniciativas do mercado social de emprego (estágios profissionais, apoios à contratação, criação de empresas de inserção, ...) e estimulando o auto-emprego.

Tabela 3.9. Workshops Concebidos e Realizados pela ADPM (2005/2006)

Designação do Trabalho	Domínio de Intervenção	Data
Workshop Dicção e Oralidade	Outras Formas de Intervenção	2005
Workshop Shiuuuu! Não me falem de avaliação	Outras Formas de Intervenção	2005
Workshop Educação Ambiental para Professores	Outras Formas de Intervenção	2005
Workshop Concepção de Materiais Pedagógicos Multimédia	Outras Formas de Intervenção	2005
Workshop Gestão de Conflitos	Outras Formas de Intervenção	2005
A Importância da Participação Pública no Desenvolvimento das áreas Rurais	Outras Formas de Intervenção	2006
Valorização das paisagens rurais no Desenvolvimento das Regiões	Outras Formas de Intervenção	2006
O papel do microcrédito no Desenvolvimento Económico rural	Outras Formas de Intervenção	2006
Capacitação, Formação e Emprego no Espaço Rural	Outras Formas de Intervenção	2006

Fonte: ADPM (Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora)

A Educação e Formação são encaradas ao longo da vida e na vida, sendo de registar alguns projectos inovadores, não só pelas parcerias envolvidas, mas também pelas próprias características dos mesmos, tal como poderá ser observado pela leitura da Tabela 3.10.

Tabela 3.10. Outros Projectos Emblemáticos na Área da Educação e Formação da Adultos, Concebidos e Implementados pela ADPM (2000-2006)

Designação do Trabalho	Domínio de Intervenção	Parceria
Plano para a Igualdade	Concepção	Escola EB 2/3 de S. Sebastião de Mértola
Mobicultura - Formar para Globalizar	Outras Formas de Intervenção	Escola EB 2/3 de S. Sebastião de Mértola, Escola Superior de Educação de Beja, I.E.F.P.
Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local	Outras Formas de Intervenção	Universidade do Algarve, Campo Arqueológico de Mértola, Instituto Politécnico de Beja

Fonte: ADPM (Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora)

Neste contexto, poderemos agrupar a sua actividade neste domínio em dois níveis:

A) Actividades de carácter formativo⁸⁷

Relativamente às acções de carácter formativo⁸⁸, as mesmas procuram aliar uma formação de base (com vista à aquisição de competências pessoais e sociais) a uma formação profissional⁸⁹ em diversas áreas temáticas, consideradas “estratégicas” (Pardal, 2009), para o desenvolvimento do concelho de Mértola, tendo em consideração o contexto local/regional/nacional, nomeadamente “áreas empresariais emergentes” (turismo e profissões associadas às novas utilizações dos solos), impulsionadas pelo

⁸⁷ Por acções de carácter formativo entendemos as acções que têm como objectivo a aprendizagem formal: acções de formação profissional, acções de dupla certificação escolar e profissional, acções de formação em competências básicas.

⁸⁸ Para informações detalhadas sobre as acções desenvolvidas pela ADPM, recomenda-se a consulta do Apêndice E.

⁸⁹ Os Itinerários Profissionais seguem as indicações do Catálogo Nacional de Qualificações.

Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, Aeroporto de Beja e Porto de Águas Profundas de Sines, vectores considerados estratégicos para o desenvolvimento do Alentejo, das quais poderemos destacar:

- Formação de Formadores e Professores
- Artesanato
- Línguas e Literaturas Estrangeiras
- Marketing e Publicidade
- Contabilidade e Fiscalidade
- Gestão e Administração
- Secretariado e Trabalho Administrativo
- Enquadramento na Organização/Empresa
- Informática na Óptica do Utilizador
- Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro
- Construção Civil
- Agricultura, Silvicultura e Pescas
- Serviços Sociais
- Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
- Hotelaria e Restauração
- Protecção do Ambiente

Relativamente às modalidades de formação nas quais a entidade desenvolve a sua actividade, destacam-se a formação inicial, a formação qualificante, a formação contínua/actualização e a formação de integração socioprofissional, organizadas de forma presencial, em contexto de trabalho e formação-acção, dirigidas a diversos públicos, nomeadamente activos (empregados e desempregados), desempregados à procura do primeiro emprego, desempregados à procura de novo emprego e desempregados de longa duração.

De entre os projectos mais emblemáticos nesta dimensão, poderemos destacar a realização do Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local, efectuado em Mértola, numa parceria entre a ADPM, a Universidade do Algarve, o Instituto Politécnico de Beja e o CAM. Apesar de o Mestrado já existir na Universidade do

Algarve, o seu programa curricular foi adaptado ao contexto geográfico onde se realizou, tendo sido frequentado por 19 alunos.

B)Actividades de carácter não formativo⁹⁰

Entendendo a Educação e Formação de Adultos como um processo ao longo da vida e com a vida, a ADPM desenvolve um conjunto de iniciativas que procuram contribuir para a valorização pessoal e social das comunidades. Destacam-se a este nível diversos projectos que poderemos caracterizar, grosso modo, de intervenção comunitária e de complemento à formação individual e colectiva, uma vez que apelam à participação activa da comunidade, como por exemplo workshops/seminários, estudos e projectos mais vastos⁹¹, de valorização dos recursos endógenos.

Conclusão

Em Mértola, onde há cerca de 30 anos se iniciou um processo de desenvolvimento local ímpar, inovador e pioneiro, através do qual se aliava a salvaguarda do Património ao Desenvolvimento, procurou-se, através de uma estratégia de articulação entre as diversas entidades locais, melhorar as condições de vida de um território de baixa densidade, caracterizado pelo analfabetismo, o abandono e insucesso escolar, as dificuldades de acesso às tecnologias e à informação, o desemprego, o envelhecimento populacional e o despovoamento.

Neste modelo, a cultura representou o factor de sustentação, impulsionando o turismo de índole cultural e as actividades económicas a ele associadas. Mértola dinamizou um conjunto de estruturas e criou oportunidades num contexto onde os actores principais eram os locais e não os visitantes. Tratava-se de um processo de e para os locais, onde

“(…) Os visitantes devem sentir que são privilegiados em participar num processo cultural que existe, que é concreto e que está vivo, e ajudando, com a sua presença, com a sua apreciação, a salientar a riqueza cultural de qualquer localidade ou território (…)” (Mateus, 2002).

⁹⁰ Por acções de carácter não formativo, queremos designar as acções que não têm como objectivo a aprendizagem formal, nomeadamente: animação comunitária, diagnósticos de necessidades, produção de materiais pedagógicos, ...

⁹¹ Para consultar os diversos projectos efectuados pela ADPM, recomenda-se a consulta do espaço www.adpmweb.org.

Ainda segundo Mateus (2002), a existência de duas ONG's "paralelas", cada uma delas com a sua vocação, mas ligadas por um mesmo objectivo programático (assegurar o progresso do concelho usando os recursos endógenos), foi um aspecto estratégico que no caso de Mértola teve a maior importância.

Ao fazerem-no, elas conseguiram potenciar de forma mais intensa, mas sempre numa perspectiva da sua salvaguarda, quer o património natural quer o cultural, o que como forma de gestão dos recursos de um dado território, é o modelo actualmente considerado como mais correcto:

“ (...) Esta interligação entre os valores do património natural e do património cultural parece-nos perfeitamente justificada, pois hoje em dia, e salvas as devidas especificidades de intervenção técnica e de usufruto desses valores por parte das populações, faz cada vez mais sentido um entendimento conjunto desses valores num quadro geral do património ambiente, essencial a uma vida com maior qualidade e uma política de desenvolvimento harmonioso e sustentado, e que conduza igualmente a acções institucionais que visem o reforço da participação conjunta nas políticas territoriais e que acentuem o papel mobilizador de energias locais pela defesa e valorização das condições de vida das comunidades (...) ”
(Nuno, 1992:78,citado por Mateus, 2002).

Enquanto o Campo Arqueológico contribuiu para este processo através da investigação e da produção de conhecimento por parte dos seus técnicos, a ADPM tornou-se, progressivamente, numa das maiores ADL's nacionais, promovendo, através de uma estratégia integrada, acções que procuravam capacitar a comunidade em geral, e os adultos em particular, para uma vivência cidadã e democrática, aliando a formação escolar e profissional à procura e criação de emprego, e associando a aquisição de competências sociais básicas à participação e ao exercício activo da cidadania.

Em Mértola, as actividades de EFA representam uma forte aposta na capacitação e qualificação dos recursos humanos, desenvolvendo-se fortemente em torno de um conjunto de acções de educação e formação de carácter formal (acções de formação profissional ou de dupla certificação escolar e profissional) que geram efeitos multiplicadores ao nível económico, social e pessoal.

Capítulo 4. EMPENHAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ACTIVIDADES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS – AVALIAÇÃO E FUNÇÕES: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA (ADPM) – ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Introdução

Ao longo do presente capítulo serão apresentadas as opções metodológicas, os instrumentos de recolha aplicados e a forma como os dados foram analisados.

Relativamente à forma de dirigir a nossa pesquisa e como referem Quivy e Campenhoudt (1995:15) “importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho”.

À semelhança do que destacam Carmo e Ferreira (1998:175), “parece pertinente discernir entre método e técnicas de investigação”. Por método, entendamos os grandes princípios orientadores, construídos *a priori*, como um conjunto de directrizes que enquadram a possibilidade da existência de acções para atingir determinadas finalidades. Método será o caminho possível. Segundo a mesma fonte, as técnicas são procedimentos operatórios rigorosos, claramente definidos, transmissíveis, susceptíveis de serem aplicados de novo, desde que se mantenham as mesmas condições, adaptados ao género do problema, ou fenómeno em causa, que a investigação ou aplicação de carácter científico comporta.

A escolha da (s) técnica (s) está dependente dos objectivos propostos, que se encontram intimamente ligados ao método de trabalho, sendo esta relação ilustrada pela mesma autora, ao recorrer à comparação com o jogador de ténis. O mesmo possui um conjunto de técnicas (servir, defender, a forma de colocar a raqueta, a forma de efectuar o gesto). Cada um utiliza uma técnica em função de um método (fatigar o adversário, jogar para o fundo do campo ou junto à rede). O método resulta da reflexão que o jogador efectua e em função deste, utiliza e organiza as técnicas que são correctas em função do objectivo (ganhar, neste exemplo).

4.1. Delineamento metodológico geral

A elaboração de um trabalho de pesquisa implica que se estabeleçam objectivos que permitam delimitar e esclarecer o problema em estudo, sendo necessário que se opte e adopte uma metodologia de investigação que “selecione as técnicas adequadas, de forma a controlar a sua utilização e integrar os resultados parciais obtidos” (Almeida e

Pinto, 1995:92). A opção metodológica define o percurso da investigação ao permitir, através do uso lógico dos métodos e técnicas, a elaboração de um esquema coerente de pesquisa, que deve possibilitar a recolha de dados e a análise das informações de forma racional (Trivinos, 1995).

Tendo como objectivo principal avaliar os impactos das actividades de educação e formação de adultos, promovidas no concelho de Mértola, durante o período do 3º Quadro Comunitário de Apoio, e caracterizar as suas funções, esta investigação incidiu sobre os intervenientes⁹² nas actividades de carácter formativo⁹³ desenvolvidas pela ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, uma vez ser esta, tal como já referido anteriormente, a única entidade no concelho que reunia as condições de análise requeridas para este estudo.

Face a esta delimitação do objecto de estudo, optou-se pela elaboração de um estudo de acompanhamento e avaliação, uma vez que a realidade em análise não era inteiramente desconhecida, e dado que se pretendia efectuar uma avaliação do fenómeno em análise.

A opção metodológica por uma abordagem que, por um lado, recolhesse dados confiáveis sobre os impactos da actividade formativa e, por outro, permitisse a avaliação dos seus impactos, indicando as funções que a mesma desempenhava, levou ao desenvolvimento da avaliação segundo dois eixos interdependentes e complementares:

- Um eixo de avaliação sistémica, orientado para a produção, tratamento e análise de indicadores do funcionamento da actividade formativa promovida pela ADPM, no quadro das políticas nacionais e europeias de educação e formação de adultos, dos objectivos genéricos das ADL's e da própria ADPM enquanto Associação de Desenvolvimento Local, da sua procura real e do seu impacto sobre os percursos sociais e profissionais dos adultos que a ela recorrem;
- Eixo de caracterização, relativamente às funções que a actividade formativa da ADPM desempenha, face à análise e reflexão da avaliação efectuada.

⁹² Intervenientes: Adultos que fizeram formação no âmbito dos programas formativos da ADPM, Profissionais de Formação que participaram nesses programas (formadores, mediadores), parceiros da ADPM nestas actividades.

⁹³ Por actividades de carácter formativo, no âmbito deste estudo, entendemos as actividades de formação e qualificação escolar e profissional.

Relativamente ao Eixo I, o mesmo contemplou quatro dimensões de análise, que procuraram, de forma articulada, oferecer-nos a informação necessária para procedermos a uma avaliação das actividades formativas desenvolvidas pela ADPM durante o período em análise: Caracterização e avaliação do trabalho desenvolvido enquanto ADL; Caracterização e avaliação do trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora, ao longo das diferentes fases do ciclo formativo (concepção, implementação e avaliação) e análise do impacto económico e social das actividades desenvolvidas; Análise comparativa entre a actividade formativa desenvolvida pela ADPM e a actividade formativa desenvolvida por outros operadores; Contributos das actividades formativas promovidas pela ADPM para a construção conceptual, para as políticas de educação formação e para a construção de comunidades aprendentes.

O destaque atribuído a estas dimensões de análise prende-se com o seguinte:

- **Caracterização e avaliação do trabalho desenvolvido enquanto ADL** – A ADPM não é apenas uma entidade formadora. É, antes de mais, uma ADL, com uma missão e um conjunto de valores muito próprios. A sua actividade formativa não pode, no entender do autor deste estudo, e pela caracterização efectuada no capítulo anterior, ser dissociada deste facto, pelo que, antes de podermos caracterizar, compreender e avaliar os impactos destas actividades, é importante caracterizar e avaliar o desempenho da própria entidade face a alguns indicadores directamente relacionados com o objectivo deste estudo (impacto económico, impacto social, impacto territorial).

- **Caracterização e avaliação do trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora, ao longo das diferentes fases do ciclo formativo (concepção, implementação e avaliação) e análise do impacto económico e social das actividades desenvolvidas** – Para o presente estudo, torna-se essencial analisar as diferentes etapas do ciclo formativo, que nos oferecem informação transversal sobre a actividade formativa, assim como analisar dois dos impactos que nos parecem indicadores de maior relevância para podermos posteriormente trabalhar o Eixo II: os impactos económicos e sociais.

- **Análise comparativa entre a actividade formativa desenvolvida pela ADPM e a actividade formativa desenvolvida por outros operadores** – Pela análise efectuada, é possível observar que, no concelho de Mértola, durante o período em análise, co-

existiram diversos operadores que apresentam, como componente importante da sua actividade, a promoção de ofertas formativas (ADPM, empresas privadas e entidades públicas), pelo que torna-se, para o nosso estudo, importante analisar comparativamente o trabalho da ADPM, na qualidade de entidade formadora, com o destes operadores. Esta dimensão foi concebida com um duplo objectivo: por um lado, avaliar comparativamente o trabalho das diferentes entidades, o que nos permite perceber da “qualidade comparativa” da ADPM. Por outro, e em articulação com o Eixo II, esta dimensão possibilita perceber se a actividade formativa da ADPM tem exactamente as mesmas funções que as actividades promovidas, neste âmbito, pelos outros operadores ou se há alguma singularidade na intervenção da ADPM.

- Contributos das actividades formativas promovidas para a construção conceptual, para as políticas de educação formação e para a construção de comunidades aprendentes – Tendo em conta o trabalho que a ADPM desenvolve enquanto entidade formadora, torna-se pertinente avaliar os seus contributos relativamente à capacidade de influenciar o conceito e as políticas de educação e formação de adultos. Paralelamente, e considerando o contexto geográfico deste estudo – o concelho de Mértola – e dadas as características particulares que o mesmo reúne (não esqueçamos, tal como já referido, que o concelho de Mértola tem sido palco de um dos mais referenciados processos de desenvolvido local a nível nacional), e também tendo em consideração a importância que a “educação ao longo da vida” assume na sociedade actual, é importante para o presente estudo avaliar o contributo das actividades formativas desenvolvidas pela ADPM para a construção de uma “*comunidade aprendente*”⁹⁴.

No Eixo II, procura-se identificar as funções da actividade formativa da ADPM, sustentando-se esta análise nos resultados obtidos através do Eixo I.

⁹⁴ A noção de “comunidade aprendente” utilizada neste estudo é a referida por Flecha (2006) e por outros autores, à qual associamos o conceito de “cidade educadora” e onde se privilegia “uma visão cultural e relacional da cidade, organizada em função do contributo dos seus cidadãos, responsabilizados em termos de participação social e de compromisso. De um espaço educativo, possível de ser valorizado entre outros, a cidade passa a identificar-se como espaço educador quando se organiza, deliberada e estrategicamente, no sentido de favorecer o processo de aprendizagem permanente das pessoas que, habitando-a, lhe dão alma e rosto (...) Tal como foi afirmado na cimeira Mundial do Desenvolvimento Humano, (Copenhaga, 1995), todos os membros de uma sociedade devem ter oportunidade de exercer o direito, e o dever, de participar activamente na construção do espaço comum. É este, justamente, o imperativo que preside à utopia das cidades educadoras, aquelas que, a todos os níveis da sua organização e gestão, afirmam explicitamente uma intencionalidade pedagógica” (<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=128&doc=9741&mid=2>).

Com vista ao desenvolvimento da investigação, os objectivos foram definidos tendo por base a problemática de partida, o apuramento conceptual decorrente da revisão bibliográfica e os dados recolhidos na primeira fase do trabalho empírico.

Objectivo Geral:

Identificar, para o concelho de Mértola, as funções das actividades de carácter formativo promovidas pela ADPM, no período correspondente ao Quadro comunitário de Apoio III, através da avaliação dos seus impactos junto da comunidade.

Objectivos específicos:

- Caracterizar, de forma sintética, a ADPM enquanto ADL;
- Identificar as motivações da ADPM para trabalhar no domínio da Educação e Formação de Adultos;
- Compreender a que necessidades procuram estas actividades dar resposta;
- Caracterizar as actividades de carácter formativo promovidas pela ADPM;
- Caracterizar e avaliar as diversas fases do ciclo formativo das actividades formativas desenvolvidas pela ADPM;
- Avaliar o impacto pessoal, social e económico das diversas actividades promovidas pela ADPM, para os seus intervenientes directos;
- Avaliar o impacto social, económico e territorial das diversas actividades promovidas pela ADPM, para a Comunidade local;
- Analisar, comparativamente com outros operadores, os procedimentos utilizados pela ADPM nas diferentes fases do ciclo formativo;
- Avaliar os contributos da actividade formativa da ADPM para a construção de comunidades aprendentes e cidades educadoras;
- Identificar os contributos da actividade formativa promovida pela ADPM, para a construção do conceito de *educação e formação de adultos* e para a alteração de políticas e práticas;
- Estabelecer uma relação entre estas iniciativas e o processo de desenvolvimento do território;

- Estabelecer uma relação entre os impactos (individuais e colectivos), da actividade formativa da ADPM, e as funções que a mesma desempenha no concelho de Mértola.

4.2. Questões Orientadoras

Tal como refere Quivy (2003:31), “uma investigação é por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica”, sendo por isso necessário delimitar um objecto de estudo e formular uma pergunta de partida que “abordará o estudo do que existe ou existiu, e não o daquilo que ainda não existe... Não visa prever o futuro, mas captar um campo de constrangimentos e de possibilidades, bem como os desafios que esse campo define” (Quivy, 2003:42).

No caso deste estudo, o exame da literatura, já realizado, fornece elementos conceptuais para a elaboração da questão de partida – ***“Que funções tem a oferta formativa de uma Associação de Desenvolvimento Local junto da comunidade a que se destina?”***

Considerou-se que a pergunta reflecte de forma clara e unívoca o objecto de estudo que se pretende investigar, não só porque abarca os conceitos essenciais, de educação e formação de adultos, associativismo e desenvolvimento local, mas também porque encontra-se directamente relacionada com os objectivos e quadro conceptual deste estudo, uma vez que consideramos (para os presentes efeitos), que a identificação das funções desenvolvidas pela actividade formativa da ADPM será aferida através da avaliação dos seus impactos.

No que concerne ao critério da exequibilidade, este refere-se ao facto da pergunta ser realista e ser possível de alcançar: “um investigador deve assegurar-se de que os seus conhecimentos, mas também os seus recursos em tempo, dinheiro e meios logísticos, lhe permitirão obter elementos de resposta válidos” (Quivy, 2003:37). Assim, ao formular a pergunta de partida, teve-se em consideração a bibliografia consultada, e o facto de se possuir previamente um conjunto de conhecimentos sobre a realidade relativamente à qual se vai realizar a investigação.

No que concerne aos critérios da pertinência, segundo Quivy (2003) a pergunta deve ser verdadeira, não devendo julgar mas compreender o fenómeno em estudo. Pelo exposto, considera-se que a pergunta vai ao encontro do critério da pertinência, uma vez que é importante compreender as funções desempenhadas pelas actividades de carácter formativo promovidas pelas ADL's.

Nos processos de investigação social é necessária a construção de hipóteses, que se baseiam numa reflexão teórica e no conhecimento prévio do fenómeno em causa. Para alguns autores, as hipóteses estão relacionadas com um "espírito de descoberta" (Quivy e Compenhoudty, 1992:119). No caso de trabalhos de acompanhamento e avaliação, como o presente, as hipóteses foram substituídas por *questões orientadoras*, motivadas precisamente pelo "espírito de descoberta".

Relativamente ao levantamento das questões orientadoras, exigia-se uma opção importante quanto à forma de discurso a utilizar na sua elaboração: o discurso interrogativo ou o discurso afirmativo, uma vez que ambos são igualmente válidos. Atendendo ao facto de que já existe algum conhecimento prévio sobre esta realidade, afigura-se com coerência a opção pelo discurso afirmativo. Sendo assim, respeitando a opção metodológica utilizada neste estudo, as questões orientadoras, ao serem formuladas num discurso afirmativo, resultaram em asserções que podem ou não ser confirmadas, no todo ou em parte, através da análise das respostas dos entrevistados:

- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma resposta face ao desemprego existente neste território;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função oferecer uma resposta, face às baixas qualificações escolares da população local;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes;
- A oferta formativa/educativa das ADL tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função complementar a oferta formativa/educativa oferecida pelas escolas e IEFP;

- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação conceptual do conceito de educação e formação de adultos;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação nas políticas de educação e formação de adultos;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.

4.3. População e amostra

4.3.1. População

Carmo e Ferreira (1998:191) definem população como o “conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição. Esses elementos têm, obviamente, uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos”. Fortin diferencia entre população-alvo e população acessível, sendo a primeira, “constituída pelos elementos que satisfazem os critérios de selecção definidos antecipadamente e para os quais o investigador deseja fazer generalizações. A população acessível, que deve ser representativa da população-alvo, é constituída pela porção da população-alvo que é acessível ao investigador” Fortin (1996:203).

Matalon (2001:26) refere uma outra ocorrência que pode acontecer na escolha da população a estudar:

“ (...) muito frequentemente, o investigador que se interessa por uma população em particular pode ser levado a ter de inquirir uma outra população, para poder dispor de um termo de comparação. Se, por exemplo, o seu trabalho visar os jovens, ser-lhe-á talvez necessário igualmente uma população mais velha, para poder determinar sem ambiguidade o que, nas respostas dadas pelos jovens, lhes é realmente específico (...)”.

Todas as considerações destes autores sobre a população a estudar, revelam-se de uma grande utilidade. Assim, no decorrer do presente estudo, a população escolhida refere-se ao universo dos intervenientes nas actividades formativas desenvolvidas pela ADPM, de acordo com quatro grupos: formandos (empregados e desempregados), formadores e entidades parceiras.

Por outro lado, e relativamente à distinção entre população-alvo e população-acessível, podemos afirmar que embora a população-alvo seja constituída pelos intervenientes nas actividades formativas desenvolvidas pela ADPM durante o período em análise, a mesma não se encontra totalmente acessível a este estudo, pelo que se tornou necessário efectuar um processo de selecção, considerando-se que a população acessível será constituída por todos os formandos, formadores e parceiros que participaram em acções de carácter formativo entre 2000 e 2006.

4.3.2. Constituição e caracterização da amostra

Fortin (1996:203) define amostra como: “um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população. É, de qualquer forma, uma réplica em miniatura da população-alvo”. A constituição de uma amostra implica um processo de selecção que se denomina de amostragem (Carmo e Ferreira, 1998). Consoante a técnica de amostragem utilizada, assim se classifica a amostra. No presente estudo, foram constituídas quatro amostras:

- Adultos que frequentaram, na ADPM, entre 2000 e 2006, uma actividade formativa, e que se encontravam desempregados no momento em que frequentaram a formação;
- Adultos que frequentaram, na ADPM, entre 2000 e 2006, uma actividade formativa, e que se encontravam empregados no momento em que frequentaram a formação;
- Formadores que desenvolveram prestação de serviços, na actividade formativa da ADPM, entre 2000 e 2006.
- Entidade parceira que colaborou na actividade formativa da ADPM, durante o mesmo período.

A constituição da amostra A, B e C foi efectuada através de uma amostragem “por conveniência” ou seja, a partir dos elementos da população já conhecidos e que se encontravam mais facilmente disponíveis. Para a análise C foi efectuada uma análise das entidades parceiras e seleccionadas as que se consideravam envolvidas em parcerias mais activas e duradouras.

A amostra A foi constituída por 4 elementos. As amostras B e C foram constituídas por 2 elementos. A amostra D foi constituída por um elemento. Para efeitos de inclusão, foram considerados todos os indivíduos seleccionados pelo sistema de amostragem “por

conveniência” (como já referido) e que, voluntariamente, anuissem participar na entrevista. Não foram estabelecidos critérios de exclusão.

4.4.Recolha de dados

O desenvolvimento de um trabalho da natureza do que nos encontramos a realizar implica, como primeira operação, “conceber um instrumento capaz de produzir todas as informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses enunciadas” (Quivy & Campenhoudt, 1992:165). Para se abordar a realidade social e recolher determinadas informações, é necessário recorrer ao uso de determinadas técnicas, que dependem do objecto de estudo, dos objectivos e dos recursos existentes. Segundo Quivy, a escolha das técnicas de observação deve ter em conta os objectivos da investigação, as características do campo de análise e a unidade de análise. (Quivy, 2003)

O presente estudo desenvolveu-se em duas fases que se complementam. Uma primeira de natureza mais exploratória e qualitativa e uma segunda, de natureza também qualitativa, mas com objectivos distintos.

A primeira fase da pesquisa consistiu, fundamentalmente, na análise documental, revisão bibliográfica, e entrevistas exploratórias semi-directivas. Este procedimento permitiu identificar, seleccionar e sistematizar a informação existente sobre a temática em estudo referente ao período em análise, quer do ponto de vista qualitativo, quer quantitativo (tendo em conta os dados estatísticos das actividades de EFA então realizadas pela ADPM). Esta fase foi essencial para definir o quadro conceptual de partida e reorienta-lo no sentido pretendido.

Em síntese, quer a análise documental (qualitativa e quantitativa) quer as entrevistas exploratórias, tiveram como objectivos: a) avaliar a pertinência do estudo; b) conhecer mais a fundo o objecto de estudo e aferir melhor as actividades de formação que a ADPM desenvolve e que poderá vir a desenvolver; c) desenvolver um trabalho exploratório com perguntas abertas, de forma a tomar as respostas obtidas como base para a construção de um sistema de opções de resposta mais pertinente quando da aplicação da entrevista definitiva, e planificar as fases seguintes.

A segunda fase, de carácter extensivo, foi suportada pelo trabalho desenvolvido na primeira. Ou seja, foi feito o aprofundamento teórico da problemática em estudo pelo confronto com o “real”, constituído pela análise documental e pelas entrevistas realizadas, que proporcionaram elementos fundamentais para a condução do estudo, para a construção e selecção da amostra e para a elaboração de um Guião de entrevista aplicado à mesma. A construção da entrevista não resultou da adaptação à problemática de qualquer um dos instrumentos consultado, sendo sim resultado de um processo de reflexão teórica. A sua estruturação fez-se de acordo com os objectivos específicos deste estudo, já apresentados.

4.4.1. Análise documental

Os espaços inicialmente previstos para efectuar a recolha de dados foram:

- Biblioteca José Saramago – Beja;
- Biblioteca da Escola Superior de Educação – Beja;
- Biblioteca do Instituto Politécnico de Beja;
- Biblioteca on-line;
- Biblioteca da Universidade do Algarve;
- Biblioteca Municipal de Mértola;
- Sede da ADPM – Mértola.

Temporalmente, a recolha de dados decorreu entre Novembro de 2008 e Abril de 2009, com uma actualização levada a cabo em Outubro de 2010.

4.4.2. As entrevistas exploratórias

Para melhor definir a problemática, sentiu-se a necessidade de efectuar entrevistas exploratórias, que “contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras” (Quivy e Campenhoudt, 1998:69), sendo estabelecida “uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências” (Quivy, 2003:192), permitindo estabelecer um contacto directo entre o investigador e os entrevistados e recolher informações e componentes de reflexão que podem representar uma mais-valia para o estudo.

Segundo Quivy (2003b), cabe ao investigador a elaboração de perguntas abertas, bem como facilitar o diálogo, de modo a que o interlocutor não se disperse e se afaste dos objectivos da investigação. Utilizando esta metodologia, é possível recolher informação em profundidade e com a máxima validação (Quivy, 2003c).

No desenvolvimento do presente estudo, realizaram-se entrevistas a vários informantes-chave, de modo a compreender os objectivos a que o estudo se propõe, utilizando-se a entrevista semi-directiva. A escolha da entrevista semi-directiva prende-se com o facto de esta permitir obter profundidade no que concerne aos elementos de análise recolhidos, respeitando, simultaneamente os entrevistados, “os próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais” (Quivy, 2003:194).

Tendo em consideração todas estas premissas, iniciou-se a procura e identificação, no parque profissional, de indivíduos que reunissem as características necessárias para a obtenção da informação requerida e que demonstrassem disponibilidade para serem sujeitos à entrevista.

O único critério de escolha foi o facto de terem, de forma directa ou indirecta, participado/colaborado nas acções de carácter formativo promovidas pela ADPM. Assim, entrevistámos um membro de uma Junta de Freguesia, um professor ligado às questões da formação, um formando de uma outra entidade formadora (mas que também já tinha sido formando da ADPM), um dirigente associativo de uma entidade não formadora e um coordenador pedagógico de uma instituição de ensino superior ligado às questões da educação.

Para a realização da entrevista procedeu-se à elaboração de um guião⁹⁵, que foi aplicado utilizando o comportamento sugerido por Quivy e Campenhoudt (1998). Procurando efectuar o menor número possível de perguntas, a formulação das intervenções do entrevistador foi efectuada da forma mais aberta possível, verificando-se o cuidado de facilitar a livre expressão do entrevistado:

“ (...) O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as

⁹⁵ Apêndice F.

perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível (...)” (Quivy, 2003:193).

As entrevistas foram previamente acordadas quanto à hora e ao local, desenrolando-se num ambiente e contexto adequados. Foram apresentados aos entrevistados os objectivos da entrevista, tendo os mesmos sido informados da duração provável e solicitado consentimento para gravar a entrevista em suporte “áudio”. Após o registo, foram colocados à disposição dos entrevistados todos os elementos colhidos ao longo da entrevista.

Com o objectivo de melhor conhecer a entidade, foi elaborado um Guião de Entrevista⁹⁶, aplicado, de acordo com os procedimentos já referidos, ao “Responsável de Formação” da ADPM que é, simultaneamente, membro da Direcção e o elemento técnico com mais antiguidade na instituição.

As entrevistas permitiram delimitar o campo de acção, dando especial enfoque ao trabalho desenvolvido pela ADPM enquanto entidade formadora, observando o seu papel e funções. Permitiram ainda a constatação de que os profissionais de formação detêm – também eles – um manancial de informação relativamente à forma de actuação, funções e papéis da entidade.

4.4.3.As entrevistas

Na segunda fase de desenvolvimento do estudo, foi elaborado um Guião de Entrevista⁹⁷, aplicado aos elementos da amostra.

O mesmo foi construído e aplicado de acordo com os procedimentos utilizados e referidos para as entrevistas exploratórias.

4.5.Procedimentos para a análise dos dados

Como técnica de tratamento de dados foi utilizada a análise do conteúdo da informação expressa nas questões colocadas aos entrevistados, dado ser a técnica mais adequada e a que melhor se adapta à natureza qualitativa desta investigação. Com base nos pressupostos de Vala (1986), foi construído o sistema de categorização por unidades de análise, categorias e subcategorias de análise:

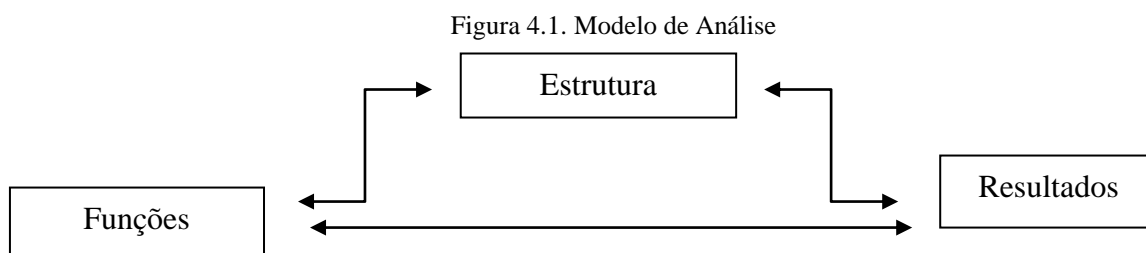
⁹⁶ Apêndice G.

⁹⁷ Apêndice H.

“ (...) A identificação das unidades de significação, consiste em subdividir o texto em unidades de significação naturais, as quais são parte do texto que ilustram factos ligados ao fenómeno... cada unidade de sentido é delimitada por uma mudança de conteúdo temático (...)” Fortin (1996:316).

Cada entrevista foi catalogada com os seguintes símbolos: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10. Os cortes no discurso do entrevistado foram assinalados com o seguinte símbolo (...) [reticências entre parêntesis]. A definição das unidades de significação (aqui denominadas dimensões), categorias e subcategorias obedeceram aos critérios de exaustividade, exclusividade, objectividade e pertinência, tal como preconizados por Carmo e Ferreira (1998:255). Contudo, pretendeu-se que as categorias e subcategorias emergissem da própria análise.

Assim, procedeu-se à construção do modelo de análise (Figura 4.1) e das dimensões da análise que, como refere Deschamps (1993:18), “determinam o contexto do fenómeno explorado e que incluem, forçosamente, a parte da significação inerente a este contexto”. A constituição das categorias e das subcategorias emergiu de dentro do conteúdo de cada dimensão (Vala, 1996). Após esta fase, identificaram-se quase naturalmente o que determinámos chamar indicadores, e que serão os pontos de referência para a interpretação dos resultados (Quivy e Campenhoudt, 1992).



Para o presente estudo, e de acordo com a Tabela 4.1., foram identificadas as seguintes Dimensões de Análise e Indicadores:

D1: Trabalho desenvolvido enquanto ADL

II.1: Caracterização do trabalho desenvolvido

- I1.2: Avaliação do trabalho desenvolvido
- D2: Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora
 - I2.1: Concepção das actividades
 - I2.2: Implementação das Actividades
 - I2.3: Avaliação das actividades
 - I2.4: Impacto económico e social
- D3: Comparação da actividade formativa desenvolvida pela ADPM e outros operadores
 - I3.1: Fases do ciclo formativo
- D4: Contributos das actividades formativas promovidas pelas ADL
 - I4.1: Para a educação e formação de adultos
 - I4.2: Para a criação de comunidades aprendentes

Tabela 4.1. Dimensões e Indicadores (Eixo I)

Dimensão de análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias
Trabalho desenvolvido enquanto ADL	Caracterização do trabalho desenvolvido	Credibilidade e reconhecimento público da ADPM enquanto ADL	Identificação da ADPM enquanto entidade
			Reconhecimento do trabalho da ADPM enquanto ADL
			Área de trabalho temática
		Diversidade	Recursos Humanos
			Temáticas/Áreas de Intervenção
			Actividades realizadas
		Inovação	Públicos
			Metodologia de intervenção
	Parcerias		
	Sustentabilidade	Missão	
		Financeira	
		Capacidade de adaptação	
	Avaliação do Trabalho Desenvolvido Enquanto ADL	Impacto Económico	Criação Directa de Postos de Trabalho
			Criação Indirecta de Postos de Trabalho
Impacto Social		Valorização Pessoal	
		Valorização Social	
Impacto Territorial		Reforço da participação cidadã	
		Valorização dos recursos endógenos	
Capacidade de projectar o concelho junto do exterior			
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Concepção das actividades	Objectivos	
		Metodologias de concepção das actividades	
		Participação dos Intervenientes	
	Implementação	Divulgação e Recrutamento	
		Recrutamento	
		Expectativas	
		Iniciais	
		Avaliação	
		Empregabilidade	
	Utilização de recursos	Apoio à Empregabilidade/Progressão na carreira	
		Apoio à Progressão na Carreira	
		Mobilização de Recursos Locais nas Actividades	
	Avaliação das Actividades	Mobilização de Recursos Externos nas Actividades	
		Concepção	
	Impacto Socioeconómico	Qualidade	Implementação
			Empregabilidade
		Formandos	Progressão escolar
			Capacitação profissional
			Poder de compra
			Desenvolvimento Pessoal
Económicos			
Comunidade		Valorização Social	
		Participação	
		Objectivos	
		Métodos e Técnicas	
Comparação entre a Actividade Formativa Desenvolvida pela ADPM e os outros Operadores	Fases do Ciclo Formativo	Concepção das Actividades	
		Implementação das Actividades	
		Pós-Formação	
Contributos das Actividades de EFA desenvolvidas pelas ADL	Contributos das ADL para a EFA	Desenvolvimento Teórico do Conceito/Inovação nas Políticas de Educação e Formação de Adultos	
		Impacto na Comunidade	
	Contributos para a criação de comunidades aprendentes	Directos	Escolaridade
			Capacitação profissional
		Indirectos	Valorização pessoal e social
			Inserção profissional
			Melhoria da Qualidade de Vida
Desenvolvimento Local			

Através deste modelo, procurou-se cumprir aquilo a que nos propúnhamos no que concerne ao Eixo I. Relativamente ao Eixo II, foi elaborado uma análise que permitia, para o período em análise, relacionar a avaliação dos impactos da actividade formativa desenvolvida pela ADPM, com as funções (questões orientadoras) que estas actividades desenvolvem (Figura 4.2):

Figura 4.2. Modelo de Análise para o Eixo II

Dimensão de análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Efeitos observados	Questões Orientadoras
---------------------	-------------	------------	---------------	--------------------	-----------------------

Conclusão

Tendo como objectivo principal *identificar, para o concelho de Mértola, as funções das actividades de carácter formativo promovidas pela ADPM, no período correspondente ao Quadro comunitário de Apoio III, através da avaliação dos seus impactos junto da comunidade*, o presente estudo apresenta-se como de acompanhamento e avaliação.

Após uma fase inicial, que consistiu, fundamentalmente, na análise documental, revisão bibliográfica, e aplicação de entrevistas exploratórias semi-directivas, permitindo identificar, seleccionar e sistematizar a informação existente sobre a temática em estudo referente ao período em análise, quer do ponto de vista qualitativo, quer quantitativo, foi definido o quadro conceptual de partida.

Procurando responder à opção metodológica que permitisse a recolha de dados confiáveis sobre a avaliação dos impactos da actividade formativa, indicando as funções que a mesma desempenhava, a avaliação desenvolveu-se segundo dois eixos interdependentes e complementares:

- Um eixo de avaliação sistémica, que pretendia a recolha de informação que conduzisse à avaliação da actividade formativa promovida pela ADPM, no contexto das políticas nacionais e europeias de educação e formação de adultos, dos objectivos genéricos das ADL's e da própria ADPM enquanto Associação de Desenvolvimento Local, dos seus intervenientes e do seu impacto sobre os percursos sociais e profissionais dos adultos que a ela recorrem;
- Eixo de caracterização, relativamente às funções que a actividade formativa da ADPM desempenha, face à análise e reflexão da avaliação efectuada.

Para dar resposta a estes dois elementos estruturantes do estudo, foram definidas questões orientadoras, e, numa segunda fase de execução, procedeu-se à identificação de uma amostra “por conveniência”, constituída pelos seguintes elementos:

- 4 Adultos que frequentaram, na ADPM, entre 2000 e 2006, uma actividade formativa, e que se encontravam desempregados no momento em que frequentaram a formação;
- 2 Adultos que frequentaram, na ADPM, entre 2000 e 2006, uma actividade formativa, e que se encontravam empregados no momento em que frequentaram a formação;
- 2 Formadores que desenvolveram prestação de serviços, na actividade formativa da ADPM, entre 2000 e 2006.
- 1 Entidade parceira que colaborou na actividade formativa da ADPM, durante o mesmo período.

À amostra, foi aplicada uma entrevista semi-directiva, sendo também entrevistado um representante da ADPM. A análise dos dados foi efectuada com recurso à técnica de análise de conteúdo e procedeu-se à elaboração do modelo de análise, que procurou reflectir a opção metodológica definida nos Eixos de Intervenção I e II.

Capitulo 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Introdução

O capítulo que se segue pretende sistematizar a informação recolhida através de análise documental, revisão bibliográfica, aplicação de entrevistas exploratórias semi-directivas e entrevistas, analisando-a com base nos elementos identificados no enquadramento teórico.

Com a análise dos dados e construção do *Modelo de Análise*⁹⁸, procurámos reunir elementos para dar resposta à questão que colocamos no início deste estudo – ***“Que funções tem a oferta formativa de uma Associação de Desenvolvimento Local junto da comunidade a que se destina?”*** – com o objectivo de encontrar resposta para algumas questões que considerámos pertinentes:

- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma resposta face ao desemprego existente neste território;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função oferecer uma resposta, face às baixas qualificações escolares da população local;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes;
- A oferta formativa/educativa das ADL tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função complementar a oferta formativa/educativa oferecida pelas escolas e IEFP;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação conceptual do conceito de educação e formação de adultos;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação nas políticas de educação e formação de adultos;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.

⁹⁸ Apêndice I.

Através da metodologia utilizada, e da construção do modelo de análise, foi possível, tal como referido no capítulo anterior, identificar Dimensões de Análise⁹⁹ e Indicadores (Eixo I) que serão analisados no presente capítulo, procurando estabelecer uma articulação com a identificação das funções desempenhadas pela actividade formativa (Eixo II).

5.1. Análise do trabalho desenvolvido pela ADPM enquanto Associação de Desenvolvimento Local

Criada logo após o 25 de Abril, num período particularmente próspero para o movimento associativo, a ADPM, que só se viria a constituir formalmente em 1980, é, actualmente, uma das “(...) Associações de Desenvolvimento Local mais antigas do país (...)”(E8).

Embora apresente um carácter transnacional, desenvolvendo projectos e iniciativas em diversos países europeus e africanos, a sua área de trabalho por excelência é o concelho de Mértola, sendo identificada e conhecida como entidade não só pela comunidade [referindo (E5) “(...) sempre vivi neste concelho e aqui todos conhecem a ADPM (...)”], mas também por aqueles que, não sendo “filhos” do concelho, o escolheram ou foram por ele escolhidos para viverem: “(...) fiquei a conhecer há muitos anos, quando comecei a trabalhar a ADPM já era uma referência (...)”(E7).

⁹⁹ D1: Trabalho desenvolvido enquanto ADL

I1.1: Caracterização do trabalho desenvolvido

I1.2: Avaliação do trabalho desenvolvido

D2: Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora

I2.1: Concepção das actividades

I2.2: Implementação das Actividades

I2.3: Avaliação das actividades

I2.4: Impacto económico e social

D3: Comparação da actividade formativa desenvolvida pela ADPM e outros operadores

I3.1: Fases do ciclo formativo

D4: Contributos das actividades formativas promovidas pelas ADL

I4.1: Para a educação e formação de adultos

I4.2: Para a criação de comunidades aprendentes

O reconhecimento do seu trabalho enquanto ADL comprova-se ao ser considerada “(...) um grande dinamizador económico e social (...)”(E4), apresentando “(...) trabalho de grande qualidade (...)”(E7), considerando muitos que “(...) se não fosse a ADPM muitas pessoas não tinham tido algumas oportunidades (...)”(E5), o que leva a que se verifique um sentimento quase colectivo de que é “(...) uma mais-valia ter cá esta associação (...)”(E2).

Figura 5.1. Escola construída pela ADPM em Moçambique



Fonte: ADPM

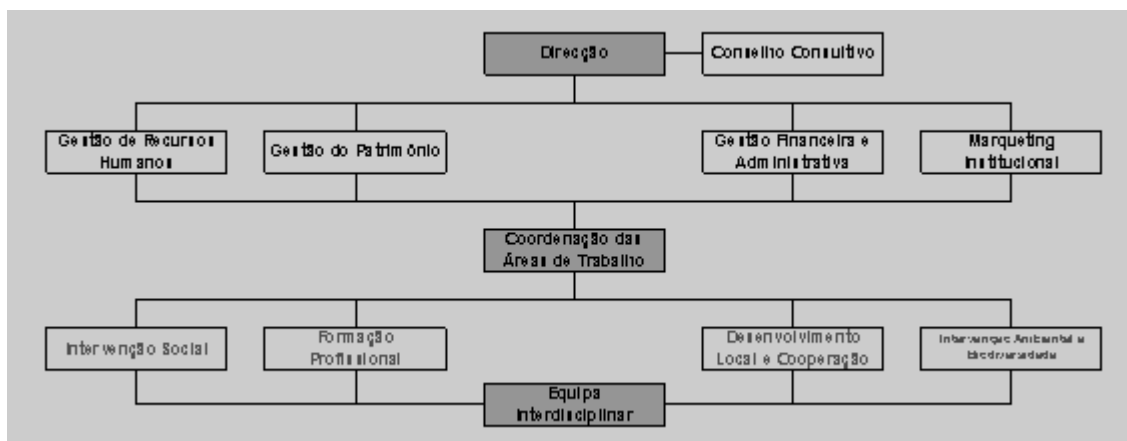
Figura 5.2. Furo para captação de água potável (Moçambique)



Fonte: ADPM

Embora possa ser associada a actividades relacionadas como “(...) o ambiente, (...) a formação (...)”(E1) ou “(...) o trabalho com as escolas (...)”(E2), a ADPM caracteriza-se por uma elevada diversidade de temáticas, que se traduzem em “(...) diversas áreas de trabalho, o que implica uma intervenção temática muito grande (...)”(E7), apresentando uma estrutura organizacional pautada pela articulação, “(...) como se existissem várias pequenas associações dentro da própria entidade (...)”(E8).

Figura 5.3. Organograma da ADPM (2006)¹⁰⁰



Fonte: ADPM (Renovação do Processo de Acreditação)

Ao longo do período em análise, e através de uma “(...) estratégia global de intervenção definida de forma participada com as populações (...)” (E8), a ADPM centrou a sua actividade nos vectores chave da capacitação dos indivíduos e da promoção dos recursos endógenos, mobilizando recursos em diferentes áreas de trabalho (formação/capacitação, intervenção ambiental e rural, intervenção social, animação, educação formal e não formal, educação para o desenvolvimento, cooperação para o desenvolvimento, intervenção social e acompanhamento de famílias, apoio ao empreendedorismo, ...), contando com a colaboração de uma equipa de cerca de “(...) 40 técnicos das mais variadas áreas (...)” (E8), sendo uma das Associações de Desenvolvimento Local mais diversificadas do país, cuja “(...) grande mais-valia (...)” (E4) reside no facto de ser “(...) uma entidade muito completa (...)” (E4), e que portanto “(...) pode actuar em diversos domínios, na comunidade (...)” (E9).

Tabela 5.1. Evolução do N° de Colaboradores Directos da ADPM, por Habilitações Literárias (H/M), (2006/2010)

Habilitações	2006			2010		
	H	M	T	H	M	T
Até ao 1º Ciclo do Ensino Básico:	2	0	2	2	0	2
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico:	0	4	4	2	5	7
Ensino Secundário:	1	7	8	2	5	7
Bacharelato:	1	0	1	0	0	0
Licenciatura:	3	13	16	2	15	17
Mestrado:	0	0	0	0	0	0
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Grau desconhecido:	0	0	0	0	0	0
Informação não disponível:	0	0	0	0	0	0
TOTAL	7	24	31	8	25	33

Fonte: ADPM (Renovação do Processo de Acreditação)

A diversidade temática traduz-se também numa diversidade de grupos e públicos, ao trabalhar “(...) com diversos grupos etários (...) diversos públicos (...)”(E4), efectuando uma intervenção “(...) integrada na e com a comunidade, (...) transversal a todas as faixas etárias (...)”(E8), promovendo iniciativas também dirigidas a grupos sectoriais, nomeadamente “(...) professores, (...) agricultores, prestadores de serviços turísticos, (...) técnicos das mais diversas áreas (...)”(E8).

De entre as diversas iniciativas e projectos desenvolvidos no concelho de Mértola, existem alguns que, pela sua dimensão ou pelo seu carácter inovador, se mostram emblemáticos.

De entre estes, “(...) uma das maiores referências da ADPM foi a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana (...)”(E8) (uma área protegida com 69.700 hectares), não só pela mais-valia que representa para os concelhos envolvidos (Mértola e Serpa), mas, particularmente, porque “(...) foi um dos primeiros projectos nacionais desenvolvidos de uma forma participada, de baixo para cima, ou seja das entidades locais para os organismos nacionais (...)”(E8).

“(...) A aquisição da propriedade do Monte do Vento¹⁰¹, no território envolvente ao Pulo do Lobo¹⁰² (...)”(E8), assume-se como outro dos projectos mais carismáticos desta instituição, permitindo à ADPM desenvolver iniciativas que visam “(...) integrar a população na área onde vivem e mostrar aos agricultores as vantagens de uma agricultura sustentável e com recurso a produtos endógenos (...)”(E8), com particular destaque para a educação ambiental.

Paralelamente, o “(...) apoio à criação e constituição da Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola¹⁰³, fruto de uma acção de formação profissional promovida pela ADPM, no início da década de 80 (...)”(E8), tornou-se um exemplo de como a conciliação entre a capacitação dos recursos humanos e a recuperação, valorização e

¹⁰¹ O CESMV – Centro de Estudos e Sensibilização do Monte do Vento foi criado em 1993.

¹⁰² Cascata natural do Rio Guadiana.

¹⁰³ A Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola é uma microempresa, existente desde esta data, e que conta com a colaboração permanente de duas funcionárias.

dignificação das actividades tradicionais, podem ser oportunidades válidas de emprego e de promoção de postos de trabalho.

Figura 5.4. Monte do Vento



Fonte: ADPM

Figura 5.5. Tecelagem Tradicional



Fonte: ADPM

São apenas exemplos de um trabalho contínuo, contextualizado, diversificado, que “(...) encara o indivíduo de uma forma ampla e transversal, para o qual as diferentes áreas de trabalho da ADPM contribuem, de forma articulada (...)”(E3), e que foram seleccionados de entre tantos outros, como sejam as Ecotecas terrestre¹⁰⁴ e Fluvial.

Figura 5.6. Ecoteca Fluvial



Fonte: ADPM

Figura 5.7. Ecoteca Terrestre



Fonte: ADPM

Outros exemplos de destaque são o Centro de Recursos em Conhecimento, o Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra¹⁰⁵ ou a realização do Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local.

¹⁰⁴ As Ecotecas são espaços de formação e exemplificação, vocacionados preferencialmente para a temática da Educação Ambiental. Para mais informações, consultar o Apêndice J.

¹⁰⁵ O Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra foi construído em 2001 e tem capacidade para alojar cerca de 37 pessoas. Para mais informações, consultar o Apêndice J.

Figura 5.8. Centro de Recursos em Conhecimento

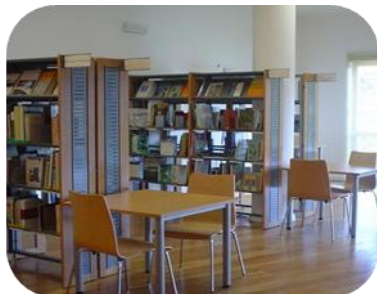


Figura 5.9. Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra



Figura 5.10. Mestrado ERD



Fonte: ADPM

Ao descrito anteriormente, poderemos associar a capacitação anual de centenas de pessoas desde 1986, o Programa de Educação Ambiental ou o Programa de Educação para o Desenvolvimento, dirigidos às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, a revitalização de sociedades e colectividades, a animação comunitária, a promoção e valorização dos produtos tradicionais, através da organização e realização de Feiras Tradicionais,

Figura 5.11. Formação e capacitação



Figura 5.12. Feira Tradicional do Vale de Açor



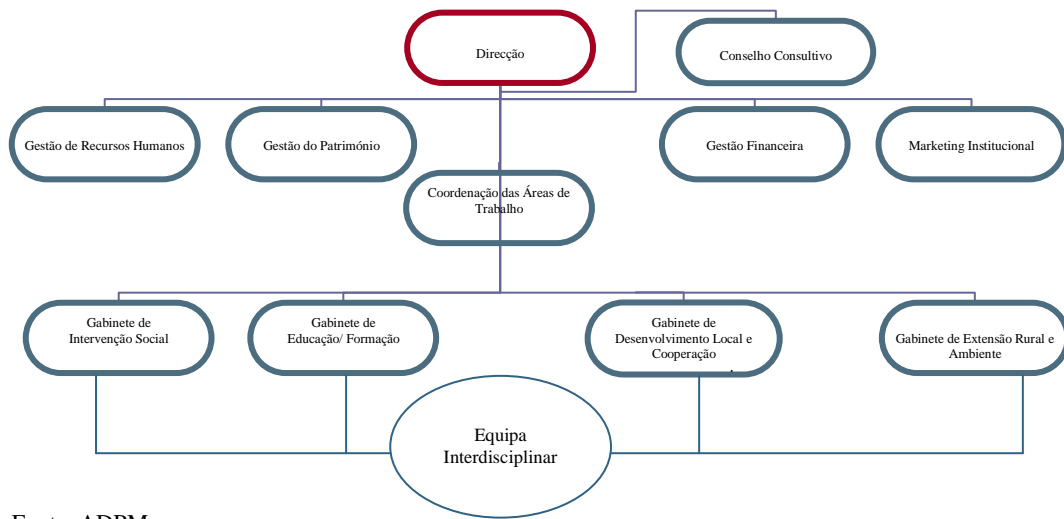
Figura 5.13. Sarau Cultural (ED)



Fonte: ADPM

Ao longo dos últimos 30 anos, a ADPM tem conseguido “(...) evoluir, estar atenta a este devir (...)”(E2), tendo-se “(...) sabido adaptar (...)”(E3), incorporando as alterações sociais e económicas não do só território onde opera mas, também, tendo em consideração o contexto europeu e internacional, o que “(...) exige uma estratégia constante de antecipação e projecção da evolução social e económica da realidade (...)”(E8), tendo, no fundo, “(...) acompanhado toda a evolução política, económica e social do país (...)”(E8).

Figura 5.14 – Organograma de ADPM (2010)



Fonte: ADPM

Figura 5.15 – Evolução das Temáticas de Trabalho da ADPM (2000-2007)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Áreas de Intervenção	Organização Interna da ADPM e Reforço das Relações com o Exterior							
	Qualificação e Valorização de Recursos Humanos e Locais	Formação Profissional					Formação/ Educação	
	Estudos	Esta área de trabalho foi dissolvida por todas as outras áreas de intervenção						
	Preservação e Valorização do Património Natural	Educação Ambiental			Intervenção Ambiental		Extensão Rural e Ambiente	
		Conservação da Natureza e Gestão do Território						
		Monte do Vento						
	Informação Rural	Estas áreas de trabalho foram integradas na área de intervenção: desenvolvimento local						
	Turismo							
	Desenvolvimento Social e Económico	Desenvolvimento Local		Desenvolvimento Local e Cooperação Transnacional				
		Intervenção Social						
Esta área apenas surge em 2003			Cooperação com Países Terceiros					

Fonte: Guerreiro, M.¹⁰⁶ (2008: 62)

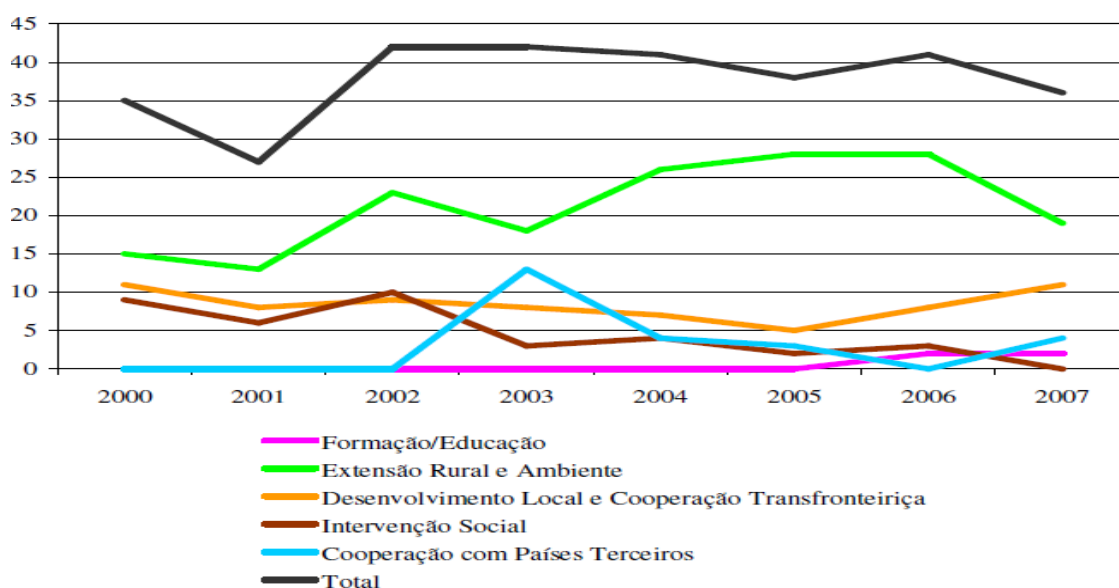
A capacidade de evolução e adaptação da ADPM encontra-se reflectida no seu organograma. Ao efectuarmos uma análise comparativa entre as Figuras 5.3. e 5.14,

¹⁰⁶ Guerreiro, M. (2008) Associações de Desenvolvimento Local: Que Contributo para o Desenvolvimento Local? O estudo de Caso da ADPM, ISCTE, Tese de Mestrado.

observamos alterações que evidenciam uma tentativa de actualização face às novas realidades, nomeadamente um ajuste no que se refere à denominação das áreas de trabalho (a denominação procura traduzir de forma sintética o trabalho desenvolvido em cada área), o que se traduz, conseqüentemente, num ajuste do trabalho das próprias áreas.

Dado o número de colaboradores directos, “(...) a ADPM é (...) certamente das maiores empregadoras, enquanto ADL (...)”(E8), sendo também responsável pela criação indirecta de postos de trabalho, ao desenvolver “(...) projectos que, quando aplicados, procuram não só responder a necessidades concretas da comunidade, mas também criar condições para que outras necessidades surjam (...)”(E8), sendo este um dos seus objectivos. “(...) O elevado nº de projectos é um indicador da sua dinâmica e das relações que gera (...)” (E10), tendo promovido, durante o período em análise, 302 projectos (Figura 5.16):

Figura 5.16 – Evolução do Nº de Projectos Promovidos pela ADPM, por Área de Trabalho (2000-2007)



Fonte: Guerreiro, M.¹⁰⁷ (2008: 62)

Analisando o impacto pessoal e social inerente às actividades promovidas pela ADPM, constatamos que é evidente um claro “(...) reforço da valorização pessoal e social da comunidade, particularmente dos elementos que colaboram activamente nas actividades

¹⁰⁷ Guerreiro, M. (2008) Associações de Desenvolvimento Local: Que Contributo para o Desenvolvimento Local? O estudo de Caso da ADPM, ISCTE, Tese de Mestrado.

promovidas (...)”(E4). Num concelho com as características já enunciadas em capítulos anteriores, “(...) a falta de qualificação, de emprego e o isolamento, tornam as pessoas inseguras e dependentes, contribuindo a participação em actividades da ADPM para inverter estas situações (...)”(E1).

Embora “(...) a utilização dos recursos endógenos(...) seja sempre privilegiada, procurando-se a sua recuperação e valorização (...)”(E8), quando tal não é possível, recorre-se a um trabalho em parceria, podendo as mesmas assumir um carácter formal ou informal, mas representando “(...) apoios institucionais sem os quais os projectos não teriam a qualidade que têm (...)”(E8), “(...) sendo nalgumas situações impossível desenvolvê-los (...)”(E9).

Por tudo isto, “(...) a ADPM é uma das entidades que mais tem contribuído para a promoção do concelho, não só divulgando as suas potencialidades, mas também contribuindo para que se verificam condições que o tornem atraente a investidores exógenos (...)”(E8), encontrando-se desde o início na frente das iniciativas que marcaram o concelho de Mértola como uma referência nacional ao nível dos processos de desenvolvimento local.

O modelo de análise permite elaborar uma relação¹⁰⁸ entre as observações dos entrevistados relativamente à avaliação que efectua relativamente aos impactos das actividades desenvolvidas pela ADPM enquanto ADL e as “questões orientadoras” que nos permitem identificar as funções das actividades formativas

¹⁰⁸ Considera-se que existe uma relação indirecta uma vez que a actividade formativa é desenvolvida, como já referido anteriormente, enquanto uma “valência” da entidade.

Tabela 5.2. Análise Comparativa entre os Impactos, no concelho de Mértola, da Actividade Desenvolvida pela ADPM enquanto ADL e seu Contributo Indirecto para as Questões Orientadoras

Dimensões de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Observações dos entrevistados/efeitos observados	Questões Orientadoras
Trabalho Desenvolvido Enquanto ADL	Avaliação do Trabalho Desenvolvido Enquanto ADL	Impacto Económico	Criação Directa de Postos de Trabalho	A criação directa de postos de trabalho encontra-se associada à relação estabelecida com os colaboradores directos. “(…) Somos certamente das maiores empregadoras, enquanto ADL (…)”(E8)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma reposta face ao desemprego existente neste território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.
			Criação Indirecta de Postos de Trabalho	A criação indirecta de postos de trabalho encontra-se associada à relação que se estabelece entre o desenvolvimento das actividades que desenvolve e os postos de trabalho criados a montante, a jusante e como consequência das mesmas. “(…) as suas actividades levam à criação indirecta de postos de trabalho, nomeadamente nos projectos e iniciativas que apoiam (…)”(E1)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma reposta face ao desemprego existente neste território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.
		Impacto Social	Valorização Pessoal	Reforço da auto-estima e confiança pessoal. “(…) a falta de qualificação, de emprego e o isolamento, tornam as pessoas inseguras e dependentes, contribuindo a participação em actividades da ADPM para inverter estas situações (…)”(E1)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa da ADPM tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes.

Dimensões de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Observações dos entrevistados/feitos observados	Questões Orientadoras
Trabalho Desenvolvido Enquanto ADL	Avaliação do Trabalho Desenvolvido Enquanto ADL	Impacto Social	Valorização Social	“(…) quando há uma maior valorização pessoal, também há uma maior valorização social, pois as pessoas intervêm mais, participam mais e os outros também os vêm de outra forma (…) penso que este é um efeito directo da participação nas actividades promovidas pela ADPM (…)”(E9)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa da ADPM tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes.
			Reforço da participação cidadã	<p>Reforço da capacidade de participar activamente na sociedade e na comunidade (individual e colectivamente).</p> <p>“(…) Sinto que a comunidade local é mais participativa do que noutros locais, que intervêm mais, que tem uma maior consciência da sua “força” enquanto comunidade e sinto que isso se deve muito ao trabalho desenvolvido pela ADPM, à sua capacidade de mostrar à comunidade que pode e deve intervir enquanto colectivo numa sociedade democrática (…)”(E9)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa da ADPM tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes.
		Impacto Territorial	Valorização dos recursos endógenos	<p>Desenvolvimento de actividades que promovam a recuperação, valorização e divulgação dos recursos endógenos.</p> <p>“(…) A utilização dos recursos endógenos é sempre privilegiada, procurando-se a sua recuperação e valorização (…)”(E8)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma reposta face ao desemprego existente neste território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.
			Capacidade de projectar o concelho junto do exterior	“(…) A ADPM é uma das entidades que mais tem contribuído para a promoção do concelho, não só divulgando as suas potencialidades, mas também contribuindo para que se verifiquem condições que o tornem atraente a investidores exógenos (…)”(E8)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma reposta face ao desemprego existente neste território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.

5.2. Análise do trabalho desenvolvido pela ADPM enquanto entidade Formadora

5.2.1. Conceção das Actividades

- **Objectivos.** A actividade formativa surge na ADPM como resposta à necessidade de adaptação aos novos contextos, pois “(…) para existir desenvolvimento, é necessário

existir emprego e não há emprego sem que as pessoas sejam qualificadas e capacitadas (...)”(E8).

No concelho de Mértola, a taxa de analfabetismo é estruturalmente muito elevada. A rede de ensino oficial só muito recentemente começou a proporcionar a possibilidade de conclusão do 12º ano (e apenas numa área temática), sendo até então necessário ir para Beja, o que naturalmente não era acessível a todos os cidadãos. A rede de transportes públicos era e continua a ser muito frágil, implicando que algumas das crianças, mesmo as mais pequenas, tivessem que andar a pé 4 ou 5 quilómetros para frequentarem a escola primária, sendo desmotivador para os pais e para as crianças. A comunidade vivia de uma agricultura empobrecida e a autarquia era o principal empregador. Neste contexto, “(...) era necessário qualificar os recursos humanos, não só ao nível da qualificação profissional, mas também para o exercício activo da cidadania democrática (...)”(E8), representado a actividade formativa uma “(...) oportunidade para concluir a escolaridade, oportunidade para aprenderem uma profissão, oportunidade para adquirirem conhecimentos de cultura geral, oportunidades para participarem em algo individualmente ou colectivamente (...)”(E4).

Trata-se, no fundo, de colmatar “(...) necessidades de segunda oportunidade (...)”(E3), com o objectivo de responder a necessidades concretas, de “(...) encontro ao que as pessoas precisam (...)”(E1), sendo por isso uma oferta “(...) integrada no contexto económico e social (...)”(E9).

- Metodologias de Concepção das actividades. Conceber um conjunto de propostas formativas representativas de qualidade e adequadas às necessidades individuais e colectivas de uma comunidade com as características descritas anteriormente, implica um elevado cuidado relativamente à concepção das iniciativas a implementar.

No caso da ADPM, a concepção da oferta formativa é efectuada com recurso a “(...) diagnósticos elaborados (...)”(E8) pela própria ADPM, e também “(...) por outras entidades, nomeadamente o I.E.F.P. e outros organismos (...)”(E8), recorrendo também ao “(...) conhecimento empírico que tem do concelho (...)”(E1), o que torna a oferta formativa “(...) sustentada em oportunidades (...)”(E2), nomeadamente projectos/iniciativas que se considerem estratégicas para o desenvolvimento territorial.

- **Participação dos Intervenientes.** Apesar desta metodologia, os intervenientes directos das acções também são chamados a participar, especialmente na fase de concepção, onde a comunidade “(...) participa activamente (...)”(E8), através da realização de trabalhos de diagnóstico e levantamento de necessidades, onde são equacionadas as opiniões das entidades empregadoras e seus representantes, dos possíveis formandos e dos possíveis formadores.

5.2.2.Implementação

- **Divulgação e Recrutamento.** As actividades formativas são usualmente divulgadas “(...) nas rádios, jornais (...) cartazes, mail list, página Web (...)”(E8), sendo o recrutamento dos beneficiários efectuado com recurso a análise curricular e entrevista.

- **Expectativas.** Grande parte dos recursos humanos técnicos (formadores, mediadores e orientadores) que intervêm nestas iniciativas inicia a sua actividade com “(...) muitas expectativas (...)”(E2), que durante o decorrer das actividades acabam por ser , em grande parte dos casos (...) cumpridas (...)”(E1).

No que se refere aos formandos, as expectativas são de ordem diversa, uma vez que para os que se encontram na situação de desemprego, esta é “(...) uma oportunidade de tirar um curso, para fazer no futuro alguma coisa nessa área (...)”(E5), representando a bolsa um importante incentivo, como refere o Elemento 6: “(...) Inscrevi-me porque tinha uma bolsa (...) estava desempregado, achei que poderia conciliar duas coisas, a parte financeira com a parte da instrução pessoal (...) A expectativa inicial era terminar o curso e adquirir conhecimentos na área da animação (...)”(E6). Já para os activos empregados, a motivação prende-se com a progressão no trabalho: “(...) eu queria progredir e não ficar para sempre no emprego em que estava (...)”, refere o elemento 3.

Também, neste domínio, normalmente as expectativas são “(...) cumpridas. E superadas (...)”(E4), sendo as aprendizagens utilizadas “ (...) para outros contextos (...)”(E4). Ao longo do decorrer da actividade formativa, também é comum as motivações sofrerem alterações: “(...) Inicialmente não pensava muito em encontrar emprego porque tinha a bolsa mas com o decorrer do curso novos horizontes foram abertos e portanto criou-se essa expectativa que até foi cumprida (...)”(E6).

Este aspecto prende-se essencialmente com um forte apoio proporcionado pela equipa técnica com vista à empregabilidade, uma vez que grande parte da oferta formativa da ADPM é composta por acções de dupla certificação escolar e profissional, como resposta às baixas qualificações e à elevada taxa de desemprego local.

- **Apoio à empregabilidade/progressão na carreira.** O apoio prestado pela equipa técnica ao longo da implementação da iniciativa traduz-se não só num forte “(...) acompanhamento (...)”(E5) à procura activa de emprego, como também numa clara tentativa de procura de entidades de acolhimento para a realização da Componente Prática em Contexto de Trabalho, e ainda num apoio activo a “(...) entidades que queiram integrar estagiários (...)”(E7).

Paralelamente a esta dimensão, a capacitação dos recursos humanos activos empregados, com vista também à melhoria da qualidade do seu desempenho profissional e, por consequência, dos serviços que prestam, é também um dos objectivos da entidade, reflectido nas metodologias utilizadas durante a implementação das acções, verificando-se, como refere o Elemento 3: “(...) a tentativa de dirigir a matéria para aquilo que era a nossa vida profissional (...) Eram todas pessoas empregadas mas de áreas diversas, por isso houve sempre um grande cuidado de adequação às nossas realidades (...)”(E3).

- **Utilização de recursos.** Nunca esquecendo que paralelamente ao facto de ser uma entidade formadora é, sobretudo, uma Associação de Desenvolvimento Local, a ADPM privilegia “(...) recursos dos locais (...)”(E8) onde desenvolve a sua actividade, aspecto particularmente evidente no que se refere a “(...) espaços, equipamentos (...)”(E1), mas também no que concerne aos recursos humanos qualificados, com responsabilidades directas no desenvolvimento das acções, nomeadamente formadores, “(...) até porque têm menos oportunidades por viverem num local tão sem oportunidades (...)”(E4), criando “(...) oportunidades de trabalho (...)”(E8), recorrendo a recursos externos “(...), quando não há no concelho ou a qualidade não se encontra assegurada (...)”(E4).

5.2.3. Avaliação das actividades

As actividades formativas concebidas e implementadas pela ADPM apresentam-se “(...) muito adequadas (...)” (E7), contextualizadas nas “(...) necessidades territoriais, não só ao nível da possível empregabilidade como também ao nível da progressão escolar (...)” (E7), registando-se nos últimos anos, a este respeito e como refere o Elemento 3: “(...) um aumento em termos de qualidade (...)” (E3).

Para a ADPM “(...) ser entidade formadora não significa apenas implementar cursos (...) implica muito mais. É uma responsabilidade institucional que durante o último Quadro Comunitário foi reforçada com o reconhecimento da ADPM enquanto entidade promotora de cursos de Educação e Formação de Adultos de Dupla Certificação, sendo as acções desenvolvidas de forma integrada, apoiando o indivíduo em todos os seus contextos (...)” (E8).

5.2.4. Impacto Socioeconómico

O impacto das acções de carácter formativo da ADPM tem reflexos não só nos formandos e equipas pedagógicas, como também na comunidade. Relativamente aos primeiros, poderemos destacar:

- **Progressão escolar.** “(...) Muitas das acções desenvolvidas têm como objectivo a qualificação escolar (...)” (E3), o que procura responder directamente à baixa escolaridade da população local e apesar de actualmente verificarmos, nas acções de carácter formativo, a existência explícita de uma relação entre a formação/qualificação profissional e a progressão escolar (Iniciativa Novas Oportunidades, Cursos de Educação e Formação de Adultos), a realidade é que a continuidade da qualificação escolar apresenta-se como uma das “*consequências*” da frequência destas acções, verificando-se em Mértola, tal como a tendência nacional nos indica¹⁰⁹, uma forte vontade para prosseguir a vida escolar, observando-se que muitos dos intervenientes nestes processos “(...) voltam a estudar, mesmo após anos de pausa (...)” (E1), e muitos “(...) vão até para a universidade (...)” (E8).

¹⁰⁹ Para mais informações sobre este tema, consultar, por favor, o Capítulo 3.

Tabela 5.3. Formandos Adultos que Concluíram com Aproveitamento Acções de Qualificação escolar promovidas pela ADPM¹¹⁰ (2000 – 2006)

Ano	Nº de Acções que visavam a Progressão escolar	Escolaridade à entrada	Escolaridade à saída	Nº de Formandos que concluíram com aproveitamento Acções com Progressão Escolar
2002	1	>= 2º Ciclo do Ensino Básico e <3º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	9
2005	1	>= 2º Ciclo do Ensino Básico e <3º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	11
2006	1	>= 1º Ciclo do Ensino Básico e <3º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	13 ¹¹¹
2006	1	>= 2º Ciclo do Ensino Básico e <3º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	26 ¹¹²

Fonte: ADPM (Renovação do Processo de Acreditação)

Tabela 5.4. Análise Comparativa entre o Total da Actividade Formativa e a Actividade Formativa com Progressão Escolar, Desenvolvida pela ADPM (Nº), (2000-2006)

Período	Acções Realizadas		Acções realizadas com Progressão Escolar	
	Nº Total	Nº Total de Formandos que concluíram com aproveitamento as Acções	Nº Total	Nº Total de Formandos que concluíram com aproveitamento as Acções
2000 - 2006	88	1030	4	59

Fonte: ADPM (Renovação do Processo de Acreditação)

Como é possível observar pela análise da Tabela 5.4, o número de acções vocacionadas directamente para a progressão escolar (cursos EFA – Cursos de Educação e Formação de Adultos), representa uma percentagem de aproximadamente 5% no total da actividade formativa desenvolvida, o que equivale a um valor percentual de cerca de 7% relativamente ao nº de formandos que frequentaram estas acções, face ao nº total de formandos.

¹¹⁰ Acção iniciada em 2006 mas não concluída neste ano. A nossa análise permitiu aferir, através da análise documental, o nº de certificações.

¹¹¹ Acção iniciada em 2006 mas não concluída neste ano. A nossa análise permitiu aferir, através da análise documental, o nº de certificações.

¹¹² Acção iniciada em 2006 mas não concluída neste ano. A nossa análise permitiu aferir, através da análise documental, o nº de certificações.

Tabela 5.5. Análise Comparativa entre o Total da Actividade Formativa e a Actividade Formativa com Progressão Escolar, Desenvolvidas pela ADPM (Nº), (2000-2006)

2000 - 2006	Acções Realizadas	Nº de Formandos que procuraram outras vias de aprendizagem após a frequência da acção na ADPM (Nº) ¹¹³		
	Nº Total	Nº Total de Formandos que concluíram com Aproveitamento as Acções	Vias de aprendizagem que conferem uma certificação escolar	Vias de aprendizagem que não conferem uma certificação escolar
	88	1030	38	590

Fonte: ADPM (Renovação do Processo de Acreditação)

- **Impactos ao nível da inserção profissional.** Tal como referido anteriormente, a concepção da oferta formativa procura responder às necessidades de qualificação e capacitação, não só dos seus beneficiários directos, como também das entidades empregadoras locais e regionais, sendo concebida tendo em consideração os eixos estratégicos de desenvolvimento previstos e definidos para o concelho e, numa perspectiva mais ampla, para a região. Assim, a participação nestas acções permite, “(...) apesar das dificuldades (...)”(E8) que algumas pessoas consigam “(...) instalar o seu próprio negócio e outras encontrem emprego por conta de outrem (...)”(E8), havendo alguns casos de sucesso relativamente ao auto-emprego, nomeadamente a Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola¹¹⁴. No que se refere ao emprego por conta de outrem, a taxa de inserção profissional representou, em 2000, cerca de 30%¹¹⁵.

Ao analisar estes dados, deveremos “(...) ter em consideração o contexto em que estamos inseridos e perceber que nunca poderíamos, em Mértola, ter uma taxa de inserção profissional muito elevada porque, por um lado, não existem empresas ou outros grandes empregadores, e por outro, porque é impensável alcançar tais valores quando estamos a formar, na mesma área profissional 12 ou 13 ou 15 pessoas (...)”(E8).

¹¹³ A aferição destes dados de forma científica e exaustiva só começou a ser efectuada pela ADPM em 2008, pelo que os dados que apresentamos, apesar de cedidos pela entidade, não representam a totalidade do universo dos participantes na sua actividade formativa.

¹¹⁴ A Cooperativa Oficina de Tecelagem foi criada em 1980, fruto de uma acção de formação promovida pela ADPM.

¹¹⁵ A taxa de empregabilidade na área do curso representa cerca de 30% (dados fornecidos pela ADPM) da totalidade dos formandos do curso.

Tabela 5.6. Análise Comparativa entre o Total da Actividade Formativa e a Actividade Formativa com Qualificação Profissional, Desenvolvidas pela ADPM (Nº), (2000-2006)

	Acções Realizadas		Acções realizadas com vista à qualificação profissional ¹¹⁶		Nº. de Formados inseridos profissionalmente devido à frequência da acção ¹¹⁷	
	Nº Total	Nº Total de Formandos que concluíram com Aproveitamento as Acções	Nº Total	Nº Total de Formandos que concluíram com Aproveitamento as Acções	Emprego por conta de outrem	Auto-emprego
2000 - 2006	88	1030	22	220	55	6

Fonte: ADPM (Renovação do Processo de Acreditação)

Como é possível observar pela análise da tabela anterior, e para o período em análise, cerca de 21% das actividades formativas desenvolvidas pela ADPM, destinavam-se a desempregados, tendo como objectivos a sua (re) inserção profissional, o que representa um total de cerca de 28% dos formandos da ADPM, para o mesmo período, valor relativamente baixo (pelos motivos já referidos), face ao número de formandos que frequentaram as acções.

- Impactos ao nível da progressão na carreira. “(...) especialmente se entendermos progressão na carreira como melhoria de desempenho (...)”(E7), podemos constatar que as aprendizagens efectuadas contribuem activamente para o desempenho e realização das tarefas profissionais, tal como descrito em entrevista pelo elemento (E6): “(...) Os conhecimentos adquiridos ao longo do curso serviram-me para realizar as tarefas que desempenho hoje (...)”

¹¹⁶ Inclui as acções de qualificação escolar, uma vez que as mesmas tinham também uma componente de certificação profissional.

¹¹⁷ A aferição destes dados de forma científica e exaustiva só começou a ser efectuada pela ADPM em 2008, pelo que os dados que apresentamos, apesar de cedidos pela entidade, não representam a totalidade do universo dos participantes na sua actividade formativa.

Tabela 5.7. Análise Comparativa entre o Total da Actividade Formativa e a Actividade Formativa com vista à Progressão na Carreira, Desenvolvida pela ADPM (Nº), (2000-2006)

	Acções Realizadas		Acções realizadas com vista à progressão na carreira		Nº. de Formados que progrediram na carreira devido à frequência da acção ¹¹⁸
	Nº Total	Nº Total de Formandos que concluíram com Aproveitamento as Acções	Nº Total	Nº Total de Formandos que concluíram com Aproveitamento as Acções	
2000 - 2006	88	1030	42	751	95

Fonte: ADPM (Renovação do Processo de Acreditação)

- **Capacitação profissional.** “(...) A aquisição de competências profissionais é uma das grandes mais-valias da frequência das acções (...)” (E5), permitindo “(...) não só a aprendizagem de uma profissão ou actividade profissional, como também a certificação dessas aprendizagens (...)” (E6), ou a “(...) actualização de conhecimentos que vão alterar profundamente as nossas práticas (...)” (E4). Naturalmente que a “(...) certificação de uma actividade profissional, no actual contexto, é fundamental para a inserção profissional ou para a avaliação de desempenho profissional (...)” (E7), indicando o Elemento 10: “(...) a capacitação que obtive através da formação que frequentei possibilitou-me a aquisição de um conjunto de competências sem as quais não poderia hoje trabalhar (...)”

- **Poder de Compra.** Especialmente se estivermos perante acções de carácter formativo destinadas a desempregados, poderemos afirmar que todas elas contêm implícito um conjunto de benefícios e regalias¹¹⁹, algumas pecuniárias, nomeadamente o pagamento de uma Bolsa de Formação¹²⁰, Subsídio de Alimentação¹²¹, Subsídio de Deslocação/Alojamento¹²², Subsídio de Acolhimento¹²³ e Seguro de Acidentes Pessoais. Como tal, “(...) os seus rendimentos aumentam, o que se reflecte positivamente no seu poder de compra (...)” (E8) e no “(...) consumo das famílias (...)” (E7).

¹¹⁸ A aferição destes dados de forma científica e exaustiva só começou a ser efectuada pela ADPM em 2008, pelo que os dados que apresentamos, apesar de cedidos pela entidade, não representam a totalidade do universo dos participantes na sua actividade formativa.

¹¹⁹ Até 2010, todas as acções de carácter formativo destinadas a desempregados e realizadas pela ADPM, foram implementadas através do financiamento (a 100%) obtido junto do Fundo Social Europeu, o que obriga a entidade a oferecer um conjunto de regalias, devidamente legisladas, aos seus intervenientes directos (Decreto Regulamentar nº 4/A, de 2008)

¹²⁰ Em 2010: 419,22 euros.

¹²¹ Em 2010: 4,27 euros.

¹²² Até aos montantes de 12,5% do IAS (419,22 euros).

¹²³ Até ao montante de 50% do IAS (419,22 euros).

- **Desenvolvimento Pessoal.** Durante a participação nas actividades, os diversos intervenientes têm oportunidade de efectivamente tomar contacto com realidades diferentes, referindo o Elemento 5: “(...) aprendemos e ouvimos falar de outras coisas (...) tenho aprendido muitas coisas sobre o mundo e a vida aqui (...)”(E5). A oferta formativa “(...) tem elevados efeitos ao nível do desenvolvimento pessoal e social (...)”(E7), registando-se “(...) uma mudança visível na forma de estar das pessoas (...)”(E8), que traduz “(...) uma aposta muito forte na educação/formação enquanto factor de promoção do indivíduo enquanto tal, enquanto ser aprendiz. (...)”(E8).

- **Valorização social.** Ao criar espaços propícios à aprendizagem, ao associar uma formação pessoal, social e cívica a uma formação profissionalizante, a ADPM está a fomentar a valorização das pessoas enquanto seres humanos, enquanto membros de uma comunidade, enquanto cidadãos aprendentes. Há sem dúvida uma mudança visível na forma de estar das pessoas, “(...) vê-se as pessoas nas ruas, já se vê as pessoas a levantarem a cabeça, já se vê as pessoas com outra perspectiva, quando se via as pessoas cabisbaixa e isso nota-se na maneira como querem fazer as coisas (...)”(E1).

A maior parte dos formandos da ADPM são mulheres. Mulheres que vivem em aldeias e montes, alguns com apenas 3 ou 4 famílias e que, sem meios próprios de deslocação, vêm à vila uma ou duas vezes por semana, apenas. Durante o resto do tempo, vivem uma vida de casa, efectuando os trabalhos domésticos e pouco mais. Não saem para conviver, até porque nalguns casos não há um café ou algo parecido e ficam limitadas a esta rotina destruidora da pessoa enquanto ser social. Frequentar um curso representa exactamente o contrário de tudo isto. “(...) Representa o convívio, o interagir, o relacionar-se, o “puxarem por nós” enquanto seres aprendentes. É uma mais-valia social, sem dúvida! (...) Por outro lado, cria-se aqui uma dinâmica grande entre formadores, técnicos de emprego e entidades parceiras, ela própria geradora de mais-valias sociais (...)”(E8). Num concelho com as características de Mértola, “(...) a formação assume também um carácter social e pessoal (...)”(E8), havendo “(...) sem dúvida uma mudança visível na forma de estar das pessoas (...)”(E8).

No que concerne à comunidade local, a actividade formativa desenvolvida pela ADPM também reflecte algum impacto, nomeadamente:

- **Impactos económicos.** A actividade formativa desenvolvida pela ADPM traduz-se num conjunto de impactos económicos profundos na comunidade, não só porque, ao nível dos formandos, “(...) os seus rendimentos aumentam um pouco mais, através da bolsa de formação, o que se reflecte na qualidade de vida. (...) na da sua família e na dos comerciantes locais (...)”(E8), mas também porque, “(...) para além do aumento do consumo, existe, por vezes, a criação de novas empresas ou novas actividades, a que se alia, com muita criatividade, uma actividade muito interessante de adaptação de actividades ou materiais tradicionais a novas utilidades (...)”(E3). Por outro lado, verifica-se uma “dinâmica que se cria em torno das acções. São pessoas que vêm de montes isolados e pequenas povoações para a Vila, pagando transportes, almoçando, tomando café, comprando produtos aos comerciantes locais. Paralelamente, há um conjunto muito grande de técnicos superiores, especialmente de áreas mais urbanas, como Lisboa, que escolhem Mértola para viver, porque já ouviram falar do Projecto Integrado de Mértola, visitaram o concelho e gostaram do que viram e sentiram, trazendo consigo não só outros hábitos, “(...) mas engrossando os consumos (...)”(E6).

- **Participação.** “(...) a actividade formativa promovida pela ADPM contribui fortemente para o exercício activo da cidadania e é uma das responsáveis pela mudança de comportamentos a este nível. Os participantes de uma acção adquirem competências técnicas e cívicas que os tornam mais confiantes e “conhecedores”, o que lhes permite participar mais, ter e exprimir opiniões, conhecer os seus direitos e deveres e isto reflecte-se em toda a comunidade (...)”(E8).

Tabela 5.8. Análise Comparativa, Relativamente aos Impactos, no Concelho de Mértola, das Actividades Desenvolvidas pela ADPM, enquanto Entidade Formadora e seu Contributo para as Questões Orientadoras

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Efeitos observados	Questões Orientadoras
Avaliação do trabalho enquanto entidade formadora	Impacto Socioeconómico	Formandos	Empregabilidade	<p>Criação de emprego (por conta de outrem ou auto-emprego), gerado através da participação nas actividades.</p> <p>“(…) Os conhecimentos adquiridos ao longo do curso serviram-me para realizar as tarefas que desempenho hoje. Foi através do curso que consegui este emprego (…)”(E6)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma resposta face ao desemprego existente neste território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.
			Progressão escolar	<p>Qualificação escolar gerada pela frequência das acções, mas também “vontade individual” de continuar a investir neste domínio.</p> <p>“(…) Muitas das acções desenvolvidas têm como objectivo a qualificação escolar, tanto mais que este concelho apresenta um nível de qualificar escolar muito baixo, entre adultos (…)”(E10)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a qualificação escolar dos seus intervenientes; A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.
			Capacitação profissional	<p>“(…) Para o que estou a fazer agora foi essencial a minha formação. Foi a matéria mãe (…)” (E3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma resposta face ao desemprego existente neste território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.
			Poder de compra	<p>“(…) Com a bolsa, os seus rendimentos aumentam, o que se reflecte positivamente no seu poder de compra, permitindo-lhe uma melhoria da qualidade de vida (…)”(E8)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Efeitos observados	Questões Orientadoras
Avaliação do trabalho enquanto entidade formadora	Impacto Socioeconómico	Formando	Desenvolvimento Pessoal	“(…) É uma oportunidade para aprendermos a lidar uns com os outros (…) neste concelho, a formação assume também um carácter social e pessoal (…) Durante a formação não aprendemos só as temáticas dos cursos (…) Aprendemos e ouvimos falar de outras coisas (…) tenho aprendido muitas coisas sobre o mundo e a vida aqui (…)”(E5)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa das ADL tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.
			Valorização Social	“(…)Valorização pessoal (…) As pessoas descobrem-se nestes cursos (…) A formação abre novos horizontes (…) muitas pessoas até descobrem vocações e vontades (…)”(E4)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa das ADL tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes; A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.
		Comunidade	Económicos	“(…) através da participação activa nas acções e actividades, verificamos uma melhoria de vida não só nos seus intervenientes directos como também na comunidade. A bolsa e o aumento de rendimentos eleva o consumo, mas a própria formação cívica e cidadã que se encontra implícita, conduz as pessoas a formas de vida mais adequadas aos dias de hoje (…)”(E1)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma reposta face ao desemprego existente neste território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Efeitos observados	Questões Orientadoras
Avaliação do trabalho enquanto entidade formadora	Impacto Socioeconómico	Comunidade	Participação	“(…) pelo trabalho em que tenho participado consigo perceber que outro dos reflexos da actividade formativa da ADPM prende-se com a forma como é exercida a participação cidadã. Há uma alteração, que nalguns casos é profunda, a nível individual e que se reflecte de forma sentida e perceptível, na comunidade. Mértola, por vezes, sente-se “fervilhar”. Sente-se que há opiniões, ideias, comentários sustentados e isso é muito positivo. E penso que tudo isso, embora não se deva apenas à actividade formativa, muito lhe deve (...)” (E7)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa das ADL tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.

5.3.Comparação da actividade formativa desenvolvida pela ADPM e outros operadores

Efectuando uma análise comparativa entre a ADPM e outras entidades formadoras, podemos constatar, desde logo, que a “(…) ADPM tem objectivos diferentes das outras entidades (...)”(E5), procurando não somente a qualificação técnica, mas também “(…) a formação integral das pessoas (...)”(E2), o que justifica a forte componente cívica e cidadã que integra todas as acções.

“(…) A oferta é concebida com objectivos muito bem equacionados, sendo elaborada em função das necessidades do território e das pessoas, ponderando os recursos (...)”(E2) e procurando envolver todos os participantes directos e entidades empregadoras, numa tentativa de concertação com as propostas estratégicas de desenvolvimento do contexto geográfico.

Esta forma de conceber a actividade formativa torna cada acção única e singular, não existindo “(…) acções padrão, que tanto se poderiam realizar (...)”(E6) em Mértola “(…) como noutra local qualquer (...)”(E6), não se realizando uma acção “(…) só porque se candidata a um financiamento (...)”(E5), mas porque se “(…) considera necessária (...)”(E5) para o processo de desenvolvimento.

O facto de ser uma ADL, com objectivos muito concretos ao nível do contributo para o desenvolvimento do concelho de Mértola, é talvez a maior justificação para as diferenças de que falam os entrevistados, sendo a actividade formativa encarada “(...) como mais um dos instrumentos necessários para o desenvolvimento local (...)”(E8).

Esta forma de estar traduz-se também na existência de características muito próprias na fase da implementação das acções, onde o indivíduo é encarado tendo em consideração as suas vivências, sendo os participantes abordados “(...) como seres humanos iguais e adultos e (...)”(E7), predominando a utilização de metodologias andragógicas.

De entre as características da oferta formativa da ADPM, poderemos destacar:

- **Formação e qualificação da equipa técnico-pedagógica.** Na última década, a ADPM tem vindo a considerar a formação dos seus mediadores/coordenadores, animadores, formadores e orientadores um elemento fundamental, não só pelo papel e funções que estes profissionais assumem num processo formativo, mas também porque é limitada a oferta local (inicial de continua) de capacitação nesta área, promovendo diversas acções de Formação Pedagógica Inicial de Formadores e Formação Contínua de Formadores. A promoção destas acções, que posteriormente, e em número considerável¹²⁴, conduzem ao recrutamento de novos elementos “(...) garante à partida um conhecimento prévio dos novos elementos, que são formados dentro de uma filosofia, um espírito de ver e sentir a formação que não é muito normal (...)”(E7), ou seja, a forma de estar e de pensar a formação e a capacitação são elementos chave e transmitidos para e pelos formadores.

- **Envolvimento com a entidade.** Uma das características da oferta formativa da ADPM é o esforço efectuado com o objectivo de envolver os participantes com a entidade, o que se traduz não só no cuidado que existe em “(...) dar exemplos da matéria que foquem a ADPM (...)”(E3), como também num esforço de trabalho “(...) em conjunto e articulação(...)”(E7) entre todas as áreas de trabalho da organização. Esta característica que a diferencia de outras entidades justifica-se pela sua missão e objectivos, que têm como fim último o “(...) desenvolvimento dos locais (...)”(E8)

¹²⁴ Durante o período 2004/2006, a ADPM promoveu 8 acções de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, tendo certificado 82 participantes. Dos mesmos, 16 desempenham actualmente funções na entidade (dados cedidos pela entidade).

onde trabalha, mas também pelo facto da actividade formativa ser encarada “(...) como um meio para qualquer coisa, reflectindo e sendo reflexo do trabalho das outras áreas (...)”(E8).

- **Relação pedagógica.** Também a relação pedagógica estabelecida entre os diferentes elementos que intervêm nas actividades de carácter formativo apresenta algumas características singulares, verificando-se “(...) uma atitude pedagógica e formativa com as pessoas, no sentido de a apoiar(...)”(E2), havendo uma preocupação relativamente à formação da “(...) pessoa como um todo (...)”(E2). Verifica-se ainda “(...) uma aproximação notória entre os formadores e os formandos (...)”(E4) e um cuidado muito grande em (...) transportar para a sala as (...) experiências, objectivos e valores (...)”(E4) dos adultos.

-**Recursos físicos.** Ao nível das estruturas físicas e recursos pedagógicos, a ADPM apresenta meios de elevada qualidade e diversidade, que se traduzem não apenas na existência de um edifício-sede, em Mértola, mas também em espaços de formação e qualificação alternativos, como o Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental do Monte do Vento e o Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra (já mencionados anteriormente), possuindo “(...) salas de apoio para reuniões, serviço de reprografia (...)”(E7) e salas de formação, devidamente equipadas com meios audiovisuais avançados, nomeadamente o “(...)videoprojector e o computador, a televisão (...)”(E8), sustentando a sua actividade formativa “(...) numa plataforma de aprendizagem *moodle*, o que permite encarar os recursos didácticos de uma forma totalmente inovadora (...)”(E8).

-**Acompanhamento “on-going”,** que passa por uma preocupação constante relativamente a todos os intervenientes no processo, “(...) personalizado, caso a caso (...)”(E6), verificando-se “(...) uma preocupação pela pessoa que ultrapassa o papel que cada um desempenha (...)”(E8).

- **Acompanhamento pós-formação.** Feito essencialmente através da disponibilização de um conjunto de meios e infra-estruturas, o acompanhamento após a conclusão das actividades formativas procura satisfazer um conjunto de “(...) necessidades (...)”(E8), inerentes ao fim de um período de qualificação/capacitação, traduzindo-se num apoio

directo e contínuo à procura activa de emprego (apoio e divulgação de apoios à inserção profissional, apoio logístico na elaboração de propostas de candidaturas) e à capacitação contínua (realização de diagnósticos de necessidades formativas que irão sustentar a elaboração de novas propostas).

- Impacto na comunidade. A actividade formativa da ADPM acaba por gerar efeitos junto da comunidade local, “(...) bastante distintos dos provocados por outras entidades (...)”(E2), o que se pode atribuir a alguns factores, nomeadamente: o facto de a ADPM ter “(...) uma actividade continuada neste território (...)”(E8), a sua missão ser sobretudo “(...) o desenvolvimento da comunidade (...)”(E8), sendo “(...) a actividade formativa mais um elemento do processo de desenvolvimento local que observamos em Mértola e do qual a ADPM é participante activo (...)”(E7).

Tabela 5.9. Análise Comparativa Relativa às Actividades de Carácter Formativo Desenvolvidas pela ADPM e as Actividades Formativas Desenvolvidas por Outros Operadores e seu Contributo para as Questões Orientadoras

Dimensão de análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Efeitos Observados	Questões Orientadoras
Comparação entre a Actividade Formativa Desenvolvida pela ADPM e os outros Operadores	Fases do Ciclo Formativo	Concepção das Actividades	Objectivos	“(...) O trabalho é feito das pessoas para as pessoas e tem-se em consideração que se trabalha com pessoas. Penso que as acções diferem de outras logo pelos seus objectivos, uma vez que não se procura apenas a aquisição de competências técnicas, mas também a capacitação do indivíduo para uma vivência saudável em cidadania (...)”(E3)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função complementar a oferta formativa/educativa oferecida pelas escolas e IEFP.

Dimensão de análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Efeitos Observados	Questões Orientadoras
Comparação entre a Actividade Formativa Desenvolvida pela ADPM e os outros Operadores	Fases do Ciclo Formativo	Implementação das Actividades	Acompanhamento on-going	“(…) todo o ciclo formativo reflecte o facto de sermos uma Associação de Desenvolvimento Local, e isso tem implicações diversas (…) ao nível do acompanhamento durante a acção, somos muito cuidadosos com todos os intervenientes, existindo uma preocupação pela pessoa que ultrapassa o papel que cada um desempenha (…)”(E8)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função complementar a oferta formativa/educativa oferecida pelas escolas e IEFP.
			Acompanhamento	“(…) quando as acções terminam há uma continuidade no trabalho iniciado, não só da parte da entidade como também da parte da equipa técnica. No caso dos cursos para desempregados, há uma tentativa de encontrar alternativas, nomeadamente apoio à elaboração de processos de estágios ou outros que apoiam a integração profissional (…)”(E4)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função complementar a oferta formativa/educativa oferecida pelas escolas e IEFP.
		Pós-Formação	Impacto na Comunidade	“(…) Naturalmente que tudo o que temos estado a falar são impactos na comunidade (sociais, económicos, etc.) e se tivermos em consideração que a ADPM tem uma actividade continuada neste território, se tivermos em atenção que o grande objectivo é o desenvolvimento da comunidade, e se considerarmos que a actividade formativa é apenas um instrumento dentro de tantos outros, verificamos que os impactos locais, individuais e colectivos, são bastante diferentes dos provocados por outras entidades formadoras que operam nesta área territorial (…)”(E8)	<ul style="list-style-type: none"> - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território; - A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função complementar a oferta formativa/educativa oferecida pelas escolas e IEFP.

5.4. Contributos da actividade formativa desenvolvida pelas ADL

Ao longo dos últimos anos, as ADL têm sido “(…) um campo laboratorial por excelência (…)”(E7), o que é devidamente ilustrado pela implementação pioneira dos

Centros de RVCC (Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), que, antes de serem atribuídos às escolas, funcionaram a título piloto em diversas Associações de Desenvolvimento Local, tendo a formação profissional e posteriormente a qualificação escolar ministrada por estas entidades apoiado fortemente as ofertas públicas, “(...) oferecendo possibilidades quando ninguém mais as oferecia (...)”(E8). Mas sobretudo, as ADL têm vindo a efectuar um trabalho social ao desenvolverem estas actividades, “(...) em prol da cidadania, da vida colectiva, da participação (...)”(E8), contribuindo fortemente para o desenvolvimento das comunidades locais.

5.4.1. Desenvolvimento teórico do conceito

Relativamente ao desenvolvimento teórico do conceito, “(...) o movimento associativo encontra-se em Portugal e internacionalmente, associado à EA (...)”(E8), não apenas através da “(...) experiência prática que possuem neste domínio (...)”(E6), mas também pelo trabalho de carácter científico que algumas têm vindo a desenvolver. Em “(...) Portugal, na última década (...) não só através da Iniciativa Novas Oportunidades, mas já antes disso, com diversas iniciativas denominadas “piloto” (...)”(E8), as ADL participam activamente na evolução conceptual, chegando mesmo a apresentar um forte “(...) apoio às escolas (...)”(E3). O reconhecimento deste aspecto do trabalho das ADL’s é efectuado a nível europeu e internacional. Relativamente à dimensão europeia, esta observa-se através das indicações do Programa APL¹²⁵, mas também através de diversas resoluções¹²⁶ e comunicados, nas quais o papel e funções das ADL são equiparados ao de outros operadores públicos, nomeadamente escolas e universidades. No que diz respeito ao aspecto internacional¹²⁷, para além da relevância dada através das CONFINTEAS, há que destacar também o relevo que é efectuado em diversos documentos escritos.

Relativamente à Iniciativa Novas Oportunidades e às introduções conceptuais que a mesma acarretou, muito antes de o Programa ser alargado às escolas (particularmente ao nível do “reconhecimento dos adquiridos”), já as ADL praticavam esta metodologia sustentada nas competências e não nos conhecimentos. A título de exemplo, podemos referir que, embora actualmente o reconhecimento de competências seja efectuado nos

¹²⁵ Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida.

¹²⁶ Relativamente a esta temática, consultar, por favor, o Capítulo 3 deste trabalho.

¹²⁷ Relativamente a esta temática, consultar, por favor, o Capítulo 3 deste trabalho.

Centros Novas Oportunidades, há alguns anos atrás, o RVC¹²⁸ era um dos módulos dos cursos EFA de Ensino Básico, desenvolvido pelas equipas pedagógicas dos mesmos, sendo na altura estas acções implementadas essencialmente pelas entidades formadoras acreditadas pelo IQF e posteriormente pela DGERT, na sua maior parte, ADL`s.

Nessas acções, as equipas pedagógicas eram responsáveis pela concepção, “(...) programação dos conteúdos (...)”(E1) e sua adaptação. A ADPM não foi alheia a este processo, tendo inclusive criado alguns planos que actualmente “(...) fazem parte dos planos nacionais (...)”(E1).

5.4.2. Contribuição para a criação de comunidades aprendentes – Impactos directos

- **Aumento da escolaridade.** Se entendermos *escolaridade* como progressão no ensino formal ou aquisição de uma *certificação escolar*, poderemos afirmar que desde cedo as ADL`s desenvolveram actividades neste sentido, nomeadamente através da promoção de acções de formação com este carácter, de entre as quais destacamos os “cursos de alfabetização de adultos”, desenvolvidos em parceria com a direcção regional de educação, ou os “cursos de aprendizagem”, embora estes últimos destinados a jovens. Contudo, “(...) particularmente no momento presente e após a introdução do Programa Novas Oportunidades (...)”(E2), “(...) o aumento da escolaridade tem vindo a ser um dos produtos da actividade formativa (...)”(E1), nomeadamente através dos Centros Novas Oportunidades e dos Cursos EFA.

- **Capacitação profissional.** Tradicionalmente, a actividade das ADL “(...) sempre esteve associada à formação profissional (...)”(E1) e à capacitação dos recursos humanos, “(...) o que se encontra relacionada com a sua própria missão (...)”(E8), ou seja, com o desenvolvimento dos territórios onde operam. Neste domínio, são uma referência as acções de carácter formal, desenvolvidas particularmente após 1986, com vista à reconversão de uma mão-de-obra pouco qualificada e especializada (acções de formação/qualificação inicial), ou tendo como objectivos o reforço de competências (acções de formação contínua). Também ao nível da capacitação profissional as alterações legislativas verificadas em especial a partir do ano 2000, nomeadamente a

¹²⁸ RVC – Reconhecimento, validação e Certificação de Competências.

entrada em vigor do Processo de Bolonha, a criação do Quadro Europeu de Qualificações (a nível europeu), a criação do Catálogo Nacional de Qualificações e a Iniciativa Novas Oportunidades (a nível nacional), trouxeram implicações profundas na certificação profissional, conferindo às acções desenvolvidas pelas ADL's uma credibilidade acrescida, ao implicarem o seu reconhecimento a nível nacional e europeu.

5.4.3. Contribuição para a criação de comunidades aprendentes – Impactos indirectos

- **Valorização Pessoal e Social.** Desde cedo, e inerente à sua vocação e missão, verificamos que uma das consequências indirectas da actividade formativa das ADL é a valorização pessoal e social das comunidades locais, impacto que se justifica pelo trabalho contínuo de “(...) crescimento das pessoas (...)”(E3), para o que contribuem as aprendizagens profissionais mas também sociais e relacionais. Efectivamente, todo o processo de aprendizagem (formal, não formal ou informal), reforça o conhecimento e a forma como o adulto se vê a si enquanto indivíduo ou membro de um colectivo, o que se reflecte na forma como participa nas decisões (as suas e as da sua comunidade), aspecto fulcral dos processos de desenvolvimento local.

- **Inserção Profissional.** A inserção profissional e a criação de emprego, nas ADL's, poderão ser analisadas em duas perspectivas. Por um lado, a criação de “(...) postos de trabalho internamente, enquanto entidades empregadoras(...)”(E7), representando o Terceiro Sector, actualmente, como um forte empregador.

Por outro lado, os postos de trabalho criados fruto da participação da comunidade nas suas actividades.

Sendo o desenvolvimento local o principal objectivo das ADL's, a criação de emprego apresenta-se, necessariamente, como, simultaneamente, objectivo e instrumento, pelo que é clara uma aposta nesse sentido, tal como afirma o Elemento 3 (E3): “(...) a criação de emprego é um dos objectivos da actividade formativa das ADL, o que está associado aos seus fins (...)”(E3). Esta é aliás, uma das justificações para a promoção de acções de formação profissional inicial e contínua. Contudo, este é também e talvez, o objectivo “(...) menos conseguido porque também é o mais complexo (...)”(E1), uma vez que se encontra dependente de um conjunto de variáveis também elas muito

complexas. Contudo, se analisarmos o trabalho das ADL's, podemos encontrar com alguma frequência, exemplos de auto-emprego e de emprego por conta de outrem, derivados da frequência das acções.

- **Melhoria da Qualidade de Vida.** O desenvolvimento local apresenta, conceptualmente, uma forte relação com a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, sendo por isso, também, um dos objectivos das actividades promovidas pelas ADL's, pelo que "(...) a melhoria da qualidade de vida é uma das consequências da oferta formativa (...)"(E3), nomeadamente se tivermos em consideração os impactos económicos e sociais já anteriormente abordados e que são um reflexo da implementação destas acções.

- **Desenvolvimento Local.** Sendo a promoção do desenvolvimento local a missão das ADL's, a sua oferta formativa apresenta-se como um dos seus instrumentos, com vista a alcançar esse objectivo, referindo o Elemento 8 (E8): "(...) se entendermos DL como promoção da qualidade de vida, facilmente entendemos que a oferta formativa tem esse objectivo, sendo causa e consequência (...)"(E6), uma vez que "(...) capacitam e qualificam, promovem a inserção e valorização pessoal, social e profissional, promovem o emprego técnico, a progressão na carreira, (...) oferecem e criam condições para a existência de novas oportunidades (...)"(E8), ou seja, os impactos da implementação destas acções, a nível individual e colectivo são factores que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, e portanto, para a promoção do desenvolvimento local.

Tabela 5.10. Análise Comparativa entre o Contributo das Actividades de Carácter Formativo Desenvolvidas pela ADPM para a Construção de Comunidades Aprendes e seu Contributo Indirecto para as Questões Orientadoras

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Efeitos observados	Questões Orientadoras
Contributos das Actividades de EFA desenvolvidas pelas ADL	Contributos das ADL para a EFA	Desenvolvimento Teórico do Conceito/Inovação nas Políticas de Educação e Formação de Adultos		“(…) foram e são um campo laboratorial por excelência (…) a experimentação dos modelos de EFA que possuímos hoje, vem das ADL (…)”(E7)	<p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação conceptual do conceito de educação e formação de adultos;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação nas políticas de educação e formação de adultos;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Efeitos observados	Questões Orientadoras
Contributos das Actividades de EFA desenvolvidas pelas ADL	Contributos para a criação de comunidades aprendentes	Directos	Escolaridade	<p>“(…) embora o sistema de aprendizagem já existisse há bastante tempo, a realidade é que o mesmo é dirigido a um grupo bastante restrito (os jovens), pelo que os cursos EFA vieram possibilitar, a pelo menos duas gerações, a possibilidade de conclusão da escolaridade obrigatória e elevar as suas habilitações, com todas as consequências sociais (individuais e colectivas) que isso acarreta (...)”(E8)</p>	<p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função oferecer uma resposta, face às baixas qualificações escolares da população local;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.</p>
			Capacitação profissional	<p>“(…) eu acho que as ADL são as principais responsáveis pelas qualificações profissionais que actualmente temos (...)”(E4)</p>	<p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma resposta face ao desemprego existente neste território;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.</p>
		Indirectos	Valorização pessoal e social	<p>“(…) Penso que se uma ADL for isso mesmo, ou seja, se o seu objectivo for o desenvolvimento do território onde trabalha, então as suas actividades, sejam elas formativas ou não, terão como consequência a valorização da pessoa e do colectivo (...)”(E1)</p>	<p>- A oferta formativa/educativa das ADL tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território;</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Efeitos observados	Questões Orientadoras
Contributos das Actividades de EFA desenvolvidas pelas ADL	Contributos para a criação de comunidades aprendentes	Indirectos	Inserção profissional	“(…) as ADL não só criam condições para o aumento de postos de trabalho internamente, enquanto entidades empregadoras, como também capacitam e incentivam as comunidades na procura e criação do seu posto de trabalho (…)”(E7)	<p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma reposta face ao desemprego existente neste território;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.</p>
			Melhoria da Qualidade de Vida	“(…) as pessoas aprendem, reforçam o seu rendimento financeiro, consomem mais e vivem melhor (…)”(E5)	<p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.</p>
			Desenvolvimento Local	“Naturalmente que as actividades formativas promovidas pelas ADL contribuem fortemente para o DL: capacitam e qualificam, promovem a inserção e valorização pessoal, social e profissional, promovem o emprego técnico, a progressão na carreira, enfim……oferecem e criam condições para a existência de novas oportunidades, de melhoria da qualidade de vida (…)”(E8)	<p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma reposta face ao desemprego existente neste território;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função oferecer uma resposta, face às baixas qualificações escolares da população local;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes;</p> <p>- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.</p>

Conclusão

Surgida logo após o 25 de Abril, um período bastante fértil do movimento associativo, a ADPM é uma das Associações de Desenvolvimento Local mais antigas do país, tendo acompanhado toda a evolução política, económica e social do mesmo, demonstrando

uma extraordinária capacidade de adaptação à realidade e à mudança. A sua credibilidade é reconhecida pela comunidade local, pelo público em geral e a nível institucional.

A actividade formativa surgiu precisamente como resposta aos novos contextos sociais e económicos, e é concebida procurando responder às necessidades da população, das quais se destacam a baixa qualificação escolar, a fraca/desajustada capacitação profissional, as dificuldades de inserção profissional, os sentimentos relacionados com uma desvalorização pessoal e social e a necessidade de melhoria das condições de vida.

As temáticas com vista à qualificação profissional são escolhidas e seleccionadas tendo em consideração uma visão estratégica do território, sendo de destacar no período em análise, um intenso trabalho na área do turismo e da agricultura e florestas, motivado por um conjunto de investimentos regionais que a concretizarem-se, poderiam oferecer fortes possibilidades de emprego: Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, Aeroporto de Beja e Entrepasto Comercial de Sines.

Esta “*visão estratégica*” conduziu a propostas na área da Gestão Cinegética, da Agricultura Biológica, da Gestão Ambiental e de Recursos Florestais e até mesmo, na área do Turismo Ambiental e Rural.

Paralelamente, verificou-se uma aposta contínua na recuperação e valorização de saberes tradicionais, o que se traduziu em acções direccionadas para a aquisição de competências em áreas que, pela sua importância cultural, poderiam representar nichos de empregabilidade, nomeadamente a tecelagem tradicional, a cardação manual e a forja.

As temáticas do empreendedorismo, da valorização pessoal e social, são transversais a todas as actividades, sendo desenvolvidas de forma contínua e continuada.

Efectuando uma análise comparativa entre as actividades de educação e formação de adultos promovidas pela ADPM e as actividades de educação e formação de adultos promovidas por outros operadores, podemos constatar que a singularidade da ADPM

reside, fundamentalmente, em dois aspectos, que condicionam fortemente a sua intervenção:

- É uma associação de desenvolvimento local, tendo por isso subjacente uma missão¹²⁹ e um conjunto de valores associados que se prendem com a promoção do desenvolvimento local;
- É uma entidade com diversas áreas de intervenção (educação/formação, ambiente e biodiversidade, intervenção social, criação de emprego, animação social e comunitária, cooperação transnacional, ...) o que lhe possibilita uma actuação transversal junto da comunidade, tendo uma estratégia de intervenção integrada e integradora, o que lhe permite não só dar resposta a necessidades detectadas, como também antecipar necessidades.

As actividades de carácter formativo promovidas pela ADPM apresentam impactos individuais e colectivos na qualificação escolar, capacitação escolar, empregabilidade, progressão na carreira, poder de compra, valorização social e pessoal e participação comunitária, contribuindo ainda para o desenvolvimento teórico do conceito e influenciando as políticas nacionais de educação e formação de adultos.

Pelo exposto anteriormente, podemos afirmar que a pergunta de partida que considerámos neste trabalho (*“Que funções tem a oferta formativa de uma Associação de Desenvolvimento Local junto da comunidade a que se destina?”*) poderá obter resposta através da validação das questões orientadoras, uma vez que as mesmas apresentam-se como verdadeiras.

¹²⁹ “Criar e implementar processos de desenvolvimento territorial sustentável e justo, em zonas rurais, no contexto nacional e internacional, através de metodologias participativas e multidisciplinares” (Estratégia de Intervenção da ADPM – 2011).

CONCLUSÃO GERAL

Perante um contexto em que as actividades de Educação e Formação de Adultos assumem uma importância progressivamente relevante, não só no contexto nacional, como também no contexto europeu e internacional, importou, no âmbito deste estudo, perceber que funções têm as ADL's nesta matéria.

Para tal esclarecimento, reportámos este trabalho ao período temporal decorrido entre os anos 2000 e 2006 (período de vigência do QCA III), e a uma unidade de análise mais pequena, nomeadamente a análise da oferta formativa desenvolvida no concelho de Mértola pela ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, única ADL no concelho a efectuar esta tipologia de acções.

Paralelamente, e após a recolha e análise documental (qualitativa e quantitativa), verificámos que em Mértola, apesar da existência de um conjunto de actividades também elas consideradas como EFA, nomeadamente intervenções de animação comunitária, a opção de intervenção neste domínio (que não nos parece ter sido consciente mas, antes pelo contrário, induzida pelo próprio contexto político, económico e social), encaminhou-se fortemente para aquilo que denominámos por “oferta formativa”, ou “actividades de carácter formativo”, isto é, actividades de formação e qualificação escolar e profissional, que conferiam uma certificação, tendo sido sobre essas que recaiu a nossa atenção.

A escolha da ADPM para objecto de estudo prendeu-se com as próprias características da entidade, a saber: é uma ADL, é também a única associação acreditada na qualidade de entidade formadora (no concelho de Mértola), é a maior associação do concelho e é uma das associações mais antigas do concelho (fez, em 2010, trinta anos).

Definido o contexto e objecto de trabalho, foi realizado o presente estudo, de acompanhamento e avaliação que procurou responder à questão de partida: *quais as funções desempenhadas pelas actividades de educação e formação de adultos promovidas pelas associações de desenvolvimento local?*

Para tal, foi efectuada uma opção metodológica orientada para uma abordagem que, por um lado, recolhesse dados confiáveis sobre os impactos da actividade formativa e, por

outro, permitisse a avaliação dos seus impactos, indicando as funções que a mesma desempenhava, o que conduziu ao desenvolvimento da avaliação segundo dois eixos interdependentes e complementares:

- Um eixo de avaliação sistémica, orientado para a produção, tratamento e análise de indicadores do funcionamento da actividade formativa promovida pela ADPM, no quadro das políticas nacionais e europeias de educação e formação de adultos, dos objectivos genéricos das ADL's e da própria ADPM enquanto Associação de Desenvolvimento Local, da sua procura real e do seu impacto sobre os percursos sociais e profissionais dos adultos que a ela recorrem;
- Eixo de caracterização, relativamente às funções que a actividade formativa da ADPM desempenha, face à análise e reflexão da avaliação efectuada.

Relativamente ao Eixo I, o mesmo contemplou quatro dimensões de análise, que procuraram, de forma articulada, oferecer-nos a informação necessária para procedermos a uma avaliação das actividades formativas desenvolvidas pela ADPM durante o período em análise:

D1: Trabalho desenvolvido enquanto ADL

II.1: Caracterização do trabalho desenvolvido

II.2: Avaliação do trabalho desenvolvido

D2: Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora

I2.1: Concepção das actividades

I2.2: Implementação das Actividades

I2.3: Avaliação das actividades

I2.4: Impacto económico e social

D3: Comparação da actividade formativa desenvolvida pela ADPM e outros operadores

I3.1: Fases do ciclo formativo

D4: Contributos das actividades formativas promovidas pelas ADL

I4.1: Para a educação e formação de adultos

I4.2: Para a criação de comunidades aprendentes

No Eixo II, procurou-se identificar as funções da actividade formativa da ADPM, sustentando-se esta análise nos resultados obtidos através do Eixo I.

De forma a complementar a nossa análise, construíram-se *questões orientadoras*, que procurámos verificar:

- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma resposta face ao desemprego existente neste território;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função oferecer uma resposta, face às baixas qualificações escolares da população local;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes;
- A oferta formativa/educativa das ADL tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função complementar a oferta formativa/educativa oferecida pelas escolas e IEFP;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação conceptual do conceito de educação e formação de adultos;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação nas políticas de educação e formação de adultos;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.

Efectuado o modelo conceptual, o presente estudo desenvolveu-se em duas fases distintas, mas complementares:

- Uma primeira, de natureza mais exploratória e qualitativa, que consistiu, fundamentalmente, na análise documental (qualitativa e quantitativa), revisão bibliográfica, e entrevistas exploratórias semi-directivas.

Este procedimento permitiu identificar, seleccionar e sistematizar a informação existente sobre a temática em estudo referente ao período em análise, quer do ponto de vista qualitativo, quer quantitativo (tendo em conta os dados estatísticos das actividades de EFA então realizadas pela ADPM) e teve como objectivos: a) avaliar a pertinência

do estudo; b) conhecer mais a fundo o objecto de estudo e aferir melhor as actividades de formação que a ADPM desenvolve e que poderá vir a desenvolver; c) desenvolver um trabalho exploratório com perguntas abertas, de forma a tomar as respostas obtidas como base para a construção de um sistema de opções de resposta mais pertinente quando da aplicação da entrevista definitiva, e planificar as fases seguintes.

Esta fase foi essencial para definir o quadro conceptual de partida e reorientá-lo no sentido pretendido.

- Uma segunda fase, de natureza também qualitativa, mas com objectivos distintos, de carácter extensivo, que foi suportada pelo trabalho desenvolvido na primeira, cujos dados recolhidos proporcionaram elementos fundamentais para a condução do estudo, para a construção e selecção da amostra e para a elaboração de um Guião de entrevista aplicado à mesma.

Uma vez que a população a população escolhida referia-se ao universo dos intervenientes nas actividades formativas desenvolvidas pela ADPM, no período em análise, houve necessidade de seleccionar uma amostra:

- 4 Adultos que frequentaram, na ADPM, entre 2000 e 2006, uma actividade formativa, e que se encontravam desempregados no momento em que frequentaram a formação;
- 2 Adultos que frequentaram, na ADPM, entre 2000 e 2006, uma actividade formativa, e que se encontravam empregados no momento em que frequentaram a formação;
- 2 Formadores que desenvolveram prestação de serviços, na actividade formativa da ADPM, entre 2000 e 2006.
- 1 Entidade parceira que colaborou na actividade formativa da ADPM, durante o mesmo período.

Pela análise dos dados recolhidos, constatámos com a objectividade do estudo científico, o que, empiricamente, a realidade territorial já nos indicava:

Tabela 6.1. Identificação das Funções Desempenhadas pelas Actividades Formativas desenvolvidas pela ADPM, face às Características da Entidade e Observações dos Entrevistados

Características da ADPM identificadas neste estudo	Conclusões face aos efeitos observados	Funções das actividades formativas promovidas pela ADPM
<ul style="list-style-type: none"> - A sustentabilidade e a sua antiguidade prendem-se sobretudo com a sua capacidade de adaptação à realidade e às mudanças sociais e económicas; - A ADPM valoriza, nas suas intervenções, os recursos endógenos; - Estas actividades são encaradas como um instrumento com vista à promoção do desenvolvimento local, apresentando um elevado volume de formação¹³⁰; - A actividade formativa da ADPM surge como uma resposta às necessidades da população, que são de três níveis – qualificação escolar, profissional e integração e valorização social; - Apresenta uma equipa técnica numerosa e multidisciplinar, o que sustenta a diversidade da sua intervenção; - Trata-se de uma entidade bastante diversificada (ao nível das temáticas e públicos), intervindo transversalmente na comunidade; - A inovação é uma das suas características, não só ao nível das metodologias de intervenção, como também no que concerne às parcerias (que privilegia), na diversidade e na missão; - A sua intervenção enquanto ADL apresenta reflexos bastante positivos na criação directa de postos de trabalho (enquanto entidade empregadora), e indirectos (enquanto promotora de projectos e iniciativas que promovem e estimulam a criação de postos de trabalho por parte da comunidade). 	<ul style="list-style-type: none"> - A ADPM é uma associação de desenvolvimento local reconhecida pela comunidade local e pelos seus parceiros, desenvolvendo um trabalho que ambos os grupos consideram relevante ao nível do progresso económico e social do concelho, contribuindo os seus projectos e iniciativas fortemente para o desenvolvimento local; - A oferta formativa promovida pela ADPM apresenta impactos positivos na comunidade, especialmente ao nível das dinâmicas económicas criadas, do reforço da participação cidadã e do desenvolvimento de novas iniciativas; - Paralelamente, verificam-se também impactos positivos na valorização pessoal e social dos destinatários das suas intervenções, a que se alia um reforço da capacidade de participar activamente enquanto cidadãos; - A sua intervenção contribui activamente para promover o concelho no exterior, não só divulgando-o mas também sendo ela própria promotora de um conjunto de iniciativas que atraem gentes do exterior; - A qualificação escolar e a capacitação profissional são reflexos directos da frequência destas acções. 	<p>A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.</p>

¹³⁰ N° de formandos x n° de horas de formação.

Características da ADPM identificadas neste estudo	Conclusões face aos efeitos observados	Funções das actividades formativas promovidas pela ADPM
<ul style="list-style-type: none"> - As actividades formativas são sustentadas não só num real conhecimento do território como também em diagnósticos e estudos (elaborados internamente ou por outras entidades), apostando fortemente em temáticas que, do ponto de vista da empregabilidade, se apresentam como oportunidades estratégicas; - O recrutamento dos participantes é efectuado de forma meticulosa, com recurso a entrevistas e análise documental, sendo privilegiados, no caso das equipas pedagógicas, os recursos locais, como estímulo à empregabilidade; - Durante a frequência da actividade formativa é efectuado um acompanhamento com vista à inserção profissional dos formandos. 	<ul style="list-style-type: none"> - As actividades de carácter formativo promovidas pela ADPM, ao promoverem a progressão escolar e profissional, contribuem fortemente para a diminuição do desemprego, não só através da criação directa de emprego, como também através da inserção profissional. - Paralelamente, geram uma empregabilidade sazonal, ao mobilizar um elevado número de recursos humanos, nomeadamente formadores, técnicos de orientação e mediadores. - O facto de os formandos usufruírem de uma Bolsa de Formação aumenta os seus rendimentos e os da sua família, o que se reflecte no poder de compra e no consumo, gerando junto do comércio local um aumento da criação indirecta de postos de trabalho. 	<p>A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma reposta face ao desemprego existente neste território.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - A ADPM tem vindo a promover actividades de carácter formativo que conferem certificação escolar; - Durante a implementação das acções, é efectuado um acompanhamento “motivacional” aos participantes, procurando incentivá-los para uma postura aprendente. 	<ul style="list-style-type: none"> - A participação em actividades de carácter formativo que confirmam uma certificação escolar permite elevar as qualificações dos seus participantes. - Um dos impactos da frequência das actividades de carácter formativo, é o aumento do “interesse e vontade” dos participantes em dar continuidade à sua aprendizagem, registando-se um número considerável de adultos que posteriormente “voltam a estudar”, participam noutras acções e “ingressam até mesmo, no ensino superior”. 	<p>A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função oferecer uma resposta, face às baixas qualificações escolares da população local.</p>

Características da ADPM identificadas neste estudo	Conclusões face aos efeitos observados	Funções das actividades formativas promovidas pela ADPM
<p>- A possibilidade de usufruir de uma “bolsa de formação” é uma das maiores motivações para a frequência destas acções, sendo contudo identificável uma alteração, durante o decorrer das acções, nas expectativas, descobrindo os formandos outras mais-valias para lá da mera obtenção de um suporte financeiro temporário;</p> <p>- O concelho apresenta uma fraca densidade populacional e uma dimensão bastante grande, encontrando-se o povoamento disperso, habitando grande parte da população em pequenas povoações, onde os serviços comuns públicos (bibliotecas, correios,..) e os serviços comuns privados (café, restaurante,..) são inexistentes ou praticamente inexistentes.</p> <p>- Cerca de 70%¹³¹ dos formandos não reside na sede de concelho (local onde foi desenvolvida toda a actividade formativa durante o período em análise), encontrando-se com acesso dificultado a fontes de informação ou de comunicação.</p>	<p>- A existência da Bolsa de Formação, no caso as acções destinadas a formandos desempregados, permite aos formandos usufruírem de um rendimento económico que lhes proporciona, durante esse período, uma melhoria na sua qualidade de vida.</p> <p>- A participação dos habitantes locais nas actividades formativas proporciona-lhes a oportunidade de acesso a fontes de informação e comunicação, quebrando o isolamento, aspecto fundamental na qualidade de vida individual e colectiva.</p>	<p>A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes;</p>
<p>- Ao longo das actividades de carácter formativo privilegia-se uma acção integrada e integradora do indivíduo.</p>	<p>- A capacitação escolar e profissional, originada pela frequência das acções, gera um aumento da auto-estima e do reconhecimento social.</p>	<p>A oferta formativa/educativa das ADL tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes</p>
<p>- A ADPM é uma associação de desenvolvimento local e tem uma estrutura de actuação multidisciplinar.</p>	<p>- A postura integrada e integradora da ADPM tornam a sua actividade formativa, em todas as fases do ciclo formativo, distinta da oferecida por outros operadores, com especial destaque para a componente de formação cívica que é transversal e uma constante em cada intervenção e com destaque também para o acompanhamento pós-formação, que se mantém e que procura a inserção profissional.</p>	<p>A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função complementar a oferta formativa/educativa oferecida pelas escolas e IEFP.</p>

¹³¹ Dados fornecidos pela ADPM.

Características da ADPM identificadas neste estudo	Conclusões face aos efeitos observados	Funções das actividades formativas promovidas pela ADPM
<ul style="list-style-type: none"> - No concelho de Mértola, a participação da comunidade local em torno de causas comuns é bastante elevada; - Apesar das características de interioridade do concelho, o mesmo apresenta alguns aspectos inovadores ao nível da oferta cultural e desportiva, fruto de reivindicações da comunidade; - A relação estabelecida entre os diferentes espaços públicos e a comunidade, durante o período em análise, apresenta factores de inovação, registando-se uma dimensão educadora por parte das entidades locais na gestão dos mesmos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os impactos gerados pelas actividades de carácter formativo, reflectem-se na escolaridade, capacitação, inserção profissional, valorização pessoal e social, melhoria da qualidade de vida e promoção do desenvolvimento local, contribuindo de forma directa, para a construção de comunidades mais conscientes e interventivas, que interagem activamente com os seus representantes e instituições. 	<p>A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - A ADPM dedica-se à promoção de actividades formativas desde a sua constituição, em 1980; - A sua actividade formativa já foi, por diversas vezes, distinguida como um exemplo de boa prática, tendo recebido inclusive, durante o período em análise, o Prémio Saber + (atribuído pela ANEFA); - O primeiro curso EFA realizado no concelho de Mértola foi promovido pela ADPM; - Pelos seus intervenientes, pela comunidade local, e pelas parcerias institucionais, as iniciativas de carácter formativo promovidas pela ADPM são classificadas tecnicamente como de elevada qualidade, bem orientadas e fundamentadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - A ADPM, tal como outras ADL's, tem desenvolvido um conjunto experimental de práticas e condutas pedagógicas, cuja análise proporciona instrumentos de correcção e verificação, bem como de sinalização de boas práticas. 	<p>A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação conceptual do conceito de educação e formação de adultos</p>

Pelo exposto anteriormente, percebemos que a oferta formativa da ADPM assume uma elevada importância para a comunidade local, representando todas as funções indicadas aquando da definição das questões orientadoras. Contudo, cabe-nos referir aquilo que consideramos serem algumas das fragilidades ou aspectos que no modelo que análise nos suscitaram algumas interrogações.

No campo metodológico, este estudo apresenta algumas limitações, que deverão ser superadas em estudos futuros, nomeadamente o facto de não efectuar uma análise profunda da qualidade do trabalho da ADPM, centrando-se na avaliação dos impactos, em detrimento da avaliação dos processos. Por outro lado, a utilização da amostra por conveniência também não nos permite extrapolar os dados para um universo, com conveniência, ao que se alia a pequena dimensão da mesma.

No campo das considerações, cabe-nos ainda indicar algumas questões que se nos colocaram. Desde logo, e relativamente à sua postura enquanto ADL, a questão que se levanta é a da sustentabilidade financeira. Sendo certo que a ADPM não é financiada (nem nunca foi) por nenhuma entidade pública ou privada, recorrendo apenas, e como fonte de financiamento, aos projectos que apresenta às instancias nacionais e europeias, o seu futuro poderá estar dificultado, porque, por um lado, prevê-se uma redução nos financiamentos comunitários e por outro, porque a inexistência de uma fonte de financiamento “segura” implica instabilidade, o que se reflecte necessariamente nas mais diversas dimensões, nomeadamente recursos humanos, recursos físicos e num dos aspectos que nos parece mais importantes, na definição de um planeamento estratégico. Neste aspecto, há ainda que colocar a seguinte dúvida: não estará, no médio ou longo prazo, uma entidade que depende apenas das políticas e estratégias governamentais e europeias, refém das mesmas? Isto é, qual o limite que separa a acção de “intervir para colmatar as necessidades da comunidade” da acção de “intervir porque é nesse âmbito que há possibilidades de financiamento?”

Na realidade, a reflexão em torno destas questões é efectuada também pela própria ADPM, que no início do QCA III iniciou a elaboração de uma estratégia de planeamento, procurando respostas. Durante esse trabalho de reflexão foi possível definir algumas linhas estratégicas neste domínio, que já se encontram a ser implementadas, e que passam pela promoção de iniciativas que tornem a entidade financeiramente “rentável¹³²”, nomeadamente a prestação de serviços nas suas áreas de intervenção temáticas, a produção de plantas e ervas aromáticas em modo de produção biológico, e a criação de animais também em modo de produção biológico.

¹³² A ADPM é uma Entidade Privada sem Fins Lucrativos, pelo que por “rentável” entendemos que as receitas obtidas serão reinvestidas na entidade, não tendo como objectivo a distribuição de lucros.

Contudo, e tal como referido pelo Elemento 8 (E8): “(...) trata-se de actividades que não permitem a sustentabilidade financeira da entidade, mas que representam uma preocupação nesse domínio (...)”.

Ainda relativamente à intervenção da ADPM enquanto ADL, outra das questões que nos suscita algumas dúvidas prende-se com as parcerias. Na realidade, e apesar do PIM, em Mértola, desde há cerca de 10 anos a esta parte, não se verifica uma verdadeira cultura de parcerias, sendo a articulação entre as entidades muitas vezes inexistente e outras conflituosa. No entanto, pela sua natureza temática, esta questão não foi suficientemente abordada no nosso estudo, requerendo, noutra ocasião, uma análise mais detalhada.

Outras questões que se colocam, após a análise dos dados, prendem-se com o trabalho da ADPM enquanto promotora de actividades e educação e formação de adultos¹³³, nomeadamente a constatação de que, e apesar do expostos anteriormente, a taxa de inserção profissional é bastante baixa (cerca de 30% por acção), o que demonstra claramente que, só por si, sem nenhum outro tipo de actividades complementares, de carácter mais profundo, estas acções não cumprem esse objectivo. De que serve então qualificar tecnicamente os indivíduos num concelho em que o tecido empresarial é inexistente?

A resposta a esta questão surge parcialmente através daquilo que poderemos denominar de “efeitos sociais da formação”, ou seja, benefícios que se reflectem directamente no indivíduo e na comunidade. Assim, dentro destas opções, podemos contabilizar a valorização pessoal e social, bem como a aquisição de conhecimento que, não sendo técnicos, fazem parte da carteira de “cultura geral” de cada indivíduo. E, neste campo, a ADPM tem vindo a oferecer um contributo de bastante qualidade, preparando grande

¹³³ Como pistas para futuras análises seria útil aprofundar algumas das temáticas e questões que já aqui levantámos, nomeadamente:

- Como será futuramente efectuada a sustentabilidade financeira da ADPM?
- Como funcionam exactamente as parcerias no concelho de Mértola?
- Que estratégia utiliza a ADPM para compensar o não cumprimento do objectivo empregabilidade (definido para as acções de carácter formativo)?
- Qual o trajecto futuro da ADPM na área da educação e formação de adultos? Que estratégias seguirá?

parte da comunidade local para a participação, a vivência em cidadania, para a mobilização.

Paralelamente, e como já referido, o reforço financeiro que as acções possibilitam contribuem para a melhoria da qualidade de vida das famílias e da comunidade, incutindo uma dinâmica comercial junto dos micro empresários locais, com algum efeito dominó de impactos em contra-ciclo com aqueles que o actual modelo de intensificação de desertificação do interior parece querer impor.

Por outro lado, o facto de ser uma ADL e de possuir uma carteira de actividades em domínios complementares, tem possibilitado à ADPM oferecer à comunidade um conjunto de actividades com vista à promoção e valorização dos recursos endógenos (que não os humanos), criando complementaridades com vista ao aumento das possibilidades de empregabilidade.

Por fim, outra questão que nos parece fundamental é a que se prende com o futuro da entidade enquanto “formadora”. Num momento em que a oferta formativa aponta fortemente para a certificação escolar e conseqüente conclusão do ensino secundário, ao que se alia a transição da *acreditação das entidades formadoras* para a *certificação das entidades formadoras* (tendo como consequência directa um limite das áreas temáticas destas entidades, neste domínio), que futuro para a actividade formativa na ADPM?

A resposta não parece fácil, sendo certo que a redução no número de interessados em frequentar as acções é já visível (ao aliar a formação profissional à qualificação escolar encontramos-nos a reduzir o número de pessoas a qualificar até ao limite em que todos terão pelo menos o ensino secundário) e que a ADPM ainda não efectuou a sua transição para a *certificação*. Contudo, e como refere o Elemento (E8) “(...) a Estratégia Europa 2020 define a capacitação dos recursos humanos como pilar fundamental (...)”, o que abre novas possibilidades, que a ADPM terá que equacionar (...).”

Face ao exposto, poderemos então afirmar que as actividades formativas promovidas pela ADPM contribuem para o desenvolvimento da comunidade a que se destinam e onde se inserem, representando as seguintes funções:

- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função fornecer uma resposta face ao desemprego existente neste território;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função oferecer uma resposta, face às baixas qualificações escolares da população local;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus intervenientes;
- A oferta formativa/educativa das ADL tem como função contribuir activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função complementar a oferta formativa/educativa oferecida pelas escolas e IEFPP;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção de comunidades aprendentes;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação conceptual do conceito de educação e formação de adultos;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função contribuir directamente para a inovação nas políticas de educação e formação de adultos;
- A oferta formativa/educativa oferecida pela ADPM tem como função a promoção do desenvolvimento do território.

Assim, poderemos afirmar que a resposta à questão de partida (“*Que funções tem a oferta formativa de uma Associação de Desenvolvimento Local junto da comunidade a que se destina?*”) poderá obter resposta através da validação das questões orientadoras, uma vez que as mesmas apresentam-se como verdadeiras.

Num mundo em constante mudança, as transformações ocorrem a uma velocidade, dimensão e abrangência sem precedentes. “ A expansão dos mercados globais, a diversificação das populações urbanas, o aumento da migração e da mobilidade geográfica, a difusão das redes de comunicação e informação e uma sociedade civil global emergente representam apenas alguns dos “grandes motivadores” de mudanças sociodemográficas e económicas” (UNESCO, 2010: 119).

Contudo, para muitos, estas alterações transportam mais dificuldades do que soluções, encontrando-se muitas famílias perante a pouca melhoria na qualidade de vida, intensificando-se, nas dimensões regionais, nacionais, europeias e mundiais a fome, a desigualdade e a pobreza. Mas, face aos diversos desafios, e apesar destas realidades, muitas oportunidades se abrem, sendo de valorizar os contributos que a EFA pode oferecer, nomeadamente enquanto factor de empowerment individual e colectivo, contribuindo directamente para alcançar os ODM, afirmando a UNESCO (2010:120):

“ Uma espiral ascendente de aprendizagem ao longo da vida e em todas as áreas da vida, com a alfabetização como sua base, é o alicerce necessário para o crescimento económico e o progresso humano. Isto é especialmente verdade em contextos onde a informação e o conhecimento se tornaram as principais moedas do desenvolvimento.”

Em 1997, a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos identificou a aprendizagem de adultos como “consequência de uma cidadania activa e condição para a plena participação social” (UNESCO, 2010:120). Desde então, temos observado uma crescente mudança para uma perspectiva onde a EFA se situa no quadro mais amplo da ALV, onde a aquisição de competências, o conhecimento e a aprendizagem são abordados em todos os contextos da vida do indivíduo e ao longo da sua vida, abrangendo todo o tipo de competências, desde as profissionais às académicas, mas também as sociais e pessoais.

Estas alterações no enquadramento da EFA transportaram esta temática para a ordem do dia, e para as agendas governamentais, o que não se traduz, na generalidade, num investimento financeiro que possibilite uma Educação para Todos ou a rentabilização das possibilidades que a EA tem para oferecer, verificando-se que “(...) muitos governos ainda não deram os passos necessários no desenvolvimento de políticas para garantir oportunidades de aprendizagem de adultos para suas populações ou investiram os recursos necessários para concretizar as políticas de educação de adultos existentes(...)”(UNESCO, 2010:122).

Também ao nível das práticas de EFA, tal como refere a Unesco (2010) verifica-se uma incrível diversidade da oferta de educação de adultos no século XXI, nomeadamente uma variedade de programas, com uma multiplicidade de fins, promovidos por entidades públicas, organizações privadas e da sociedade civil, que crescentemente se

encontram comprometidas com esta temática. Neste aspecto, a CONFINTEA VI marcou um ponto crucial para a educação de adultos. A necessidade de enfrentar a actual crise financeira, bem como de garantir um futuro global baseado no conhecimento e na justiça, fornece um contexto propício ao fortalecimento das acções de apoio à aprendizagem e educação de adultos, onde o sucesso económico e a coesão social sejam objectivos sendo a sociedade civil e os seus representantes, as ONG's um sector a mobilizar (UNESCO, 2010) para o financiamento da EFA, representando estas, para a UNECO “um segmento vital na luta para levar os benefícios da educação de adultos às populações marginalizadas e desfavorecidas” (UNESCO, 2010: 123), devendo os governos “precisam agir em parceria com as ONG's” (UNESCO, 2010:123).

Estas afirmações podem representar um importante rumo para as ADL's portuguesas, que não só ao nível das actividades de EFA, mas também ao nível da sua intervenção em geral, há muito vêm reclamando do Governo um reconhecimento pelo seu trabalho. Assim, muitas destas instituições, como a ADPM, poderão vir a encontrar soluções de estabilidade, e cenários nos quais poderão vir a encontrar espaço para continuar a desenvolver o seu papel social e formativo que, como pensamos ter demonstrado nesta investigação, tem sido da maior importância para o nosso país.

Como nota final, gostaria de acrescentar que as conclusões deste estudo contribuem para a ADPM avaliar e orientar as suas funções e actividades, nomeadamente, as de EFA, no sentido de se cumprir mais rapidamente, no concelho de Mértola, «A Grande Transição» para a 2ª modernidade, tal como Covas e Covas (2011) o definem e desenvolvem no seu último livro com este título e, que têm vindo a investigar nos últimos anos, conforme documentam em inúmeros trabalhos científicos recentes e em cinco volumes da série "Ruralidades", em particular, no «Ruralidades IV» (Covas e Covas, 2009) e no «Ruralidades V» (Covas e Covas, 2010).

ANEXO A- BREVE CRONOLOGIA DAS POLÍTICAS DE EFA EM PORTUGAL

Breve cronologia das políticas de EFA em Portugal¹³⁴

- 1835: Rodrigo da Fonseca assina um decreto que constitui a reforma do ensino público, cujo objectivo consiste em fazer face à elevada taxa de analfabetismo.
- 1870: O governo de 1870 criou o Ministério da Instrução Pública, sendo o ministro nomeado D. António da Costa (ministério cessa funções 2/3 meses depois).
- 1882: Criação das “Escolas Móveis” por Casimiro Freire - Promoção da alfabetização de adultos, de adolescentes e de crianças não abrangidas pela escolaridade oficial.
- 1911: Escolas móveis oficializadas (Decreto de 29 de Março de 1911) – cursos nocturnos, missões escolares, cursos dominicais, para extinção do analfabetismo.
- 1911: Reforma da instrução primária (Decreto de 29 de Março de 1911)
- Ensino primário - elementar (obrigatório) – 3 anos
 - Complementar – 2 anos
 - Superior – 3 anos.
- 1919: Obrigatoriedade escolar – passa de 3 para 5 anos (o complementar passa a ser também obrigatório).
- 1923: O primeiro plano global para a educação - o “Estatuto da Educação Pública”- com data de 21 de Junho e da responsabilidade do então Ministro da Instrução Pública, João Camoesas, é apresentado à Câmara dos Deputados mas não foi executado.
- 1930: Redução do ensino primário obrigatório de 4 para 3 anos.
- 1931: Criação dos “postos de ensino” (30 de Novembro) e nomeação de “regentes escolares”.
- De 1911 a 1930: a taxa de analfabetismo desceu 7,3%.
- 1936: Encerramento das Escolas do Magistério Primário, antes Escolas Normais Primárias.
- 1942: Reabertura das Escolas do Magistério – a formação de professores passou de 3 para 2 anos.
- De 1930 a 1940, a taxa de analfabetismo desceu 8,4%.
- 1952: “Plano Nacional de Educação Popular” que integrava a “Campanha Nacional de Educação de Adultos” orientada prioritariamente para os analfabetos dos 14 aos 35 anos.

¹³⁴ Fonte: Carneiro (2009).

- 1962: Criação do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra (Decreto-lei n.º 44506, de 10 de Agosto) e do Instituto de Formação Profissional Acelerada (Decreto-lei n.º 44538, de 23 de Agosto), no Ministério das Corporações e Previdência Social.
- 1964: Obrigatoriedade de 6 anos de escolaridade para as crianças de ambos os sexos (Decreto-lei n.º 45 810, de 9 de Julho).
- 1965: Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino – responsável pela utilização dos meios audiovisuais na difusão do ensino e na elevação do nível cultural da população (criado pelo Decreto n.º 46 135, de 31 de Dezembro). Na sua dependência, a Telescola (criada na mesma data pelo Decreto-lei n.º 46 136) passaria a responsabilizar-se também pelo apoio aos cursos de educação de adultos (Portaria n.º 21 112, de 17 de Fevereiro).
- 1965: Criação do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, órgão de apoio às decisões do Ministro.
- 1965: Em 9 de Dezembro de 1965, é promulgado o Decreto n.º 42 731 que cria, no Ministério das Corporações, o Serviço Nacional de Emprego cujas atribuições incluem elaborar o Catálogo Nacional das Profissões e organizar os Serviços de Colocação e Orientação Profissional.
- 1967: Fundem-se o 1º ciclo do ensino liceal e o ciclo preparatório do ensino técnico profissional (Decreto-lei n.º 47 480, de 2 de Janeiro).
- 1968: No Ministério das Corporações é criado o Serviço de Formação Profissional (Decreto-lei n.º 48 275, de 14 de Março) que qualificava profissionalmente população adulta a fim de satisfazer novas exigências, sobretudo do sector industrial.
- 1971: É apresentado o “Projecto do Sistema Escolar”. No mesmo ano, é publicada a lei orgânica do Ministério da Educação que cria a Direcção Geral da Educação Permanente (Decreto-lei n.º 408, de 27 de Setembro).
- 1972/1973: O ensino liceal nocturno foi autorizado em três Liceus. Foi também então facultado o acesso à Universidade de adultos sem a escolaridade regular e com idade superior a 25 anos, através do designado “exame ad hoc”.
- 1973: A Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, estrutura o sistema educativo abrangendo a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação permanente.
- 1973: Decreto-lei n.º 489/73, de 2 de Outubro, cria cursos de educação básica de adultos.
- 1973: Decreto-lei n.º 490/73, de 2 de Outubro, cria bibliotecas populares, a cargo da Direcção Geral da Educação Permanente, com o objectivo de “contribuir para a

- educação extra-escolar dos Portugueses e para o progresso social dos meios em que se inserem”.
- 1975/1976: Acções de “dinamização cultural junto das populações socioculturalmente mais desfavorecidas”, conduzidas pela 5ª Divisão do Estado-maior General das Forças Armadas.
- 1976: O Plano Nacional de Alfabetização, executado com o apoio de Associações de Educação Popular (Decreto-lei nº 384/76, de 20 de Maio), prevê a atribuição de bolsas a indivíduos que se responsabilizem por actividades de educação de adultos e medidas de apoio técnico a entidades que promovam acções de alfabetização. São definidas “normas orientadoras do processo de aprendizagem e dos critérios e forma de avaliação final” (Portaria nº 419, de 13 de Julho – “Os dossiers do trabalho individual e de grupo poderão ser objecto de avaliação final.”).
- 1979: A Lei nº 3/79, de 10 de Janeiro, institui o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos – PNAEBA – que tem como “objectivo a eliminação sistemática e gradual do analfabetismo e o progressivo acesso de todos os adultos que o desejem aos vários graus da escolaridade obrigatória”. É também criado, no âmbito da Assembleia da República, o Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos – CNAEBA – a fim de acompanhar a execução daquele Plano.
- 1979: Segundo o Decreto-lei nº 534/79, é aprovada a criação da Direcção Geral da Educação de Adultos, que resulta de uma reorganização da Direcção Geral da Educação Permanente, com a atribuição de “Participar na formulação da política de educação de adultos, numa perspectiva de educação permanente, e contribuir para a sua execução”.
- 1979: Pelo Decreto-lei nº 519-A2/79, é criado, no Ministério do Trabalho, o Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- 1980: No Ministério da Educação, é constituído um Grupo de Trabalho para estudo e lançamento de um Programa de Ensino Recorrente (Despacho nº 21/80).
- 1983: Com carácter experimental, dá-se início a três cursos de ensino recorrente no local de trabalho, dois em empresas (EPAL e CARRIS) e um numa autarquia. Resultado da articulação entre a Educação e o Emprego, os currículos foram desenhados para adultos, ao nível do 5º e 6º ano mas com duração de um ano, horário adequado, avaliação qualitativa e integração da formação profissional da responsabilidade da empresa (Despacho Normativo nº 58/88, de 22 de Julho).

- 1984: Estabelecido (e revisto no ano seguinte) o regime jurídico do Sistema de Formação Profissional em Regime de Alternância (sistema de aprendizagem), criado para jovens (14 a 24 anos) com outorga de dupla certificação.
- 1986: A Lei de Bases do Sistema Educativo, (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), integra a formação profissional na educação de adultos e favorece a evolução do ensino recorrente e da educação extra-escolar. A escolaridade obrigatória passa a ser de nove anos, abrangendo os alunos que iniciaram o 1º ciclo em 1987/1988.
- 1987: Portaria nº 95/87, de 10 de Fevereiro – estabelece, como instrumentos de avaliação contínua, o dossier de trabalho e o processo individual do adulto e, como avaliação final, entre outras hipóteses, um diálogo baseado no dossier individual.
- 1988: Portaria nº 243/88, de 19 de Abril – permite a criação de currículos alternativos para “grupos específicos de população”.
- 1988: O Decreto-lei n.º 397/88, de 8 de Novembro, cria o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional.
- 1988: Por Resolução do Conselho de Ministros, de 10 de Dezembro de 1987, é instituído o Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo, concebido com o objectivo de combater o abandono escolar precoce.
- 1989: Segundo o Decreto-lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro, é estabelecido o regime jurídico das Escolas profissionais, sob tutela do Ministério da Educação – são de iniciativa local e proporcionam a jovens a formação geral e a formação profissional, com equivalência ao 12º ano.
- 1989: Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP I), com verbas comunitárias atribuídas à educação, o Subprograma Educação de Adultos deve proporcionar o cumprimento da escolaridade obrigatória e atribuir uma formação profissional de nível 1. Dupla certificação.
- 1991: O Programa Educação Para Todos (PEPT 2000), criado por Resolução do Conselho de Ministros nº 29/91, de 16 de Maio, foi concebido com o objectivo de combater o abandono escolar precoce e assegurar o pleno cumprimento da escolaridade obrigatória de 9 anos.
- 1991: Definido o regime dos cursos de pré-aprendizagem, através do Decreto-lei nº 383/91, de 9 de Outubro, de cooperação entre a Direcção Geral da Extensão Educativa (formação geral) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional

- (formação tecnológica). Era proporcionada aos alunos uma equivalência profissional (nível 1) e uma equivalência à escolaridade obrigatória.
- 1991: O ensino recorrente e a educação extra-escolar são objecto do Decreto-lei nº 74/91, de 9 de Fevereiro: articulação com áreas de formação profissional e fundamento ao processo RVC, determinando a possibilidade de assegurar o reconhecimento e a validação de conhecimentos adquiridos e da experiência social e profissional bem como as equivalências curriculares e a respectiva creditação.
- 1993: Decreto-lei nº 133/93 – extinção da Direcção Geral da Extensão Educativa e criação de núcleos de educação permanente nos departamentos de ensino básico e secundário.
- 1996: Despacho nº 22/SEEI/96, de 20 de Abril - em qualquer dos ciclos do ensino básico, “a avaliação é contínua e efectua-se segundo critérios de competência”, sendo os “documentos de registo da avaliação contínua o dossier do aluno e o seu processo individual”.
- 1998: Resolução do Conselho de Ministros nº 92/98, publicada em 14 de Julho, constitui um Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e da Formação de Adultos. Decorrente deste processo, vem a ser decretada a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.
- 1999: Pelo Decreto-lei nº 387/99, de 28 de Setembro, é criada a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), “instituto público sujeito à tutela e superintendência dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade”.
- 2000: Despacho Conjunto n.º 1083/00, de 20 de Novembro – Regulamento dos cursos de educação e formação de adultos.
- 2000: PRODEP III recomenda a instituição de um “Sistema de Acreditação de Conhecimentos e Competências adquiridas fora do sistema escolar”. A medida “Educação e Formação ao longo da vida” prevê a “Certificação de conhecimentos/competências adquiridos ao longo da vida” e “Ofertas diversificadas de curta duração – Literacia Tecnológica”.
- 2001: Portaria nº 1082-A/2001, de 8 de Setembro, (revogada pelas Portarias nº 286-A/02, de 15 de Março, e nº 86/07, de 12 de Janeiro), cria uma rede nacional de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (centros RVCC), a partir da qual se promove o Sistema Nacional de Reconhecimento,

- Validação e Certificação de Competências, concebido e organizado pela ANEFA. O Sistema Nacional de RVCC estrutura-se a partir do Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos e do Regulamento do Processo de Acreditação das Entidades Promotoras dos Centros RVCC.
- 2001 - 2005: foram criados 98 Centros RVCC, com uma estimativa de 150 000 adultos inscritos e 50 000 certificados com o 9º ano de escolaridade.
- 2002: Nova orgânica do Ministério da Educação extingue a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, sucedendo-lhe a Direcção-Geral de Formação Vocacional (Decreto-lei nº 208, de 17 de Outubro).
- 2005: A Lei nº 52, de 31 de Agosto, aprova as Grandes Opções do Plano 2005-2009, diploma que aponta o Plano Tecnológico como meio para motivar os portugueses para a sua qualificação e, no que respeita a educação de adultos, pretende alargar as oportunidades dos activos para a aprendizagem ao longo da vida.
- 2005: Resolução do Conselho de Ministros nº 190, de 16 de Dezembro, aprova o Plano Tecnológico com definição dos objectivos da Iniciativa Novas Oportunidades: “reconquistar os jovens e os adultos que saíram precocemente do sistema educativo”.
- 2005: Resolução do Conselho de Ministros nº 183, de 28 de Novembro, aprova o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008, com referência à Iniciativa “Novas oportunidades”, aposta no reforço do ensino profissionalizante de dupla certificação, na expansão da oferta de cursos de educação e formação e no alargamento do sistema de RVCC.
- 2006: Despacho nº 26 401, de 29 de Dezembro, dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação – alterações na estrutura dos cursos EFA.
- 2006: Aprovado o Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos de Nível Secundário, a aplicar nos cursos EFA e nos processos de RVCC.
- 2007: Decreto-lei nº 817, de 27 de Julho – restabelece o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos e revoga o anterior diploma.
- 2007: Decreto-lei nº 276-C, de 31 de Julho – criada a Agência Nacional para a Qualificação sob tutela conjunta dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. O Governo, depois do acordo com os parceiros sociais, decidiu aprovar a Reforma da Formação Profissional (RCM nº 173/07, de 7 de Novembro), o Sistema Nacional de Qualificações (DL nº 396/07, de 31 de Dezembro), integrando o Quadro Nacional de Qualificações, o Catálogo Nacional de

Qualificações e a Caderneta Individual de Competências, e o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões.

2007: Pelo Decreto-lei nº 357, de 29 de Outubro, são aprovadas as modalidades de conclusão do ensino secundário por adultos com o curso extinto incompleto.

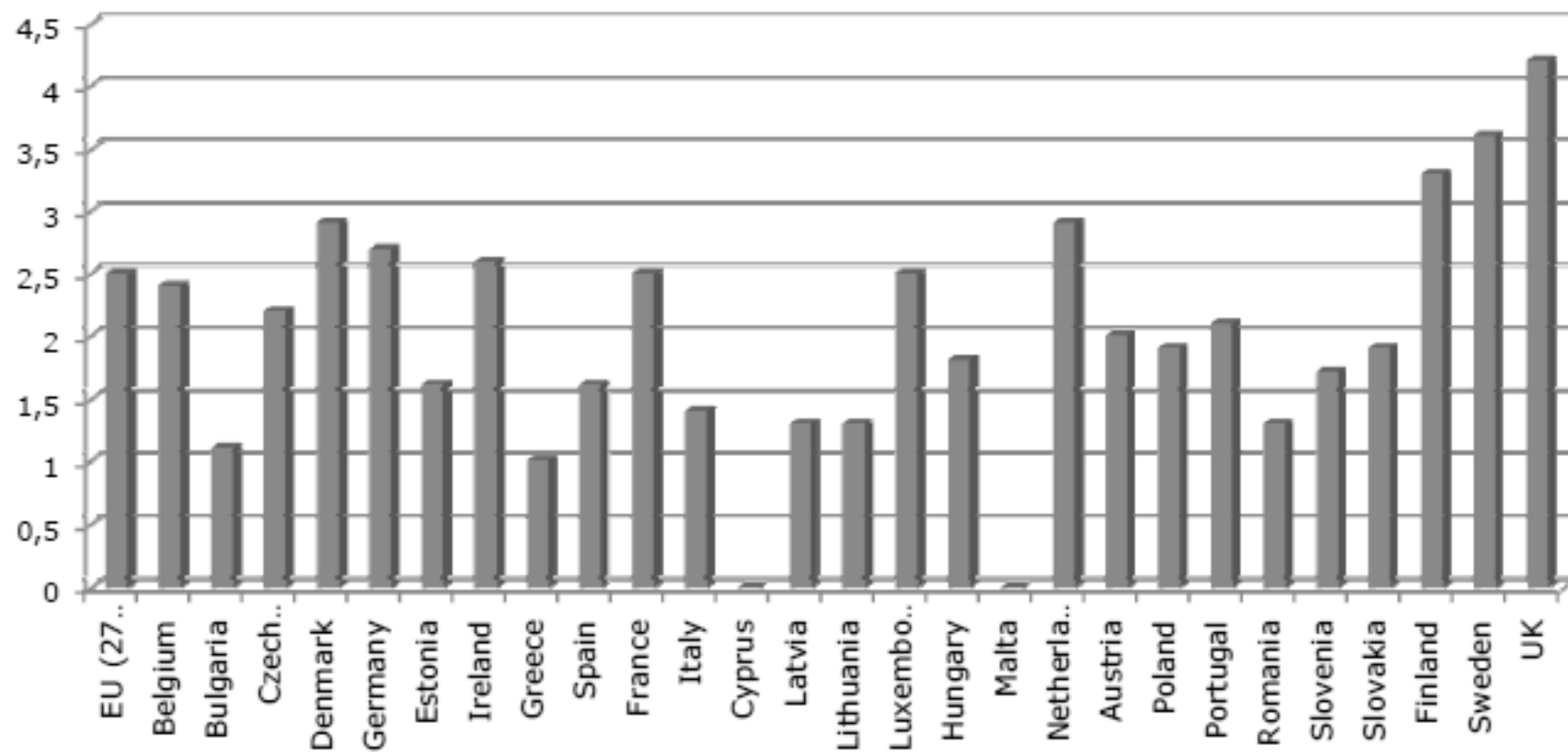
2007-2013: Grande parte do financiamento necessário a este esforço de qualificação provém do Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013, através do Programa Operacional Potencial Humano – o QREN designa prioridades estratégicas para este período e o POPH fixa, como eixo prioritário do potencial humano, “superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação para todos”, jovens e adultos.

2008: A Portaria nº 230, de 7 de Março – revoga a Portaria nº 817/07 e estabelece um novo regime jurídico dos cursos EFA e das formações modulares.

2008: Portaria nº 370/08, de 21 de Maio – revoga os diplomas relativos aos centros RVCC e regula a criação e o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades.

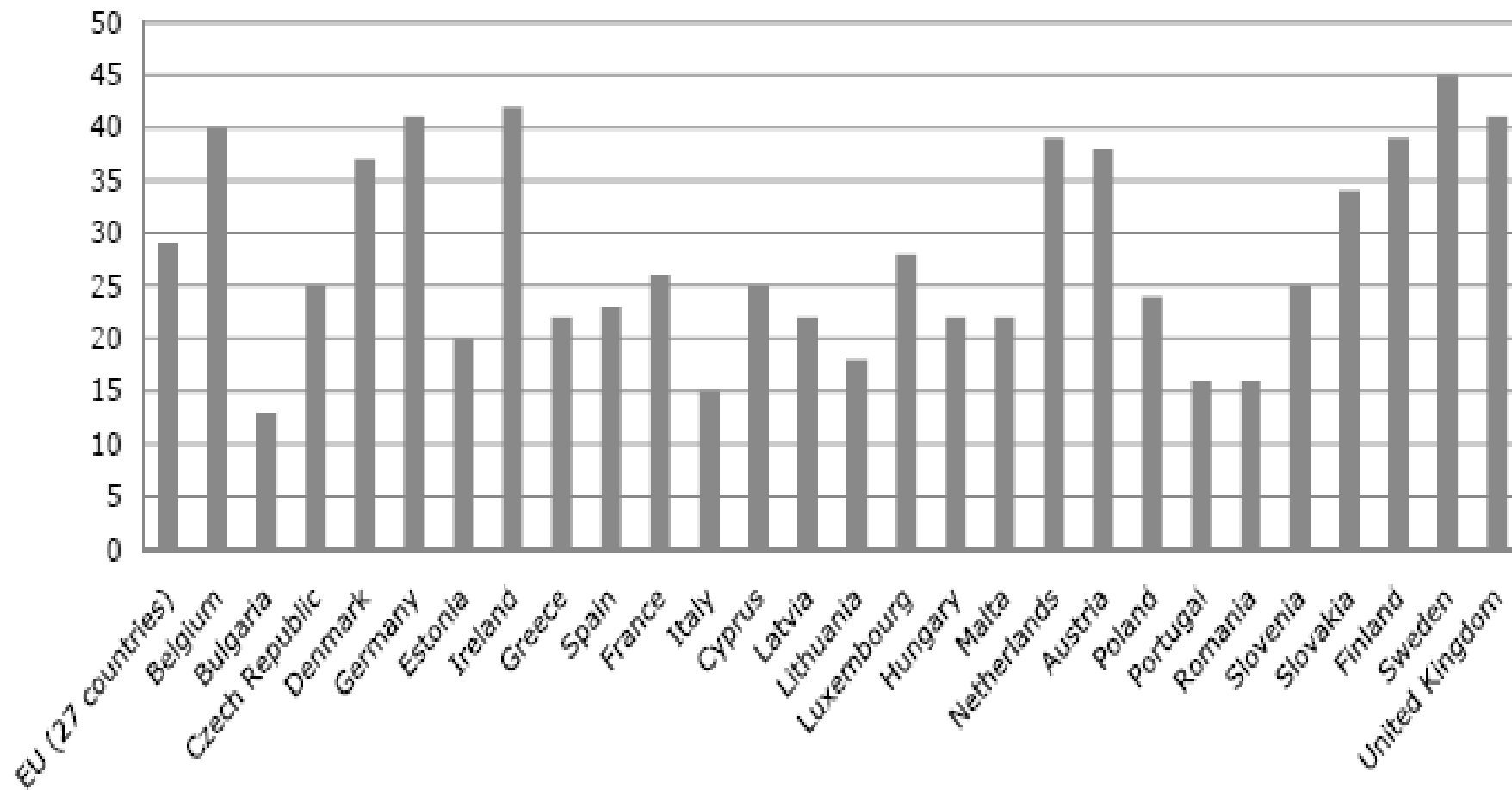
ANEXO B – A NOVA ECONOMIA DO CONHECIMENTO

Figura B.1. Investimento em Tecnologias da Informação (% do PIB), na UE (27), para o Ano 2009¹³⁵



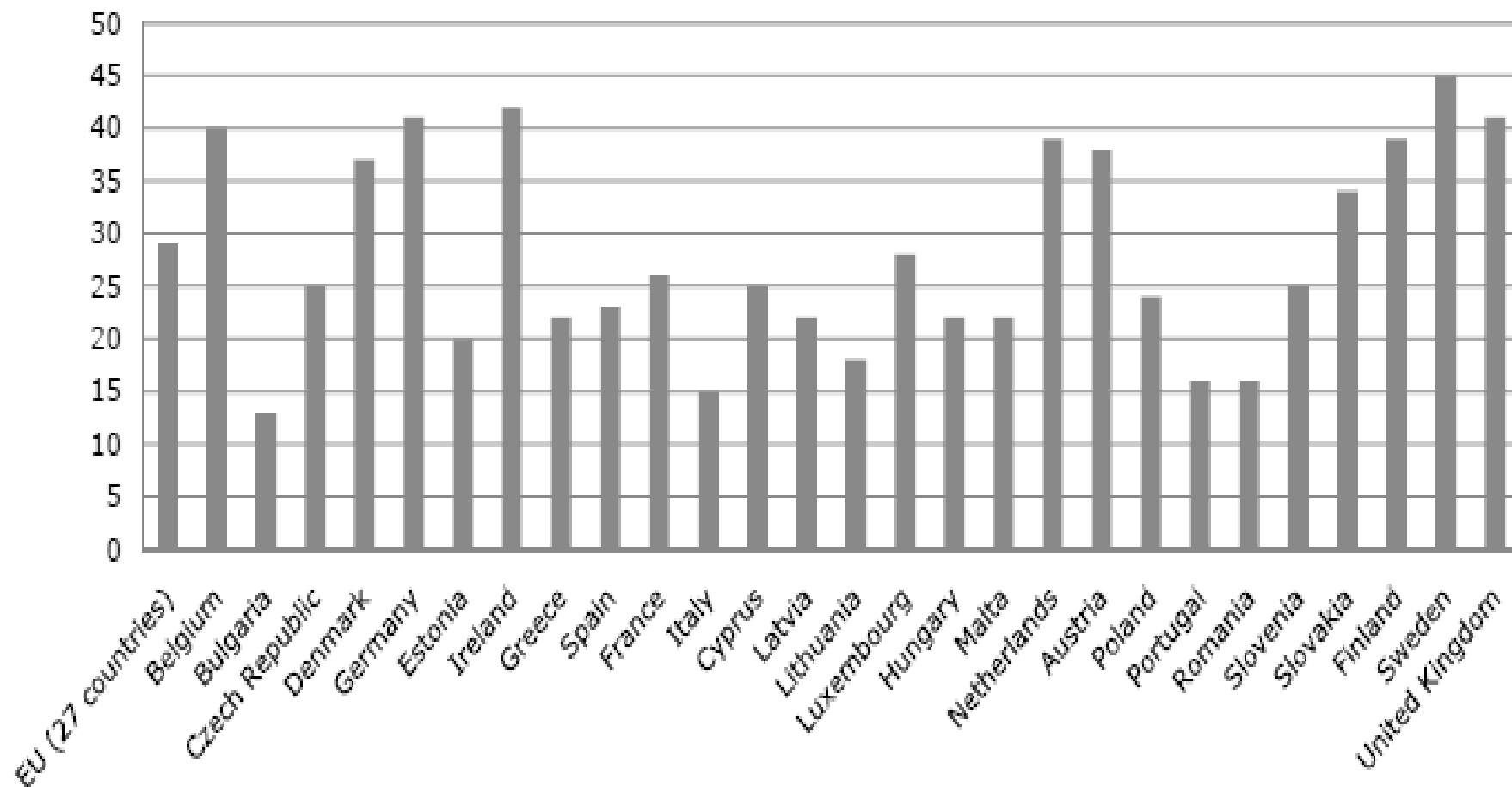
¹³⁵ Dados recolhidos através do Centro de Informação Jacques Delors, “Europa 2020 – Da Estratégia de Lisboa à Nova Estratégia para a Europa”, Junho de 2010.

Figura B.2. Competências ao Nível dos Computadores (%), para Indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos, (2007)¹³⁶



¹³⁶ Dados recolhidos através do Centro de Informação Jacques Delors, “Europa 2020 – Da Estratégia de Lisboa à Nova Estratégia para a Europa”, Junho de 2010.

Figura B. 3. Competências ao Nível da Internet (%), na UE (27), para Indivíduos com Idades Compreendidas Entre os 16 e os 74 anos que Realizam 1 ou 2 Atividades com a Internet (2007)¹³⁷



¹³⁷ Dados recolhidos através do Centro de Informação Jacques Delors, “Europa 2020 – Da Estratégia de Lisboa à Nova Estratégia para a Europa”, Junho de 2010.

ANEXO C - ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Envelhecimento da População Mundial¹³⁸

Figura C.1. População com Idade Superior a 65 anos (%), Relativamente a Alguns Países da UE, para 2000 e 2050

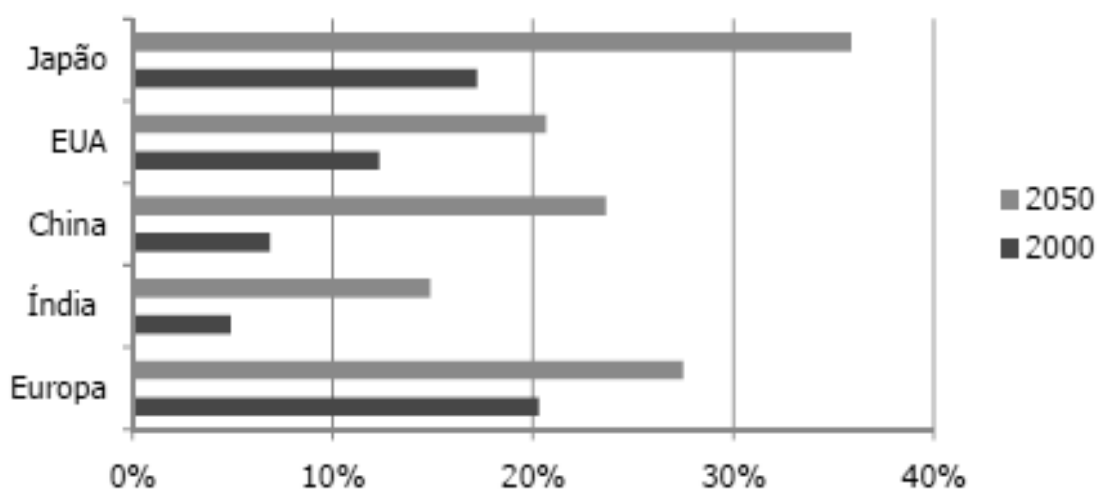
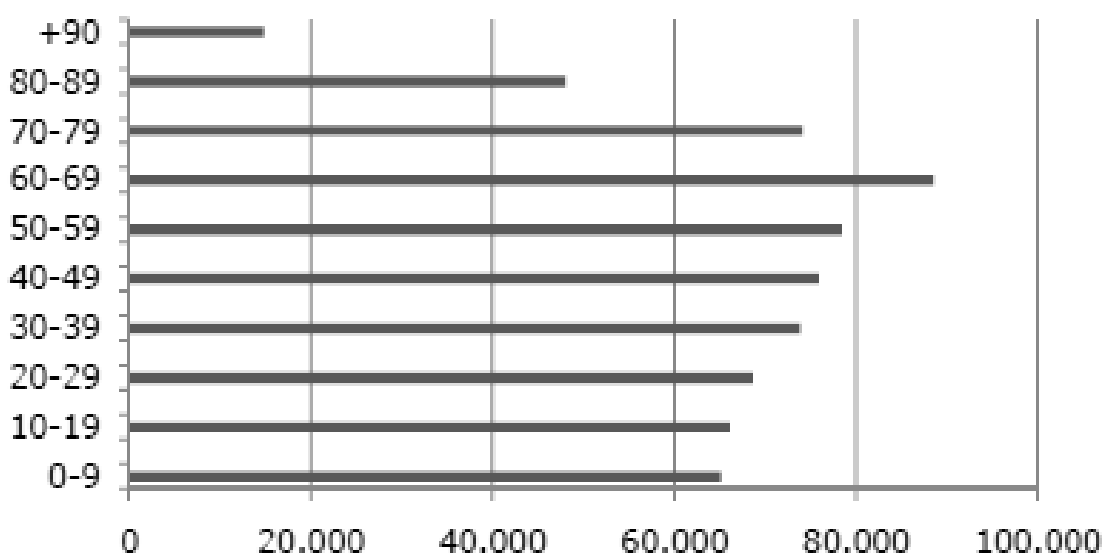


Figura C.2. Estrutura da População na Europa 2050



¹³⁸ Dados recolhidos através do Centro de Informação Jacques Delors, “Europa 2020 – Da Estratégia de Lisboa à Nova Estratégia para a Europa”, Junho de 2010

ANEXO D – PLANO DE QUALIFICAÇÃO (EIXO ESTRATÉGICO UM DO PLANO
TECNOLÓGICO)

Plano de Qualificação (Eixo Estratégico Um do Plano Tecnológico)

Metas e Medidas definidas em 2005¹³⁹

1. Reforçar a oferta de cursos profissionalizantes para adultos (ao nível do 9º e do 12º ano) abrangendo nestes percursos cerca de 350.000 adultos.

Tabela D.1. Programação da oferta de formação de adultos de dupla certificação de nível secundário

12.º Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cursos de Educação e Formação de Adultos	-	+19 000	+7 000	+14 000	+15 000	+10 000
Total anual	-	19 000 (1)	26 000	40 000	55 000	65 000

(1) Inclui a admissão para cursos EFA do fluxo anteriormente dirigido ao Ensino Recorrente.

Tabela D.2. Programação da oferta de formação de adultos de dupla certificação ao nível da escolaridade obrigatória

9.º Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cursos de Educação e Formação de Adultos	-	+9 250	+1 000	+13 750	+4 000	+6 000
Total anual	8 000	17 250 (1)	18 250	32 000	36 000	42 000

(1) Inclui a admissão para cursos EFA do fluxo anteriormente dirigido ao Ensino Recorrente.

2. Reorganização do modelo do ensino recorrente, passando a assegurar-se uma resposta formativa baseada no formato dos cursos de Educação e Formação de Adultos, uma vez que estes possibilitam a construção de percursos formativos mais ágeis e flexíveis, prevendo-se, todavia, a manutenção de respostas de nível secundário ajustadas ao prosseguimento de estudos.

¹³⁹ Informações recolhidas em www.novasoportunidades.pt

3. Expansão da Rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de modo a atingir 500 Centros em 2010.

Tabela D.3. Evolução do nº de Centros RVCC

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nº Centros RVCC	98	165	250	300	400	500

Este compromisso será concretizado através da abertura de Centros de RVCC em diversas instituições, nomeadamente nas escolas secundárias ou sedes de agrupamento da rede pública, nos centros de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional; em grandes empresas que, através de protocolo, declarem a sua vontade de apoiar o reconhecimento e desenvolvimento de competências dos seus trabalhadores menos escolarizados; no âmbito das diversas estruturas ministeriais, facilitando o acesso ao sistema por parte dos funcionários do Estado inseridos nessas estruturas, sendo também criados seis *Centros de Reconhecimento e Validação de Competências*, com âmbito de intervenção nacional, que garantam a adequação do atendimento prestado às necessidades específicas das pessoas com deficiência.

4. Alargar ao nível do ensino secundário o referencial de competências-chave a ser aplicado nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e também nos cursos de Educação e Formação da Adultos, a partir do início de 2006.

5. Garantir que até 2010 mais de 650.000 pessoas obtenham uma certificação de competências, tendo como meta que em 2010 estejam a ser emitidos, por ano, cerca de 75.000 diplomas conferentes de habilitação escolar equivalente ao ensino básico e 125.000 diplomas conferentes de habilitação escolar equivalente ao ensino secundário.

Tabela D.4. N° de abrangidos

	2000/05	2006	2007	2008	2009	2010
Ensino Básico	50 000	25 000	35 000	55 000	65 000	75 000
Ensino Secundário	-	15 000	35 000	70 000	100 000	125 000
Total Anual	-	40 000	70 000	125 000	165 000	200 000
Acumulado	-	90 000	160 000	285 000	450 000	650 000

A concretização desta medida tem subjacente o encaminhamento para ofertas de educação e formação assentes em modelos flexíveis, de curta duração e ajustados aos vários segmentos de público envolvido, que serão asseguradas pelos estabelecimentos de ensino e pelos centros de formação.

6.Rever e melhorar o funcionamento do sistema de RVCC e dos cursos EFA, simplificando processos e descentralizando competências, assegurando melhores mecanismos de acompanhamento e maior proximidade entre os serviços e os promotores.

7.Realizar uma campanha alargada de informação e sensibilização, nos meios de comunicação social, durante o primeiro semestre de 2006 e ao longo da vigência da Iniciativa, com o objectivo de promover a valorização social do investimento em educação e formação de adultos, numa óptica de aprendizagem ao longo da vida, e em particular do mecanismo de reconhecimento de competências como oportunidade de certificação e reforço de aprendizagens.

8.Apostar no desenvolvimento de itinerários de formação modulares que facilitem a frequência de formação por parte de adultos empregados. Pretende-se que todos os curricula dos cursos promovidos pelo IEFP e que se dirigem à população empregada estejam organizados com base em módulos formativos de pequena duração.

9. Alargar substancialmente as possibilidades de formação em horário pós-laboral, tendo em vista privilegiar o acesso à população empregada, durante a vigência da iniciativa. Já em 2006 estarão disponíveis ofertas formativas de dupla certificação para adultos em horário pós-laboral em todos os Centros de Formação geridos directamente ou em parceria com o IEFP (num mínimo de 1500 vagas). Pretende-se que em 2006 estas ofertas representem um número de vagas superior a 1500.

10. Garantir prioridade à colocação de desempregados inscritos nos Centros de Emprego nos cursos de formação profissional apoiados nas medidas desconcentradas pelo Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

11. Negociar com os Parceiros Sociais um novo modelo de organização da formação e de repartição dos seus custos, de forma a viabilizar o acesso e participação dos activos empregados, nomeadamente à formação de base. Neste âmbito o diálogo com as Organizações de Trabalhadores e de Empregadores deverá ter em conta, nomeadamente:

- a) a importância central da formação para a competitividade futura das empresas;
- b) a diversidade do nosso tecido económico e o peso de empresas de reduzida dimensão e natureza pouco qualificante;
- c) a necessidade de assegurar o direito individual à formação, legalmente consagrado;
- d) a eficácia e eficiência dos mecanismos de financiamento à procura individual de formação;
- e) a necessidade de efectivar a cláusula de formação para jovens, como instrumento de recuperação de qualificação;
- f) a baixíssima difusão de mecanismos de rotação emprego-formação (largamente utilizados a nível europeu) e a inexistência de bolsas de recursos sectoriais.

Este processo de negociação terá lugar em sede de Conselho Nacional da Formação Profissional durante o primeiro semestre de 2006, de forma a poder ser articulado com o período de definição das modalidades de formação e modelos de financiamento a incluir na programação dos futuros apoios estruturais.

12. Fazer evoluir o Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras para um Sistema de Certificação de Qualidade, regido por padrões internacionais, que permita qualificar as práticas formativas, valorizar os resultados alcançados e, conseqüentemente, tenha implicações ao nível do financiamento das entidades. O plano de concretização deste compromisso prevê que até ao final do primeiro semestre de 2006 esteja definido o novo modelo de certificação da qualidade, para que possa enquadrar os apoios à formação no próximo ciclo de programação dos Fundos Estruturais

ANEXO E - POSSÍVEIS PERCURSOS DE QUALIFICAÇÃO PARA ADULTOS EM
PORTUGAL (EM VIGOR A PARTIR DE 2005)

Possíveis percursos de qualificação para adultos em Portugal (em vigor a partir de 2005)¹⁴⁰:

A) Programa de Formação em Competências Básicas

O programa de formação em competências básicas destina-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos que não possuem capacidades de leitura, escrita ou cálculo. Excepcionalmente, podem também aceder a este programa jovens com idade inferior a 18 anos mediante autorização do director regional de educação ou do delegado regional do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

Esta medida permite, posteriormente, aceder aos cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) de nível básico (níveis B1 ou B1 + B2) e, em casos devidamente identificados, aos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) de nível básico (nível B1).

Estruturado em unidades de formação integradas no Catálogo Nacional de Qualificações, este programa tem como objectivo a obtenção de competências básicas em leitura, escrita, cálculo e sensibilização para o uso de tecnologias de informação e comunicação.

As acções desenvolvidas no âmbito deste programa podem ser realizadas por estabelecimentos de ensino da rede pública, tutelados pelo Ministério da Educação e por Centros de formação profissional do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

B) Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Valoriza as aprendizagens efectuadas, em diferentes contextos (formais, não formais e

¹⁴⁰ Informações recolhidas em <http://www.min-edu.pt/>

informais), ao longo da vida, e reconhece as competências adquiridas, atribuindo-lhe uma certificação escolar e/ou profissional. O processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) decorre nos Centros Novas Oportunidades e não obedece ao calendário escolar, podendo ser iniciado em qualquer momento.

O Sistema Nacional de Qualificações atribui aos Centros Novas Oportunidades um papel nuclear na qualificação dos adultos. Com efeito, estas estruturas têm por missão garantir o encaminhamento dos adultos que procuram aumentar a sua qualificação, para as respostas mais adequadas a cada perfil específico. Assim, o encaminhamento pode ser feito para ofertas de educação ou de formação externas aos Centros Novas Oportunidades, ou para processos de reconhecimento e validação de competências dos adultos (desenvolvidos nos Centros Novas Oportunidades), que permitem o posicionamento dos adultos em percursos de educação e formação, ou a obtenção de uma certificação equivalente ao 6º, 9º ou 12º ano de escolaridade.

A rede nacional é actualmente constituída por quase 500 Centros Novas Oportunidades, distribuídos por todo o território continental e arquipélago da Madeira. Cada Centro Novas Oportunidades é dotado de uma equipa técnico-pedagógica que responde às diferentes valências e etapas/dimensões de intervenção definidas. Esta equipa contempla profissionais distintos, com perfis diferenciados, tendo em vista uma resposta eficaz às diferentes necessidades dos candidatados/formandos que aí se inscrevem. No país, há 456 Centros Novas Oportunidades em funcionamento.

C) Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)

Conciliam uma formação de base (escolar) com uma componente tecnológica (profissional) que integra um estágio (Componente Prática em Contexto de Trabalho), o que confere uma dupla certificação (escolar e profissional). Nalgumas situações, o percurso frequentado pode conduzir a uma certificação apenas escolar ou profissional. Estes cursos são indicados para quem necessita de completar o Ensino Básico (1º, 2º ou 3º Ciclo) ou o Ensino Secundário e não dispõe de uma experiência profissional relevante. Podem ainda ser indicados para quem pretende uma reconversão profissional.

D) Formações Modulares Certificadas

Permitem concluir ou efectuar um percurso formativo integrado no Catálogo Nacional de Qualificações, de uma forma gradual e flexível, com a possibilidade de o interromper e retomar mais tarde, de acordo com a disponibilidade do adulto. Estas formações podem variar entre 25 e 600 horas, contribuindo para a obtenção de uma qualificação ou para completar processos de RVCC.

E) Vias de Conclusão do Nível Secundário de Educação

Possibilitam a conclusão do nível secundário de educação, caso o Adulto tenha até seis disciplinas em falta de um plano de estudos já extinto. Poderá optar entre a realização de exames às disciplinas em falta, ou outras que as substituam, e a frequência de módulos de formação no âmbito dos referenciais integrados no Catálogo Nacional de Qualificações. Por cada disciplina em falta, terá de realizar um exame ou 50 horas de formação.

ANEXO F - AVALIAÇÃO DA INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

Tabela F1. Avaliação da Iniciativa Novas Oportunidades¹⁴¹

Percepções	Avaliação
Emergência de uma marca	<ul style="list-style-type: none"> • A iniciativa surge como uma marca de serviço público com valores de acessibilidade (adaptada aos tempos/ritmos próprios, aberta a Flexibilidade/mobilidade); inclusão (valorização de cada indivíduo e da sua história de vida) e horizontes (acesso a cenários no futuro, possibilidade de sonho e de mudança).
Qualidade de serviço e satisfação	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada satisfação com a qualidade de serviço (equipas e Instalações); • Aumento da procura do 12º ano (com destaque para Activos empregados e domésticas); • Avaliação muito boa do primeiro contacto com o centro novas oportunidades; • A produção do portefólio é sentida como um dos pontos fortes do processo de qualificação; • É considerada pelos próprios como muito importante a passagem pela iniciativa Novas oportunidades.
Aumento dos níveis de educação dos adultos e da melhoria efectiva das suas competências-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Os maiores ganhos de competência verificam-se na literacia (leitura, escrita e comunicação Oral) e em e-competências (uso de computador e internet); • Forte reforço da auto-estima e da motivação para continuar a aprender - "aprender a Aprender"; • Melhoria generalizada das "soft-skills": competências pessoais e sociais, cívicas e Culturais.
Desbloqueio da procura potencial das qualificações	<ul style="list-style-type: none"> • Preferência pelo sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências porque tem menos custos de oportunidade para os indivíduos (menores sacrifícios porque tem maior capacidade de adaptação às condições pessoais de cada adulto); • Procura dos cursos educação-formação está a ser induzida pelos centros de emprego e regista já grande impacto junto de desempregados, mas também junto dos menores de 40 anos; os cursos de dupla certificação (escolar e profissional) trazem ganhos mais explícitos do Ponto de vista profissional, sobretudo para quem completou processos de rvcc/pro.
Impactos sobre os inscritos	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativa continua a captar forte adesão dos adultos mas mantém-se a dificuldade de captar alguns segmentos mais "resilientes": jovens menores de 30 anos, mulheres de idade superior a 50 anos e profissionais pouco qualificados; • 32% das pessoas que passaram pela iniciativa afirmaram que esse facto teve já algum impacto positivo na sua vida profissional; • A família tem inegáveis impactos na procura da iniciativa - a assimetria de qualificação entre cônjuges induz a procura por parte do menos qualificado, designadamente quando se trata do marido; por outro lado, quando um membro do casal inicia o percurso há elevada probabilidade de o outro também vir a aderir; • Em relação a 2009 intensificou-se o acesso dos indivíduos certificados à sociedade de informação; para usos pessoais e profissionais a percentagem de utilizadores de internet elevou-se de 67% para 83% e os "heavy users" passaram de

¹⁴¹ Avaliação efectuada pela Universidade Católica de Lisboa (2009/2010) e que envolveu cerca de 265 centros e mais de 8500 profissionais.

35% para 60%;

- Os "ganhos do eu" são muito expressivos: é declarado o aumento de cultura geral, o reforço da vontade de continuar a estudar e aumentam também quer o sentimento de segurança quer a extroversão;
- As pessoas declaram ainda que a iniciativa novas oportunidades permite concluir ciclos de estudo que ficaram em aberto ao longo da vida;
- 32% das pessoas disseram ter havido pelo menos um factor positivo na sua vida profissional motivada pela passagem pela iniciativa; a grande maioria dos que mudaram fizeram-no para melhor (maior número de pessoas com responsabilidades sobre terceiros, maior estabilidade de emprego, alargamento de competências);
- Grande parte dos que estão (ou estiveram) inscritos na iniciativa Novas Oportunidades (acima de 85%) diz-se disponível para recomendar a experiência a outros adultos, tornando-se embaixador da iniciativa.

**Auto-avaliação dos centros
novas oportunidades**

- Os profissionais declaram que a auto-avaliação contribui de modo relevante para a forma como trabalham e que tem impactos relevantes no funcionamento do centro; os mesmos afirmam ainda que é útil que o modelo seja comum a todos os centros e que deverá continuar a ser utilizado no futuro;
- O processo de reflexão crítica a partir de indicadores do SIGO permite o desenvolvimento de planos de melhoria e acções correctivas, centrando as equipas nas necessidades do que referem ser os "nossos clientes"; o facto de este trabalho ser feito em equipa e de modo sistemático, assente em informação objectiva, permite o progresso contínuo e aumenta a Satisfação dos profissionais, segundo afirmação dos próprios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADPM (2006) *Portefólio*

ADPM, *Estratégia de Intervenção da ADPM – 2011*

ADPM, *Processo de Renovação da Acreditação enquanto entidade Formadora, 2000-2009*

Afonso, M. e Ferreira, F. (2007). *O Sistema de Educação e Formação Profissional em Portugal*. Luxemburgo: CEDEFOP

Albino, J. e leão, L. (2001) *Desenvolver (des) envolvendo: reflexões e pistas para o desenvolvimento local no Alentejo*, Aljustrel, Esdime

Almeida, J. e Pinto, J. M. (1995) *A Investigação nas Ciências Sociais*, 5ª Edição, Lisboa, Editorial Presença

Ambrósio, T. (2001) Caminhar para um novo projecto de sociedade, *Revista S@ber +*, nº 9, 2001, 10

Amiguinho, A. (2005) Educação em Meio Rural e Desenvolvimento Local, *Revista Portuguesa de Educação*, 18 (2), 7-47

ANEFA (2000) *Aprender com Autonomia*, Lisboa, ANEFA

ANEFA (2000) *Concurso Nacional S@ber +. Projectos Premiados 1999*, Lisboa, ANEFA

ANEFA (2000) *Cursos de Educação e Formação de Adultos-Orientações para a Acção*, Lisboa, ANEFA

ANEFA (2000) *Materiais de Balanço de Competências para os Cursos EFA*, Lisboa, ANEFA

ANEFA (2001) *Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – Roteiro Estruturante*, Lisboa, ANEFA

ANEFA (2002) *A Aprendizagem dos Adultos em Portugal. Exame Temático no âmbito da OCDE*, Lisboa, ANEFA

ANEFA (2002) *Educação e Formação de Adultos: Factor de Desenvolvimento e Competitividade*, Lisboa, ANEFA

ANIMAR (1998) *Declaração de Amarante*, MANIFesta 98 – Amarante, III Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local

ANIMAR (1998) *Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Messejana, ANIMAR

- ANIMAR (2001) *Declaração de Tavira*, MANIFesta 2001 – Tavira, IV Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local
- ANIMAR, (2008) *Manual de e-Col@boração e e-Aprendiz@gem: e-Qu@lificação para o Terceiro Sector* [Online], disponível em http://www.3sector.net/equalificacao/src_cdroms/gestao_financeira/manual/manual_colaboracao.pdf , [último acesso em Dezembro de 2010]
- Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2002
- Araújo, M.C. e Coutinho, C.P., (2009) *A Iniciativa Novas Oportunidades e o Combate à Info-exclusão da População Adulta*, [Online], disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9353/1/comunica%C3%A7%C3%A3o_%20Cc.pdf, [último acesso em Dezembro de 2010]
- Associação In Loco (org) (2001), *Formação para o Desenvolvimento Formação/Inserção Profissional Territorializada*, Associação In Loco
- Azevedo, J. (2002) *O Fim de Um Ciclo? A Educação em Portugal no Início do séc. XXI*, Porto, Asa
- Barroso, J. M. (2010) *Europa 2020* [Online], disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000045039/>, [último acesso em Dezembro de 2010]
- Bell, J. (1997) *Como Realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa, Gradiva
- Cabrito, B. G. (2002) *Economia da Educação*, Lisboa, Texto Editora
- Canário A. (org.) (1997) *A escola como organização que aprende. Formação e situações de trabalho*. Porto, Porto Editora
- Canário, R. (1999) *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática*, Lisboa, Educa
- Canário, R. e B. Cabrito. (Org.) (2005) *Educação e Formação de Adultos – Mutações e Convergências*, Universidade de Lisboa, Educa
- Canotilho, J. G. e V. Moreira (1989) *Constituição da Republica Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editores
- Cardoso, A. M. F. (2007) *As associações: uma alavanca para o desenvolvimento local*, Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Novembro - SPER / UAAlg, 2008, CD-ROM
- Carmo, E. A. (Coord.) (2003) *Formação Profissional na Europa: Cultura, Valores e Significados*, Lisboa, INOFOR

- Carmo, H. e Ferreira, M. (1998) *Metodologia da Investigação, Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta
- Carneiro, R. (2002) Duas décadas para recuperar dois séculos de atraso, *Revista Economia Pura*, 46,12
- Carneiro, R. (Org.) (2009) *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como acção de política pública educativa*, Lisboa, Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
- Carvalho, A. D. (org.) (2002) *Sentidos Contemporâneos da Educação*, Porto, Edições Afrontamento
- Casteleiro, J. (org) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Charles, H. e Jacques B. (orgs) (2001) *Investigação e Educação. Para uma “Nova Aliança”*, Porto, Porto Editora
- CIME (2001) *Terminologia da Formação Profissional*, Lisboa
- Coelho, S. L. (2008) *Participação Social e Associativismo em Portugal: Breves Apontamentos de um Estudo de Caso de uma Associação de Promoção do Comércio Justo*, Fórum Associativismo, Santa Maria da Feira, Comunicação Apresentada
- Comissão das Comunidades Europeias (2001) *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, Seminário Regional de Elvas, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias
- Comissão das Comunidades Europeias (2001) *Tornar o espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida uma realidade* [Online], disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0678:FIN:PT:PDF>, [último acesso em Dezembro de 2010]
- Comissão das Comunidades Europeias (2005) *Uma política de coesão para apoiar o crescimento e o emprego: orientações estratégicas comunitárias, 2007-2013*, Bruxelas, União Europeia
- Comissão Europeia (2003) *Para uma Europa do Conhecimento. A união Europeia e a Sociedade da Informação*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
- Comissão Europeia (2007) Conclusões do Conselho de 25 de Maio de 2007 relativas a um quadro coerente de indicadores e valores de referência para avaliar os progressos alcançados na realização dos objectivos de Lisboa no domínio da educação e da formação, *Jornal Oficial da União Europeia*, 21.12.2007, PT, C 311/13

- Comissão Europeia (2010) *EUROPA 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, Bruxelas, Comissão Europeia
- Conselho da União Europeia (2004) *Projecto de conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho sobre princípios comuns europeus de identificação e validação da aprendizagem não formal e informal*, [Online], disponível em http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/informal/validation2004_pt.pdf, [último acesso em Dezembro de 2010]
- Conselho da União Europeia (2007) *Novas competências para novos empregos* [Online], Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2007:290:0001:0003:PT:PDF>, [último acesso em 10 de Novembro de 2010]
- Conselho de Ministros (2005) *Portugal, Grandes Opções do Plano, 2005 – 2009*, Lisboa, Conselho de Ministros
- Conselho Económico e Social (2005) *Estratégia de Lisboa. Parecer de Iniciativa*, Lisboa, Conselho Económico e Social
- Couvaneiro, M. C. H. S. (2009) *Serviços de Proximidade: Cidadania, Responsabilidade Social*, V Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social: Economia Social e Desenvolvimento Sustentável, Santarém, 10 e 11 de Julho, Comunicação apresentada
- Covas, A. (2005) *O Tratado Constitucional e o Futuro da União Europeia*, Faro, Universidade do Algarve
- Covas, A. (2006) *Engenharia de base socio-territorial e nova racionalidade agro-rural*, Estação Agronómica Nacional, Comunicação Apresentada
- Covas, A. (2006) *Municípios das Áreas Rurais de Baixa Densidade. 2º Encontro Nacional*, Carraceda de Ansiães, Comunicação Apresentada
- Covas, A. (2006) *O processo de inovação territorial em meio rural*, Ovibeja, Beja, Comunicação Apresentada
- Covas, A. e Covas M.M. (2009) A ‘agricultura glocal’: os produtos ‘glociais’ amigos do mundo rural”, in: Moreno, L.; Sánchez; M. M.; Simões, O. (Coord.) (2009), *Cultura, Inovação e Território: o Agroalimentar e o Rural*. Lisboa, SPER - Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp. 17-25
- Covas, A. e Covas M.M. (2009) *Ruralidades IV: Retratos portugueses de agricultura multifuncional*, Faro, Edições da Universidade do Algarve

- Covas, A. e Covas M.M. (2010) *Herdades, Montes e Quintas – Modelos de Negócio em Espaço Agro-Rural: Reflexões Preliminares*, Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros (IV CER), Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 1234-1243
- Covas, A. e Covas M.M. (2010) *Ruralidades V: Modernização Ecológica, Serviços Ecosistémicos e Riscos Globais – a ruralidade do nosso tempo*, Faro, Edições da Universidade do Algarve
- Covas, A. e Covas M.M. (2011) *A Grande Transição: Pluralidade e diversidade no mundo rural - elementos para um novo contrato social*, Lisboa, Edições Colibri
- Covas, M. M. (2003), *Educação para a Cidadania*, Colóquio sobre Educação subordinado ao Tema: *Novo Desafios para a Escola e seus Actores*, Universidade do Algarve, Gambelas, Faro, Comunicação Apresentada
- Covas, M. M. (2004) *Reflexões sobre os desafios da sociedade globalizada e a compatibilidade educativa, II Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sociocultural, Paredes de Coura, Comunicação Apresentada*
- Covas, M. M., Covas, A. (2006) *O espaço rural revisitado: da convencional monofuncionalidade aos desafios da moderna multifuncionalidade*, Congresso Internacional sobre os Desafios Socioculturais para o Século XXI, Póvoa de Varzim, Comunicação Apresentada
- Covas, M. M., Covas, A. (2006) *Saúde, cultura e sociedade – as eco-aldeias, um exemplo da nova ruralidade*, II Congresso Internacional Sobre Saúde, Cultura e Sociedade, Tavira, Comunicação Apresentada
- Decreto Regulamentar nº 4/A, de 2008
- Decreto-lei nº 387/99
- Denis, H. (1993) *História do Pensamento Económico*, 7ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte
- Deschamps, C. (1993) *L'approche phénoménologique en recherche*. Montreal
- Despacho nº 10534/97, de 16 de Outubro
- Dewey, J. (2007) *Democracia e Educação*, Lisboa, Plátano Editores
- Dias, J. M. (1996) *Elaboração de Programas de Formação*, Lisboa, I.E.F.P
- Domingos, A. M., Neves, I. P., Galhardo, L. (1987) *Uma Forma de Estruturar o Ensino e a Aprendizagem*, 3ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte
- Duarte, A. F. (1996) *Uma Nova Formação Profissional para um Novo Mercado de Trabalho*, Lisboa, IEF.P.

- Duarte, P. (2008) *Cidadania ou Vitimização? Mobilização Política e Militarismo Público – Questões Preliminares*, VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Comunicação Apresentada
- Eco, H. (1977) *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença
- Encontro Nacional de ADL`S (2002) *Participação ou Asfixia da Sociedade Civil?* Lisboa, Encontro Nacional de ADL`S
- Esdime, (2007) *O impacto da certificação de competências na vida das pessoas*, Esdime
- Esperança, T. (2002) *A Cidade Educadora e a Agenda 21* [Online], Disponível através do site: www.moodle.adpmweb.org, [Último acesso em 23 de Dezembro de 2008]
- Europa 2020 – da Estratégia de Lisboa à nova Estratégia para a Europa*, [Online], Disponível em http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=4810, [último acesso em 10 de Novembro de 2010]
- Faure, E., Herrera F., Kaddoura A. Z., Lopes H., Petrovski A. V., Rahnema, M., Ward F. C. (1972) *Aprender a ser - La educación del futuro*, Versión española de Carmen Paredes de Castro Alianza, Unesco
- Fernandes, A. T. (2004) *Democracia, Descentralização e Cidadania*, Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes, Oeiras, Celta Editores
- Fernandes, E. (2003) O associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática, *Revista Intervenção Social*, 27, 159-190
- Fernandes, J. e Meireles, S. (2009) *O reconhecimento e validação de adquiridos – conjunturas e conjecturas*, Colóquio Afirse Secção, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 12, 13 e 14 de Fevereiro, Comunicação apresentada
- Ferreira, J. M. C. (2009) *Associativismo, Terceiro Sector e Desenvolvimento Local Sustentável* [Online], Disponível através do site: http://www.inscoop.pt/inscoop/comunicacao/5Coloquio/Comunicacoes/Economia_Social-Solidariedade_e_Cooperacao/Associativismo,_Terceiro_Sector_e_Desenvolv, [Último acesso em 22 de Dezembro de 2010]
- Ferreira, S. (2004) *O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos

- Sociais, V Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho, Braga, 12-15 de Maio, Comunicação apresentada
- Ferreira, S. (2004) *O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal*, comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho, Braga, 12-15 de Maio de 2004, [Online], disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/530_DPR461518504bc0c_1.pdf [último acesso em 10 de Novembro de 2010]
- Finger, M. (2001) Revista Aprender ao Longo da Vida, nº da revista, 35
- Finger, M. e Asún, J. M. (2005) *A Educação de Adultos numa Encruzilhada*, Porto, Porto Editora
- Fortin, M. F. (1996), *O processo de investigação, da concepção à realização*. Loures. Lusociência
- Fragoso, F. e Lopes F. L. (2001) *Saí da Escola para Comprar uns Sapatos...*, Alcáçovas, Terras Dentro
- Gadotti, M. (2005) *A Questão da Educação Formal/Não Formal*, Institut International Des Droits De L'enfant (IDE) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), Comunicação Apresentada
- Gamboa, V. M. P. (1999) *Projectos de Carreira dos Jovens dos Cursos Tecnológicos das Escolas Secundárias de Portimão – Tese de Mestrado*, Évora, Universidade de Évora, Departamento de Sociologia
- Giddens, A. (2001) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora
- Giddens, A. (2006) *O Mundo na Era da Globalização*, 6ª Edição, Lisboa, Editorial Presença
- Gohn, M. da G. (2006) *Educação Não-Formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas*, [Online], Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p.27-38, Jan./Mar, Disponível através do site www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf, [Último acesso em 22 de Dezembro de 2009]
- Grandes Opções do Plano 2005-2009* [Online], disponível em http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/GOP2005_2009_AR.pdf, [último acesso em Dezembro de 2010]
- Guerreiro, M. (2008) *Associações de Desenvolvimento Local: Que Contributo para o Desenvolvimento Local? O estudo de Caso da ADPM*, ISCTE, Tese de Mestrado

- http://www.planotecnologico.pt/document/PNACE_2005_2008.pdf, [último acesso em Dezembro de 2010]
- I.E.F.P. (2004) *Evolução e Situação dos Mercados Locais de Trabalho – 1º Trimestre de 2004*, Lisboa, I.E.F.P.
- I.E.F.P. (2006) *Evolução e Situação dos Mercados Locais de Trabalho – 4º Trimestre de 2004*, Lisboa, I.E.F.P.
- Iniciativa Novas Oportunidades, [Online], disponível através do site www.moodle.adpmweb.org, [último acesso em 6 de Novembro de 2010]
- Jornal Expresso (2010) *Crise anima Economia Social*, [Online], disponível em: <http://aeiou.expresso.pt/crise-anima-economia-social=f607978>
- Justo*, Conferência O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza, Fórum Associativismo, Santa Maria da Feira, 31 Maio, Comunicação apresentada
- Lavado, C. e Barata, A. (2007) *O Portal 3Sector: formar, informar e inovar com as TIC, Vez e Voz Nº 1*, II Série, Ano XV
- Lesne, M. (1983) *Trabalho Pedagógico e Formação de Adultos – Elementos de Análise*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Lima, L. (1986) *Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho
- Lima, L. (1994) *Educação de Adultos-Forum II*, Braga, Universidade do Minho
- Lima, L. (org) (1994) *Educação de Adultos- Fórum I*, Braga, Universidade do Minho
- Lima, L. C. (2005) *A Educação de Adultos em Portugal (1974-2004)*, Canário, R. e B. Cabrito. (Org.) (2005) *Educação e Formação de Adultos – Mutações e Convergências*, Universidade de Lisboa, Educa
- Lima, L. e Sancho A. M. (1989) *Elementos de Análise Sócio-organizacional das Associações de Desenvolvimento Local – Separata Fórum*, Braga, Universidade do Minho
- Louro, M. F. (2009) *Os novos desafios da cidadania e da governança local rumo ao desenvolvimento sustentável*, [Online], disponível em: http://www.inscoop.pt/inscoop/comunicacao/5Coloquio/Comunicacoes/Economia_SocialSolidariedade_e_Cooperacao/Os_Novos_Desafios_da_Cidadania_e_da_Governanca_Local_rumo_ao_Developolvimento_Sustentavel_-M%C2%AA_Fatima_Louro.pdf
- Malheiro, J. (1996) *Associativismo Popular Originalidade do Povo Português*, Câmara Municipal de Almada, 1996

- Marques, G. B. e Baltazar, M. (2000) Caminhar para Um Novo Projecto de Sociedade, *Revista S@ber +*, 9,8-11
- Marques, G. B. e Seguro, R. (2000) Entrevista a Roberto Carneiro, *Revista S@ber +*, 9,18-23
- Martins, A. (2004) *O Movimento Associativo Popular e a Democracia* [Online], Associação 25 de Abril, Paineis da Democracia, Lisboa, Disponível através do site: www.25abril.org/democracia.htm, [Último acesso: 20 de Dezembro de 2009]
- Martins, S. da C. (2001) Novos Associativismos. Espaços Renovados de Participação, Cidadania e Educação, *A Revista da ESES*, 11, 89-117
- Matalon, Benjamin. [et al] (2001) *O Inquérito*, Oeiras, Celta
- Mateus, R. (2002) *Estratégias de dinamização e valorização do património rural*, Comunicação Apresentada
- Melo, A. (2005) As Organizações Cívicas na Construção de Um Desenvolvimento Sustentável, *Aprender ao Longo da Vida*, 3, 34 – 36
- Melo, A. (Coord), Matos, L. e Silva, O. S. (2001) *S@ber +: Programa para o Desenvolvimento e Expansão da Educação e Formação de Adultos, 1999-2006*, Lisboa, ANEFA
- Melo, A. e Benavente, A. (1978) *Educação Popular em Portugal (1974-1976)*, Colecção Educação, Estudos e documentos, Lisboa, Livros Horizonte
- Melo, A. Queirós, A. M., Silva, A. S., Salgado, L., Rhotes, L. E., Ribeiro, M. (1998) *Uma Aposta Educativa na Educação para Todos. Documento de Estratégia para o Desenvolvimento da Educação de Adultos*, Lisboa, Ministério da Educação
- Ministério da Economia (2004) *Lisbon Strategy: An assessment of Portugal's achievements*, Lisboa, Ministério da Economia
- Ministério da Educação (1998) *Uma Aposta Educativa na Participação de Todos. Documento de Estratégia para o Desenvolvimento da Educação de Adultos*, Lisboa, Ministério da Educação
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000) *Plano Nacional de Emprego 2000. Portugal e a Estratégia Europeia para o Emprego*, Lisboa, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento
- Moniz, A. B. e Kovács, I. (1997) *Evolução das Qualificações e das Estruturas de Formação em Portugal*, Lisboa, I.E.F.P.
- Moreira, C. (1994) *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

- Mortágua, C. (1998) “Reflexões sobre as práticas do desenvolvimento local em Portugal: existem ou não práticas de desenvolvimento local no nosso país?” [Online], disponível em, <http://www.inloco.pt/site/index.php?name=ContentExpress&func=display&ceid=82>.
- Mortágua, C. (2006) Kit Mínimo para a Sobrevivência das ADL, *Revista Vivas e Veredas da Raia*, 14-19
- Murteira, M. (2004) *Economia do Conhecimento*, Lisboa, Quimera
- Nóvoa, A. e Finger, M. (Org.) (1988) *O Método (Auto) Biográfico e a Formação*, Lisboa, Ministério da Saúde, Departamento de Recursos Humanos da Saúde e Centro de Formação Profissional
- Núcleo Executivo da Rede Social do Concelho de Mértola (2004) *Diagnóstico Social do Concelho de Mértola*, Mértola, Conselho Local de Acção Social
- O Portal 3 Sector: Formar, Informar e Inovar com as TIC, *Artigos Vez e Voz*, disponível através do site www.animar.pt, [último acesso em 6 de Novembro de 2010)
- Oliveira, R. (1996) *Contributos para o Vale do Guadiana, Mértola*, ADPM
- Oliveira, R. e Baptista, I. (1999) *Guadiana Vivo*, Mértola, ADPM
- Osório, A. R. (1993) *Educação Permanente e Educação de Adultos*, Lisboa Editorial Ariel, SA
- Pardal, I. (2005) A Construção de Uma Comunidade Aprendizente..., *Al-Gazarra* 3, 15
- Pardal, I. (2009) *Renovação do Processo de Acreditação*, Mértola, ADPM
- Pedroso, P. (1998) *Formação e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Celta Editora
- Peretz, H. (2000) *Métodos em Sociologia*, Lisboa, Temas e Debates
- Pinho, O *Associativismo: Conceitos, Princípios e Tipologias* [Online], disponível em <http://adcbbrasil.blogspot.com/2009/09/associativismo-conceitosprincipios.html>, [último acesso em Dezembro de 2010]
- Pinto, J. M. e Dornelas, A. (2000) *Educação, Formação e Trabalho*, Lisboa, INCM.
- Pinto, L.C. (2005) *Sobre Educação Não Formal* [Online], *Cadernos d’ Inducar*, Disponível através do site <http://www.inducar.pt/>, [Último acesso: 20 de Dezembro de 2008]
- Plano Tecnológico - Uma estratégia de crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação - Documento de apresentação* [Online], disponível em <http://www.planotecnologico.pt/document/OPlanoTecnologico.pdf>, [último acesso em Dezembro de 2010]

- Praia, M. (1999) *Educação para a Cidadania. Teorias e Práticas*, Porto, Edições ASA.
- Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009* [Online], disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governos_Documentos/Programa%20Governo%20XVII.pdf, [último acesso em Dezembro de 2010]
- Programa Nacional Crescimento e Emprego, 2005/2008*, (2005) [Online], disponível através do site www.moodle.adpmweb.org, [último acesso em 6 de Novembro de 2008]
- Quivy, R. e Campenhoudt, L.V. (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- Rainha, L. F. (2010) *Estratégia Europa 2020*, Centro Europe Direct de Santarém, Março, Santarém, comunicação apresentada
- REDE – Edição Especial: 10 Anos de Desenvolvimento Local em Portugal, 1998. Disponível online em: <http://www.in-loco.pt/loco/publica/publica.htm> [último acesso em 10 de Novembro de 2010]
- Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007 de 03-07-2007
- Revez, J. (2004) Editorial, *Al-Gazarra*, 1, 1
- Revez, J. (2008) *Formação para o Desenvolvimento*, Moçambique, Apresentação Efectuada
- Rodrigues, D. (Org.) (2003) *Perspectivas sobre a Inclusão – Da Educação à Sociedade*, Porto, Porto Editora
- Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado (1999), *As Pessoas e o Território: Actas / Colóquio Transnacional Inserção Social e Desenvolvimento Local*, Serpa, RG – ADI
- Samuelson, P. A. e Nordhaus, W. D. (1991) *Economia*, 12ª Edição, Lisboa, McGraw-Hill
- Santos, M. P. (2005) Um lugar de Aprendizagem para Idades Diferentes, *Aprender ao Longo da Vida*, 3, 18 – 20
- Savater, F. (1997) *O Valor de Educar*, 4ª Edição, Lisboa, Editorial Presença
- Silva, A. S. (1990) *Educação de Adultos. Educação para o Desenvolvimento*, Porto, Edições ASA
- Silva, M. (2008) *A Economia Social – Um Caminho para Vencer a Pobreza?* 7º Colóquio Cooperativismo e Economia Social: Olhares Cruzados, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 27 e 28 de Junho de 2008, Comunicação Apresentada

- Silva, S. M. (2007) *Os espaços do Associativismo: Como Participam as Associações de Canelas no Espaço Local?* Projecto *Rede Informal de Organizações* (RIO), I Conferência Internacional de Jovens Investigadores Urbanos (FICYUrb), ISCTE, Lisboa, Portugal, 11 e 12 de Junho de 2007, Comunicação apresentada
- Sousa, A. (1990) *Análise Económica*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia
- Stoer, S. (1982) *Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte
- Tedesco, J. C. (2000) *O Novo Pacto Educativo*, 2ª Edição, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão
- Tira-Picos, A. (1993) *A Avaliação da Formação Profissional*, Lisboa, I.E.F.P.
- Trigo, M. M. (2000) Investir na Educação e Formação de Adultos ao Longo de Toda a Vida, *Revista S@ber* +, 9,12-14
- UNESCO (1996) *Educação: Um Tesouro a Descobrir*, 8ª Edição, Porto, Edições Asa
- UNESCO (1998) *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Hamburgo 1997. Declaração Final e Agenda para o Futuro*, Lisboa, Ministério da Educação
- UNESCO (2010) Executive Summary Global Report on Adult Learning and Education, Brasília, UNESCO
- UNESCO, (2010), Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos, Brasília, Unesco
- Vala, J. (1986) *A análise de conteúdo* in Pinto, J. M. [et al] (1986) *Metodologia das Ciências Sociais*, 11ª Edição, Lisboa, Edições Afrontamento
- Vário (1995) *Formação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural*, Aljustrel, Esdime
- Vários (2008) *Percursos Tipo de Inclusão Socioprofissional em Desempregados de Longa Duração no Distrito de Beja*, Mértola, ADPM
- Viegas, J. M. L. (2004) Implicações Democráticas das Associações Voluntárias - O Caso Português Numa Perspectiva Comparativa Europeia, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, 33-50

Páginas consultadas

- http://Europa.eu.int/comm/education/policies/2010/et_2010_pt.html
- <http://www.encontro-efa.com.pt/>
- <http://www.schwartzman.org.br/>
- http://europa.eu/agencies/community_agencies/cedefop/
- www.unesco.pt
- <http://www.cedefop.europa.eu/>
- www.iefp.pt
- www.poefds.pt
- www.iqf.pt
- www.anq.pt
- www.poph.pt
- www.qren.pt
- <http://pt.shvoong.com/>
- <http://www.pnud.org.br/rdh/>
- O Associativismo: Conceitos, Princípios e Tipologias por Paulo Pinho
- <http://pt.shvoong.com/>
- <http://associativismo.blogs.sapo.pt/>
- <http://www.fontelonga.pt/page.php?13>
- <http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working30.pdf>
- www.adpmweb.org
- www.animar.pt

- <http://www.scielo.br/>
- www.c3.com.pt
- www.direitodeaprender.com.pt
- www.eurocid.pt
- www.estrategiadelisboa.pt
- <http://www.gepe.min-edu.pt/>
- <http://www.min-edu.pt/>
- <http://pt.wikipedia.org>
- <http://viveraprender.blogspot.com>
- www.novasoportunidades.com
- www.fse.pt
- <http://www.planotecnologico.pt/>
- www.min-edu.pt/
- www.camertola.pt/
- <http://www.raiadochanca.dluz1.com>
- <http://www.eurocid.pt/p>
- http://oefp.iefp.pt/admin/upload/Publicacoes/Aspec_Est_Mercado_Trabalho/f3f85434-9cf6-47af-af97-85f0fcb73357.pdf
- <http://adcbbrasil.blogspot.com/2009/09/associativismo-conceitosprincipios.html>
- http://www.3sector.net/equalizacao/src_cdroms/gestao_financeira/manual/manual_colaboracao.pdf
- <http://www.inloco.pt/site/index.php?name=ContentExpress&func=display&ceid=82>

- <http://pt.wikipedia.org>
- (<http://viveraprender.blogspot.com>)
- http://opbpl.cies.iscte.pt/content/statistics/estudo%20nacional%20oefp_2010.pdf
- <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>
- <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/estatistica>
- <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>
- <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>
- <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=128&doc=9741&mid=2>)

APÊNDICE A – CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS
PARA O CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO
MILÉNIO (ODM'S)

Tabela AP-A-1-Contributo da Educação e Formação de Adultos para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM'S)

ODM 1:Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

Adultos mais capacitados escolar e profissionalmente, são cidadãos mais bem preparados para encontrar soluções criativas que lhes permitam resistir e alterar condições de pobreza ou desfavorecimento, recorrendo ao conhecimento, à inovação, às tecnologias.

ODM 2:Alcançar o Ensino Primário Universal

É consensual, através da análise de indicadores internacionais, que existe uma forte relação positiva entre o nível de capacitação e formação dos pais e a propensão que os filhos têm para o sucesso nas aprendizagens.

ODM 3:Promover a Igualdade de Género e Capacitar as Mulheres

A capacitação e qualificação das mulheres torna-as mais conscientes, confiantes e participativas na vida familiar e no exercício activo de uma cidadania democrática.

ODM 4: Reduzir a Mortalidade Infantil

Pais mais capacitados e formados, geralmente, possuem maiores condições para melhorar as práticas de saúde e alimentação da sua família, tendo inclusivé um estudo de longo prazo realizado na Nicarágua, concluído que mães com níveis educacionais mais elevados, têm filhos mais saudáveis, registando valores inferiores de mortalidade infantil.

ODM 5: Melhorar a Saúde Materna

Pais mais capacitados e formados, geralmente, possuem maiores condições para melhorar as práticas de saúde e alimentação da sua família, tendo inclusivé um estudo de longo prazo realizado na Nicarágua concluído que mães com níveis educacionais mais elevados têm filhos mais saudáveis, registando valores inferiores de mortalidade infantil.

ODM 6: Combater o HIV/SIDA, a Malária e Outras Doenças

A Educação e Formação de Adultos contribui activamente para o conhecimento e prevenção de comportamentos susceptíveis de contribuir para a propagação de doenças. Ao incentivar a um contínuo de aprendizagem, a EFA incute no adulto uma perspectiva de constante procura pelo conhecimento, de curiosidade, de capacitação para os Saberes.

ODM 7: Assegurar a Sustentabilidade Ambiental

A EFA contribui activamente para uma consciencia crítica relativamente ao ambiente e sua protecção.

ODM 8: Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento

Ao formar para a cidadania, a EFA incute nos países desenvolvidos uma consciência crítica relativamente à situação mundial, tornando-os mais conscientes, participativos e solidários.

APÊNDICE B – CONFINTEA'S – CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE
EDUCAÇÃO DE ADULTOS

CONFINTEA – Conferências Internacionais de Educação de Adultos

“ (...) Desde a Primeira Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA), em 1949, os Estados-Membros da UNESCO têm se dedicado a garantir que os adultos possam exercer o direito fundamental à educação. As Conferências posteriores em Montreal (1960), Tóquio (1972), Paris (1985) e Hamburgo (1997) reafirmaram esse direito, e propuseram maneiras de torná-lo realidade (...)” (UNESCO, 2010:12).

A) A **primeira CONFINTEA** realizou-se em **1949, em Elsinore**, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesta Conferência, atribui-se à educação de adultos “o papel de encorajar a tolerância entre as nações, promover a democracia nos países, criar uma cultura comum englobando a elite e as massas, trazer esperança aos jovens, dar às populações um sentimento de pertença” (Bhola, 1989:14, cit. Canário, 1999:12).

À educação de adultos, para além de qualificar e capacitar os recursos humanos necessários à reconstrução da Europa e ao relançamento de uma economia devastada pela Guerra, é também solicitado que incuta nos seres humanos competências para uma vivência em sociedade: “no pós-guerra, as sociedades ocidentais iniciaram um ciclo de crescimento económico cujo êxito exigia disponibilidade de mão-de-obra qualificada, de cuja produção a escola foi incumbida” (Cabrito, 2002:16).

A associação entre a EFA e a democracia, ou da EFA enquanto “veículo de mudança e transformação social” (UNESCO, 2010:22) mantém-se como uma corrente muito forte até à década de 60, do século XX.

B) A **Conferência Internacional de Educação de Adultos de Montreal (1960)** é realizada num contexto dualista, no que concerne à interpretação e função da EFA. Por um lado, as “tradições políticas e culturais¹⁴² (...) de educação de adultos foram desafiadas pela introdução de políticas de educação de adultos como meio de desenvolvimento económico. (...) Na sua interpretação mais restrita, tal perspectiva coloca a educação ao serviço das economias competitivas” (UNESCO, 2010:22). Por outro, e de forma paralela, desenvolve-se um modelo que situa a EFA dentro do amplo conceito de “aprendizagem ao longo da vida”, sendo lançado o conceito de Educação Permanente, reconhecida a dimensão “educação ao longo da vida”, contrariamente à dimensão “educação para a vida” (perspectiva vigente até então), e definido que a EA é um elemento específico da educação, não podendo continuar a ser um “apêndice” dos sistemas nacionais de educação (Osório, 2005).

Montreal representa o verdadeiro ponto de viragem para a educação de adultos, e pela primeira vez a EA desloca o seu centro de interesse da Europa para os Países não Desenvolvidos (Bhola, 1989, cit. Canário, 1999), sendo sublinhado “com particular ênfase, o papel da educação de adultos nos processos de desenvolvimento económico, quer no plano nacional, quer no plano internacional” (Canário, 1999:12).

C) Na **Conferência sobre Educação de Adultos realizada em Tóquio (1972)**, o reconhecimento das aprendizagens não-formais e informais enquanto elementos fundamentais na EFA surge internacionalmente.

D) Realizada em **Paris (1985)**, a **IV Conferência Internacional sobre Educação de Adultos**, caracterizou-se pela pluralidade de conceitos. Foram discutidos temas como a alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação rural, educação familiar, educação da mulher, educação em saúde e nutrição, educação cooperativa, educação vocacional, educação técnica. “Dessa forma, a Conferência de Paris, "implodiu" o conceito de educação de adultos” (<http://viveraprender.blogspot.com>).

¹⁴² Os movimentos operários na Europa e Estados Unidos (séc. XX), as *Folk High Schools* dos países nórdicos e bálticos da Europa, o movimento pedagógico gerado na América Latina com Paulo Freire e a “Pedagogia dos Oprimidos”, são alguns exemplos da tradição que associa a EFA ao processo de socialização, de empowerment e de mudança.

E) **A V Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos – CONFINTEA 1997, realizada em Hamburgo**, representou um marco importante para a EA. Em Hamburgo, mais de 1.500 participantes, incluindo representantes políticos de 135 Estados-Membros e, pela primeira vez, representantes de ONG's, sem voto, mas com direito a voz, afirmaram a educação como direito humano básico, para jovens e adultos de todas as idades e declararam a EFA como chave para o século XXI e para a sociedade da informação, assim como processo que acompanha a vida. Através da Declaração de Hamburgo, foi frisado o potencial da aprendizagem e da formação de adultos para “fomentar o desenvolvimento ecologicamente sustentável, para promover a democracia, a justiça, a igualdade entre mulheres e homens e o desenvolvimento científico, social e económico, bem como para construir um mundo em que os conflitos violentos sejam substituídos pelo diálogo e por uma cultura de paz baseada na justiça” (UNESCO, 1998:7).

A Declaração de Hamburgo representa um marco histórico relativamente às conferências realizadas anteriormente, muito mais centradas na educação de adultos como um subsistema educativo. Intitulando-se “Aprender em Idade Adulta: Uma chave para o séc. XXI” e tendo como grandes objectivos: a) reforçar a importância da educação e da aprendizagem na vida adulta e ao longo da vida; b) incentivar a comunidade internacional a assumir compromissos sobre os direitos dos adultos neste domínio; c) promover a troca de experiências e a cooperação internacional; d) adoptar a “Declaração sobre Educação de Adultos ” e um “Plano para o Futuro”, constitui uma afirmação clara da EA, afastando-se da concepção que a considerava um simples subsistema educativo, “ganhando espaço e influência nas mais variadas dimensões da vida social” (UNESCO, 1998:3).

Os 10 temas que estruturam os debates e as conclusões da conferência de Hamburgo, evidenciam o estreito relacionamento entre a educação de adultos e problemáticas fundamentais para o funcionamento e a evolução das sociedades modernas: a consolidação e aperfeiçoamento da democracia, a igualdade de oportunidades e o reforço da participação das mulheres, as alterações no mercado de trabalho e emprego, o ambiente, a cultura, a saúde, a comunicação, as novas tecnologias, a interculturalidade, a economia, etc.

Na Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, (UNESCO, 1998:16), pode ler-se:

“ (...) A contribuição potencial da educação de adultos e da educação contínua para a criação de uma cidadania informada e tolerante, o desenvolvimento económico e social, a promoção da alfabetização, a mitigação da pobreza e a preservação do meio ambiente é enorme e, por conseguinte, deve ser aproveitada (...) ”.

Como podemos observar ao analisarmos as resoluções da UNESCO (1998), a EA apresenta-se, nesta Conferência, com duas finalidades: por um lado, a realização pessoal dos indivíduos e, por outro, o seu papel no desenvolvimento social, económico e cultural das comunidades locais, ou seja, a educação de adultos e a educação continuada são uma necessidade, tanto nas comunidades como nos locais de trabalho. As novas procuras da sociedade e as expectativas de crescimento profissional requerem, durante toda a vida do indivíduo, uma constante actualização dos seus conhecimentos e das suas habilidades, implicando também um alargamento e um envolvimento de “novos” actores nos processos de EFA, nomeadamente sindicatos, universidades, empresas, organizações não-governamentais, professores, formadores e os próprios educandos adultos.

O novo conceito de EFA apresenta novos desafios às práticas existentes, devido à exigência de um maior relacionamento entre os sistemas formais e os não-formais, de inovação, de criatividade e flexibilidade. Tais desafios devem ser encarados mediante novos enfoques, dentro do contexto da educação continuada durante a vida.

F) **A CONFITEA VI, sob a denominação “Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem e da educação de adultos”** teve lugar de 1 a 4 de Dezembro, sendo “realizada pela primeira vez no Hemisfério Sul, na cidade brasileira de Belém” (Unesco, 2010:7), e contando com representações de 155 estados membros e elementos da sociedade civil de todo o mundo.

Os participantes debateram uma vasta gama de questões, incluindo as políticas e a governação para a educação de adultos, a literacia como competência chave para a aprendizagem ao longo da vida, garantia de qualidade e avaliação de resultados de

aprendizagem, a participação e inclusão, e ainda, dispositivos financeiros (www.direitodeaprender.com.pt).

A Conferência teve como principal objectivo “impulsionar o reconhecimento da educação e formação para o desenvolvimento sustentável das nações e reforçar a importância das políticas centradas na aprendizagem dos adultos” (www.novasoportunidades.com) e como objectivos específicos:

“ (...) impulsionar o reconhecimento da educação e aprendizagem de adultos como elemento importante e factor que contribui com a aprendizagem ao longo da vida, da qual a alfabetização constitui alicerce, e enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem de adultos para a realização das actuais agendas internacionais de desenvolvimento e de educação: *Educação para Todos*; *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*; *Década das Nações Unidas para a Alfabetização*; *Iniciativa pela Alfabetização e o Desenvolvimento*; e *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (...)*” (www.novasoportunidades.com).

Segundo a Unesco (2009), o propósito principal da CONFINTEA VI foi ressaltar a relação e a contribuição da educação e da aprendizagem de adultos para o desenvolvimento sustentável, nas suas dimensões cultural, ecológica, económica e social.

Os temas explorados abordaram:

- Estruturas, financiamento e políticas públicas para a educação;
- Aprendizagem de adultos;
- Inclusão e participação;
- Qualidade na educação e aprendizagem de adultos;
- Alfabetização e outras competências-chave essenciais e fundamentais;
- Erradicação da pobreza;
- Cidadania crítica.

O principal êxito da Conferência terá sido, provavelmente, o de apelar aos governos para que “avancem, com urgência e num ritmo acelerado, com a agenda da educação e aprendizagem de adultos” (www.direitodeaprender.com.pt), e redobrem os seus esforços para atingir as metas da literacia de adultos. Uma consciência generalizada de que “o mundo enfrenta hoje vários tipos de crises” dominou a Conferência, o que

suscitou debates sobre a forma como a educação e aprendizagem de adultos pode ajudar as pessoas e as sociedades a superá-las (www.direitodeaprender.com.pt).

Na sequência da Declaração de Belém, os países comprometeram-se com um conjunto de recomendações para as políticas públicas de educação de jovens e adultos que foi designado por “Quadro de Acção de Belém - Dirigir o poder e o potencial da educação e aprendizagem de adultos no sentido de um futuro viável”, e que sublinha que “a educação e aprendizagem de adultos têm um papel crucial nas respostas aos desafios contemporâneos de natureza cultural, económica, política e social” (www.direitodeaprender.com.pt) afirmando direito a uma educação que corresponda às necessidades das pessoas e às das sociedades. Os documentos destacam a importância da literacia como factor chave para a aprendizagem ao longo da vida e como “parte integrante do direito à educação e condição necessária para o desenvolvimento do empowerment pessoal, social e político” (www.direitodeaprender.com.pt). Assim, o documento apela para “um redobrar de esforços no sentido da redução da iliteracia em 50% em 2015, relativamente à situação em 2000”, a par com investimentos financeiros reforçados (www.direitodeaprender.com.pt).

APÊNDICE C – O *CONTINUUM* DA APRENDIZAGEM

Por **aprendizagem formal**, poderemos entender os processos de aprendizagem desenvolvidos nas escolas ou outras estruturas de carácter formativo/educativo, caracterizados por uma estrutura hierárquica ao longo de níveis e ciclos de ensino, com conteúdos previamente demarcados, horários, processos de avaliação e certificação bem definidos, globais, em que existe uma relação de “poder” do educador para com o educando (Gohn, 2006):

“A aprendizagem formal ocorre como resultado de experiências numa instituição, com objectivos de aprendizagem, duração e apoios estruturados que conduzem à certificação. É intencional, do ponto de vista do educando” (Unesco, 2010:27).

Ao contrário da aprendizagem formal, a do tipo **não formal** caracteriza-se pela flexibilidade de horários, programas e espaços, muitas vezes baseando-se no voluntariado, estando presente a preocupação de construir situações educativas “à medida” de contextos e de públicos específicos, representando um sector extremamente diversificado, que se desenvolve através das mais diversas actividades (Gohn, 2006).

Os seus espaços são múltiplos e situam-se para além das próprias escolas, onde a educação não formal também poderá ser oferecida. Nesta modalidade, verifica-se a existência de algumas outras entidades/organizações, que também desempenham funções nesta temática, nomeadamente as organizações não-governamentais (ONG), as igrejas, os sindicatos, os partidos e as colectividades, entre outras. A educação e a formação não formal são também uma actividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal (Gadotti, 2005). Trata-se de um conceito amplo, muito associado ao conceito de cultura, da capacitação para o exercício de direitos, da cidadania, de actividades grupais.

Segundo Maria da Glória Gohn (2006), a educação e a formação não formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados, sendo por isso mesmo, muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária. A educação e a formação não formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo como “educação ao longo de toda a vida”

(conceito difundido pela UNESCO), englobando todo o conjunto de aprendizagens efectuadas na, com e para a vida, para a arte de viver e conviver. Em Portugal, farão parte da educação não formal, actividades como, entre outras, acções de alfabetização (excepto os cursos estruturados que conduzam a certificação oficial); acções de formação profissional não automaticamente qualificante e acções diversas de educação e formação ao longo da vida.

“ A aprendizagem não formal não é fornecida por uma instituição e normalmente não conduz à certificação. É, todavia, estruturada (em termos de objectivos de aprendizagem, duração da aprendizagem e apoio à aprendizagem). A aprendizagem não formal é intencional, do ponto de vista do educando” (Unesco, 2010:27).

No que concerne à **aprendizagem informal**, como é referido por Canário (1999:5), “a formação é um processo que não se deixa controlar facilmente. Acontece mais vezes quando não esperamos do que quando a programamos”, ou seja, os indivíduos aprendem também durante o seu processo de socialização – em casa, na família, no trabalho, nas instituições, nos grupos de pertença... na sociedade em geral. A educação e formação informal podem definir-se como tudo o que aprendemos mais ou menos espontaneamente a partir do contexto em que vivemos: das pessoas com quem nos relacionamos informalmente, dos livros que lemos ou da televisão que vemos, da multiplicidade de experiências que vivemos quotidianamente (Pinto, 2005):

“A aprendizagem informal resulta das actividades da vida quotidiana, relacionadas ao trabalho, à família e ao lazer. Não é estruturada (em termos de objectivos de aprendizagem, duração da aprendizagem e apoio à aprendizagem) e normalmente não conduz à certificação. A aprendizagem informal pode ser intencional, mas, na maioria dos casos, é não intencional “ (Unesco, 2010:27).

APÊNDICE D – MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO CONCELHO DE MÉRTOLA
(2010)

Movimento Associativo do concelho de Mértola

Tabela AP-D-1. N.º de Associações no Concelho de Mértola (2001)

Culturais e Recreativas	Clubes Desportivos	Caça e pesca	Fabriqueira	Reformados	Corais e Instrumentais	Solidariedade Social	Des. Local e Outras	Total
50	4	16	9	4	5	4	9	101

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

Tabela AP-D-2. Associações Culturais e Recreativas

Designação
Associação Criativa Recreativa e Desportiva de S. Pedro de Sólis
Associação Cultural e Recreativa de Espírito Santo
Associação Cultural Entre Dois Rios – Convento de S. Francisco
Associação de Cultura e Desporto Adaptado do Concelho de Mértola
Associação de Instrução e Recreio de Alves
Associação em Mértola para Desenvolver e Animar
Associação Recreativa e Cultural de Vale do Poço
Associação Recreativa Pomarense
Casa do Povo de Santana de Cambas
Centro Cultural de Boisões
Centro Cultural de Corte Cobres
Centro Cultural de Corte Pequena
Centro Cultural de S. Bartolomeu da Via Glória
Centro Cultural de Sapos
Centro Cultural de Simões
Centro Cultural de Tacões
Centro Cultural e Recreativo da Quintã
Centro Cultural e Recreativo de Alcária Longa
Centro Cultural e Recreativo de Corte Gafo de Baixo
Centro Cultural e Recreativo de Monte Alto
Centro de Confraternização Republicano de Corvos
Centro de Convívio Cultural e Recreativo de Santana de Cambas
Centro de Instrução e Recreio Fernandense
Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos
Centro Popular Recreativo de Moinhos de Vento
Centro Popular Recreio e Desporto de S. Miguel Pinheiro
Centro Recreativo e Cultural da Espargosa
Centro Recreativo e Cultural de Alvares
Centro Recreativo e Cultural de Amendoeira da Serra
Centro Recreativo e Cultural Dimartinense
Centro Recreativo e Cultural Gatense
Centro Recreativo e Cultural de Manuel Galo
Centro Recreativo e Cultural de Mosteiro
Centro Recreativo e Cultural de Picoitos
Centro Recreativo e Cultural de S. Sebastião Carros
Centro Recreativo e Cultural dos Trabalhadores de Corte da Velha
Centro Republicano 5 de Outubro
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 950

Grémio Recreativo 1º de Dezembro
Grupo Desportivo Cultural e Recreativo Alcariense
Moto Clube de Mértola “Os Falcões das Muralhas”
Núcleo Sportinguista do Concelho de Mértola
Sociedade Cultural e Recreativa de Alcaria Javazes
Sociedade Cultural e Recreativa de Salgueiros
Sociedade de Confraternização e Recreativa de Corte Sines
Sociedade Recreativa 5 de Outubro de Corte Gafo de Cima
Sociedade Recreativa da Casa do Povo de Corte do Pinto
Sociedade Recreativa e Cultural de Roncão do Meio
Sociedade Recreativa Mesquitense
Sociedade Republicana de Instrução e Recreio dos Bens

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

Tabela AP-D-3. Clubes Desportivos

Designação
Clube de Futebol Guadiana
Clube de Pesca Desportiva de Mértola “Os Amigos do Guadiana”
Clube Náutico de Mértola
S. Domingos Futebol Clube

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

Tabela AP-D-4. Associações de Caça e Pesca

Designação
Associação de Caça e Pesca de Espírito Santo
Associação de Caçadores da Fonte da Velha
Associação de Caçadores da Mesquita
Associação de Caçadores da Mina S. Domingos
Associação de Caçadores de Montes Santana
Associação de Caçadores de Penilhos
Associação de Caçadores de Santana de Cambas
Associação de Caçadores de S. João dos Caldeireiros
Associação de Caçadores do Algodor
Associação de Caçadores do Roncão
Associação de Caçadores dos Braciais
Associação de Caçadores e Pescadores de Alcaria Longa
Associação de Caçadores e Pescadores de S. Pedro de Sólis
Associação de Caçadores “Os Amigos de Corte do Pinto”
Associação Recreativa e Cultural Caça e Pesca “Lapa dos Morcegos”
Zona de Caça Associativa DORDE

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

Tabela AP-D-5. Fábricas da Igreja Paroquial

Designação
Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alcaria Ruiva
Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Corte do Pinto
Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Espírito Santo
Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Mértola
Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santana de Cambas
Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. João dos Caldeireiros
Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Miguel do Pinheiro
Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro de Sólis
Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Sebastião dos Carros

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

Tabela AP-D-6. Associações de Reformados

Designação
Associação de Reformados de Corte Gafo de Baixo
Associação de Reformados de Corte Gafo de Cima
Associação de Reformados da Mina S. Domingos
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Mértola

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

Tabela AP-D-7. Grupos Corais e Instrumentais

Designação
Grupo Coral da Mina de S. Domingos
Grupo Coral e Instrumental Feminino da Mina S. Domingos
Grupo Coral Guadiana de Mértola
Grupo Coral “Os Caldeireiros de S. João”
Grupo J 4 (Música Popular)

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

Tabela AP-D-8. Instituições de Solidariedade Social

Designação
Centro de Apoio a Idosos de Moreanes
Centro Social de Montes Altos
Santa Casa da Misericórdia de Mértola
Casa do Povo de Santana de Cambas

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

Tabela AP-D-9. Associações de Desenvolvimento Local e Outras

Designação
Associação de Comandos – Delegação de Setúbal (Pólo de Alcária Ruiva)
Associação de Defesa do Património de Mértola
Associação de Desenvolvimento Raia do Chança
Associação de Estudantes da Escola EB 2,3/ES de Mértola
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Mértola
Associação de Paraquedistas do Concelho de Mértola
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mértola
Campo Arqueológico de Mértola
Centro de Apoio Social aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Mértola
Núcleo de Voluntariado e Mértola
Centro Social das Freguesias (São Miguel, São João, São Sebastião, São Pedro e Espírito Santo)

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

Tabela AP-D-10. Tipo de Associações e Actividades de Maior Destaque Desenvolvidas

Tipos de Associações	Actividades desenvolvidas com maior destaque
Culturais e Recreativas	Bailes, Torneios de Sueca, Torneios de Xito, Organização das Festas Anuais (...)
Associação de Reformados	Visitas, encontros (excursões)
Grupos Corais e Instrumentais	Actuações e encontro de Grupos
Clubes desportivos	Jogos de futebol, outros desportos
Associações de Caça e Pesca	Concursos de pesca (...)
Fábricas da Igreja Paroquial	Organização das festas anuais, Excursões

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Mértola

APÊNDICE E – INDICADORES DE FORMAÇÃO – ADPM – JANEIRO DE
2000/DEZEMBRO DE 2006

Tabela AP-E-1. Indicadores de Formação¹⁴³ - ADPM (De Janeiro de 2000 a Dezembro de 2006)

Guias Turísticos do Património	1200	1	14		950		FP FCT	Desempregado 1º Emprego	Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo
Artesanato em Movimento	396	1	15	408			FP/ FCT	Desempregados	
Informática	252	1	11		2772		FP	Activos Empregados	POEFDS
Informática em Ambiente Windows	150	1	10			1200	FP	Activos Empregados	POEFDS
Inglês	150	1	15		2250		FP	Activos Empregados	POEFDS
Prevenção Especializada	192	1	11		2880		FP	Activos Empregados	POEFDS
Técnicas de Reconstrução Tradicional em Taipa	1680	1	8			1300	FP FCT	Desempregados	Escolas Oficina
Formação Pedagógica de Formadores (Inicial)	120	2	22	2640			FP	Activos Empregados	POEFDS
Formação de Formadores Contínua	60	2	17		1.140		FP	Formadores já Certificados	POEFDS
Espanhol	60	3	44	2.040			FP	Activos Empregados	POEFDS
Tecelagem	1200	1	15	30.468			FP FCT	Desempregados à Procura do Primeiro Emprego	Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
EFA-Carpintaria	1690	1	9	13.104			FP FCT	Desempregados à Procura do Primeiro Emprego	POEFDS
Marketing Turístico	125	1	10		1150		FP	Prestadores de Serviços Turísticos	Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona do Alqueva
Gestão Hoteleira	1200	1	15	16.758			FP FCT	Desempregados Novo Emprego	Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona do Alqueva
Podadores/Enxertadores de Árvores	728	1	13	8.057			FP FC	Desempregados	Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona do

¹⁴³ Dados cedidos pela ADPM.

											(Familiars de Agricultores) Trabalhadores Agrícolas	Regional do Alentejo Eixo 4 Medida 5
Cardação e Fiação	1680	1	10	15146					FP FCT	Desempregados Novo Emprego e Desempregados Longa Duração		Programa Escolas Oficina Medida Apoio ao desenvolvimento do Património Natural Cultural e Urbanístico
Complemento de Formação em Energias Renováveis	103	1	13		Acção a Iniciar Durante o ano de 2006				FP	Activos Empregados que não possuam vínculo à função Pública		Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
Educação / Formação para o Reconhecimento de Competências	117	1	13		Acção a Iniciar Durante o ano de 2006				FP	Activos Empregados que não possuam vínculo à função Pública		Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
O Conflito como Motor de Desenvolvimento Pessoal e Social	76	1	13		Acção a Iniciar Durante o ano de 2006				FP	Activos Empregados que não possuam vínculo à função Pública		Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
Criação e Gestão de Pequenos Negócios	60	1	13		Acção a Iniciar Durante o ano de 2006				FP	Activos Empregados que não possuam vínculo à função Pública		Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

Nº de formadores intervenientes nas acções identificadas:

TOTAIS:

88

1030

--

--

--

Com vínculo laboral à entidade:

Sem vínculo laboral à entidade:

64

VOLUME TOTAL DE FORMAÇÃO (E1+E2+E3):

Volume total de formação co-financiada (%), no conjunto da actividade formativa da entidade:

100%

APÊNDICE F – GUIÃO DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA

Guião de Entrevista (Entrevista Exploratória)

1. Como avalia o funcionamento da actividade formativa da entidade (horário, carga horária, apoio logístico, apoio do coordenador, qualidade dos formadores,)?
2. Como avalia a fase da concepção da oferta formativa, nesta entidade.
3. Como avalia o acompanhamento pós-formação à inserção profissional/progressão na carreira?
4. Como avalia a utilidade para os formandos, da frequência de um curso de Formação Profissional?
5. Como avalia a oferta formativa que as entidades formadoras efectuem?
6. Qual o contributo desta oferta para o desenvolvimento dos territórios e para cada indivíduo?

APÊNDICE G – GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADO AO DIRIGENTE DA
ADPM

Guião de Entrevista

A presente entrevista foi elaborada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Área de Educação e Formação de Adultos, promovido pela Universidade do Algarve, em colaboração com a Escola Superior de Educação de Beja. A Dissertação intitula-se “Empenhamento das ADL nas actividades de EFA – Avaliação e funções: o caso de Mértola” e é da responsabilidade da aluna Maria Isabel Branco Pardal. Todas as informações prestadas pelos inquiridos encontram-se associadas a este estudo, servindo apenas como elementos que fundamentam a análise a efectuar.

7. A ADPM é uma entidade com cerca de 30 anos de existência. Pode falar-me um pouco de como e porquê surgiu esta entidade?
8. Quais os principais objectivos da ADPM?
9. Enquanto ADL, a ADPM vocaciona a sua actividade para que temáticas? E actividades? E públicos?
10. Qual ou quais as áreas de trabalho que têm maior destaque na intervenção local da ADPM?
11. Do vasto historial da ADPM, existem algumas actividades/projectos que considera mais emblemáticos? Pode dar exemplos?
12. Os projectos são dinamizados em parceria? Fale um pouco sobre as parcerias e de que forma contribuem para o sucesso/insucesso dos projectos.
13. Como contribuiu a ADPM para o desenvolvimento do concelho de Mértola (nomeadamente no que se refere ao aumento da taxa de empregabilidade, melhoria da qualidade de vida, aumento da escolaridade, participação pública,...)?
14. Como analisa a adaptação da ADPM às especificidades das diferentes problemáticas que surgem no âmbito da sua intervenção?
15. Uma vez que 30 anos são realmente muito tempo na vida de uma organização, como justifica esta sobrevivência?

16. Como avalia o trabalho desenvolvido pela ADPM enquanto ADL?
17. Na sua opinião, como avalia a comunidade o trabalho desenvolvido pela ADPM?
18. Como e porquê surgiu a actividade formativa na ADPM?
19. Considera que existe uma articulação entre a área formativa e as outras áreas de trabalho da ADPM? De que forma?
20. Como avalia a área da educação/formação dentro da ADPM?
21. Relativamente ao facto de ser uma entidade formadora, que funções considera ter a ADPM enquanto tal?
22. Dos diferentes projectos de carácter formativo, qual ou quais destaca? Porquê?
23. Podemos afirmar que a concepção da actividade formativa é uma das suas fases fundamentais. Ao conceber a oferta formativa, quais os objectivos da ADPM?
24. Como é concebida a oferta formativa da ADPM?
25. Os destinatários da oferta formativa são envolvidos no processo de concepção?
26. Durante a fase da concepção da oferta formativa procura-se responder às necessidades dos destinatários das mesmas? Que necessidades são essas?
27. Que outros públicos são envolvidos na concepção da oferta formativa?
28. Abordemos agora a fase da implementação das actividades. Como é divulgada a oferta formativa?
29. A actividade formativa envolve um conjunto de profissionais, nomeadamente formadores, orientadores, mediadores,...como é efectuado o recrutamento destes técnicos?
30. E relativamente aos formandos, como é efectuado o seu recrutamento e selecção?
31. Durante esta fase, são mobilizados os recursos locais de Mértola (humanos, materiais, outros, ...)? E recursos não locais de Mértola? Quais e Porquê?
32. Durante a implementação da acção, existe por parte da ADPM e das suas equipas pedagógicas, o cuidado de efectuar um diagnóstico das expectativas dos participantes? Como é efectuado?

33. Ao longo da implementação das acções, existem mecanismos de avaliação relativamente à execução das mesmas? Dê exemplos, por favor.
34. E mecanismos que procurem apoiar a concretização das expectativas dos formandos?
35. Como analisa o facto de muitos formandos afirmarem que frequentaram as acções apenas pela bolsa?
36. Como avalia a qualidade do trabalho desenvolvido pela ADPM nestas fases do ciclo formativo?
37. E Relativamente ao período pós participação na actividade, verifica-se a existência de mecanismos de apoio à empregabilidade/progressão na carreira?
38. Que consequências directas, para os seus intervenientes, considera ter a participação numa acção de carácter formativo?
39. Considera que a frequência da oferta formativa da ADPM contribui activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes? De que forma?
40. E para a capacitação escolar e profissional?
41. Que efeitos directos verifica na comunidade como resultado da actividade formativa da ADPM? E indirectos?
42. Considera que a oferta formativa da ADPM contribui para a diminuição do desemprego no concelho? E para a progressão na carreira?
43. Quais os contributos sociais da oferta formativa da ADPM para a população do concelho?
44. Como avalia o papel da ADPM enquanto entidade formadora?
45. Como analisa, comparativamente, a postura formativa da ADPM, face a outras entidades que, no concelho, também desenvolvem actividades de carácter formativo?
46. Quais os contributos das ADL's para o desenvolvimento teórico da EFA em Portugal?
47. Quais os contributos directos das ADL's para a criação de comunidades aprendentes? E indirectos?
48. Como analisa o trabalho da ADPM no actual quadro comunitário e às directrizes da Estratégia de Lisboa?

49. Como perspectiva o trabalho da ADPM enquanto entidade formadora, face às indicações da Estratégia Europa 2020?

APÊNDICE H – GUIÃO DE ENTREVISTA

Guião de Entrevista

A presente entrevista foi elaborada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Área de Educação e Formação de Adultos, promovido pela Universidade do Algarve, em colaboração com a Escola Superior de Educação de Beja. A Dissertação intitula-se “Empenhamento das ADL nas actividades de EFA – Avaliação e funções: o caso de Mértola” e é da responsabilidade da aluna Maria Isabel Branco Pardal. Todas as informações prestadas pelos inquiridos encontram-se associadas a este estudo, servindo apenas como elementos que fundamentam a análise a efectuar.

50. Identificação da actividade em que colaborou. Há quanto tempo? Local?
51. Experiência Profissional e formativa anterior.
52. Antes de colaborar directamente com a ADPM/nas actividades promovidas pela ADPM, já conhecia esta entidade? De que forma tomou conhecimento da entidade?
53. Na sua opinião, quais os principais objectivos da ADPM?
54. Enquanto ADL, a ADPM vocaciona a sua actividade para que temáticas? E actividades? E públicos?
55. Qual ou quais as áreas de trabalho que têm maior destaque na intervenção local da ADPM?
56. Do vasto historial da ADPM, existem algumas actividades/projectos que considera mais emblemáticos? Pode dar exemplos?
57. Do conhecimento que tem da ADPM, os projectos são dinamizados em parceria? Fale um pouco sobre as parcerias e de que forma contribuem para o sucesso/insucesso dos projectos.
58. Como contribui a ADPM para o desenvolvimento do concelho de Mértola (nomeadamente no que se refere ao aumento da taxa de empregabilidade, melhoria da qualidade de vida, aumento da escolaridade, participação pública,..)?

59. Como analisa a adaptação da ADPM às especificidades das diferentes problemáticas que surgem no âmbito da sua intervenção?
60. Uma vez que 30 anos são realmente muito tempo na vida de uma organização, como justifica esta sobrevivência?
61. Como avalia o trabalho desenvolvido pela ADPM enquanto ADL?
62. Na sua opinião, como avalia a comunidade o trabalho desenvolvido pela ADPM?
63. Como e porquê surgiu a actividade formativa na ADPM?
64. Considera que existe uma articulação entre a área formativa e as outras áreas de trabalho da ADPM? De que forma?
65. Como avalia a área da educação/formação dentro da ADPM?
66. Relativamente ao facto de ser uma entidade formadora, que funções considera ter a ADPM enquanto tal?
67. Dos diferentes projectos de carácter formativo, qual ou quais destaca? Porquê?
68. Podemos afirmar que a concepção da actividade formativa é uma das suas fases fundamentais. Ao conceber a oferta formativa, quais os objectivos da ADPM?
69. Como é concebida a oferta formativa da ADPM?
70. Os destinatários da oferta formativa são envolvidos no processo de concepção?
71. Durante a fase da concepção da oferta formativa procura-se responder às necessidades dos destinatários das mesmas? Que necessidades são essas?
72. Que outros públicos são envolvidos na concepção da oferta formativa?
73. Abordemos agora a fase da implementação das actividades. Como é divulgada a oferta formativa?
74. A actividade formativa envolve um conjunto de profissionais, nomeadamente formadores, orientadores, mediadores,...como é efectuado o recrutamento destes técnicos?
75. E relativamente aos formandos, como é efectuado o seu recrutamento e selecção?
76. Durante esta fase, são mobilizados os recursos locais de Mértola (humanos, materiais, outros, ...)? E recursos não locais de Mértola? Quais e Porquê?

77. Durante a implementação da acção, existe por parte da ADPM e das suas equipas pedagógicas, o cuidado de efectuar um diagnóstico das expectativas dos participantes? Como é efectuado? Quais eram as suas expectativas?
78. Ao longo da implementação das acções, existem mecanismos de avaliação relativamente à execução das mesmas? Dê exemplos, por favor.
79. E mecanismos que procurem apoiar a concretização das expectativas dos formandos?
80. Como analisa o facto de muitos formandos afirmarem que frequentaram as acções apenas pela bolsa?
81. Como avalia a qualidade do trabalho desenvolvido pela ADPM nestas fases do ciclo formativo?
82. E Relativamente ao período pós participação na actividade, verifica-se a existência de mecanismos de apoio à empregabilidade/progressão na carreira?
83. Que consequências directas, para os seus intervenientes, considera ter a participação numa acção de carácter formativo?
84. Considera que a frequência da oferta formativa da ADPM contribui activamente para a valorização social e pessoal dos seus intervenientes? De que forma?
85. E para a capacitação escolar e profissional?
86. Considera que as expectativas que tinha inicialmente foram cumpridas?
87. Que efeitos directos verifica na comunidade como resultado da actividade formativa da ADPM? E indirectos?
88. Considera que a oferta formativa da ADPM contribui para a diminuição do desemprego no concelho? E para a progressão na carreira?
89. Quais os contributos sociais da oferta formativa da ADPM para a população do concelho?
90. Como avalia o papel da ADPM enquanto entidade formadora?
91. Como analisa, comparativamente, a postura formativa da ADPM, face a outras entidades que, no concelho, também desenvolvem actividades de carácter formativo?
92. Quais os contributos das ADL's para o desenvolvimento teórico da EFA em Portugal?

93. Quais os contributos directos das ADL's para a criação de comunidades aprendentes (comunidades onde a APL é uma referência constante)? E indirectos?
94. Como analisa o trabalho da ADPM no actual quadro comunitário e às directrizes da Estratégia de Lisboa¹⁴⁴?
95. Como perspectiva o trabalho da ADPM enquanto entidade formadora, face às indicações da Estratégia Europa 2020?

¹⁴⁴ Aplicar as questões 45 e 46 apenas aos Elementos (E1, E2, E7).

APÊNDICE I – MODELO DE ANÁLISE

AP-I-1.Modelo de Análise

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto ADL	Caracterização do trabalho desenvolvido	Credibilidade e reconhecimento público da ADPM enquanto ADL	Identificação da ADPM enquanto entidade	<p>“(…) Já tinha ouvido falar (…) já conhecia algumas partes (…) das escolas, de alguns projectos, alguns papeis que passaram pelas escolas. Logicamente a televisão, as figuras, algumas figuras sonantes de Mértola, o Cláudio Torres, que é uma pessoa que se associa a Mértola (…)”(E1)</p> <p>“(…) Já conhecia porque era professora e a ADPM trabalhava na minha escola (…)”(E2)</p> <p>“(…) Sim, embora não fosse um conhecimento profundo (…)” (E3)</p> <p>“(…) Conhecia, embora não totalmente (…) mas tinha conhecimento de alguns projectos (…)”(E4)</p> <p>“(…) Sempre vivi neste concelho e aqui todos conhecem a ADPM (…)”(E5)</p> <p>“(…) Não da forma que conheço agora, depois da formação (…)”(E6)</p> <p>“(…) Fiquei a conhecer há muitos anos, quando comecei a trabalhar a ADPM já era uma referência (…)”(E7)</p> <p>“(…) A ADPM é uma das Associações de Desenvolvimento Local mais antigas do país (…)”(E8)</p> <p>“(…) Já conhecia alguns projectos e iniciativas e já tinha participado em algumas coisas (…)”(E9)</p> <p>“(…) Há muitos anos que conhecia Mértola e o seu projecto e portanto a ADPM (…) vinha para cá nas férias trabalhar (…) tinha sido um amigo que me tinha falado de Mértola (…)”(E10)</p>
			Reconhecimento do trabalho da ADPM enquanto ADL	<p>“(…) E aquela associação penso que em 10 anos, com muito querer, muita vontade, puxa para lá, puxa para cá, conseguiu chegar bastante longe (…)”(E1)</p> <p>“(…) A ADPM tem história feita (…) as pessoas aprenderam muito com a ADPM (…) começaram a ver frutos...começaram a acreditar no trabalho da ADPM (…) muita gente já acredita e sente que é uma mais-valia ter cá esta associação (…)”(E2)</p> <p>“(…) Ir a Mértola não é como ir a outra localidade do Alentejo (…). Há uma vida em Mértola que não se encontra em Beja (…). O trabalho da ADPM é uma forma de estimular a comunidade (…). As pessoas de Mértola têm uma mentalidade aberta e eu associo isso ao trabalho que tem vindo a ser efectuado (…). Considero o trabalho da ADPM como um empurrão (…)”(E3)</p> <p>“(…) Eu não conheço nenhuma entidade como a ADPM (…) é um grande dinamizador económico e social deste concelho (…)”(E4)</p> <p>“(…) Se não fosse a ADPM muitas pessoas não tinham tido algumas oportunidades (…)”(E5)</p> <p>“(…) a ADPM tem desenvolvido um bom trabalho junto da população e do concelho de Mértola (…) Não consigo ver este concelho sem as actividades que a ADPM desenvolve todos os dias (…)”(E6)</p> <p>“(…) Trabalho de grande qualidade (…)”(E7)</p> <p>“(…) As pessoas reconhecem e identificam o trabalho da ADPM (…)”(E8)</p> <p>“(…) Penso que isto é como em tudo: há coisas que correm bem e outras que correm menos bem. Mas o que interessa é que, na sua grande maioria, as pessoas reconhecem o trabalho que é desenvolvido (…)”(E9)</p> <p>“(…) Quer a nível local, quer a nível nacional, penso que o projecto Mértola é conhecido e reconhecido e com ele o trabalho da ADPM (…)”(E10)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto ADL	Caracterização do trabalho desenvolvido	Credibilidade e reconhecimento público da ADPM enquanto ADL	Área de Trabalho Temática	<p>“(…) O eixo principal será o ambiente (….) Embora ache fundamental a formação (….)”(E1)</p> <p>“(…) O trabalho com as escolas (….)”(E2)</p> <p>“(…) A formação (….)”(E3)</p> <p>“(…) Eu identifico muito a ADPM com a formação (….)”(E4)</p> <p>“(…) Para mim é a formação (….)”(E5)</p> <p>“(…) Conhecem a associação como sendo de desenvolvimento local, mas também muito pela formação, pelos cursos que a ADPM desenvolve (….)”(E6)</p> <p>“(…) Para mim é a formação (….)”(E7)</p> <p>“(…) Não associo a nenhuma área em particular (….) É um trabalho integrado, por isso todas são de realce (….)”(E8)</p> <p>“(…) No início associava muito ao ambiente (….) com o tempo, comecei a conhecer melhor e percebi que a diversidade é o mais importante (….) o resto é secundário (….)”(E9)</p> <p>“(…) Acho que para a ADPM são tontas igualmente importantes mas penso que cada um associa à área que mais lhe diz (….)”(E10)</p>
		Diversidade	Recursos Humanos	<p>“(…) A equipa é muito grande e são de muitas áreas e tão diferentes (….)”(E1)</p> <p>“(…) Existem pessoas de muitas áreas, com diferentes habilitações (….)”(E2)</p> <p>“(…) existem muitos técnicos, de áreas muito diferentes (….)”(E3)</p> <p>“(…) há uma quantidade muito grande de pessoas a trabalhar (….)”(E4)</p> <p>“(…) Trata-se de uma equipa multidisciplinar, bastante grande e diversificada (….)”(E7)</p> <p>“(…) colaboração directa de cerca de 40 técnicos das mais variadas áreas (….)”(E8)</p> <p>“(…) Não sei quantas pessoas trabalham directamente, mas com certeza serão muitas (….)”(E9)</p> <p>“(…) Sempre associei a ADPM a uma vasta equipa, que não se resume aos colaboradores directos (….)”(E10)</p>
			Temáticas/ Áreas de Intervenção	<p>“(…) Nunca pensei a associação ter tanta coisa ao mesmo tempo (….)”(E1)</p> <p>“(…) Existem muitas temáticas e até áreas novas de trabalho, muito inovadoras (….)”(E2)</p> <p>“(…) Inicialmente associava a ADPM à área do Ambiente mas quando vim a conhecer melhor a entidade, abandonei essa ideia porque é muito mais (….)”(E3)</p> <p>“(…) A grande mais-valia é que é uma entidade muito completa (….) e em diversas áreas, desde o ambiente, à intervenção social (….) e quando me falam na ADPM penso sempre em empregos, capacitação, oportunidades e desenvolvimento pessoal e social (….)”(E4)</p> <p>“(…) Há uma quantidade muito grande de temas (….)”(E5)</p> <p>“(…) Pelo que vejo tem muitas áreas de trabalho (….)”(E6)</p> <p>“(…) Há diversas áreas de trabalho, o que implica uma intervenção temática muito grande (….)”(E7)</p> <p>“(…) É como se existissem várias pequenas associações dentro da própria entidade (….)”(E8)</p> <p>“(…) pode actuar em diversos domínios, na comunidade (….)”(E9)</p> <p>“(…) Desde o início, percebi que existia uma enorme diversidade de temas que norteavam a intervenção (….)”(E10)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto ADL	Caracterização do trabalho desenvolvido	Diversidade	Actividades Realizadas	<p>“(…) Formação, educação ambiental, acompanha famílias, animação (...)”(E1)</p> <p>“(…) Organiza viagens, organiza cursos (...)”(E2)</p> <p>“(…) Formação, educação ambiental, produz plantas, faz estudos (...)”(E3)</p> <p>“(…) São tantas que nem sei (...) formação, actividades com crianças, passeios no barco (...)”(E4)</p> <p>“(…) Faz projectos (...)”(E5)</p> <p>“(…) Faz quase tudo que movimenta esta terra (...)”(E6)</p> <p>“(…) Desenvolve um número vasto e diversificado de actividades (...) é difícil enumerá-las (...)”(E7)</p> <p>“(…) Actividades de educação ambiental e para o desenvolvimento, capacitar ao nível da alfabetização, da vida em sociedade, do exercício activo da cidadania, da mobilização, trabalho de animação comunitária, apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego, à procura activa de emprego (...)elaboração de diversos documentos, nos mais variados suportes, sejam eles estudos, diagnósticos ou recursos pedagógicos (...) recuperação e valorização do património cultural do concelho (...) uma das maiores referências da ADPM foi a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana (...)um dos primeiros projectos nacionais desenvolvidos de uma forma participada, de baixo para cima, ou seja das entidades locais para os organismos nacionais (...) A aquisição da propriedade do Monte do Vento, no território envolvente ao Pulo do Lobo (...) tendo como objectivos integrar a população na área onde vivem e mostrar aos agricultores as vantagens de uma agricultura sustentável e com recurso a produtos endógenos (...) apoio à criação e constituição da Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola, fruto de uma acção de formação profissional promovida pela ADPM, no início da década de 80 (...)”(E8)</p> <p>“(…) Por onde começar...a formação, a intervenção ambiental, o apoio às famílias, a experimentação agro-florestal,...enfim...nem sei o que dizer mais (...)”(E9)</p> <p>“(…) O elevado nº de projectos é um indicador da sua dinâmica e das relações que gera (...)” (E10)</p>
			Públicos	<p>“(…) Existem muitos e diferentes grupos etários (...) a intervenção é transversal (...)”(E1)</p> <p>“(…) O trabalho é desenvolvido para toda a comunidade, logo, para todos os grupos etários (...)”(E2)</p> <p>“(…) Há sempre coisas para toda a gente, desde as crianças aos mais velhos (...)”(E3)</p> <p>“(…) Trabalha com diversos grupos etários (...) diversos públicos (...)”(E4)</p> <p>“(…) Fazem muitas actividades para crianças, jovens e velhotes (...)”(E5)</p> <p>“(…) Sim, é verdade, os públicos são muito diversificados (...)”(E6)</p> <p>“(…) Conheço diversas ADL (...) nenhuma apresenta um trabalho tão completo e diversificado (...)”(E7)</p> <p>“(…) Dois tipos de públicos: os desempregados e os activos empregados (...) por exemplo, acções para professores, para agricultores, prestadores de serviços turísticos (...) para técnicos das mais diversas áreas (...) Trabalhamos de forma integrada na e com a comunidade, pelo que a nossa intervenção é necessariamente transversal a todas as faixas etárias (...)”(E8)</p> <p>“(…) A intervenção na comunidade é transversal, sendo envolvidos diversos grupos e públicos (...)”(E9)</p> <p>“(…) A diversidade temática acompanha a diversidade de públicos (...) individuais e colectivos (...)”(E10)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto ADL	Caracterização do trabalho desenvolvido	Inovação	Metodologia de Intervenção	<p>“(…) Encara o indivíduo de uma forma amplo e transversal, para o qual as diferentes áreas de trabalho da ADPM contribuem, de forma articulada (…)”(E3)</p> <p>“(…) É uma abordagem que privilegia a ser humano, a pessoa enquanto um todo (…)”(E5)</p> <p>“(…) Grande mais-valia (…)” (E4) reside no facto de ser “(…) uma entidade muito completa (…)” (E4)</p> <p>“(…) Seguem uma abordagem bastante interessante, de valorização do endógeno e do ser humano (…)”(E7)</p> <p>“(…) Procuramos uma abordagem de “baixo para cima”, onde as actividades correspondam exactamente às necessidades das pessoas (….) utilizando uma estratégia global de intervenção definida de forma participada com as populações (…)”(E8)</p> <p>(…) Acho que o respeito pelo indivíduo e a valorização da cultura e saberes locais marcam a sua forma de intervenção (…)”(E9)</p> <p>“(…) Penso que não deve de haver outra entidade, a nível nacional, que seja tão completa (…)”(E10)</p>
			Parcerias	<p>“(…) A parceria entre as pessoas é fundamental, independentemente de haver um decisor que toma a decisão (…)”(E1)</p> <p>“(…) tudo isso enriquece os projectos (…)”(E2)</p> <p>“(…) Muito positivo. É um processo através do qual são efectuadas aprendizagens importantes. Há espaço para partilha e para inovação (…)”(E7)</p> <p>“(…) Conseguimos sempre trabalhar em colaboração e articulação (….) As parcerias são de diverso nível: concepção conjunta de propostas, implementação conjunta, avaliação conjunta, ou então ao nível dos recursos, salas, equipamentos, recursos humanos, (….) Quando se trata de parcerias ao nível de trabalho técnico, tem havido um grande empenhamento e respeito pelos parceiros, entendendo-se parceria como trabalho conjunto (….) Uma verdadeira parceria activa (….)” (E7)</p> <p>“(…) Todos os projectos têm que ser dinamizados em parceria, senão não fariam sentido. Podem não ser parceiras formais, protocoladas, mas são apoios institucionais sem os quais os projectos não teriam a mesma qualidade que têm. Estou a falar, por exemplo, da disponibilidade de algumas entidades para acolherem formandos que estão a desenvolver a formação Prática em Contexto de trabalho ou até mesmo de projectos como os efectuados para o programa Leonardo, onde os parceiros funcionam como um consórcio e desempenham funções muito concretas dentro do próprio projecto (….)”Temos tido parcerias bem-sucedidas e outras que não funcionaram tão bem (….) esta diferença tem muito a ver com os parceiros (….) os seus objectos, as suas característica (….) o mesmo se passa connosco (….) por vezes há projectos em que somos óptimos parceiros, porque o tema, os recursos, ..enfim, tudo tem a ver connosco (….) estamos perante um bom contexto (….) mas há outros projectos em que as coisas não correm tão bem (….) acabamos por perceber que não temos os recursos necessários, que os temas não são exactamente o que necessitaríamos (….) é mesmo assim, como tudo na vida (….) umas vezes corre melhor, outras nem tanto (….) o importante é aprender com isto tudo (….)” (E8)</p> <p>“(…) sendo nalgumas situações impossível desenvolvê-los (….)”(E9).</p> <p>“(…) Acho que o mais inovador no PIM era a vivência em parceria (….) isso já se perdeu mas a ADPM mantém esse espírito (….)”(E10)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto ADL	Caracterização do trabalho desenvolvido	Inovação	Missão	<p>“(…) Prevê-se e antecipa-se as necessidades das pessoas (...)”(E1)</p> <p>“(…) Identificando as suas necessidades (...) capacidade de ver as necessidades do momento (...)”(E2)</p> <p>“(…) Responde-se às necessidades das pessoas (...)”(E3)</p> <p>“(…) Fazem um trabalho muito grande para ajudar a todos os níveis (...)”(E4)</p> <p>“(…) É muito importante dar estas oportunidades às pessoas (...) e há muita gente a precisar de oportunidades (...)”(E5)</p> <p>“(…) Temos três níveis de necessidades: a valorização pessoal e social; a empregabilidade e a progressão na carreira (...)”(E7)</p> <p>“(…) Conseguimos elaborar projectos que, quando aplicados, procuram não só responder a necessidades concretas da comunidade, mas também criar condições para que outras necessidades surjam (...)”(E8)</p> <p>“(…) Acho que é um trabalho de resposta às necessidades da comunidade (...)”(E9)</p> <p>“(…) Recuperação e valorização de todos os recursos endógenos, sejam eles de que tipos forem (...)”(E10)</p>
		Sustentabilidade	Financeira	<p>“(…) Sendo uma entidade privada sem fins lucrativos, e não contando com apoios estatais (...) a sobrevivência é muito difícil e complicada (...)esforço muito grande e uma gestão financeira muito rigorosa (...)”(E1)</p> <p>“(…) Neste país é assim...uns fazem tudo o que querem, e outros têm que viver sem nenhum tipo de apoios...acho que se não fosse os projectos que candidatam à União Europeia, já não existiam....é uma pena o estado não apoiar mais estas entidades (...)”(E2)</p> <p>“(…) Confesso que não sei muito bem como vão sobreviver, especialmente numa altura em que tantas organizações estão a fechar...preocupa-me isso, e tenho esperança que o estado ajude estas entidades (...)”(E3)</p> <p>“(…) Acho que o futuro passa por fazerem outro tipo de coisas.....a diversificação da actividade parece-me um ponto importante e também o começar a pensar mais como uma empresa, produzindo serviços que sejam lucrativos (...)”(E4)</p> <p>“(…) Penso que isso é um problema não só da ADPM como também de todas as associações. Mas na ADPM (...) ao contrário dos clubes desportivos, não são financiados pelas câmaras ou assim, mas por outro lado, possuem um conjunto de actividades e de colaboradores muito maior.....acho curioso...acho que é preciso muita imaginação para se gerir uma casa daquelas, e um esforço muito grande dos colaboradores (...)”(E5)</p> <p>“(…) Trabalham muito para conseguir manter a equipa e os serviços (...) futuramente não vão alterar muito a sua forma de financiamento. Não-de continuar a optar muito por projectos financiados pela União Europeia (...)”(E6)</p> <p>“(…) Noto, nos projectos que temos tido em conjunto, uma elevada preocupação com as questões financeiras. Toda a gestão é muito controlada (...)”(E7)</p> <p>“(…) Como vivemos exclusivamente de projectos que candidatamos, é difícil garantir estabilidade e sustentabilidade. Isto requer muito trabalho e esforço por parte dos técnicos (...)”(E8)</p> <p>“(…) Vivem de projectos, o que é admirável mas não é estável (...)”(E9)</p> <p>“(…) É um problema de muitas associações e acho que deveriam de ver reconhecidas, pelo estado, as suas competências (...)”(E10)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto ADL	Caracterização do trabalho desenvolvido	Sustentabilidade	Capacidade de Adaptação	<p>“(…) É uma instituição que não parou no tempo, portanto nunca parou (…)”(E1)</p> <p>“(…) Tem conseguido evoluir, estar atenta a este devir (…)”(E2)</p> <p>“(…) A ADPM tem-se sabido adaptar (…)”(E3)</p> <p>“(…) Teve de se adaptar com o que se foi deparando (…)”(E4)</p> <p>“(…) Estão sempre a inventar novas coisas para a população (…)”(E5)</p> <p>“(…) Consegue-se adaptar muito bem (…)”(E6)</p> <p>“(…) Grande mais-valia (…) : a capacidade extraordinária que tem demonstrado de adaptação à realidade e à mudança (…)”(E7).</p> <p>“(…) Claro que isto exige uma estratégia constante de antecipação e projecção da evolução social e económica da realidade (…) somos, efectivamente, a maior associação do país (…) e no fundo, tem acompanhado toda a evolução política, económica e social do país (…)”(E8)</p> <p>“(…) perceber que a realidade vai-se alterando é uma das características do trabalho (…)”(E9)</p> <p>“(…) Ao longo dos tempos, tem havido uma adequação das áreas de trabalho aos novos contextos (…)”(E10)</p>
			Criação Directa de Postos de Trabalho	<p>“(…) Existem muitos colaboradores (…)”(E1)</p> <p>“(…) mete muita gente aqui nesta casa (…)”(E2)</p> <p>“(…) Dá emprego a muita gente (…)”(E3)</p> <p>“(…) E emprega muita gente (…)”(E4)</p> <p>“(…) Há muita gente a trabalhar (…)”(E5)(E10)</p> <p>“(…) Tem quase tanta gente como a Câmara (…)”(E6)</p> <p>“(…) Não conheço, a nível nacional, uma entidade com tantos colaboradores (…)”(E7)</p> <p>“(…) Somos certamente das maiores empregadoras, enquanto ADL (…)”(E8)</p> <p>“(…) É das maiores empregadoras do concelho (…)”(E9)</p>
	Avaliação do Trabalho Desenvolvido Enquanto ADL	Impacto Económico	Criação Indirecta de Postos de Trabalho	<p>“(…) as suas actividades levam à criação indirecta de postos de trabalho (…) nos projectos e iniciativas que apoiam (…)”(E1)</p> <p>“(…) sempre que promovem uma actividade, estimulando a actividade económica local, penso que estão a criar emprego (…)”(E2)</p> <p>“(…) Fá-lo sempre que apoia o investimento privado, a elaboração de candidaturas e projectos por parte dos investidores privados, sempre que promove acções de formação que permitem um aumento dos rendimentos dos formandos e, portanto, um aumento do consumo, sempre que apoiam a capacitação e a qualificação (…)”(E3)</p> <p>“(…) Criam novos empregos e novas actividades, quanto mais não seja, pelos projectos privados que apoiam nas candidaturas (…)”(E4)</p> <p>“(…) Sempre que (…) promove um curso EFA, está a contribuir para a criação indirecta de empregos. Está a dar uma nova oportunidade para voltar a estudar e concluir a “escola” mas também está a proporcionar a aquisição de conhecimentos numa profissão (…)”(E5)</p> <p>“(…) penso que a melhor forma de comprovar essa afirmação é olhando para os cursos que (…) tem feito, e observar a taxa de inserção profissional (…)”(E6)</p> <p>“(…) Sem dúvida (…) contribui e muito (…)um exemplo (…) passou-se com a instituição que represento, onde através de uma parceria activa foi possível criar um novo serviço e portanto, dois postos de trabalho (…)”(E7)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto ADL	Avaliação do Trabalho Desenvolvido Enquanto ADL	Impacto Económico	Criação Indirecta de Postos de Trabalho	<p>“(…) A criação indirecta de postos de trabalho é bem mais complexa de relatar, por comparação com a criação directa! Na realidade, tendo em consideração a nossa Missão, facilmente se percebe que há um conjunto de actividades que, para serem desenvolvidas, necessitam recursos humanos qualificados. Através da capacitação, poderemos qualificar os recursos humano locais, que poderão responder à proposta, criando-se um posto de trabalho (…)”(E8)</p> <p>“(…) Através das suas iniciativas e dos projectos que apoiam e desenvolvem (…)”(E9)</p> <p>“(…) Todas as iniciativas procuram criar e gerar empregos (…)”(E10)</p>
		Impacto Social	Valorização Pessoal	<p>“(…) A falta de qualificação, de emprego e o isolamento, tornam as pessoas inseguras e dependentes, contribuindo a participação em actividades da ADPM para inverter estas situações (…)”(E1)</p> <p>“(…) Acho que há um reforço das pessoas enquanto seres humanos e isso nota-se claramente (…)”(E2)</p> <p>“(…) Há factores que levam as pessoas a desconsiderar-se enquanto tal e penso que se procura inverter isso (…)”(E3)</p> <p>“(…) reforço da valorização pessoal e social da comunidade, particularmente dos elementos que participam activamente nas actividades promovidas (…)”(E4)</p> <p>“(…) Apesar de existirem no concelho um vasto conjunto de actividades, a realidade é que são promovidas apenas por um pequeno e constante número de entidades. Participar nestas actividades e iniciativas representa uma oportunidade de valorização, de afirmação, de aprendizagem individual (…)”(E5)</p> <p>“(…) Aprender a ser é uma das tarefas mais difíceis nos tempos que correm (…) penso que as acções desenvolvidas aumentam a auto-estima e a confiança (…)”(E6)</p> <p>“(…) Em todos os projectos conjuntos, este tem sido um dos resultados (…)”(E7)</p> <p>“(…) Participar nestas actividades aumenta a auto-estima dos seus intervenientes e isso é procurado (…)”(E8)</p> <p>“(…) Já participei em diversas acções, e vejo que se efectua um esforço na valorização das pessoas (…)”(E9)</p> <p>“(…) sim, claro que há uma valorização pessoal (…) procura-se isso intencionalmente (…)”(E10)</p>
			Valorização Social	<p>“(…) a valorização social está associada à forma como vemos o outro...e isso está associado à forma como as próprias pessoas se vêem...e é aí que eu acho que a ADPM intervêm muito bem, contribuindo para que as pessoas se vejam de uma forma mais positiva, mas construtiva, porque são mais qualificadas, porque arranjam emprego, ...enfim.....porque sentem que pertencem a algo maior (…)”(E1)</p> <p>“(…) quando há uma maior valorização pessoal, também há uma maior valorização social, pois as pessoas intervêm mais, participam mais e os outros também os vêem de outra forma (...) penso que este é um efeito directo da participação nas actividades promovidas pela ADPM (...)”(E9)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto ADL	Avaliação do Trabalho Desenvolvido Enquanto ADL	Impacto Territorial	Reforço da participação cidadã	<p>“(…) Há uma participação muito grande e espontânea para as actividades propostas (…)”(E1)</p> <p>“(…) As pessoas estão sempre dispostas a aderir quando se fala nas propostas da ADPM (…)”(E2)</p> <p>“(…) As pessoas têm muitas ofertas e são muito dinâmicas (…)”(E3)</p> <p>“(…) Todos participam ou querem participar (…)”(E4)</p> <p>“(…) Há mais participação aqui que em Beja (…) em Beja quando há alguma coisa ninguém vai (…)”(E5)</p> <p>“(…) Muita participação (…)”(E6)</p> <p>“(…) A capacidade de mobilização interna é muito elevada (…) conseguem mobilizar a comunidade (…)”(E7)</p> <p>“(…) Internamente não temos problemas a esse nível (…) relativamente à comunidade, depende da iniciativa, mas não é muito difícil (…)”(E8)</p> <p>“(…) Sinto que a comunidade local é mais participativa do que noutros locais, que intervém mais, que tem uma maior consciência da sua “força” enquanto comunidade e sinto que isso se deve muito ao trabalho desenvolvido pela ADPM, à sua capacidade de mostrar à comunidade que pode e deve intervir enquanto colectivo numa sociedade democrática (…)”(E9)</p> <p>“(…) Há um reforço da capacidade das pessoas intervirem e penso que isso se deve aos estímulos que recebem (…)”(E10)</p>
			Valorização dos recursos endógenos	<p>“(…) Penso que procura-se mobilizar essencialmente os recursos locais, só recorrendo a recursos externos quando não existem no concelho (…)”(E1)</p> <p>“(…) Os recursos utilizados são essencialmente os locais (…)”(E2)</p> <p>“(…) Pelo que vejo, privilegia-se essencialmente os recursos locais, que se valorizam e recuperam, modificando e adaptando, se necessário, face às novas realidades (…)”(E3)</p> <p>“(…) Só se recorre a recursos externos quando aqui não há (…)”(E4)</p> <p>“(…) A utilização dos recursos endógenos é sempre privilegiada, procurando-se a sua recuperação e valorização (…)”(E8)</p> <p>“(…) Procura-se sempre dar prioridade à utilização dos recursos endógenos (…)”(E9)(E10)</p>
			Capacidade de projectar o concelho junto do exterior	<p>“(…) O trabalho desenvolvido pela ADPM torna o concelho mais conhecido no exterior (…)”(E1)</p> <p>“(…) penso que o facto de uma entidade com esta dimensão continuar a manter o concelho de Mértola como seu local privilegiado de trabalho, representa por si só uma forma de divulgar todo o concelho (…)”(E2)</p> <p>“(…) A originalidade, a criatividade, a diversidade, são características que tornam a ADPM única. E sempre que ela é estudada, analisada ou falada, transporta nisso o nosso concelho (…)”(E3)</p> <p>“(…) A ADPM é uma das entidades que mais tem contribuído para a promoção do concelho, não só divulgando as suas potencialidades, mas também contribuindo para que se verificam condições que o tornem atraente a investidores exógenos (…)”(E8)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Avaliação do Trabalho Desenvolvido Enquanto ADL	Objectivos		<p>“(…) Ir ao encontro do que as pessoas precisam, tanto os formadores como os formandos (…)”(E1)</p> <p>“(…) Nós sabemos que vai haver dificuldades de emprego, por isso é necessário qualificar as pessoas (…)”(E2)</p> <p>“(…) Necessidades de segunda oportunidade...as pessoas precisam essencialmente de oportunidades (…)”(E3)</p> <p>“(…) Oportunidade para concluir a escolaridade, oportunidade para aprenderem uma profissão, oportunidade para adquirirem conhecimentos de cultura geral, oportunidades para participarem em algo individualmente ou colectivamente (…)”(E4)</p> <p>“(…) a oferta é sempre muito bem concebida...muito oportuna...de encontro às necessidades, quer as necessidades das entidades empregadoras, quer as necessidades dos próprios formandos (…)”(E5)</p> <p>“(…) Necessidades de emprego, financeiras e conhecimentos (…)”(E6)</p> <p>“(…) Os temas (...) são sempre muito actuais e em áreas nas quais se perspectiva aumento de postos de trabalho (...)”(E7)</p> <p>“(…) Colmatar de necessidades...que têm variado ao longo dos tempos, mas passam sempre por uma enorme necessidade de qualificação escolar e profissional (...) como resposta à necessidade de adaptação aos novos contextos, pois para existir desenvolvimento, é necessário existir emprego e não há emprego sem que as pessoas sejam qualificadas e capacitadas (...) era necessário qualificar os recursos humanos, não só ao nível da qualificação profissional, mas também para o exercício activo da cidadania democrática (...)”(E8)</p> <p>“(…) Trata-se de dar resposta a necessidades (...)”(E9)</p> <p>“(…) Há um cuidado muito grande em responder a necessidades (...)”(E10)</p>
		Metodologias de concepção das Actividades	Conhecimento Empírico	<p>“(…) A radiografia da zona é feita pela associação (...) mas também pelo conhecimento empírico que têm do concelho (...)”(E1)</p> <p>“(…) Os cursos são sustentados em oportunidades (...)”(E2)</p> <p>“(…) Pelo que conhecem da realidade (...)”(E3)</p> <p>“(…) Procurando sempre áreas diferentes, o que cria um maior leque de oferta e pelo conhecimento que têm (...) E são sempre cursos que têm a ver com novas áreas em que pode haver oportunidades de trabalho (...)”(E6)</p> <p>“(…) Possuem um elevado conhecimento do território (...)”(E7)</p> <p>“(…) O conhecimento empírico torna-nos conhecedores da realidade concelhia (...)”(E8)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Concepção das Actividades	Metodologias de concepção das actividades	Recurso a Suportes	<p>“(…) Através de estudos e diagnósticos (…)”(E1)</p> <p>“(…) Devem de fazer estudos (…)”(E4)</p> <p>“(…) Recorrem a outras entidades que fazem levantamentos (…)”(E5)</p> <p>“(…) Como ponto de partida diagnósticos elaborados por nós por outras entidades, nomeadamente, nomeadamente o I.E.F.P. e outros organismos e entidades (…)”(E8),</p> <p>“(…) diversos documentos, nos mais variados suportes, sejam eles estudos, diagnósticos ou recursos pedagógicos (…)”(E8)</p>
		Participação dos Intervinentes		<p>“(…) Sou chamado a participar pelo menos na concepção de algumas ideias (…)”(E1)</p> <p>“(…) Eu tenho acompanhado esse ciclo e as pessoas com quem trabalho gostam sempre de ouvir a opinião, escutam os outros, para a ideia fazer sentido (…)”(E2)</p> <p>“(…) Nos projectos em parceria participo activamente (…)”(E7)</p> <p>“(…) ao nível do diagnóstico a comunidade participa activamente (…). Na concepção a participação é menor. Serve apenas como orientação (…). Seleccionamos elementos chave da comunidade e apresentamos a nossa proposta já numa fase de consolidação avançada (…). Foi o caso, por exemplo, da agricultura biológica, da tinturaria tradicional ou do turismo (…)”(E8)</p>
	Implementação	Divulgação e Recrutamento	Divulgação	<p>“(…) vi um anúncio no jornal (…)”(E1)</p> <p>“(…) Trabalhavam na escola (…)”(E2)</p> <p>“(…) Tomei conhecimento da formação por cartazes (…)”(E3)</p> <p>“(…) Algumas pessoas aconselharam-me (…)”(E4)</p> <p>“(…) Vi o anúncio no jornal (…)”(E5)</p> <p>“(…) Vi um cartaz (…)”(E6)</p> <p>“(…) As entidades já trabalhavam em conjunto, por isso foi através da minha própria entidade (…)”(E7)</p> <p>“(…) Divulgamos a actividade formativa nas rádios, jornais (…), cartazes, mail list, página Web (…)”(E8)</p>
			Recrutamento	<p>“(…) Mandeí o currículo (…)”(E1)</p> <p>“(…) Era Professora na escola. Fui a uma entrevista (…)”(E2)</p> <p>“(…) Inscrevi-me (…)”(E3)</p> <p>“(…) Eu já há algum tempo que queria tirar esse curso (…). Inscrevi-me em Mértola (…)”(E4)</p> <p>“(…) Uma vizinha inscreveu-se e disse-me (…)”(E5)</p> <p>“(…) Um colega meu que viu a divulgação que a ADPM fez, uns panfletos (…). Inscrevi-me através da Responsável de Formação e inscrevi-me directamente com ela (…)”(E6)</p> <p>“(…) O recrutamento normalmente é efectuado através do preenchimento de uma ficha e de posterior análise curricular e/ ou entrevista (…)”(E8)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Implementação	Expectativas	Iniciais	<p>“(…) A motivação que mais me leva às coisas é (…) eu antes de ir para as coisas, seja que associação seja, procuro e tento me informar das pessoas para saber exactamente o que fazem e o que não fazem. Há associações e associações (…) não é o dinheiro que me leva às coisas (...). É fundamental para já o querer (...)”(E1)</p> <p>“(…) Tinha muitas expectativas, mas não sabia bem o que esperar (...)”(E2)</p> <p>“(…) Não conhecia o tema por isso não tinha expectativas muito específicas (...) eu queria progredir e não ficar para sempre no emprego em que estava (...)”(E3)</p> <p>“(…) A formação da ADPM era muito credível junto de outras amigas que já a tinham tirado (...) Tinha expectativas muito elevadas, face ao que me diziam (...)”(E4)</p> <p>“(…) O que eu queria era uma oportunidade de tirar um curso para fazer no futuro alguma coisa nessa área (...) estava desempregada (...) Eu não tinha expectativas nenhuma (...)”(E5)</p> <p>“(…) Inscrevi-me porque tinha uma bolsa (...) estava desempregado achei que poderia conciliar duas coisas, a parte financeira com a parte da instrução pessoal (...) A expectativa inicial era terminar o curso e adquirir conhecimentos na área da animação (...)”(E6)</p> <p>“(…) Tinha muitas expectativas e positivas (...)”(E7)</p>
			Avaliação	<p>“(…) As expectativas foram cumpridas (...)”(E1)</p> <p>“(…) Com o decorrer do trabalho, tanto a nível pessoal como a nível profissional as expectativas acabaram por ser bastante altas...Quanto mais conhecia a entidade, mais elevadas eram as expectativas. E nunca tive desilusões...superou as expectativas (...)”(E2)</p> <p>“(…) Foi cativante, não ficou uma coisa concluída por si mesma, ficou o bichinho (...) Correu bastante bem (...)”(E3)</p> <p>“(…) Sim, as expectativas foram cumpridas. E superadas (...) As aprendizagens até me serviram para outros contextos (...)”(E4)</p> <p>“(…) Não tinha nenhuma, por isso foram superadas (...)”(E5)</p> <p>“(…) Inicialmente não pensava muito em encontrar emprego porque tinha a bolsa mas com o decorrer do curso novos horizontes foram abertos e portanto criou-se essa expectativa que até foi cumprida (...)”(E6)</p> <p>“(…) Eu diria superadas (...)”(E7)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Implementação	Apoio à Empregabilidade/Progressão na carreira	Empregabilidade	<p>“(…) A associação preocupa-se mas nem sempre consegue o milagre de encontrar (…) no entanto, especialmente nos cursos destinados a desempregados, há uma tentativa muito grande de encaminhamento(…)”(E1)</p> <p>“(…) Há um esforço mas muito mais não podem fazer (…)”(E2)</p> <p>“(…) Sim, há sempre um grande cuidado em explicar onde e como procurar (…)”(E4)</p> <p>“(…) Aqui é muito difícil encontrar emprego (…) durante o curso há sempre muito acompanhamento (…) Eles não nos podem arranjar emprego, mas mostram como fazer um currículo, uma carta (…) e trazem cá pessoas do micro crédito e do centro de emprego para nos falar sobre possibilidades (…) Embora seja muito difícil encontrar emprego aqui vejo que fazem um esforço (…)”(E5)</p> <p>“(…) Houve a procura de entidades através do estágio (…) Foi a ADPM que procurou. E até fez um esforço para lá permanecer-mos (…) a coordenadora sinalizou, para quem não sabia onde estagiar, entidades (…)”(E6)</p> <p>“(…) Noto que se procura encontrar estágios, dar a conhecer possibilidades de auto-emprego, apoiam-se entidades que queiram integrar estagiários (…)”(E7)</p> <p>“(…) Procura-se acompanhar as pessoas, de forma a que consigam oportunidades de emprego (…)”(E8)</p>
			Apoio à Progressão na Carreira	<p>“(…) Houve sempre a tentativa de dirigir a matéria para aquilo que era a nossa vida profissional (…) Eram todos pessoas empregadas mas de áreas diversas, por isso houve sempre um grande cuidado de adequação às nossas realidades (…) Eu penso que mesmo durante o curso houve esse cuidado (…)”(E3)</p>
		Utilização de recursos	Mobilização de Recursos Locais nas Actividades	<p>“(…) Sim, formadores, espaços, equipamentos (…)”(E1)</p> <p>“(…) Sem dúvida, esse tem sido um dos objectivos (…)”(E2)</p> <p>“(…) Sim, dão sempre oportunidades a quem é daqui (…)”(E3)</p> <p>“(…) Especialmente ao nível dos formadores, sinto que se procura privilegiar, quando a qualidade se encontra assegurada, os locais, até porque têm menos oportunidades por viverem num local tão sem oportunidades (…)”(E4)</p> <p>“(…) Há muitos formadores do concelho, pessoas muito boas, …e que até agora não tinham encontrado nada (…) A ADPM tem dado oportunidades a muitos destes moços e moças (…)”(E5)</p> <p>“(…) Parece-me que isso é notório (…)”(E6)</p> <p>“(…) Sim, é a filosofia da entidade, perfeitamente enquadrada no facto de ser uma entidade que procura o desenvolvimento dos territórios onde opera (…)”(E7)</p> <p>“(…) Também procuramos sempre recorrer a recursos dos locais onde trabalhamos (…)”(E8)</p> <p>“(…) Trata-se de uma oferta integrada no contexto económico e social (…)”(E9).</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Implementação	Utilização de recursos	Mobilização de Recursos Externos nas Actividades	<p>“(…) Quando aqui não há (…)”(E1)</p> <p>“(…) Sim, porque não tem aqui suficientes (…)”(E2)</p> <p>“(…) Às vezes aqui não há (…)”(E3)</p> <p>“(…) Especialmente formador, quando não há no concelho ou a qualidade não se encontra assegurada (…)”(E4)</p> <p>“(…) Também vejo formadores doutros locais, mas acho que é por serem áreas muito específicas em que não há aqui ninguém especializado (…)”(E5)</p> <p>“(…) De formadores e outros técnicos a quem dá emprego (…). Por não existirem na própria localidade (…)”(E6)</p> <p>“(…) Sim. Salas e formadores. Porque não tem (…)”(E7)</p> <p>“(…) Há também um grande cuidado na selecção dos formadores, procurando-se que os mesmos sejam dos locais onde se efectua a formação, o que no fundo gera oportunidades de trabalho...há rotatividade (…)”(E8)</p>
	Avaliação das Actividades	Qualidade	Concepção	<p>“(…) Acho que é uma área integrada...é tudo muito bem equacionado (…)”(E1)</p> <p>“(…) Oferta muito oportuna (…)”(E2)</p> <p>“(…) Propostas que são úteis aqui (…)”(E3)</p> <p>“(…) Levam a coisa a sério (…)”(E4)</p> <p>“(…) Os temas são muito adequados e de grande interesse (…)”(E5)</p> <p>“(…) Gosto do trabalho (…)”(E6)</p> <p>“(…) Construção de propostas sempre muito adequadas, que têm em consideração as necessidades territoriais, não só ao nível da possível empregabilidade como também ao nível da progressão escolar (…)”(E7)</p> <p>“(…) Esta fase é muito cuidada, pois é dela que depende em primeiro lugar a qualidade (…). São propostas contextualizadas e oportunas, adequadas à realidade do território (…)”(E8)</p>
			Implementação	<p>“(…) Hoje conseguimos chegar muito mais longe, a muito mais pessoas, de uma forma muito mais eficiente (…)”(E1)</p> <p>“(…) Houve um aumento em termos de qualidade (…)”(E3)</p> <p>“(…) Hoje em dia temos uma qualidade muito superior (…)”(E2)</p> <p>“(…) A formação é muito boa (…)”(E4)</p> <p>“(…) Os formadores são sempre de grande qualidade (…)”(E5)</p> <p>“(…) É um curso muito credível (…)”(E6)</p> <p>“(…) A ADPM tem crescido em qualidade e quantidade de oferta formativa (…). A equipa técnica e pedagógica também é, na generalidade, muito competente (…). Formação de grande qualidade, de grande seriedade e honestidade (…)”(E7)</p> <p>“(…) Ser entidade formadora não significa apenas implementar cursos...Para nós implica muito mais. É uma responsabilidade institucional que durante o último quadro Comunitário foi reforçada com o reconhecimento da ADPM enquanto entidade promotora de cursos de Educação e Formação de Adultos de Dupla Certificação, sendo as acções desenvolvidas de forma integrada, apoiando o indivíduo em todos os seus contextos (…)”(E8)</p> <p>“(…) Já frequentei outras acções, noutras entidades e realmente penso que na ADPM há bastante qualidade (…)”(E9)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Avaliação das Actividades	Qualidade	Empregabilidade	<p>“(…) há uns casos interessantes de pessoas que começaram a trabalhar juntas e a inventar outras coisas(…)”(E1)</p> <p>“(…)Até há exemplos de empresas criadas através de cursos (…)”(E2)</p> <p>“(…)outras pessoas arranjam emprego (…)”(E3)</p> <p>“(…) Só consegui o estágio porque tinha essa formação (…) conheci diversas pessoas, de diversas áreas, estabelecendo amizades e contactos profissionais (…) Pelos conhecimentos que adquiri consegui começar a trabalhar na área da formação (…)”(E4)</p> <p>“(…) Quando dizia que tinha tirado o curso na ADPM isso abria muitas portas (…)”(E5)</p> <p>“(…) Os conhecimentos adquiridos ao longo do curso serviram-me para realizar as tarefas que desempenho hoje. Foi através do curso que consegui este emprego (…)”(E6)</p> <p>“(…) (para a diminuição do desemprego) Sim, embora certamente numa percentagem muito diminuta (progressão na carreira) Sim, especialmente se entendermos progressão na carreira como melhoria de desempenho (…)”(E7)</p> <p>“(…) Apesar das dificuldades a verdade é que algumas pessoas conseguem instalar o seu próprio negócio e outras encontram emprego por conta de outrem. Na realidade, a taxa de inserção profissional dos desempregados que frequentam as nossas acções não é muito elevada, mas também não é muito baixa. Penso que temos que ter em consideração o contexto em que estamos inseridos e perceber que nunca poderíamos, em Mértola, ter uma taxa de inserção profissional muito elevada porque, por um lado, não existem empresas ou outros grandes empregadores, e por outro, porque é impensável alcançar tais valores quando estamos a formar, na mesma área profissional 12 ou 13 ou 15 pessoas (…)”(E8)</p> <p>“(…) Para mim foi muito importante porque sem esta formação não teria encontrado o trabalho que hoje desempenho (…)”(E9)</p> <p>“(…) Foi através desta formação que consegui criar o meu próprio emprego de freelancer (…)”(E10)</p>
	Impacto Socioeconómico	Formandos	Progressão escolar	<p>“(…) Alguns dos nossos formandos voltam a estudar, mesmo após anos de pausa (…)”(E1)</p> <p>“(…) Essa é uma das coisas que mais gosto de ver quando acaba um curso (…)”(E2)</p> <p>“(…) Voltar a estudar (…)”(E4)</p> <p>“(…) Deu-me a vontade de tirar o 9º e entrar para a universidade (…)”(E5)</p> <p>“(…) Foi o contacto com os técnicos da ADPM que me levou a pensar em voltar a estudar (…) e entrei para a universidade pelos maiores de 23 (…)”(E6)</p> <p>“(…) Qualificação escolar (…)”(E7)</p> <p>“(…) Muitas prosseguem os estudos e vão até para a universidade (…)”(E8)</p> <p>“(…) Muitas das acções desenvolvidas têm como objectivo a qualificação escolar, tanto mais que este concelho apresenta um nível de qualificar escolar muito baixo, entre adultos (…)”(E10)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Impacto Socioeconómico	Formandos	Capacitação profissional	<p>“(…) Para o que estou a fazer agora foi essencial a minha formação. Foi a matéria mãe (…)” (E3) (E10)</p> <p>“(…) Aprendi mais, mas penso que nestas acções há uma actualização de conhecimentos que vão alterar profundamente as nossas práticas (…)”(E4)</p> <p>“(…) A aquisição de competências profissionais é uma das grandes mais-valias da frequência das acções (…) Aprendi os conhecimentos técnicos e notei uma postura diferente quando voltei a fazer esses trabalhos após o curso (…)” (E5)</p> <p>“(…) Foi uma grande aprendizagem (…) não só a aprendizagem de uma profissão ou actividade profissional, como também a certificação dessas aprendizagens (…)”(E6)</p> <p>“(…) A certificação de uma actividade profissional, no actual contexto, é fundamental para a inserção profissional ou para a avaliação de desempenho profissional (…)”(E7).</p> <p>“(…) Penso que a capacitação profissional está directamente relacionada com a frequência destas acções e com a possibilidade de inserção profissional, de valorização pessoal e social. Contudo, um aspecto também muito importante é a certificação das competências profissionais, aspecto fundamental na procura de emprego (…)” (E8)</p> <p>“(…) Para mim foi o “ponta-pé-de-saída (…)”(E9)</p>
			Poder de compra	<p>“(…) Com a bolsa, os rendimentos da família aumentam (…)” (E1)</p> <p>“(…) Há um reforço financeiro com a bolsa de formação (…)”(E2)</p> <p>“(…) Sem a Bolsa e outros apoios era impossível frequentar a acção que frequentei. Foi um rendimento importante para mim e para a minha família, um complemento que também nos permitiu viver melhor (…)”(E3)</p> <p>“(…) O pagamento de bolsas de formação é um grande apoio económico. Se assim não fosse, eu não poderia ter ingressado no curso. Teria de ir trabalhar e não poderia frequentar esta formação (…)”(E6)</p> <p>“(…) Sem dúvida que a Bolsa e os outros apoios têm um reflexo directo no consumo das famílias (…)”(E7)</p> <p>“(…) há realmente pessoas e entidades que têm algumas reservas relativamente às Bolsas de Formação e outros benefícios de que os formandos usufruem. Contudo, a realidade é que sem esses apoios, a grande maioria não teria condições para frequentar as acções, pois teria de trabalhar (no caso dos desempregados) ou então teria de pagar propinas ou outra contrapartida (no caso dos activos empregados). Em ambas as situações, o percurso da educação e formação em Portugal já nos deu provas de que é extremamente difícil atingir objectivos quando os próprios aprendentes ou alunos têm que pagar pelo serviço “qualificação”. Neste caso concreto, os apoios, na grande maioria das situações, é fundamental, pois sem ele, muitas vezes, a própria subsistência da família ou do individuo estaria ameaçada. Com a bolsa, os seus rendimentos aumentam, o que se reflecte positivamente no seu poder de compra, permitindo-lhe uma melhoria da qualidade de vida (…)”(E8)</p> <p>“(…) Há um aumento dos rendimentos das famílias e isso tem reflexos nas suas aquisições (…)”(E9)</p> <p>“(…) As pessoas recebem uma maior remuneração e por isso compram mais (…)”(E10)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Impacto Socioeconómico	Formandos	Desenvolvimento Pessoal	<p>“(…) Uma das mais-valias da frequência das acções é sem dúvida o desenvolvimento pessoal dos seus intervenientes. E não me refiro apenas a formandos. Refiro-me também à equipa pedagógica. Há um crescimento muito grande. Uma aprendizagem partilhada e contínua (…)”(E1)</p> <p>“(…) A oferta formativa anual da ADPM é muito elevada e envolve um grande número de pessoas que enquanto aqui está trabalha, aprende, pensa, aspectos fundamentais e de que esta comunidade tanto necessita (…)”(E2)</p> <p>“(…) Muitos de nós vivemos (…) quase isolados (…) também aprendemos muita coisa, falamos com muita gente, saímos de casa, e isso faz muito bem à nossa cabeça (…) ajuda-nos e enriquece-nos enquanto pessoas (…)”(E3)</p> <p>“(…) Comecei a perceber melhor certas questões que já ouvia na televisão e lia nos jornais, directamente relacionadas com estes temas (…) há um trabalho muito forte em torno da participação das pessoas, da vivência em cidadania (…)”(E4)</p> <p>“(…) É uma oportunidade para aprendermos a lidar uns com os outros (…) neste concelho, a formação assume também um carácter social e pessoal (…) Durante a formação não aprendemos só as temáticas dos cursos (…) Aprendemos e ouvimos falar de outras coisas (…) tenho aprendido muitas coisas sobre o mundo e a vida aqui (…)”(E5)</p> <p>“(…) Confesso que quando me inscrevi na acção estava muito “sem ânimo”. Estava desempregado, não era autónomo financeiramente, vivia com os meus pais e nada do que eu queria para mim e para a minha vida acontecia. Considerava-me um homem sem grande valor e até duvidei que conseguisse concluir o curso. Mas eles puxaram muito por mim, incentivaram-me, valorizaram-me e fizeram-me acreditar e a verdade é que voltei a estudar, já concluí a minha licenciatura, encontrei emprego e vou-me casar em breve. Não acredito em milagres, mas acredito em vontades e as pessoas com quem tive oportunidade de conviver ajudaram-me a ganhar vontade, que foi tudo aquilo que precisei para “ir em frente” (…)”(E6)</p> <p>“(…) Penso que a oferta formativa tem elevados efeitos ao nível do desenvolvimento pessoal e social (…) sinto que há efeitos sociais e pessoais relevantes, particularmente em Mértola e nos cursos para desempregados, derivados do próprio contexto concelhio (…)”(E7)</p> <p>“(…) Há sem dúvida uma mudança visível na forma de estar das pessoas, que se verifica em todos os intervenientes nas acções. A nossa actividade não tem efeitos directos apenas ao nível das competências profissionais. Há da nossa parte uma aposta muito forte na educação/formação enquanto factor de promoção do indivíduo enquanto tal, enquanto ser aprendiz. (…)”(E8)</p> <p>“(…) Notei, no meu caso e no dos meus colegas, um reforço da auto-estima (…) o saber causa isso (…)”(E9)</p> <p>“(…) Isso aconteceu comigo e com os outros formandos (…)”(E10)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Impacto Socioeconómico	Formandos	Valorização social	<p>“(…) O importante é tirar um pouco as pessoas para fora de casa, fazê-las ver coisas novas (…) Abriu um pouco a mente a estas pessoas (…) nós vemos as pessoas com outra cara (…) conheço pessoas com que passaram pelos nossos cursos e que hoje em dia são pessoas muito diferentes (…)”(E1)</p> <p>“(…) Não tenho duvidas. Tenho essa experiência. (…) Há efeitos directos no desenvolvimento pessoal e social (…) na forma de estar na vida, na maneira de estar, abrem os olhos para uma série de horizontes que até aí estavam fechados (…) há um desenvolvimento pessoal e social grande (…)”(E2)</p> <p>“(…) Altera a vida das pessoas (…) são o exemplo destes cursos de secundário, as pessoas estão a voltar (…)”(E3)</p> <p>“(…) Valorização pessoal (…) As pessoas descobrem-se nestes cursos (…) A formação abre novos horizontes (…) muitas pessoas até descobrem vocações e vontades (…)”(E4)</p> <p>“(…) Neste concelho muitas pessoas sofrem de problemas de auto-estima e valorização pessoal. Depois de frequentarem os cursos, vemos bem a diferença (…)”(E5)</p> <p>“(…) Os cursos que a ADPM promove servem essencialmente para uma valorização pessoal das pessoas que os frequentam (…) criando uma mais-valia pessoal e interpessoal da própria pessoa. Há uma função social muito grande, (…) uma função de capacitação técnica e escolar. Eu vejo a ADPM como uma segunda oportunidade na vida das pessoas, ou a oportunidade que nunca tiveram (…)”(E6)</p> <p>“(…) Vê-se as pessoas na rua e já se vê as pessoas a levantarem a cabeça, já se vê as pessoas com outra perspectiva, quando se via as pessoas cabisbaixa e isso nota-se na maneira como querem fazer as coisas (…) A questão de ver as pessoas levantarem a cabeça e andarem um pouco para a frente e aventurarem-se (…) é uma grande alteração na mentalidade das pessoas...melhoria de socialização, na forma de ver as coisas (…) Perder o medo de, o aprender o saber fazer (…) as pessoas nunca foram espicaçadas para esse lado...não as vai favorecer só a elas, mas também a comunidade. É um círculo vicioso. Se há alterações numa pessoa, essa pessoa influencia outras (...). Não faço uma ideia se existem dados nessa área mas que isto deve influenciar muito positivamente as localidades (...)”(E7)</p> <p>“(…) Valorizamos as gentes de Mértola e o seu modo de vida (...)”(E8)</p> <p>“(…) Frequentar um curso representa o convívio, o interagir, o relacionar-se, o “puxarem por nós” enquanto seres aprendentes. É uma mais-valia social, sem dúvida! Por outro lado, cria-se aqui uma dinâmica grande entre formadores, técnicos de emprego e entidades parceiras, ela própria geradora de mais-valias sociais (...)”(E8)</p> <p>“(…) A formação assume também um carácter social e pessoal (...), havendo (...) sem dúvida uma mudança visível na forma de estar das pessoas (...)”(E8).</p> <p>“(…) Não estou a falar de assistencialismo (...) estou a falar de ensinar a fazer a cana para pescar o peixe (...) Saber mais, ter um emprego, ter conhecimentos para apoiar os filhos nas tarefas escolares, ganhar o seu</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Impacto Socioeconómico	Formandos	Valorização social	<p>próprio salário, desempenhar melhor as suas tarefas profissionais são resultados da participação em acções de carácter formativo e outras e são também factores de reconhecimento e valorização pessoal e social, de reforço da auto-estima (...)”(E8).</p> <p>“(…) A aprendizagem de uma profissão, a conclusão do 6º ou do 9º ano, os efeitos sociais da formação de que já falei há pouco, são bem mais visíveis do que outros projectos igualmente importantes mas que não têm reflexos tão imediatos, tão directos e tão visíveis (...)”(E8).</p> <p>“...valorização das gentes de Mértola e o seu modo de vida, tentando melhorar a qualidade de vida individual e colectiva (...)”(E8).</p>
		Comunidade	Económicos	<p>“(…) através da participação activa nas acções e actividades, verificamos uma melhoria de vida não só nos seus intervenientes directos como também na comunidade. A bolsa e o aumento de rendimentos eleva o consumo, mas a própria formação cívica e cidadã que se encontra implícita, conduz as pessoas a formas de vida mais adequadas aos dias de hoje (...)”(E1)</p> <p>“(…) Penso que há um impacto económico muito grande na comunidade, motivado não só pelo aumento do consumo, como também por um consumo mais responsável e controlado (...)”(E2)</p> <p>“(…) Claro que verifico efeitos no tecido económico local. Para além do aumento do consumo, existe, por vezes, a criação de novas empresas ou novas actividades, a que se alia, com muita criatividade, uma actividade muito interessante de adaptação de actividades ou materiais tradicionais a novas utilidades. São dinâmicas que se criam e que têm efeitos bastantes positivos (...)”(E3)</p> <p>“(…) Noto na comunidade um impacto muito grande, especialmente ao nível da melhoria das condições de vida. Se as pessoas sofrem uma melhoria das condições de vida, isso tem reflexo na comunidade (...)”(E4)</p> <p>“(…) uma das consequências mais visíveis é toda a dinâmica que se cria em torno das acções. São pessoas que vêm de montes isolados e pequenas povoações para a Vila, pagando transportes, almoçando, tomando café, comprando produtos nos comerciantes locais. Paralelamente, há um conjunto muito grande de pessoas, especialmente de áreas mais urbanas, como Lisboa, que escolhem Mértola para viver, porque já ouviram falar do Projecto Integrado de Mértola, visitaram o concelho e gostaram do que viram e sentiram, trazendo consigo não só outros hábitos, mas engrossando os consumos (...)”(E6)</p> <p>“(…) a melhoria das condições de vida das pessoas que frequentam cursos para desempregados, a dinâmica económica que isso gera e a dinâmica social inerente à deslocação diária dos formandos até à Vila, são impactos importantes que surgem como consequência da actividade formativa (...)”(E7)</p> <p>“(…) os seus rendimentos aumentam um pouco mais, através da bolsa de formação, o que se reflecte na qualidade de vida. Na sua, na da sua família e na dos comerciantes locais (...) E isto é todo um ciclo (...) No fundo, o dinheiro fica no concelho, por assim dizer, e isso é importante (...)”(E8).</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Trabalho desenvolvido enquanto entidade formadora	Impacto Socioeconómico	Comunidade	Participação	<p>“(…) Noto que há uma maior participação das pessoas na comunidade onde estão inseridas. Com o tempo, vamos conhecendo as pessoas e reparo que através da frequência das acções estimula-se a participação, a cidadania, o activismo (...)”(E1)</p> <p>“(…) uma das maiores consequências da frequência das acções é sem dúvida um reconhecimento de si próprio enquanto cidadão, o exercício activo da cidadania (...)”(E2)</p> <p>“(…) Senti um grande estímulo no que se refere à participação pública, que é incentivada (...)”(E3)</p> <p>“(…) Acho que durante as acções há um conjunto de aprendizagens que são efectuada que apesar de não terem directamente a ver com as temáticas em causa, surgem naturalmente porque são temas do quotidiano, do suposto conhecimento geral. E isso leva-nos a ter opinião, a poder comentar, a poder participar em conversas sobre coisas que até então não comentávamos por desconhecimento (...)”(E4)</p> <p>“(…) As pessoas que participam nas acções valorizam-se e são valorizadas. Isso torna-as mais confiantes e activas, participando mais na vida comunitária (...)”(E5)</p> <p>“(…) Sinto que a actividade formativa é um grande contributo para o desenvolvimento pessoal e portanto, para o desenvolvimento da comunidade. Sinto que me descobri um pouco mais, que vi e conheci aspectos sobre mim que até então nunca tinha visto ou descoberto. Isso reflecte-se na forma como me vejo na comunidade e como interajo com os outros (...)”(E6)</p> <p>“(…) pelo trabalho em que tenho participado consigo perceber que outro dos reflexos da actividade formativa da ADPM prende-se com a forma como é exercida a participação cidadã. Há uma alteração, que nalguns casos é profunda, a nível individual e que se reflecte de forma sentida e perceptível, na comunidade. Mértola, por vezes, sente-se “fervilhar”. Sente-se que há opiniões, ideias, comentários sustentados e isso é muito positivo. E penso que tudo isso, embora não se deva apenas à actividade formativa, muito lhe deve (...)”(E7)</p> <p>“(…) a actividade formativa promovida pela ADPM contribui fortemente para o exercício activo da cidadania e é uma das responsáveis pela mudança de comportamentos a este nível. Os participantes de uma acção adquirem competências técnicas e cívicas que os tornam mais confiantes e “conhecedores”, o que lhes permite participar mais, ter e exprimir opiniões, conhecer os seus direitos e deveres e isto reflecte-se em toda a comunidade (...)”(E8)</p> <p>“(…) Acho que quando nos sentimos bem, confiantes, com mais conhecimentos, isso ajuda a que sejamos mais defensores dos nossos direitos, mais conscientes dos nossos deveres (...) mais participativos(...)”(E9)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Comparação entre a Actividade Formativa Desenvolvida pela ADPM e os outros Operadores	Fases do Ciclo Formativo	Concepção das Actividades	Objectivos	<p>“(…) Vejo a ADPM com um cariz social que não vejo noutras entidades (…)”(E1)</p> <p>“(…) quanto a mim, é sempre um trabalho de mais qualidade. Já trabalhei para outras entidades e confesso que aqui me sinto mais acompanhada e acarinhada. Há sempre um cuidado muito grande em envolver nas acções os seus principais intervenientes e interessados. A oferta é concebida com objectivos muito bem equacionados, sendo elaborada em função das necessidades do território e das pessoas, ponderando os recursos. Por outro lado, reparo que há muita articulação com outras actividades, áreas e iniciativas. Procura-se a formação integral das pessoas e isso, sinceramente, não vejo em muitos outros locais. Há inclusive muitas entidades em que às vezes me parece que a actividade formativa é mais para usufruir de um fundo qualquer (…)”(E2)</p> <p>“(…) O trabalho é feito das pessoas para as pessoas e tem-se em consideração que se trabalha com pessoas. Penso que as acções diferem de outras logo pelos seus objectivos, uma vez que não se procura apenas a aquisição de competências técnicas, mas também a capacitação do indivíduo para uma vivência saudável em cidadania (…)”(E3)</p> <p>“(…) já tinha frequentado uma acção de outra entidade e penso que há grandes diferenças, nomeadamente nos objectivos da acção (…) que são muito bem pensados, tendo em vista dar respostas concretas aos problemas das pessoas a quem se dirigem (…)”(E4)</p> <p>“(…) A ADPM tem objectivos diferentes das outras entidades (…) não realizam uma acção só porque se candidata a um financiamento (…) realiza-a porque a considera necessária (…)”(E5)</p> <p>“(…) Acho que existem grandes diferenças entre a ADPM e outras entidades. Desde logo nos objectivos das suas propostas, que são contextualizadas no conhecimento do território e suas gentes (…) não há acções padrão, que tanto se podiam realizar aqui como noutra local qualquer (…)”(E6)</p> <p>“(…) Ao trabalhar com a ADPM percebi a sua singularidade. Tudo é novidade pois cada acção é uma acção, com diferenças profundas entre elas, motivadas por necessidades, enquadramentos e públicos que se encaram como diferentes e únicos. É esta forma de pensar/actuar diferencia-a de outros, ao que se associação uma preocupação constante com a pessoa (…)”(E7)</p> <p>“(…) Penso que as maiores diferenças surgem pelo facto de sermos uma ADL e portanto encaramos a actividade formativa como mais um dos instrumentos necessários para o desenvolvimento local. A nossa oferta é sustentada em diagnósticos mas também no conhecimento profundo do território e procura contribuir para a formação integral do indivíduo. Isto torna cada acção única (…)”(E8)</p> <p>“(…) Acho este ponto fundamental e aqui penso que as coisas são muito estruturadas e pensadas em termos de necessidades a colmatar (…)”(E9)</p>

Dimensão de análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Comparação entre a Actividade Formativa Desenvolvida pela ADPM e os outros Operadores	Fases do Ciclo Formativo	Implementação das Actividades	Métodos e Técnicas	<p>“(…) Há sempre uma atitude pedagógica e formativa com as pessoas,. Não se desiste das pessoas com facilidade (…)”(E1)</p> <p>“(…) ao longo da implementação das acções também vejo diferenças significativas. As outras entidades, pelo menos as que conheço, não têm tanto a preocupação de um todo e a continuidade e a profundidade das sessões é diferente (…) preocupam-se com a pessoa como um todo (…)”(E2)</p> <p>“(…)fala-se muito da entidade e na abertura também. Há o cuidado de dar exemplos da matéria que foquem a ADPM (…) Quando acabei o curso fiquei a conhecer melhor a ADPM (…) acabamos por envolver com a entidade, o que não acontece noutras entidades onde já frequentei acções (…)”(E3)</p> <p>“(…) Sinto que somos encarados como pessoas e não como mais uns que ali estão (…) Há uma aproximação notória entre os formadores e os formandos (…) Um cuidado muito grande em nos conhecerem (…) transportar para a sala as nossas experiências, objectivos e valores (…)”(E4)</p> <p>“(…) Não é como o ensino de antigamente, em que até tínhamos medo de falar e havia uma barreira (…) Acho que aqui a equipa é exigente mas é amiga (…) os formadores estão sempre prontos para ajudar e lidam com os participantes de igual para igual (…) preocupam-se connosco (…) querem-nos conhecer e perceber o que mais gostamos, como aprendemos melhor (…) se tivermos abertos e receptivos para a aprendizagem, aprendemos (…)”(E5)</p> <p>“(…) O acompanhamento e a atenção para com os formandos não é a mesma que nas outras entidades que conheço(…) grande acompanhamento e atenção (…)”(E6)</p> <p>“(…) Eu não vejo noutros locais a relação que se estabelece entre formandos, formadores e restante equipa. Há uma disponibilidade contagiante, um espírito de entreaajuda, de pesquisa, de trabalho (…) apesar de a equipa ser muito grande, tratam-se as pessoas como seres humanos iguais e adultos e há uma preocupação de todos com todos. Eu não vejo isso com frequência noutros locais. Penso que isto está muito relacionado com as características da formação que a ADPM desenvolve, que implicam um acompanhamento muito elevado aos formandos (e portanto salas de apoio para reuniões), serviço de reprografia, etc. Também a ADPM fazer formação de formadores, recorrendo com frequência a pessoas que ela própria formou, garante à partida um conhecimento prévio dos novos elementos, que são formados dentro de uma filosofia, um espírito de ver e sentir a formação que não é muito normal (…) esta é uma das características das equipas da ADPM, a forma como os formadores vêm e sentem o que estão a fazer (…) Como alguns referem, trata-se de um ambiente muito “familiar”, em que todos se conhecem e trabalham em conjunto e articulação (…) já trabalhei em diversos locais e confesso que nunca me senti tão acarinhada por uma instituição ou por colegas como na ADPM (…) Verifico um grande empenhamento ao nível da procura de emprego, embora seja muito difícil e complicado (…) uma das características da ADPM: a articulação entre as diferentes áreas de trabalho (…)”(E7)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Comparação entre a Actividade Formativa Desenvolvida pela ADPM e os outros Operadores	Fases do Ciclo Formativo	Implementação das Actividades	Métodos e Técnicas	<p>“(…) No fundo, acho que a nossa grande diferença é a nossa postura! (…) eu acho que possuímos condições materiais e físicas únicas: repare que temos óptimas instalações, com recursos fixos como o videoprojector e o computador, a televisão, etc. (…) Sustentamos a nossa actividade formativa numa plataforma de aprendizagem moodle, o que permite encarar os recursos didácticos de uma forma totalmente inovadora (…) no fundo, existe uma forma muito cuidada de tratar os formadores e os formandos, que ultrapassa largamente a relação pedagógica e isto é dito e assumido pelos intervenientes (…)”(E8).</p> <p>“(…) Não fazemos cursos em determinadas áreas temáticas só porque as pessoas querem ou acham interessantes. Fazemos porque acreditamos que são áreas estratégicas para o desenvolvimento dos locais onde trabalhamos, porque representam oportunidades de empregabilidade. O trabalho formativo não é isolado. É mais uma das actividades que fazemos na comunidade e isto permite e pressupõe que tenhamos uma outra postura (…) A ADPM tem uma postura bastante diferente, a todos os níveis (…)”(E8)</p> <p>“(…) Correndo o risco de parecer redutor, esta é apenas mais uma área, porque todas as áreas de trabalho são igualmente importantes e fundamentais. Se encarmos esta área como um meio para qualquer coisa, percebemos que ela reflectirá e será o reflexo do trabalho das outras áreas, nomeadamente todo um trabalho de animação comunitária, de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego, à procura activa de emprego (…)”(E8)</p>
			Acompanhamento on-going	<p>“(…) Há um acompanhamento muito personalizado a formandos mas também a formadores (…)”(E1)</p> <p>“(…) O acompanhamento na ADPM é sempre um acompanhamento muito mais pedagógico, muito mais atento, muito mais cuidado (…)”(E2)</p> <p>“(…) durante a implementação da actividade formativa, verifica-se um grande acompanhamento por parte da equipa pedagógica e da própria entidade (…)”(E3)</p> <p>“(…) acho o acompanhamento que é oferecido durante a actividade formativa é bastante diferente. Há sempre uma preocupação muito grande pela pessoa, pela forma como se sente, como aprende (…)”(E4)</p> <p>“(…) ao longo da formação senti uma preocupação muito grande relativamente a cada um dos formandos (…)”(E5)</p> <p>“(…) Creio que a ADPM procura um acompanhamento personalizado, caso a caso (…)”(E6)</p> <p>“(…) penso que esta postura também se reflecte no acompanhamento muito personalizado, efectuado durante a implementação das acções (…)”(E7)</p> <p>“(…) todo o ciclo formativo reflecte o facto de sermos uma Associação de Desenvolvimento Local, e isso tem implicações diversas (…) ao nível do acompanhamento durante a acção, somos muito cuidadosos com todos os intervenientes, existindo uma preocupação pela pessoa que ultrapassa o papel que cada um desempenha (…)”(E8)</p> <p>“(Senti esta diferença relativamente a outras acções que frequentei a seguir noutras entidades (…) aqui estava sempre uma equipa presente (…)”(E10)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Comparação entre a Actividade Formativa Desenvolvida pela ADPM e os outros Operadores	Fases do Ciclo Formativo	Pós-Formação	Acompanhamento	<p>“(…) o pós-formação é uma das fases mais importantes de todo o processo e aqui penso que a ADPM se distingue muitíssimo de outras entidades porque existe uma tentativa de continuar a apoiar e acompanhar as pessoas (…)”(E1)</p> <p>“(…) nas outras entidades, quanto a mim, é uma formação pontual. Dá-se a formação, acaba ali. Na ADPM a actividade formativa tem toda uma outra filosofia e portanto continua-se a acompanhar os formandos, de alguma forma (…)”(E2)</p> <p>“(…) O que sinto e vejo é que a relação criada durante o desenvolvimento da actividade formativa não se extingue quando a mesma termina. Há sempre o cuidado de tentar acompanhar, de ajudar quando é necessário alguma ajuda (…)”(E3)</p> <p>“(…) quando as acções terminam há uma continuidade no trabalho iniciado, não só da parte da entidade como também da parte da equipa técnica. No caso dos cursos para desempregados, há uma tentativa de encontrar alternativas, nomeadamente apoio à elaboração de processos de estágios ou outros que apoiam a integração profissional (…)”(E4)</p> <p>“(…) o acompanhamento pós-formação é muito elevado (…)”(E5)</p> <p>“(…) há uma grande disponibilidade e interesse em continuar a colaborar, mesmo após a conclusão da acção. Acho que tem tudo a ver com o facto de ser uma Associação que tem como objectivo o desenvolvimento do concelho e da comunidade (…)”(E6)</p> <p>“(…) a ADPM até tem feito estágios profissionais a diversos formandos, apoia as entidades patronais na elaboração dos processos de estágio, divulga e informa relativamente ao auto-emprego (…)”(E7)</p> <p>“(…) também o acompanhamento após a conclusão das acções é muito cuidado. Sendo nós uma ADL, e encarando a actividade formativa da forma que já referi, torna-se natural conceber o fim das acções como o início de uma nova etapa, à qual estão inerentes novas necessidades que é necessário procurar satisfazer (…)”(E8)</p>
			Impacto na Comunidade	<p>“(…) há na comunidade um impacto muito diferente pois a actividade não é pontual mas contínua, o que permite um outro tipo de trabalho (…)”(E1)</p> <p>“(…) como tudo isto está relacionado, naturalmente que os reflexos na comunidade são bastante distintos dos provocados por outras entidades (…) se tudo o que é individual é diferente, o colectivo também tem que ser, naturalmente, diferente (…)”(E2)</p> <p>“(…) Penso que tudo o que referi se reflecte activamente na população do concelho e portanto, há aqui uma série de consequências que são diferentes do trabalho desenvolvido pelas outras entidades que trabalham pontualmente no concelho (…)”(E3)</p> <p>“(…) é com tristeza que vejo que outras entidades, igualmente formadoras, trabalham aqui no concelho mas como não têm a mesma postura relativamente à população nem os mesmos objectivos, o seu contributo para o desenvolvimento do concelho acaba por ser muito fraco (…)”(E4)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Comparação entre a Actividade Formativa Desenvolvida pela ADPM e os outros Operadores	Fases do Ciclo Formativo	Pós-Formação	Impacto na Comunidade	<p>“(…) há diferenças a todos os níveis, até no impacto junto da população local (…)”(E5)</p> <p>“(…) penso que se tivermos em conta que a ADPM tem uma postura diferente ao longo de toda a implementação da acção, trabalha de forma contínua no concelho e tem objectivos também diferentes, facilmente percebemos que as consequências, individuais e colectivas, são bastante diferentes (…)”(E6)</p> <p>“(…) a actividade formativa é mais um elemento do processo de desenvolvimento local que observamos em Mértola e do qual a ADPM é participante activo. Por isso, os impactos verificados na comunidade são bastante distintos dos ocasionados por outras entidades, visto a sua forma de estar também ser bastante distinta, assim como os seus objectivos (…)”(E7)</p> <p>“(…) Naturalmente que tudo o que temos estado a falar são impactos na comunidade (sociais, económicos, etc.) e se tivermos em consideração que a ADPM tem uma actividade continuada neste território, se tivermos em atenção que o grande objectivo é o desenvolvimento da comunidade, e se considerarmos que a actividade formativa é apenas um instrumento dentro de tantos outros, verificamos que os impactos locais, individuais e colectivos, são bastante diferentes dos provocados por outras entidades formadoras que operam nesta área territorial (…)”(E8)</p>
das Actividades de EFA desenvolvidas pelas Contribuintes ADL	Contribuintes das ADL para a EFA	Desenvolvimento Teórico do conceito		<p>“(…) O papel das ADL foi fundamental porque começou tudo por aí (…) as escolas apanharam tudo já feito (…) penso que foi um espaço muito, muito interessante (…) a programação dos conteúdos (…) a adaptação (…) dos conteúdos (…) Foi tudo criado de raiz (…) Alguns planos que a ADPM criou até fazem parte dos planos nacionais (…)”(E1)</p> <p>“(…) acho que nos últimos anos a visão conceptual da Educação e Formação de Adultos tem evoluído muito não só em Portugal como no mundo e as ADL têm sido espaços de experimentação, de investigação. Isso em Portugal é notório, no caso do Programa Novas Oportunidades e dos Centros RVCC (…)”(E2)</p> <p>“(…) A base da EFA actual vem das ADL (…) as mesmas podem ter um papel muito grande de apoio às escolas (…)”(E3)</p> <p>“(…) Eu peço desculpa, mas não sei muito sobre esse assunto (…)”(E4)</p> <p>“(…) acho que a sua experiência enquanto agentes activos deve ter ajudado bastante outras entidades (…)”(E5)</p> <p>“(…) penso que as ADL têm contribuído fortemente para a evolução do conceito de EFA, especialmente pela experiência prática que possuem neste domínio (…)”(E6)</p> <p>“(…) foram e são um campo laboratorial por excelência (…) a experimentação dos modelos de EFA que possuímos hoje, vem das ADL (…)”(E7)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
das Actividades de EFA desenvolvidas pelas Contributos ADL	Contributos das ADL para a EFA	Desenvolvimento Teórico do conceito		<p>“(…) Para existir desenvolvimento, é necessário existir emprego e não há emprego sem que as pessoas sejam qualificadas e capacitadas (…) qualificar os recursos humanos era fundamental (…) capacitar ao nível da alfabetização, da vida em sociedade, para o exercício activo da cidadania (…) para a mobilização (…) também era fundamental e por isso o movimento associativo encontra-se em Portugal e internacionalmente, associado à EA, não só à sua operacionalização, mas também ao nível da construção do conceito. Em Portugal, na última década, isso foi claríssimo, não só através da Iniciativa Novas Oportunidades, mas já antes disso, com diversas iniciativas denominadas “piloto”, as ONG’s eram convidadas a participar. E que é o actual Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, da UE, se não um convite à evolução de conceitos?” (E8).</p>
	Contributos para a criação de comunidades aprendentes	Directos	Escolaridade	<p>“(…) desde 2000, com a criação dos cursos EFA, o aumento da escolaridade tem vindo a ser um dos produtos da actividade formativa (…)”(E1) “(…) um dos contributos é sem dúvida o aumento da escolaridade, particularmente no momento presente e após a introdução do Programa Novas Oportunidades (…)”(E2) “(…) acho que o aumento da escolaridade é o contributo mais visível (…)”(E3) “(…) neste momento, quase toda a oferta que existe a nível nacional prende-se com os cursos EFA e com o aumento da escolaridade dos portugueses (…)”(E4) “(…) mesmo os processos dos CNO procuram actualmente o aumento da escolaridade e a conclusão do ensino obrigatório (…)”(E5) “(…) actualmente penso que todos os processos de Educação de Adultos têm como objectivo primeiro o aumento da escolaridade (…)”(E6) “(…) uma das consequências directas da frequência das acções é o aumento da escolaridade, especialmente após a criação da Iniciativa Novas Oportunidades”, altura em que as ADL também começaram a ter competências nesta área (…)” (E7) “(…) embora o sistema de aprendizagem já existisse há bastante tempo, a realidade é que o mesmo é dirigido a um grupo bastante restrito (os jovens), pelo que os cursos EFA vieram possibilitar, a pelo menos duas gerações, a possibilidade de conclusão da escolaridade obrigatória e elevar as suas habilitações, com todas as consequências sociais (individuais e colectivas) que isso acarreta (…)”(E8)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
das Actividades de EFA desenvolvidas pelas Contributos ADL	Contributos para a criação de comunidades aprendentes	Directos	Capacitação profissional	<p>“(…) a oferta formativa da ADPM e de outras ADL sempre esteve associada à formação profissional (…)”(E1)</p> <p>“(…) a própria legislação sustenta a capacitação profissional, ao permitir que as entidades como a ADPM, ao contrário das escolas, apenas possam ser promotoras de cursos EFA de dupla certificação (…)”(E2)</p> <p>“(…) as ADL têm contribuído muito para a qualificação profissional. Aqui no Alentejo, sem estas entidades, dificilmente haveria a oferta formativa que existe e as possibilidades e oportunidades que apresentam (…)”(E3)</p> <p>“(…) eu acho que as ADL são as principais responsáveis pelas qualificações profissionais que actualmente temos (…)”(E4)</p> <p>“(…) muitas das actividades das ADL têm como objectivo a aquisição de competências profissionais, e penso que era impossível ter uma oferta formativa tão rica e diversificada sem elas (…)”(E5)</p> <p>“(…) é difícil enumerar e elencar os contributos das ADL mas a aquisição de competências profissionais é um deles (…)”(E6)</p> <p>“(…) pelo que me apercebo, também a capacitação profissional é um dos reflexos da actividade formativa das ADL, o que é até de certa forma natural, uma vez que o seu objectivo é sobretudo, o desenvolvimento local e portanto, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, sendo esta apenas possível quando o desemprego não é uma realidade de valores tão elevados (…)”(E7)</p> <p>“(…) há da parte das ADL um contributo muito forte relativamente à capacitação profissional, o que se encontra relacionada com a sua própria missão (…)”(E8)</p>
			Valorização pessoal e social	<p>“(…) Penso que se uma ADL for isso mesmo, ou seja, se o seu objectivo for o desenvolvimento do território onde trabalha, então as suas actividades, sejam elas formativas ou não, terão como consequência a valorização da pessoa e do colectivo (…)”(E1)</p> <p>“(…) a actividade formativa destas entidades valoriza muito o indivíduo enquanto pessoa e enquanto membro da sociedade (…)”(E2)</p> <p>“(…) há sempre um contributo muito grande para o crescimento das pessoas (…)”(E3)</p> <p>“(…) as pessoas abrem os seus horizontes, e isso leva-as a ver a vida de outra forma, a ganharem mais confiança, e a serem vistas também de uma outra perspectiva (…)”(E4)</p> <p>“(…) verifico uma grande descoberta interior (…)”(E5)</p> <p>“(…) são actividades de valorização (…)”(E6)</p> <p>“(…) as actividades formativas promovidas pelas ADL são elementos estruturantes da comunidade, porque valorizam as populações (…)”(E7)</p> <p>“(…) há uma valorização das pessoas e um acreditar nelas que as reforça positivamente (…)”(E8)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
das Actividades de EFA desenvolvidas pelas Contribuintes ADL	Contribuintes para a criação de comunidades aprendentes	Directos	Inserção profissional	<p>“(…) a inserção profissional é um dos objectivos, mas naturalmente que é talvez o menos conseguido porque também é o mais complexo (…)”(E1)</p> <p>“(…) é uma diminuição temporária (…) mas a realidade é que é um dos objectivos das entidades e destas actividades (…)”(E2)</p> <p>“(…) acho que a criação de emprego é um dos objectivos da actividade formativa das ADL, o que está associado aos seus fins (…)”(E3)</p> <p>“(…) encontrar emprego é uma das questões que estão implícitas nestas actividades, mas eu acho extremamente difícil, nos dias que correm (…)”(E4)</p> <p>“(…) acho que um dos motivos para as pessoas aderirem com tanta facilidade a estas iniciativas é precisamente a procura de emprego e penso ser por isso que as associações os promovem. Contudo penso que é muito difícil actualmente alcançar este objectivo (…)”(E5)</p> <p>“(…) Esse foi um dos motivos que me levou a entrar para o curso e tive sorte que consegui encontrar emprego, mas nem sempre assim é. Eu penso que as aprendizagens que fazemos são essenciais, mas confesso que o contexto económico e social não é nada favorável (…)”(E6)</p> <p>“(…) as ADL não só criam condições para o aumento de postos de trabalho internamente, enquanto entidades empregadoras, como também capacitam e incentivam as comunidades na procura e criação do seu posto de trabalho (…)”(E7)</p> <p>“(…) criarem condições para a capacitação escolar e profissional (…) um trabalho muito grande em prol da cidadania, da vida colectiva, da participação (…) oferecendo possibilidades quando ninguém mais as oferecia (…)”(E8)</p>
		Indirectos	Melhoria da Qualidade de Vida	<p>“(…) Penso que se uma ADL for isso mesmo, ou seja, se o seu objectivo for o desenvolvimento do território onde trabalha, então as suas actividades, sejam elas formativas ou não, terão como consequência (…) notoriamente a melhoria da qualidade de vida dos intervenientes (…)”(E1)</p> <p>“(…) quando se procura promover um conjunto de actividades que têm em vista a formação da pessoa como um todo, há uma melhoria da qualidade de vida (…)”(E2)</p> <p>“(…) naturalmente que a melhoria da qualidade de vida é uma das consequências da oferta formativa (…)”(E3)</p> <p>“(…) o fim último de uma ADL é a promoção do DL e portanto da vida das pessoas (…)”(E4)</p> <p>“(…) as pessoas aprendem, reforçam o seu rendimento financeiro, consomem mais e vivem melhor (…)”(E5)</p> <p>“(…) há uma melhoria na vida das pessoas, não só momentânea mas também a nível futuro (…)”(E6)</p> <p>“(…) tudo isto se repercute nas condições de vida individuais e colectivas (…)”(E7)</p> <p>“(…) sinto que tudo tem um impacto muito grande na vida das pessoas, especialmente na sua forma de estar e na sua qualidade de vida (…)”(E8)</p>

Dimensão de Análise	Indicadores	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
das Actividades de EFA desenvolvidas pelas Contributos ADL	Contributos para a criação de comunidades aprendentes	Indirectos	Desenvolvimento Local	<p>“(...) qualificar e capacitar pessoas é sem dúvida contribuir para o desenvolvimento do território (...)”(E1)</p> <p>“(...) penso que capacitar pessoas, qualificar pessoas, seja a nível profissional, escolar ou cívico, com todas as consequências que daí advêm, é sem dúvida contribuir para o seu desenvolvimento e o dos territórios onde vivem (...)”(E2)</p> <p>“(...) claro que a oferta formativa contribui para o desenvolvimento local! Basta ouvir tudo o que temos estado aqui a falar! (...)”(E3)</p> <p>“(...) para mim, há um contributo muito forte no sentido do desenvolvimento local, mas esse é o seu objectivo! (...)”(E4)</p> <p>“(...) para mim o desenvolvimento local prende-se com encontrar oportunidades e isso claramente é feito (...)”(E5)</p> <p>“(...) se entendermos DL como promoção da qualidade de vida, facilmente entendemos que a oferta formativa tem esse objectivo, sendo causa e consequência (...)”(E6)</p> <p>“(...) Era impossível, depois da nossa conversa, não considerar o elevado contributo destas actividades para a promoção do DL (...)”(E7)</p> <p>“Naturalmente que as actividades formativas promovidas pelas ADL contribuem fortemente para o DL: capacitam e qualificam, promovem a inserção e valorização pessoal, social e profissional, promovem o emprego técnico, a progressão na carreira, enfim.....oferecem e criam condições para a existência de novas oportunidades, de melhoria da qualidade de vida (...)”(E8)</p>

APÉNDICE J

Edifício-sede

O edifício-sede localiza-se em Mértola, no Largo Vasco da Gama, e para além dos serviços administrativos e de atendimento ao público, possui ainda todos os Gabinetes das diversas áreas de trabalho e duas salas de formação.

Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental do Monte do Vento

A Associação de Defesa do Património de Mértola é proprietária de uma exploração agro-silvo-pastoril com aproximadamente 200 hectares denominada Monte do Vento, classificada como Sítio de Interesse Biológico, localizada a 22 Km a Norte de Mértola e a 3 Km do monumento natural do Pulo do Lobo, numa das áreas do Parque Natural do Vale do Guadiana com maior interesse para a conservação da natureza. A sua localização faz com que a propriedade apresente uma enorme diversidade de paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de elevado interesse natural, cultural e paisagístico. Actualmente, o Monte do Vento assume-se como uma área experimental e demonstrativa onde se desenvolvem estudos e projectos que promovem uma correcta gestão dos recursos naturais presentes e conciliam a conservação da natureza com o desenvolvimento sustentado da região.

Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra

O Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra (CIPAS) foi inaugurado em 2003, após a recuperação da antiga escola primária da Amendoeira da Serra. Os objectivos dos Centros são ajudar o visitante a descobrir a paisagem, propondo para tal uma “viagem sensorial”.

¹⁴⁵ Fonte: www.adpm.pt

Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra/Centro de Acolhimento do Mosteiro

O Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra (CAAS) localiza-se junto à antiga Escola Primária, onde está instalado o Centro de Interpretação da Paisagem. O CAAS é um espaço de alojamento que coloca à disposição dos visitantes 36 camas, distribuídas por quatro camaratas e dois quartos duplos com casa de banho privativa, uma cozinha e uma sala de refeições polivalente, tendo como objectivos dar apoio ao Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental do Monte do Vento no desenvolvimento de actividades e estadias, bem como aumentar e melhorar a capacidade de alojamento da região, especialmente no que diz respeito ao vocacionado para Ecoturismo. O CAAS é utilizado para encontros, seminários, acções de formação, reuniões, entre outros eventos, mas está particularmente adaptado para o acolhimento de colónias de férias e intercâmbios.

CENTRO DE ACOLHIMENTO DO MOSTEIRO

O Centro de Acolhimento do Mosteiro fica situado na pequena aldeia rural do Mosteiro, nas imediações do Pulo do Pulo. Surge da recuperação/adaptação da antiga escola primária em Centro de Acolhimento, localizando-se próximo do Centro de Interpretação da Paisagem da Amendoeira da Serra e do Centro de Acolhimento da Amendoeira da Serra. Oferece condições para a pernoita de pequenos grupos, já que dispõe de uma camarata de 6 beliches, uma casa de banho e de uma sala que serve também de cozinha.

CRC

O Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) da Associação de Defesa do Património de Mértola, constitui uma infra-estrutura localizada na sede desta associação, vocacionada para as temáticas do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, inserindo-se na Rede Nacional de Centros de Recursos em Conhecimento que apoiam profissionais de formação e entidades formadoras no desenvolvimento de competências necessárias ao reforço da competitividade das pessoas e das organizações residentes. A sua criação insere-se numa estratégia de intervenção integrada da ADPM, de forma a

sensibilizar e demonstrar às actuais e futuras gerações, a importância da informação, da investigação e do conhecimento que permitam restabelecer o equilíbrio entre os diferentes ecossistemas e a sua inevitável humanização, em prol do desenvolvimento sustentável dos territórios.

Ecoteca Fluvial

A Ecoteca Fluvial designada SARAMUGO, é uma embarcação com um comprimento de 12,8 m e com capacidade para 43 pessoas, transformada e equipada com materiais e equipamentos adequados ao desenvolvimento de acções de sensibilização ambiental, de ecoturismo e de actividades potenciadoras do Turismo Escolar e de Natureza no Rio Guadiana. Actualmente, o Saramugo funciona como um Centro de Aprendizagem Flutuante, com vocação pedagógica e demonstrativa da paisagem e dos recursos naturais, promovendo a investigação, experimentação e demonstração de actividades de conservação da natureza, sobretudo as relacionadas com os recursos hídricos e terrestres, particularmente os que se associam aos ecossistemas ribeirinhos.

Ecoteca terrestre

Trata-se de um veículo, com o interior transformado e especialmente concebido para o efeito, devidamente equipado com recursos técnico - científicos e lúdico – pedagógicos, funcionando como um Centro de Aprendizagem Móvel e constitui um meio para o desenvolvimento de uma estratégia que promova de forma activa a conservação da natureza, em consonância com o desenvolvimento sustentável das zonas de intervenção, bem como uma referência com vocação sócio – pedagógica e demonstrativa do sistema informal de ensino, aumentando os seus conhecimentos e conseqüentemente alargando os seus horizontes a curto, médio e longo prazo.

CIDERECT

Tendo iniciado as suas funções em 1996 com a designação Carrefour- Centro de Informação e Animação Rural e sendo substituído em 2005 pelo Centro de Informação Europe Direct do Baixo Alentejo, o CIDERECT é um serviço de informação destinado ao público em geral, que funciona na sede da Associação de Defesa do Património de Mértola (entidade hospedeira), constituindo parceria com o Centro de Informação Europe Direct do Alto Alentejo. É uma estrutura que pertence à rede de informação da Direcção Geral de Imprensa e Comunicação da Comissão Europeia, existindo actualmente 393 centros na União Europeia, 13 dos quais em Portugal, ligados através de uma rede informática, dispendo de uma intranet e colaborando entre si